

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Libertate opus est.

Escavidão, Manumissão e Cidadania à Época de Nero
(54-68 d.C.)

Fábio Duarte Joly

São Paulo

2006

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Libertate opus est.

Escavidão, Manumissão e Cidadania à Época de Nero
(54-68 d.C.)

Fábio Duarte Joly

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello

São Paulo
2006

*A meus pais e
a meu irmão*

Sumário

Agradecimentos	5
Prefácio	9
1. Roma como sociedade escravista: linhas de um debate	18
Escravidão e sociedade escravista	22
Escravidão e cidadania	43
A escravidão e a cidade de Roma	52
2. <i>Aula Neronis</i>: a escravidão no centro do poder	58
O Principado de Nero na historiografia antiga e moderna	60
Escravos e libertos na corte neroniana	74
Nero <i>Saturnalicus princeps</i>	100
3. Visões da escravidão à época de Nero	109
Sêneca e a escravidão como ética	111
Petrônio e a escravidão como espetáculo	133
Columella e a escravidão como ciência	142
4. Visões da manumissão à época de Nero	157
Sêneca, Pérsio e Petrônio: o liberto como escravo	160
Libertos entre a <i>domus</i> e a <i>res publica</i>	181
Conclusão	195
Bibliografia	199

Agradecimentos

Inicialmente gostaria de agradecer à Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pela bolsa de doutorado concedida entre 2002 e 2005 (processo 02/00816-6), que possibilitou as condições financeiras para a realização deste trabalho.

Mas, acima de tudo, sou devedor da colaboração e apoio de amigos e professores, que, de maneiras diversas, contribuíram para o andamento da pesquisa. Agradeço a Alex Degan, Ana Teresa Marques Gonçalves, André Figueiredo Rodrigues, Andréa Slemian, Antônio Penhalves Rocha, Camila Souza, Cássio Araújo Duarte, Fábio Adriano Hering, Francisco Murari Pires, Gilvan Ventura da Silva, Glaydson José da Silva, Joana Clímaco, João Paulo Garrido Pimenta, Juliana Bastos Marques, Katia Aily, Luís Filipe Silvério Lima, Luiz Lima Vailati, Maria Aparecida de Oliveira Silva, Maria Beatriz Borba Florenzano, Margarida Maria de Carvalho, Marilena Vizentin, Patrícia Valim, Paula Falcão Argôlo, Rafael Faraco Benthien e Solange Guarinello.

Sou particularmente grato aos pesquisadores que, além de gentilmente auxiliarem com material bibliográfico, teceram críticas e comentários a textos anteriores que continham algumas das idéias aqui apresentadas. Agradeço a Aloys Winterling, Barbara Levick, Carlos Augusto Ribeiro Machado, Fábio Faversani, Fergus Millar, Giovanni Salmeri, Matthew Roller, Miguel Soares Palmeira, Miriam Griffin, Norberto Luiz Guarinello, Paulo Butti de Lima, Pedro López Barja de Quiroga, Pedro Paulo Funari, Rafael de Bivar Marquese e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses.

Aos professores Fábio Faversani e Ulpiano Bezerra de Meneses agradeço ainda a participação na banca de qualificação, cujas leituras atentas do memorial levaram-me a rever o encaminhamento da pesquisa.

Ao professor Norberto Luiz Guarinello devo, nada mais nada menos, do que dez anos de orientação e amizade, de modo que qualquer tentativa de

plenamente expressar aqui minha gratidão não faria jus a sua competência, dedicação e paciência.

Por fim, agradeço a meus pais, Vera e Ary, e a meu irmão, Eduardo, pelo apoio e compreensão incondicionais.

Resumo

Este trabalho é um estudo da escravidão no principado de Nero (54-68 d.C.), centrando-se nas conexões entre o campo político e o campo das relações escravistas na Roma imperial. Considera-se, portanto, o Alto Império, do ponto de vista do desenvolvimento da escravidão, não como um período estático, mas caracterizado por tensões políticas de diferentes graus no que concerne à situação social de escravos e libertos. Do ponto de vista estrutural, o trabalho divide-se em duas partes principais: 1) exposição e crítica do conceito de sociedade escravista como aplicado ao Império Romano, 2) análise das fontes literárias contemporâneas e posteriores a Nero. O objetivo é apontar a circunscrição do conceito de sociedade escravista à cidade de Roma e a necessidade da inclusão da manumissão como seu principal componente.

Palavras-chave: Escravidão, Manumissão, Política, Roma, Nero

Abstract

This work is a study about slavery during the Principate of Nero (AD 54-68), focusing upon the connections between politics and master-slave relationships in imperial Rome. The Early Roman Empire is not thus considered as a static period, but characterized by political tensions concerning the social position of slaves and freedmen. From a structural point of view, the work is divided in two main parts: 1) exposition and critique of the concept of slave society as applied to the Roman Empire, 2) analysis of the contemporary and later literary sources relating to the Principate of Nero. The ultimate objective is to point out the circumscription of a concept of slave society to the city of Rome as well as highlight manumission as its main component.

Keywords: Slavery, Manumission, Politics, Rome, Nero

*Puffendorff diz que a escravidão foi estabelecida
“pelo livre consentimento das partes opostas”.
Acreditarei em Puffendorff quando ele
me mostrar o contrato original.*

Voltaire, Dicionário Filosófico

Prefácio

L'esclave romain, même affranchi, restait toujours un être inférieur, comme le nègre de nos jours en Amérique. La ligne de démarcation était cependant moins infranchissable qu'aujourd'hui, il faut en convenir; les préjugés sociaux ne se compliquaient point d'une différence ineffaçable de couleur, et le fils d'un affranchi pouvait prétendre aux plus grands honneurs.¹

Jean-Marie Villefranche, em seu romance ambientado à época de Nero, sentiu necessidade de escrever esta digressão para esclarecer o leitor sobre as peculiaridades da escravidão romana. Ao fazê-lo, revela compartilhar uma perspectiva comparativa comum à historiografia europeia do século XIX, que voltava seus olhos para a escravidão antiga usando as lentes da escravidão moderna. Mas o autor também se distancia das correntes historiográficas ao combinar dois temas: a escravidão romana e o Principado de Nero (54-68 d.C.).

Trata-se de dois temas caros à moderna historiografia sobre o Alto Império Romano, mas em geral apresentados de forma compartimentada. O governo de Nero é estudado em suas especificidades políticas, administrativas e culturais, enquanto a escravidão encontra mais espaço nas histórias econômicas. Essa divisão é explicável. Por um lado, desde o final do século XVIII a escravidão greco-romana é uma peça chave de um debate sobre a autonomia da esfera econômica na Antigüidade, cujo ponto de referência é o desenvolvimento do capitalismo na Europa e Estados Unidos. Em geral, os estudos sobre a economia romana imperial postulam uma visão da escravidão, rural e urbana, como uma forma de trabalho compulsório que persistiu do

¹ J.-M. Villefranche, *Cinéas ou le monde sous Néron*. Paris: P. Lethielleux Libraire-Éditeur, 1845, p. 69-70.

século I a.C. ao III d.C., não se modificando essencialmente em sua estruturação básica, a despeito de Roma ter passado de uma cidade-estado para o centro de um império de proporções continentais, o que necessariamente implicou uma reformulação das formas de expressão do poder político, bem como dos circuitos de trocas comerciais e das formas de apropriação da terra e exploração do trabalho. Por outro lado, as histórias políticas do Principado apresentam uma clara tendência elitista, restringindo o cenário político a interações entre imperador e aristocracia, com mínima participação dos setores subalternos, sobretudo de escravos e libertos.

Mais recentemente é observável um deslocamento de foco das pesquisas na direção dos aspectos mais propriamente culturais ou sóciopolíticos da relação escravista. Argumenta-se agora que as discussões sobre a escravidão não eram necessariamente respostas a problemas práticos de controle da escravaria. Tais discussões remeteriam a debates mais amplos, no campo da ética ou da política, em que o vocabulário da escravidão era utilizado, como metáfora, para qualificar e diferenciar outras relações de poder. Nesse sentido, a interação senhor-escravo simultaneamente incorporaria e se espraiaria para as demais relações sociais, sejam familiares ou comunitárias, e até mesmo interferiria nas autopercepções individuais. Na formulação de William Fitzgerald, em livro sobre a escravidão na imaginação literária romana, se há algo que a literatura latina revela é que os escravos são “bons para se pensar”². Pensar as relações entre homens e mulheres, adultos e crianças, patrono e cliente, governantes e governados etc., e também as relações do homem com o mundo natural e oposições que seriam inerentes à natureza humana, como corpo e alma³.

² William Fitzgerald, *Slavery and the Roman literary imagination*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 11.

³ Além da obra de Fitzgerald, ver, dentre outros, Rudolph P. Hock, “Servile behavior in Sallust’s *Bellum Catilinae*”. *Classical World*, 82, 1988, p. 13-24; Peter Garnsey, *Ideas of slavery from Aristotle to Augustine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996; Sheila Murnaghan e Sandra Joshel (eds.), *Women and slaves in Greco-Roman culture*. London: Routledge, 1998; Keith Bradley, “Animalizing the slave: the truth of fiction”. *Journal of Roman Studies*, 90, 2000, p. 110-125; Kathleen McCarthy, *Slaves, masters, and the art of authority in Plautine comedy*. Princeton: Princeton University Press, 2000; Page Du Bois, *Slaves and other objects*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

No caso específico da escravidão romana, estudos, que trabalham com a relação entre literatura e política no Principado, sustentam que, finda a República, a escravidão situou-se no centro de uma negociação discursiva entre *princeps* e aristocracia no contexto de uma adaptação das instituições republicanas e dos códigos de conduta aristocráticos à presença de um imperador. De acordo com Matthew Roller, a relação senhor-escravo representaria um modelo negativo de interação entre imperador e aristocracia, pois a palavra *servitus* e seus cognatos carregavam profundas conotações negativas, que derivavam do estereótipo do escravo como sujeito à degradação física e moral, à ameaça de coerção e uso da força e à circunscrição de sua vontade pessoal. Pelo contrário, *libertas* enfatizaria a ausência de condições indesejáveis associadas à escravidão, possuindo conotações fortemente positivas⁴.

Nesse sentido, seria “incorreto referir-se à *libertas* como sendo uma ‘idéia política’ ou como tendo um ‘significado político’ na cultura romana. Tais formulações sugerem que esse termo designaria uma categoria coerente do pensamento político romano, independente de sua função como uma categoria de *status* social e sua imbricação na instituição da escravidão-mercadoria”⁵. *Libertas* e *servitus*, ao caracterizar as relações entre imperador e aristocracia, apenas reiterariam estereótipos inerentes à condição do escravo.

Cito a obra de Roller por sua pertinência ao presente estudo, visto que as fontes de época neroniana – sobretudo Sêneca, Lucano e Petrónio – constituem seu principal material. Sua análise, entretanto, prende-se a uma

⁴ Matthew Roller, *Constructing autocracy: aristocrats and emperors in Julio-Claudian Rome*. Princeton: Princeton University Press, 2001, p. 227. Em pesquisa anterior adotei essa mesma idéia – embora vindo a ter contato posteriormente com o trabalho de Roller – para a análise da metáfora da escravidão. O objetivo era ir além da “mera constatação de que a metáfora da escravidão, como recurso estilístico, é um elemento estruturante da obra taciteana e demonstrar que sua análise permite entrever a visão que Tácito tem da escravidão e do poder imperial. Nesse contexto, o nível metafórico não é entendido como isolado do nível literal, mas de tal forma inter-relacionado a ele que há um sistema coerente de idéias sobre o poder político e as relações escravistas nos escritos de Tácito”. Cf. Fábio Duarte Joly, *Tácito e a metáfora da escravidão: um estudo de cultura política romana*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 27.

⁵ *Idem*, p. 232. A crítica de Roller visa sobretudo a Charles Wirszubski, *Libertas as a political idea at Rome during the late Republic and early Principate*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

concepção da política no Principado que se mantém nos limites de uma abordagem elitista, restrita à aristocracia senatorial, negando portanto qualquer participação dos setores subalternos nos conflitos subjacentes às interpretações da liberdade e escravidão na Roma antiga.

Essa linha de pesquisa que circunscreve o jogo político e a ordenação da sociedade a imperador e aristocracia tem uma longa história, que se convencionou remontar à visão constitucionalista de Theodor Mommsen. Para esse historiador alemão, Augusto e seus sucessores procuraram conferir a suas posições privilegiadas uma forma legal por meio da posse de poderes magistráticos específicos – como o *imperium proconsulare* e a *tribunicia potestas* –, baseados na estrutura política da República. O Senado, por sua vez, permaneceu “soberano” sob o Império, tratando da escolha de magistrados e da legislação. Além disso, ratificava a ascensão de um novo imperador por uma *lex de imperio*. Entre as competências de imperador e Senado, não haveria oposição, mas coexistência, uma “diarquia”⁶.

A relativa continuidade entre República e Principado, no pensamento de Mommsen, era decorrência do modo como concebia a própria estabilidade da República romana, calcada em uma cultura jurídica que tinha um efeito normativo na ação política e social dos indivíduos, conferindo uma excepcional estabilidade estrutural à sociedade republicana. Pretendia descrever a essência do Estado por meio de seu direito público, de modo que nessa apresentação sistemática o problema dos processos e condicionantes históricos não tinha qualquer prioridade⁷. Que não lhe interessava explicar o Principado como uma realidade extrajurídica fica evidente em uma observação a respeito da influência dos serviços e amigos dos imperadores, questão que,

⁶ Aloys Winterting, “Staat, Gesellschaft und politische Integration in der römischen Kaiserzeit”. *Klio*, 83, 2001, p. 96.

⁷ Bernhard Linke e Michael Stemmler, “Institutionalität und Geschichtlichkeit in der römischen Republik: Einleitende Bemerkungen zu den Forschungsperspektiven”, em Bernhard Linke e Michael Stemmler (eds.), *Mos Maiorum: Untersuchungen zu den Formen der Identitätsstiftung und Stabilisierung in der römischen Republik*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2000, p. 1-2.

em suas palavras, era matéria de História (*Geschichte*) e não de direito público (*Staatsrecht*)⁸.

A crítica a esse paradigma formalista de análise do Estado romano ganhou força na primeira metade do século XX, quando os estudos deslocaram-se das normas jurídicas para os mecanismos concretos de funcionamento do sistema político republicano e imperial. A análise dos grupos oligárquicos, e dos conceitos estruturadores das relações entre seus membros – *gratia, amicitia, fides, pietas* etc. – passou a um primeiro plano, no que se pode chamar de uma história social e política da República e Principado⁹. Uma história bem exemplificada pela obra de seu principal expoente, Ronald Syme, que teve como foco a elite – em especial, a aristocracia senatorial –, estudada por um método prosopográfico que delineava suas ligações familiares por casamentos, carreiras públicas e cargos ocupados, além das relações de patronato e clientelismo que estabeleciam entre si¹⁰. O argumento de Syme, em *A revolução romana*, ilustra bem o abandono da perspectiva constitucionalista: “A composição da oligarquia de governo emerge, portanto, como o tema dominante da história política, como vínculo unificador entre República e Império: é algo real e tangível, qualquer que seja o nome ou a teoria da constituição”¹¹. Nesse sentido, a permanência de um vocabulário republicano dos imperadores seria mera retórica, no sentido pejorativo do termo. Vasily Rudich, por exemplo, em estudo alentado sobre Nero, afirma que o Principado inventado por Augusto era de fato autocrático, embora alegasse ser o oposto, uma “República restaurada”. Essa contradição primária entre o *de jure* e o *de facto* tinha como efeito “uma variedade de intervalos entre *verba* e

⁸ Cf. Aloys Winterling, *op. cit.*, p. 96.

⁹ Cf. Bernhard Linke e Michael Stemmler, *op. cit.*, p. 3 e ss. Para o período republicano, o marco é a obra de Mathias Gelzer, *Die Nobilitat der römischen Republik*, Berlin, 1912.

¹⁰ Cf. H. Galsterer, “A man, a book, and a method: Sir Ronald Syme’s *Roman Revolution* after fifty years”, em Kurt A. Raaflaub e Mark Toher (eds.), *Between Republic and Empire: interpretations of Augustus and his Principate*. Berkeley: University of California Press, 1993, p. 19. Luciano Canfora situa a atenção de Syme nas elites como um desdobramento do debate sociológico em curso nos anos de 1930 sobre o tema (cf. *Ideologias de los estudios clásicos*. Madrid: Akal Editor, 1991, p. 198).

¹¹ Ronald Syme, *The Roman revolution*. Oxford: Oxford University Press, 1960 (1 ed. 1939), p. vii.

acta, entre palavras e atos, manifesta tanto no comportamento individual como coletivo”, conformando um “mundo fantástico de ilusão e desilusão, de ambivalências e ambigüidades em todos os níveis de interação”¹².

A partir da década de 1980, essa perspectiva ganhou força nos estudos dedicados às relações de patronato, entendidas como elementos organizadores das elites, gerando, por conseguinte, uma privatização da política durante o Alto Império. Mais do que os poderes constitucionais do imperador, valia a distribuição de benefícios imperiais às elites senatorial e eqüestre por meio de redes de patronato e clientela, que asseguravam a extensão do prestígio social do imperador a todas as partes do império¹³. A corte imperial seria o *locus* privilegiado onde se daria essa interação entre imperador e aristocracia, fornecendo inclusive um modelo para organização das demais casas nobres de Roma¹⁴.

Todavia, como ressalta Fábio Faversoni, enquanto essa historiografia valoriza o papel das “interações pessoais e [a] percepção da orientação vertical da formação dos grupos sociais e, portanto, das lutas sociais como conflitos entre setores da sociedade que incorporavam indivíduos com diferentes posições sociais”, ao “desprezar o papel desenvolvido pelos setores subalternos nessas lutas sociais, não cria mecanismos explicativos para a sua dinâmica”¹⁵.

Uma abordagem da escravidão à época de Nero mostra-se pertinente para avaliação dessa problemática. Trata-se de um imperador cuja imagem

¹² *Political Dissidence under Nero. The Price of Dissimulation*. London: Routledge, 1993, p. xvii. Mas ver ainda B. H. Warmington, *Nero: Reality and Legend*. London: Chatto and Windus, 1969, p. 10, e Miriam Griffin, *Nero: the end of a dynasty*. London: B. T. Batsford, 1984, p. 19. O segundo livro de Rudich sobre Nero – *Dissidence and Literature under Nero. The Price of Rhetoricization*. London: Routledge, 1997 – também segue essa tese.

¹³ Ver, por exemplo, Richard Saller, *Personal patronage under the Early Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, e Peter Garnsey e Richard Saller, *The Roman Empire: economy, society and culture*. London: Duckworth, 1987.

¹⁴ É a interpretação de Andrew Wallace-Hadrill, “The imperial court”, em A. K. Bowman, E. Champlin e A. Lintott (eds.), *The Cambridge Ancient History*. v. 10: The Augustan Empire, 43 B.C. - A.D. 69. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 283-308.

¹⁵ Fábio Faversoni, “As relações interpessoais sob o Império Romano: uma discussão da contribuição teórica da Escola de Cambridge para o estudo da sociedade romana”, em Alexandre Galvão Carvalho (org.), *Interação social, reciprocidade e profetismo no mundo antigo*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2003, p. 39-40.

que desponta das obras de Tácito, Suetônio e Dião Cássio é, em geral, negativa, personificando-se em Nero as características de um tirano¹⁶. No entanto, como acentuou recentemente Edward Champlin, pouco se indaga sobre a heroicização desse imperador pelas camadas populares e sobre a tradição positiva que se construiu a seu respeito no Oriente, e que fornecem um contraponto à imagem elaborada pela elite em Roma e nas províncias ocidentais¹⁷. É certo que, desde que ascendeu ao poder em 54 d.C., aos dezessete anos de idade, Nero elaborou progressivamente uma ideologia do poder em que se mesclavam elementos mitológicos e artísticos, com a qual procurava explicar e legitimar seus atos, inclusive os assassinatos da mãe, Agripina, e da esposa, Otávia.

Mas um exame atento das mesmas fontes que o condenam também mostra um imperador ciente de seu papel como “avalista da ordem social”¹⁸, zelando pelas hierarquizações jurídicas e econômicas da sociedade, dentre elas, a nítida diferenciação entre escravos e cidadãos, entre *servitus* e *libertas*. Dois episódios relatados por Tácito nos seus *Anais* exemplificam esse ponto: o debate ocorrido em 56 d.C., no conselho do imperador, a respeito de uma decisão do Senado de conceder aos patronos o direito de revogar a liberdade dos libertos (*Anais*, 13, 26-27), e o assassinato de Pedânio Secundo, prefeito da cidade de Roma, por um de seus escravos, em 61 d.C., e que igualmente teve repercussões no Senado e até na plebe de Roma (*Anais*, 14, 42-45). Por outro lado, as fontes contemporâneas ao principado de Nero permitem entrever uma nítida preocupação com a categoria dos libertos. É o caso da quinta sátiras de Pérsio e, principalmente, do *Satyricon*, de Petrônio, com seu

¹⁶ Imagem que se consolidou no pensamento medieval e renascentista europeu. Ver William B. Gwyn, “Cruel Nero: the concept of the tyrant and the image of Nero in Western political theory”. *History of Political Thought*, 12, 3, 1991, p. 421-455. No imaginário ocidental do século XX, observa-se a persistência da mesma tradição. Ver, por exemplo, Maria Wyke, “Make like Nero! The appeal of a cinematic emperor”, em J. Elsner e J. Masters (eds.), *Reflections of Nero: culture, history & representation*. London: Duckworth, 1994, p. 11-28.

¹⁷ *Nero*. Massachusetts: Belknap Press/Harvard University Press, 2003.

¹⁸ Tomo a expressão de Fábio Faversoni, *A sociedade em Sêneca*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 112.

“banquete de Trimalcião” (*Cena Trimalchionis*), um dos mais relevantes documentos literários disponíveis sobre a categoria dos libertos no Alto Império Romano. Por sua vez, a extensa obra de Sêneca, filósofo e conselheiro de Nero, permite realizar um estudo de como a questão da escravidão, suas justificativas e conseqüências sociais, colocava-se nos círculos filosófico-literários da corte neroniana. Por fim, há o tratado agrônômico de Columella, em que há um espaço reservado para a discussão dos métodos de gerenciamento da mão-de-obra escrava agrícola.

Em todas essas fontes encontra-se um denominador comum: a escravidão situa-se em um plano mais amplo que o estritamente econômico, pois remete a diferentes maneiras de se definir as relações entre escravidão e cidadania, desvelando os conflitos sociais que lhes respaldam e cujos atores não são apenas aristocratas, mas também escravos e libertos. O Principado de Nero torna-se então um campo de teste propício para analisar dois aspectos da sociedade imperial romana: o caráter urbano da escravidão e a atribuição de cidadania, parcial ou total, ao escravo libertado por um cidadão romano, e suas respectivas conseqüências políticas. Dois pontos que não são devidamente abordados pela conceituação de sociedade escravista, como consolidada na obra de Moses Finley.

Logo, o primeiro capítulo rediscute o conceito de “sociedade escravista”, analisando sua gênese e desdobramentos historiográficos, ressaltando algumas limitações decorrentes da centralidade conferida à escravidão-mercadoria empregada na agricultura e minimização da importância da manumissão. Para tanto, considerou-se o desenvolvimento histórico dos estudos sobre escravidão antiga cujas duas principais fontes foram o movimento abolicionista, a partir da segunda metade do século XVIII, e a teoria marxista da história.

O segundo capítulo inicia a análise das fontes com os *Anais*, de Tácito, a *Vida de Nero*, de Suetônio, e a *História Romana*, de Dião Cássio. A relação de Nero com seus libertos, bem como o uso da simbologia da escravidão para estabelecer uma ligação com a plebe de Roma, são os pontos abordados.

O terceiro capítulo aborda as representações de escravos nas obras de Sêneca, Petrônio e Columella, enquanto o quarto capítulo centra-se na representação dos libertos por esses mesmos autores e Pérsio. São também aí analisadas as passagens acima citadas de Tácito, com o intuito de comparar seus elementos com as visões coevas sobre a escravidão e a manumissão.

Por fim, uma conclusão sintetiza os argumentos desenvolvidos ao longo do trabalho à luz das fontes analisadas.

Roma como sociedade escravista: linhas de um debate

Em breve artigo sobre a escravidão à época de Nero, Jean-Marie André inicia notando que “as obras gerais sobre escravidão e as histórias econômicas do mundo romano parecem considerar o Alto Império como uma época estática”, de modo que “pode ser interessante circunscrever a pesquisa a um período limitado, como os quinze anos do principado de Nero”¹. Após passar em revista as principais fontes do período, conclui afirmando que “a época de Nero foi incontestavelmente uma época de dor de consciência, quando se percebeu a distorção entre o direito vigente e as exigências da consciência, [...] em que se começou a reconhecer no escravo, a despeito de sua personalidade jurídica, uma personalidade moral”².

Ao encerrar sua análise reforçando uma suposta tensão inerente à escravidão, fonte de incômodo moral, Jean-Marie André partilha uma posição comum à historiografia sobre escravidão antiga quando se trata de apontar os efeitos extra-econômicos do cativo. Refiro-me à idéia de que a escravidão seria uma instituição social particularmente ambígua, visto que repousando “na concepção subjacente do homem como uma posse transmissível sem qualquer autonomia de desejo e de consciência a mais do que a de um animal doméstico”³.

Todavia, para os antigos, a escravidão não era um problema, ou seja, nunca despertou crises de consciência e tampouco reivindicações de sua abolição⁴. Ademais, embora seja possível reunir uma quantidade substancial de pensamentos sobre a escravidão na obra de autores gregos e latinos, seja

¹ “L’esclavage sous Néron: statut juridique et condition réelle”. *Neronia* 1977. Clermont-Ferrand: Adosa, 1982, p. 13.

² *Idem*, p. 20.

³ Sirvo-me aqui das palavras de David Brion Davis, *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 81.

⁴ Keith Bradley, “The problem of slavery in classical culture” (review article). *Classical Philology*, 92, 1997, p. 282.

justificando a existência de escravos, seja condenando determinadas formas de tratamento dos cativos, uma literatura especificamente sobre a escravidão parece não ter existido na Antigüidade⁵. Era impensável uma sociedade sem escravos, e mesmo quando os antigos a concebiam, situavam-na num tempo mítico, ahistórico e pré-cívico⁶.

Atualmente, pelo contrário, é impensável uma sociedade com escravos, embora haja quem diga que, neste início do século XXI, “pela primeira vez na história humana há um excesso absoluto de escravos em potencial”⁷. O processo de globalização econômica e concomitante enfraquecimento dos Estados nacionais tiveram seus efeitos nas relações de trabalho, propiciando um fluxo internacional de capital e a exploração transnacional de mão-de-obra barata. Nas palavras de Kevin Bales, gerou-se um contingente de “pessoas descartáveis”⁸, disponíveis para serem escravizadas, entendendo-se por escravidão “uma relação social e econômica em que um indivíduo é controlado mediante uso de violência ou de sua ameaça, sem receber qualquer pagamento, e economicamente explorado”⁹. Pode-se questionar a aplicação de tal termo a toda sorte de trabalho compulsório que inclua endividamento, maus tratos, abuso sexual e condições precárias de alimentação e alojamento¹⁰. Mas não se pode negar que atualmente há um amplo consenso contrário à escravidão, como demonstrado pela atuação de movimentos sociais e organismos internacionais. Tal consenso é relativamente recente, remontando

⁵ Hermann Strasburger, “Poseidonios on problems of the Roman Empire”. *Journal of Roman Studies*, 55, 1965, p. 48.

⁶ Pierre Vidal-Naquet, “Reflexões sobre a historiografia grega da escravidão”, em Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet, *Trabalho e escravidão na Grécia antiga*. Campinas: Papirus, 1989, p. 108.

⁷ Kevin Bales, *New slavery: a reference handbook*. California: ABC-CLIO, 2000, p. 7.

⁸ Cf. seu livro *Disposable people: new slavery in the global economy*. Berkeley: University of California Press, 1999.

⁹ Kevin Bales, *New slavery: a reference handbook*, p. 3.

¹⁰ Para o caso brasileiro em especial, consultar Neide Esterici, *Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: Cedi-Koinonia, 1994, e AAVV. *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999. No Brasil a questão do trabalho escravo voltou à ordem do dia a partir da década de 1970 no contexto da abertura de frentes pioneiras de ocupação nas regiões Norte e Centro-Oeste, provocando debates em torno de um conceito de escravidão para nortear a elaboração de políticas públicas de combate a esta forma de exploração do trabalho.

à segunda metade do século XVIII, com o surgimento de um pensamento abolicionista.

A escravidão como problema moral é fruto das reações sociais aos sistemas escravistas desenvolvidos nas Américas entre os séculos XVI e XIX, sob condições históricas distintas. Apesar das continuidades entre o escravismo antigo e moderno – em especial no tocante à legislação e às justificativas intelectuais para manutenção de uma divisão social entre senhores e escravos –, a segunda metade do século XVIII marcou uma ruptura na história da escravização do homem pelo homem. A propagação de uma noção de liberdade entendida como expressão da autonomia individual, isto é, a liberdade de um indivíduo agir sem qualquer tipo de coerção externa (religiosa, política, social ou econômica), esteve na base dos ataques abolicionistas à escravidão nas colônias europeias além-mar e nos Estados Unidos, Brasil e Cuba. Foi uma época em que despontou a questão da inclusão dos escravos e seus descendentes nos quadros dos Estados nacionais¹¹.

Foi precisamente na esteira dos debates sobre a abolição do trabalho escravo a partir do Setecentos que se despertou o interesse pelo estudo da escravidão greco-romana¹². Não surpreende, portanto, que uma concepção liberal de liberdade permeie as análises sobre o tema, e cujo desdobramento é uma ênfase na escravidão-mercadoria (*chattel slavery*), como um *status* fixo e imutável, e principal elemento definidor de uma sociedade escravista.

¹¹ Joseph C. Miller, “Stratégies de marginalité. Une approche historique de l’utilisation des êtres humains et des ideologies de l’esclavage: progéniture, piété, protection personnelle et prestige – produit et profits des propriétaires”, em Isabel C. Henriques e Louis Sala-Molins (eds.), *Déraison, esclavage et droit: Les fondements idéologiques et juridiques de la traite négrière et de l’esclavage*. Paris: Éditions Unesco, 2002, p. 111.

¹² Embora já no século XVI existirem algumas obras a respeito, frutos da erudição antiquária humanista. Por exemplo, T. Popma, *De operis servorum liber* (Leiden, 1608) e L. Pignoria, *De servis et eorum apud veteres ministeriis commentarius* (Augsburg, 1613), ambos publicados conjuntamente em Amsterdã em 1674. Cf. Heinz Bellen, “Die antike Sklaverei als moderne Herausforderung: zur Situation der internationalen Sklavenforschung”, em Heinz Bellen, *Politik – Recht – Gesellschaft. Studien zur alten Geschichte*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1997, p. 307. Ver também Joseph Vogt, “Slavery and the humanists”, em Joseph Vogt, *Ancient slavery and the ideal of man*. Translated by Thomas Wiedemann. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1975, p. 188-210. Sobre a tradição antiquária em geral ver Arnaldo Momigliano, “O surgimento da pesquisa antiquária”, em *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004, p. 85-117.

De matriz marxista, tal conceito coloca a Itália clássica lado a lado com o Brasil, o Sul dos Estados Unidos e o Caribe inglês e francês, entre os séculos XVI e XIX. Retomado por Moses Finley – em seu *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, de 1980 – consolidou-se como referência na historiografia sobre escravidão, tornando-se como um texto canônico. Justamente devido a essa aura de autoridade de que se revestiu a obra finleyriana, é preciso atentar para o que Miguel Palmeira, analisando a inserção intelectual de Finley no mundo acadêmico anglo-saxão, classificou como “produção social de uma inovação historiográfica”, ou seja, “para compreender o efeito que tiveram as teses de Finley nos debates sobre a economia antiga, talvez seja preciso considerar que a idéia de que há ‘mérito’, ‘pioneirismo’ ou ‘inovação’ embutido em certas construções teóricas é necessariamente ancorada em uma situação determinada de um campo de estudos e precedida de uma percepção específica do estado desse campo sustentada por alguém que ocupa uma posição dentro dele”¹³. Finley debruçou-se sobre a escravidão antiga em um momento em que se colocava a necessidade de superar a polarização a que haviam chegado os estudos sobre o tema. Por um lado, a visão do mundo antigo como a realização de um “modo de produção escravista” – comum na historiografia marxista sob diferentes nuances –, por outro, a visão humanista reatualizada por Vogt e sua escola.

Mas, como veremos, ao enfatizar a escravidão-mercadoria, como uma situação invariante e monolítica, sua teorização olvidou o fato de que, nas palavras de Orlando Patterson, “escravização, escravidão e manumissão não são meros eventos relacionados; são um único e mesmo processo em diferentes fases”¹⁴. Isso é particularmente relevante para o caso da Roma

¹³ Miguel S. Palmeira, “Moses Finley e a economia antiga: interdisciplinaridade na produção de uma inovação historiográfica”, comunicação apresentada no II Encontro Nacional do GT de História Antiga da Anpuh, Porto Alegre, setembro de 2002, mimeo.

¹⁴ *Slavery and social death: a comparative study*. Massachusetts: Harvard University Press, 1982, p. 296. Ver também a abordagem proposta por Igor Kopytoff: “A escravidão não deve ser definida como um *status*, mas antes como um processo de transformação de *status* que pode prolongar-se uma vida inteira e inclusive estender-se para as gerações seguintes. O escravo começa como um estrangeiro [*outsider*] social e passa por um processo para se tornar um membro [*insider*]. Um indivíduo, despido de sua identidade social prévia, é colocado à margem de um novo grupo social que lhe dá uma nova

clássica, onde o escravo de um cidadão romano, quando libertado, podia tornar-se um cidadão, embora continuasse vinculado ao seu patrono por meio do cumprimento de obrigações formais e informais. Uma situação sociológica, portanto, que produzia uma relação peculiar entre escravidão, liberdade e cidadania; uma relação em que a idéia de autonomia individual era bem diferente da que estamos acostumados a conceber, de acordo com a tradição liberal, em que esses termos são completamente dicotômicos. Não reconhecer este fato significa continuar reiterando, às vezes até inconscientemente, o caráter ambíguo ou contraditório da escravidão no mundo antigo. Significa também, no caso de Roma, sublinhar apenas a liberdade pessoal adquirida pelos libertos em detrimento da liberdade cívica que tornava ex-escravos membros da comunidade política.

Escravidão e sociedade escravista

Embora desde o mundo antigo a escravidão fosse objeto de críticas – mas sem qualquer menção à sua total extinção –, foi apenas a partir de 1750 que sua legitimidade passou a ser questionada e sua abolição irrestrita defendida. Em linhas gerais, a crítica partiu de três frentes, praticamente simultâneas¹⁵. Em primeiro lugar, a longa associação entre cristianismo e escravidão foi posta em dúvida pelos *quakers*, seita que surgiu no contexto das revoluções inglesas do século XVII. Equiparando a escravidão a um pecado, os *quakers* contribuíram para minar o ideário pró-escravista, que tinha na tradição cristã uma de suas bases. Muitas das primeiras sociedades antiescravistas

identidade social. A estrangeiridade [*outsidedness*], então, é sociológica e não étnica. [...] O escravo (mesmo quando um vizinho) é feito estrangeiro ao ser feito uma não-pessoa, privada de suas funções e *status* anteriores” (“Slavery”. *Annual Review of Anthropology*, 11, 1982, p. 221-222). A inaplicabilidade do postulado do escravo-mercadoria para a Antigüidade tem sido argumentada por alguns estudiosos. Ver, por exemplo, CARDOSO, Ciro Flamarion; REDE, Marcelo; ARAÚJO, Sônia Rebel de. “Escravidão antiga e moderna”. *Tempo*, 6, 1998, p. 9-17.

¹⁵ Sobre o surgimento das idéias abolicionistas consultar David Brion Davis, *O problema da escravidão na cultura ocidental*, e, mais recentemente, do mesmo autor, *Inhuman bondage: the rise and fall of slavery in the New World*. Oxford: Oxford University Press, 2006, caps. 12 e 13.

inglesas e norte-americanas eram compostas, em grande parte, por membros dessa seita. Em segundo lugar, os filósofos da Ilustração – a começar por Montesquieu – negaram que o trabalho escravo fosse conforme ao direito natural e, portanto, legítimo. Enfim, o discurso da economia política proposto pela fisiocracia e pelo Iluminismo escocês – cuja figura maior foi Adam Smith – atacou os fundamentos econômicos da escravidão, questionando sua eficiência e produtividade em comparação com o trabalho assalariado. Em comum, essas críticas todas compartilhavam a aceitação de um conceito de liberdade entendido como expressão da autonomia individual.

Esse clima intelectual desdobrou-se particularmente na Grã-Bretanha e na França, onde despontaram os primeiros grandes trabalhos sobre a escravidão antiga. Em 1785, a Universidade de Cambridge anunciou um prêmio para o melhor ensaio que discutisse o tema da validade de um homem ser escravizado contra sua vontade. Em 1794, a Convenção, na França, liberou todos os escravos em territórios sob domínio francês e, em 1807, o Parlamento britânico votou a favor do fim do tráfico escravo. Em 1833, foi publicada em Edimburgo, pelo historiador escocês William Blair, um livro intitulado *An Inquiry into the State of Slavery amongst the Romans from the Earliest Period till the Establishment of the Lombards in Italy*¹⁶.

Na França veio a lume a monumental *Histoire de l'esclavage dans l'Antiquité*, de Henri Wallon. Publicada em 1847, apresentou-se como resposta a duas indagações colocadas em um concurso de 1837 pela Academia de Ciências Morais e Políticas: “Por que causas a escravidão antiga foi abolida? A partir de que época a escravidão desapareceu completamente da Europa ocidental, não restando apenas a servidão da gleba?”. Tais questões remetiam, na realidade, às dificuldades para se erradicar o trabalho escravo nas colônias, tanto que, não por acaso, o próprio Wallon redigiu um texto intitulado *L'Ésclavage dans les colonies*, posteriormente incorporado como introdução à sua obra maior na reedição de 1879. Em ambos os escritos, encontramos o mesmo raciocínio: a escravidão é contrária ao direito natural, corrompe tanto

¹⁶ Zvi Yavetz, *Slaves and slavery in ancient Rome*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1991, p. 118-119.

senhores como escravos e impede o desenvolvimento do trabalho livre e sua respectiva produtividade¹⁷.

Todavia, também ocorria um movimento inverso, em que se apelava para a Antigüidade a fim de justificar o trabalho escravo. Logo, na cultura escravista dos Estados Unidos, para se legitimar a instituição da escravidão nos Estados do Sul, comparava-se o trabalho assalariado a uma “escravidão” e o sistema político sulista à democracia grega no sentido de que os livres podiam dedicar-se ao bem público justamente porque o trabalho manual estava a cargo de escravos. Essa foi, por exemplo, a ideologia apregoada nos escritos de John Caldwell Calhoun (1782-1850), figura de relevo da política norte-americana (vice-presidente, em 1824, senador, em 1828 e secretário de Estado, em 1845). Em seus *Remarks on the State Rights, Resolutions in Regard to Abolition*, de 1838, criticava aqueles que confundiam democracia com igualitarismo, condenava o trabalho industrial do Norte que convertia o operário em “escravo assalariado” e fazia uma apologia da democracia grega. *Pari passu* com essa crítica, postulava-se uma visão paternalista – tenazmente combatida pelos abolicionistas – da escravidão: nas *plantations*, o tratamento conferido pelos senhores seria mais humano do que aquele prevalecente nas organizações industriais urbanas¹⁸.

Em suma, tanto no ideário abolicionista como no pró-escravista, a escravidão antiga era abordada de um ponto de vista moral. No primeiro caso, buscando-se ressaltar seus efeitos deletérios sobre a sociedade; no segundo, servindo-se da metáfora da escravidão para desqualificar o trabalho livre. No entanto, mesmo depois de completos os processos de emancipação, na segunda metade do século XIX nas Américas, algumas das idéias acima expostas continuaram a ditar os caminhos de abordagem da escravidão antiga.

¹⁷ Sobre a obra de Wallon e seus princípios norteadores, ver o estudo crítico de Jean-Christian Dumont no seu prefácio à reedição de *Histoire de l'esclavage dans l'Antiquité* (Paris: Éditions Robert Laffont, 1988).

¹⁸ Luciano Canfora, *Ideologias de los estudios clásicos*. Madrid: Akal Editor, 1991, p. 31-32. Nessa mesma linha ver também Eugene Genovese, “O resultado lógico da filosofia escravocrata: exposição, interpretação e crítica do pensamento social de George Fitzhugh de Port Royal, Virgínia”, em Eugene Genovese, *O mundo dos senhores de escravos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 129-259.

Nesse sentido, merece destaque a concepção propagada pela economia política clássica de que essa instituição representava um obstáculo ao pleno desenvolvimento das forças econômicas, pressuposto aceito em grande parte pela historiografia do final do século XIX.

Data desse momento um dos principais impulsos ao estudo da escravidão antiga, que agora colocava a questão não em termos estritamente morais, mas sociológicos¹⁹. A escravidão passou então a ser analisada nos marcos de uma discussão sobre a evolução da sociedade humana. Em 1789, Johann Friedrich Reitemeier publicou um ensaio sobre a escravidão grega, localizando a origem da instituição em um período nômade da história da Grécia, quando se tornou necessário o trabalho compulsório para a produção de subsistência da comunidade. Posteriormente, no século V a.C., com o aumento do nível de vida e, conseqüentemente, do luxo, surgiu a forma clássica da escravidão. Reitemeier, como lembra Finley²⁰, por seus trabalhos no campo da história jurídica, pode ser considerado um dos fundadores da Escola Histórica Alemã.

A teoria dos estágios do desenvolvimento econômico, um dos principais legados dessa escola, enraizou-se no historicismo da *Nationalökonomie*, que procurava relacionar as concepções econômicas às condições em que elas surgiram. Desde o início, a economia política histórica defendeu sua ligação com o historicismo, contra aqueles que pensavam em separar a economia da história, visando a uma ciência teórica que estabelecesse as leis gerais que regem os fenômenos econômicos. O pano de fundo da abordagem historicista era a expansão do capitalismo europeu como vinha se expressando na Inglaterra, França, Alemanha e Áustria. Então, para explicar o surgimento do novo sistema econômico que se impunha com uma velocidade e impactos sem precedentes, adotava-se uma visão evolutiva e gradativa da história, em que as etapas anteriores eram mais atrasadas economicamente do que a contemporânea. A economia da Antigüidade greco-romana, com sua base escravista, passou a ocupar o último lugar do pódio, aparecendo como um

¹⁹ Cf. M. I. Finley, *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, cap. 1.

²⁰ *Op. cit.*, p. 38.

reflexo invertido da economia capitalista moderna. Temos aqui o nascimento daquela que, posteriormente, seria denominada querela entre “primitivistas” e “modernistas”²¹.

Em 1849, Wilhelm Roscher, um dos principais representantes da escola histórica em economia, pronunciou-se sobre o tema. Em um ensaio sobre a relação da economia política com a Antigüidade clássica²², Roscher distinguia três fases do desenvolvimento econômico. Num primeiro período predominou como principal fator da produção a natureza, no segundo o trabalho humano, no terceiro o capital. Na Antigüidade, a escravidão doméstica preponderava, com os escravos sendo responsáveis por todas as tarefas produtivas, que depois seriam assumidas pela indústria²³. Mas atribui-se ao ensaio de Karl Rodbertus sobre a história da tributação romana desde os tempos de Augusto, de 1865, a inauguração da vertente primitivista. Nessa obra, apresentava-se a idéia de que, entre os romanos, havia um único tipo de tributo, aquele pago pelo senhor da casa (*oikos*) a partir dos rendimentos de sua propriedade. Essa centralização não existia no mundo moderno, onde a tributação estava distribuída entre os diversos grupos sociais e suas posições no mercado: assim, há taxas sobre a propriedade da terra ou de capital, e o capital pode ser industrial ou comercial, o qual pode, por sua vez, ser investido em bens ou em dinheiro. No entanto, o que ficou dessa “teoria do *oikos*” de Rodbertus foi sua caracterização da economia romana como fundada em unidades familiares auto-suficientes. Em 1893, Karl Bücher, em sua obra *O Surgimento da Economia Nacional*, retomou esse ponto, afirmando que, na Antigüidade, predominou uma “economia doméstica fechada” (*geschlossene Hauswirtschaft*), cuja mão-de-obra utilizada era predominantemente escrava:

²¹ Um balanço recente das origens dessa polêmica encontra-se em Aldo Schiavone, *A história rompida: Roma antiga e Ocidente moderno*. São Paulo: Edusp, 2005, cap. 4. Mas ver também Hermann Gummerus, *Der römische Gutsbetrieb als wirtschaftlicher Organismus nach den Werken des Cato, Varro und Columella*. Aalen: Scientia Verlag, 1979, p. 1-14 e Harry W. Pearson, “The secular debate on economic primitivism”, em K. Polanyi, C. M. Arensberg e H. Pearson (orgs.), *Trade and market in the early empires. Economies in history and theory*. Glencoe (Ill.): Free Press, 1957, p. 3-11.

²² *Über das Verhältnis der Nationalökonomie zum klassischen Altertum. Ansichten der Volkswirtschaft aus dem geschichtlichen Standpunkte*, 2 ed. 1861.

²³ H. Gummerus, *op. cit.*, p. 2.

“A partir da autonomia econômica das casas onde se empregavam escravos explica-se toda a história social, e uma boa parte da política, da Roma antiga”²⁴.

Em contrapartida a essa visão ganhou corpo uma postura oposta, “modernista”, que, em vez de realçar as diferenças entre as economias antiga e moderna, insistia em suas semelhanças. Nessa linha, Eduard Meyer, em 1895, publicou um ensaio, que tinha como alvo a tese de Bücher, sobre o desenvolvimento econômico da Antigüidade (*Die wirtschaftliche Entwicklung des Altertums*)²⁵. Aqui a economia antiga é tratada como se já fosse totalmente industrial e com um comércio desenvolvido, além de subordinada a um Estado de tipo nacional, como na Europa do século XIX. Aliás, Meyer utilizava sem ressalvas termos como fábrica, e simplesmente comparava os escravos a operários modernos. Contra essa metodologia de Meyer, e também contra o modo como Bücher aplicava o conceito de “economia do *oikos*”, insurgiu-se Max Weber na segunda edição de sua obra *Relações agrárias na Antigüidade (Die Agrarverhältnisse des Altertums)*, de 1909 (1 ed. 1897). Em primeiro lugar, ressaltou que o conceito de Bücher devia ser empregado como um “tipo ideal”, ou seja, como uma construção teórica que auxilia a compreender uma dada realidade, mas que necessariamente não pode se identificar com ela em todos os seus traços. Em segundo lugar, censurava Meyer porque seus conceitos modernizantes não encontravam respaldo na documentação antiga e, portanto, promoviam distorções do fenômeno histórico. Quanto à escravidão, Weber partilhava dos pressupostos da economia política, descartando o escravismo como mais rentável que o emprego de mão-de-obra livre, pois aquele impossibilitava um cálculo racional do capital investido. A escravidão só prevaleceu no mundo romano devido à oferta de terras e escravos, no contexto de um capitalismo antigo, que tinha móveis políticos, sendo a guerra o principal deles. Na Roma republicana, a expansão militar gerou uma maior disponibilidade de escravos e incentivou seu uso capitalista em plantações,

²⁴ *Apud* H. Gummerus, *op. cit.*, p. 5.

²⁵ Trad. esp. em Eduard Meyer, *El historiador y la historia antigua*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

empresas marítimas, mineração etc. Ademais, a oferta de terras a baixo custo, muitas vezes resultado das campanhas militares, era uma condição essencial, pois compensava o alto investimento realizado na compra da escravaria e o capital nela imobilizado²⁶.

Já em seu ensaio de 1896 sobre o declínio da cultura antiga (*Die sozialen Gründe des Untergangs der antiken Kultur*)²⁷, Weber afirmava que o mundo antigo perdurou enquanto se manteve um fluxo constante de escravos, por meio de guerras, possibilitando uma mão-de-obra barata. O objetivo de Weber, nesse ensaio, era explicar decadência da cultura antiga buscando as razões na própria estrutura econômica do Império Romano, sem recorrer à tese de que o império chegara ao fim devido às invasões bárbaras ou à incapacidade política de seus governantes. Para tanto, caracterizou a cultura antiga como cidadina, litorânea e escravista. A cidade era o centro de toda vida política, econômica e social, dependente de uma infra-estrutura econômica calcada na troca de produtos da indústria urbana pelos dos campos circundantes. O comércio era predominantemente marítimo e priorizava artigos de luxo. Mas era a escravidão que conformava toda a estrutura econômica. A existência de escravos limitava a expansão do mercado e a divisão do trabalho ocorria exclusivamente pela acumulação crescente de homens, cujo baixo preço, devido à oferta proporcionada por guerras de conquista, impedia desenvolvimento do comércio local. Ademais, os escravos supriam as necessidades econômicas de seus proprietários, paralisando o desenvolvimento do trabalho livre. A evolução do comércio internacional ocorreu paralela à concentração de trabalho servil nas grandes propriedades agrícolas, cujos proprietários viviam nas cidades. Mas, com o fim das guerras, todo esse edifício ruiu. A crise do escravismo gerou, em última instância, a queda do Império, consequência política do desaparecimento do comércio e crescimento da economia natural, incapaz de prover rendimentos que sustentassem burocracia e exército. Enquanto as cidades floresceram com os

²⁶ Max Weber, *Storia economica e sociale dell'Antichità: i rapporti agrari*. Roma: Editori Riuniti, 1992, p. 22-23 e 310.

²⁷ Trad. esp. Max Weber, "La decadencia de la cultura antigua: sus causas sociales", em AAVV, *La transición del esclavismo al feudalismo*. Madrid: Akal Editor, 1975, p. 35-57.

rendimentos do trabalho escravo, a cultura antiga atingiu seu auge. Logo, os outros fatores que levaram à sua derrocada – a crescente insuficiência do exército, a burocratização do Estado imperial romano e o deslocamento do eixo cultural das cidades para o campo – aparecem antes como reflexos do fim da escravidão²⁸.

É neste ensaio de Weber em que nos deparamos com o termo “cultura escravista” (*Sklavenkultur*) aplicado à cultura greco-romana, no que o pensador alemão seguia uma tendência comum no século XIX em se estabelecer uma vinculação entre cultura e escravidão. Alguns intelectuais afirmavam que a escravidão tinha possibilitado o florescimento das artes na Grécia e em Roma e, portanto, contribuiu para a “cultura da classe dominante”, na expressão de A. H. L. Heeren²⁹. Subjacente a essa idéia estava o pressuposto de que o mundo ocidental moderno era herdeiro direto das civilizações clássicas, como transparece numa conhecida declaração de Engels no *Anti-Dühring*: “Sem escravidão, não seria possível conceber-se o Estado grego, nem a arte e a ciência da Grécia. Sem escravidão não teria existido o Império Romano. E sem as bases do helenismo e do Império Romano não se teria chegado a formar a moderna Europa”³⁰. Marx, por sua vez, compartilhava da concepção romântica que via na arte grega a norma artística por excelência e, devido a isso, chegava a se indagar como uma arte e literatura tão perfeitas esteticamente puderam se desenvolver sob uma base econômica relativamente primitiva, de base escravista³¹.

Contudo, a argumentação de Weber sobre a ascensão e declínio da escravidão romana, no fundo, remetia a um debate travado à época da guerra de secessão nos Estados Unidos, quando a questão da escravidão ganhou contornos políticos mais acentuados. Em oposição à ideologia pró-escravista

²⁸ John Love, *Antiquity and capitalism: Max Weber and the sociological foundations of Roman civilization*. London: Routledge, 1991, p. 30.

²⁹ Em *Ideen über die Politik, den Verkehr um den Handel der vornehmsten Völker der alten Welt* (1812), *apud* Heinz Bellen, *op. cit.*, p. 308, n. 4.

³⁰ *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 158.

³¹ Sobre as idéias estéticas de Marx ver Heinrich von Staden, “Arte y literatura griegas en las ideas estéticas de Marx”, em AAVV, *El marxismo y los estudios clásicos*. Madrid: Akal Editor, 1981, p.105-126.

sulista, o professor de economia política e direito John Elliot Cairnes publicou, em 1862, um livro que se tornaria ponto de referência para as análises sobre escravidão antiga. Em *The Slave Power*³², Cairnes sustentou a tese de que o trabalho escravo contribuía para o esgotamento do solo e requeria uma contínua expansão territorial para ser eficiente. Weber e Marx retomaram essas idéias em suas menções à escravidão antiga, tendo como parâmetro a escravidão no Sul dos Estados Unidos³³.

Como Weber, Marx seguia a economia política clássica em suas observações sobre escravidão, ainda que não tivesse por objetivo desenvolver uma análise sistemática da escravidão grega ou romana, mas sim delinear o processo histórico que levou ao surgimento do capitalismo e correspondente sociedade de classes. Se, por um lado, como outros evolucionistas, Marx via a escravidão processualmente e numa linha de desenvolvimento, por outro, não a tomava como mera decorrência da violência e da guerra. Distanciou-se ainda mais dos evolucionistas no seu tratamento da escravidão não como um estágio universal na evolução, mas como confinada ao desenvolvimento da sociedade “clássica antiga”, cuja estrutura social diferia das formas “germânica”, “eslava” e “asiática”³⁴.

³² *The Slave Power: its character, career and probable designs, being an attempt to explain the real issues involved in the American contest*. London: 1862, 2 ed. 1863.

³³ Cf. Wilhelm Backhaus, “John Elliot Cairnes und die Erforschung der antiken Sklaverei”. *Historische Zeitschrift*, 220, 1975, p. 543-567. Idéias que igualmente estiveram presentes nas obras sobre escravidão romana publicadas entre o final do Século XIX e início do XX. Ver, por exemplo, Ettore Ciccotti, *Il tramonto della schiavitù nel mondo antico* (Torino, 1899) e R. H. Barrow, *Slavery in the Roman Empire* (1928; 2 ed., New York, 1968). Cabe lembrar que o antropólogo holandês H. J. Nieboer (em *Slavery as an Industrial System*, Haia, 1910) desenvolveu a chamada a “teoria dos recursos disponíveis” (*open resource theory*) para explicar a origem da escravidão como resultado de uma determinada equação entre terras e escravos. Como explica Frederic L. Pryor, para Nieboer, “recursos disponíveis ocorrem quando é fácil de se obter terra arável e quando é preciso pouco conhecimento tecnológico e capital para a produção agrícola. [...] Quando existem recursos disponíveis, ‘todo homem capacitado para tal pode sustentar-se tomando um pedaço de terra para cultivo. Disso decorre que ninguém serve voluntariamente outra pessoa; aquele que quiser um trabalhador deve assujeitá-lo, e essa sujeição sempre tomará a forma de escravidão’. Quando recursos disponíveis não existem, ‘quando toda terra apta para cultivo tiver sido apropriada, provavelmente a escravidão não ocorrerá’”. Frederic L. Pryor, *The origins of the economy: a comparative study of distribution in primitive and peasant economies*. New York: Academic Press, 1977, p. 228-229.

³⁴ Igor Kopytoff, *op. cit.*, p. 211.

Dois pontos mereceram sua atenção: a produtividade do trabalho escravo e a origem da escravidão³⁵. Quanto ao primeiro, Marx explica, no *Capital*, a baixa produtividade do trabalho escravo em termos de psicologia social: ao trabalharem sob coação e serem tratados como objetos, os escravos não se interessavam pela produção, danificando equipamentos e desperdiçando material, o que seria inaceitável em uma economia capitalista. Igualmente, afirma que a classe proprietária de escravos não reinvestia seus rendimentos transformando-os em capital, mas direcionava-os para o consumo de artigos de luxo. Porém, por outro lado, Marx refere-se à transformação de um sistema escravista patriarcal, voltado para a produção direta de meios de subsistência, num sistema devotado à produção de mais-valia, como resultado do comércio e desenvolvimento de um capital mercantil. De acordo com Jon Elster, esse último ponto está inter-relacionado à questão da origem da escravidão, explicada por Marx como decorrência do aumento populacional, como mostra a passagem abaixo dos *Grundrisse*:

Tendo sido construída a cidade de Roma e suas terras circunvizinhas, cultivadas por seus cidadãos, as condições da comunidade diferiram das que haviam vigorado anteriormente. O objetivo de todas estas comunidades é a preservação, i.e., a produção de indivíduos que as constituam como proprietários, i.e., no mesmo modo objetivo de existência que, também, forma o relacionamento recíproco dos membros e, portanto, forma a própria comunidade. Mas, esta reprodução é, ao mesmo tempo, necessariamente nova produção e destruição da velha forma. Por exemplo, quando cada indivíduo deve possuir uma determinada quantidade de terras, o simples aumento da população constitui um obstáculo. Para que este seja superado, deverá desenvolver-se a colonização e isto exigirá guerras de conquista. O que conduzirá à escravidão etc. [...]³⁶

³⁵ Para o que segue sirvo-me de Jon Elster, *Making Sense of Marx*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 275-277 e 313-317.

³⁶ *Formações econômicas pré-capitalistas*. Introdução de Eric Hobsbawm. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 87-88.

No entanto, não é somente a reprodução econômica da comunidade que está na base desse processo, mas sua reprodução política. O trabalho escravo teria se disseminado na sociedade romana como consequência da expansão da comunidade cidadã. O elemento dinâmico desse processo, como observou Elster, era o comércio interno e externo, e não a luta de classes ou o desenvolvimento das forças produtivas³⁷. Impulsionado inicialmente pelas conquistas militares, o comércio transformou uma economia baseada na extração de trabalho excedente por meio de escravos num sistema voltado à extração de trabalho excedente³⁸.

Contudo, a literatura posterior de orientação marxista passou a enfatizar a luta de classes e/ou o desenvolvimento das forças produtivas. Em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884), Engels, apoiando-se na divisão da história da humanidade entre “barbárie” e “civilização” – de acordo com Lewis Morgan em sua obra *Ancient Society*³⁹ –, propõe um estágio (a “fase média do estado selvagem”), no qual a escravidão teria começado a dominar a paisagem econômica:

O desenvolvimento de todos os ramos da produção – criação de gado, agricultura, ofícios manuais domésticos – tornou a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário para a sua manutenção. Ao mesmo tempo, aumentou a soma de trabalho diário correspondente a cada membro da *gens*, da comunidade doméstica ou da família isolada. Passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se logrou através da guerra; os prisioneiros foram transformados em escravos. Dadas as condições históricas gerais de então, a primeira grande divisão social do trabalho, ao aumentar a

³⁷ *Op. cit.*, p. 317. Cabe lembrar que o próprio Marx salientava que a oposição entre livres e escravos não era a única contradição das sociedades antigas. Pelo contrário, e especificamente para o caso de Roma, sublinhava que a luta entre os grandes proprietários de terras e os pequenos camponeses sempre foi uma constante, mas influenciada pelo escravismo que formava a base da produção. Cf. David Konstan, “Marxismo y esclavismo romano”, em AAVV, *El marxismo y los estudios clásicos*. Madrid: Akal Editor, 1981, p. 132.

³⁸ *Idem*, p. 315. Grifos do autor.

³⁹ *Ancient Society, or Researches in the Line of Human Progress from Savagery through Barbarism to Civilization*, publicada em 1877. Sobre Morgan e sua obra consultar Maurice Godelier, “Lewis Henry Morgan (1818-1881)”, em Maurice Godelier, *Horizon, trajets marxistes en anthropologie*, v. 2. Paris: François Maspero, 1977, p. 55-65.

produtividade deste, e por conseguinte a riqueza, e ao estender o campo da atividade produtora, tinha que trazer consigo – necessariamente – a escravidão. [...] O constante crescimento da produção, e com ela da produtividade do trabalho, aumentou o valor da força de trabalho do homem; a escravidão, ainda em estado nascente e esporádico na fase anterior, converteu-se em elemento básico do sistema social [*die Sklaverei ... wird jetzt wesentlicher Bestandteil des Gesellschaftssystems*].⁴⁰

Com a elevação dos escritos de Marx e Engels à categoria de “clássicos” pelos líderes políticos da revolução russa – sobretudo Lênin e Stalin – e sua inserção esquemática na teoria dos cinco estágios de evolução da humanidade, o conceito de “sociedade escravista” tomou forma. No tratado “Sobre o Estado” (1919), de Lênin, a Antigüidade apresentava-se sob a rubrica de “sociedade escravista”⁴¹, conceito que doravante se tornaria preponderante na historiografia soviética – é de 1934 a *História da Antiga Sociedade Escravista*, de Tjumenev. O foco da pesquisa era agora demonstrar a existência de um período escravista e sua superação por um período feudal, rumo ao fim da sociedade burguesa capitalista e instauração do comunismo⁴². Com o marxismo, portanto, a Antigüidade passou a ser representada como predominantemente uma “sociedade de senhores de escravos” e não apenas como uma “cultura escravista”. A partir da década de 1970, ganhou força fora dos círculos estritamente marxistas o conceito de “sociedade escravista”, cuja formulação foi empreendida por Moses Finley, que chamou a si a tarefa de rever a tradição historiográfica anterior e colocar o debate em outros termos.

⁴⁰ *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 181 e 183. Ed. alemã: Berlin, Dietz Verlag, 1977, p. 180-181 e 183.

⁴¹ Bellen, *op. cit.*, p. 309; Heinz Heinen, “Slavery”, em *Marxism, Communism and Western Society: A Comparative Encyclopedia*. New York, Herder & Herder, 1973, v. 7, p. 337-338.

⁴² Um exemplo é E. M. Shtajerman e B. Sharevskaia, “El régimen esclavista”, em AAVV, *El modo de producción esclavista*. Madrid: Akal Editor, 1978, p. 108-191. Sobre a historiografia soviética em geral ver Friedrich Vittinghoff, “Die Theorie des historischen Materialismus über den antiken ‘Sklavenhalterstaat’”. Probleme der alten Geschichte bei den ‘Klassikern’ des Marxismus und in der modernen sowjetischen Forschung”, em Friedrich Vittinghoff, *Civitas Romana: Stadt und politisch-soziale Integration im Imperium Romanum der Kaiserzeit*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1994, p. 495 e ss.

Obrigado a deixar a Universidade de Rutgers nos Estados Unidos em 1950 devido ao macarthismo, Finley instalou-se em Cambridge. Embora tenha sido aluno de William L. Westermann, autor de uma das principais sínteses sobre escravidão greco-romana⁴³, mais relevante em sua formação foi o contato com intelectuais exilados da Alemanha nazista que se transferiram para os Estados Unidos na década de 1930. Em 1934, o Instituto para Pesquisa Social, sob a direção de Max Horkheimer, mudou-se de Frankfurt para Nova York, associando-se à Universidade de Columbia. Finley envolveu-se em várias atividades no instituto e partilhou de sua preocupação em revisar os princípios do marxismo, muitas vezes à luz dos escritos de Weber.

De acordo com Finley, uma sociedade é genuinamente escravista quando a escravidão se torna uma instituição essencial para a sua economia e seu modo de vida, no sentido de que os rendimentos que mantém a elite dominante provêm substancialmente do trabalho escravo⁴⁴. Para constituição de tal sociedade seria preciso a combinação de três fatores: a propriedade privada da terra e sua concentração em poucas mãos; o desenvolvimento dos bens de produção e a existência de um mercado para venda, e a ausência de mão-de-obra interna disponível, obrigando os agenciadores de trabalho a recorrer a estrangeiros. Tais condições teriam existido simultaneamente em Atenas, e outras comunidades gregas no século VI a.C., e em Roma desde o século III a.C.⁴⁵. Nesse quadro, o escravo surgia como a mão-de-obra ideal, porque os “três componentes da escravidão – a posição do escravo como propriedade, a totalidade do poder sobre ele e a falta de laços de parentesco – davam ao proprietário, *a priori*, poderosas vantagens com relação a outras formas de trabalho involuntário: maior controle e flexibilidade no emprego de sua força de trabalho e uma liberdade muito maior na disposição do trabalho indesejado”⁴⁶. Fundamental nesse contexto foi a íntima relação entre cidadania

⁴³ *The slave systems of Greek and Roman Antiquity*. Philadelphia: American Philosophical Society, 1955.

⁴⁴ *Op. cit.*, p. 84-85.

⁴⁵ *Idem*, p. 88-89.

⁴⁶ *Idem*, p. 79. Essa formulação já estava presente no artigo “Escravidão”, que escreveu para a *International Encyclopedia of the Social Sciences* (1968), no qual afirma que

e propriedade privada da terra, que se reforçou em Atenas e Roma com a abolição da escravidão de cidadãos por dívidas, colocando então a necessidade de mão-de-obra estrangeira. Escreve Finley:

E tudo que temos é essa psicologia, política e social, que prevalecia no período em que a elite, tendo perdido as formas antigas de trabalho involuntário, voltou-se para os escravos estrangeiros. O campesinato obtivera sua liberdade pessoal e seu lote de terra numa luta que lhe rendera também a cidadania, o direito de pertencer à comunidade, à *polis*. Isto era, em si, algo de radicalmente novo no mundo, conduzindo a uma segunda, e notável, inovação: uma sociedade escravista.⁴⁷

A psicologia a que o autor se refere é aquela ligada à idéia de posse ancestral da terra como fundamento da comunidade política. Finley explica, portanto, o surgimento de uma sociedade escravista nos quadros de cidades-estado. Porém, quando se vê diante da questão do “declínio da escravidão antiga”, já não se trata mais de analisar o funcionamento de *poleis* propriamente ditas, mas sim de um império, o Império Romano.

Esse problema faz com que Finley se permita um alto nível de generalização. Seu método consiste em inverter os fatores que deram início a uma sociedade escravista para explicar seu fim. Em primeiro lugar, no tocante à propriedade privada da terra, enquanto observa que “no Baixo Império, como um todo, os empregadores não conseguiram manter uma quantidade suficiente de trabalho escravo”⁴⁸, confessa que a documentação disponível diz muito sobre “o desejo de terra e riquezas das elites do Baixo Império, mas quase

“qualquer hipótese sobre a origem da escravidão deveria, portanto, explicar como e porquê uma dada sociedade recorria a estrangeiros para suplementar ou para substituir a força de trabalho existente. [...] A escravidão, então, transforma-se numa instituição quando os escravos desempenham um papel essencial na economia”. Cf. *International Encyclopedia of the Social Sciences*, v. 13. New York, MacMillan, 1972, p. 308 e 310. Em sua resenha ao livro de David Brion Davis, *The problem of slavery in Western culture*, publicada no *The New York Times Review of Books* em 1967, Finley também ressaltou a peculiaridade do escravo como um estrangeiro.

⁴⁷ *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, p. 92.

⁴⁸ *Idem*, p. 137.

nada sobre nosso problema: o regime de trabalho”⁴⁹ e que também “não sabemos o que os antigos consideravam uma unidade de exploração ideal, que deve, obviamente, ter variado muito, segundo o terreno e sua utilização”⁵⁰. No entanto, apesar de tais lacunas, lemos logo adiante: “Mas afirmo que, para os propósitos de nossa discussão, as ‘grandes propriedades’ compunham uma parcela considerável de toda a propriedade territorial no Império Romano já no século I d.C.”⁵¹.

Quanto ao segundo ponto – o nível de produção de mercadorias e de mercados – Finley escreve: “A questão é [...] se no Império *como um todo* houve um declínio significativo na produção de mercadorias. Acredito que a resposta é afirmativa e que as razões se encontram em dois desenvolvimentos distintos, mas não desvinculados um do outro”⁵². Por um lado, “ocorreu uma expansão contínua, e provavelmente acelerada, da prática de pagamentos em espécie para o (e pelo) Estado”, de modo que, nos séculos III e IV, “o mercado, especialmente para os produtos agrícolas, viu-se reduzido pela crescente retirada do maior de todos os consumidores”⁵³. Mas, ao mesmo tempo em que constata esse fenômeno, Finley afirma que “não conhecemos a proporção entre os pagamentos em dinheiro e os bens e serviços prestados em espécie, nem que parcela dos tributos em espécie era, na verdade, convertida, em pagamentos monetários”⁵⁴. O outro desenvolvimento refere-se ao “declínio geral da população urbana”, corolário que aceita, a despeito de notar que “houve grandes variações geográficas, tal como no impacto dos exércitos, mas não há dúvidas quanto ao padrão global – em geral, mas não em detalhe, pois quase não há pesquisas sobre esse fenômeno”⁵⁵.

Por fim, centra-se na questão da disponibilidade de força de trabalho interna, tema, segundo Finley, “melhor conhecido”. A argumentação do autor repousa aqui na tese de uma progressiva degeneração da cidadania:

⁴⁹ *Idem*, p. 140.

⁵⁰ *Idem*, p. 142.

⁵¹ *Idem*, p. 43.

⁵² *Idem*, p. 146 (grifos do autor).

⁵³ *Idem, ibidem*.

⁵⁴ *Idem*, p. 147.

⁵⁵ *Idem*, p. 148.

Num certo momento do passado, o camponês fora incorporado com plenos direitos à comunidade [...]. Em Roma, na verdade, nunca alcançou a posição do camponês ateniense, mas sua cidadania, e em especial sua indispensável contribuição militar, eram muito importantes. A partir de Augusto tudo mudou rapidamente. A cidadania perdeu sua antiga importância: os direitos políticos que conferia logo desapareceram totalmente e, por cerca de três séculos, os conscritos foram substituídos por voluntários, aliviando desse encargo os homens em idade militar, mas, ao mesmo tempo, retirando-lhes uma arma importante: na verdade, para a grande maioria, a única arma de que dispunha frente ao Estado. Um claro sinal dessa mudança foi o surgimento, no início do século II d.C., de uma distinção formal entre *honestiores* e *humiliores* [...] A desigualdade perante a lei, que antes nunca fora eliminada na vida real, era agora oficialmente introduzida no direito penal, tornando os *humiliores* passíveis do que antes eram formas consideradas “servis” de punição cruel.⁵⁶

Estando delineadas as diretrizes do raciocínio de Finley em sua conceituação de uma sociedade escravista, algumas conclusões se impõem. Em primeiro lugar, suas generalizações são decorrência de uma ambigüidade: ao descrever o despontar da sociedade escravista romana, o autor refere-se a uma cidade-estado, mas quando se dedica à questão de seu declínio, ora fala em Império Romano, ora em Itália, ora em Roma. Ou seja, a que “sociedade romana” se refere? Esse é um problema não só da abordagem finleyriana, mas dos estudos sobre escravidão romana em geral, que extraem das fontes latinas deduções então aplicadas a todo o império⁵⁷, uma tendência arraigada na historiografia política e social de Roma. De acordo com Norberto Luiz Guarinello, as histórias de Roma, desde o final do século XVIII, caracterizam-se por uma ambigüidade particular: ora tratam Roma como uma cidade, ora como um Império. Ou seja, não se preocupam “em especificar se estão falando sobre Roma, a cidade, ou sobre a Itália, ou o Império como um todo”⁵⁸.

⁵⁶ *Idem*, p. 150-151.

⁵⁷ Cf. Ramsay MacMullen, “Late Roman slavery”. *Historia*, 36, 1987, p. 381.

⁵⁸ Norberto L. Guarinello, “Uma morfologia da História: as formas da História Antiga”. *Politeia: História e Sociedade*, v. 3, n. 1, p. 54.

Essa oscilação, como presente no tratamento que Finley confere à economia imperial tem dois aspectos inter-relacionados. Primeiro, como observou Jean-Christian Dumont, Finley trata a economia “de modo homogêneo durante os quase doze séculos em que perdurou o Estado romano [e faz] da escravidão-mercadoria um modelo válido para Atenas, Roma e talvez para as Américas”⁵⁹. Em segundo lugar, a primazia atribuída a uma determinada psicologia que permite tratar de forma unificada e homogênea essa economia. N’A *Economia Antiga*, Finley justifica o fato de falar de uma “economia antiga” porque “nos seus séculos finais, o mundo antigo ter sido uma entidade política, [situada num] quadro cultural-psicológico comum”⁶⁰.

Essa perspectiva está diretamente vinculada ao modo como entendia o lugar da economia na Antigüidade. Como resume Thomas Wiedemann:

Para Finley, como para Weber, o conceito de uma “economia autônoma” não existiu na Antigüidade, daí que devemos ver os escravos como um “grupo de *status*”, e não como uma “classe econômica”; e devemos entender as opções econômicas feitas pelos indivíduos (por exemplo, de consumir serviços em vez de desenvolver novas tecnologias) em termos não de uma racionalidade econômica capitalista, que visa a maximizar lucros, mas de prioridades específicas e igualmente racionais ditadas pela “mentalidade” ou “sistema de valores” do grupo social ao qual o indivíduo pertence.⁶¹

A principal premissa dessa opção teórica, como informa Ciro Flamarion Cardoso, é a impossibilidade de se pensar uma economia política das sociedades pré-capitalistas. As análises de Weber sobre a cidade consumidora e as idéias de Marx, nos *Grundrisse*, acerca da ligação entre cidade-estado e

⁵⁹ Jean-Christian Dumont, *Servus: Rome et l'esclavage sous la République*. Rome: École Française de Rome, 1987, p. 11. Ver também Yvon Thébert, “O Escravo”, em Andrea Giardina (org.), *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 124.

⁶⁰ *A Economia Antiga*. Porto, Afrontamento, 1986, p. 43.

⁶¹ “Slavery”. *Greece & Rome New Surveys in the Classics No 19*. Oxford: Clarendon Press, 1987, p. 7-8.

economia subjazem a essa concepção do papel da economia nas sociedades antigas⁶². Ainda nas palavras de Cardoso:

As análises modernas que partem destas premissas – combinadas em modalidades diversas – insistem muito em negar qualquer autonomia ao nível econômico naquelas sociedades. A cidade-Estado era, diz-se, um centro de consumo que vivia numa relação até certo ponto parasitária para com o campo circundante e comunidades estrangeiras exploradas. No mundo antigo, o valor de uso predominava sobre o valor de troca – isto é, a produção mercantil tinha fraco desenvolvimento – e o consumo (de homens livres) predominava sobre a produção (servil, ou seja, realizada mediante o uso da escravidão e de outras modalidades de trabalho compulsório). Uma “política econômica” praticada pelos Estados clássicos – antes categoricamente afirmada por muitos autores – existia em forma extremamente limitada.⁶³

Como resultado dessa perspectiva, relega-se a segundo plano outras formas de organização política que não a cidade-estado, como os Estados e impérios do antigo Oriente e o Império Romano, e confere-se um peso demasiado aos fatores de cunho psicológico⁶⁴.

Nesse contexto é compreensível que os desdobramentos dessa visão no tocante à escravidão também sigam esse raciocínio. Em seu artigo “A Escravidão e os Historiadores”, de 1979, Finley diz claramente: “É essa área – a psicologia e a ideologia da escravidão – que me parece necessitar mais urgentemente de pesquisas contínuas, mais do que a economia da escravidão. A economia pertence ao passado sepultado, a psicologia ao presente vivo”⁶⁵.

Nas últimas propostas de modelo sobre a ascensão e declínio das sociedades escravistas antigas e modernas, essa oscilação entre economia e mentalidades e entre cidade-estado e império continua presente. Servindo-se

⁶² Ciro Flamarion Santana Cardoso, “Economia e sociedade antigas: conceitos e debates”. *Classica*, v. 1, 1988, p. 12.

⁶³ *Idem, ibidem*.

⁶⁴ *Idem*, p. 10 e 13.

⁶⁵ “Slavery and the historians”, em Moses I. Finley, *Ancient slavery and modern ideology*. Expanded edition edited by Brent D. Shaw. Princeton, Markus Wiener Publishers, 1998, p. 308 (artigo originalmente publicado em *Histoire Sociale/Social History*, v. 12.24, nov. 1979, p. 247-261).

da classificação dos sistemas escravistas em “abertos” e “fechados”, de acordo com a frequência de manumissão, Walter Scheidel⁶⁶ defende que tal frequência reflete diretamente nos tipos de trabalhos destinados a escravos e seus respectivos incentivos. Em um sistema fechado, como o Sul dos Estados Unidos, com índices muito baixos de libertação, o trabalho escravo seria mais adequado à realização de atividades mais brutas, que não requeressem tantos cuidados. Pelo contrário, nos sistemas abertos em que os altos índices de manumissão funcionavam como incentivos aos trabalhadores escravos, podia-se empregar os cativos em atividades que exigissem mais cuidados. Mas Scheidel afirma que, em Roma, ambos os tipos de atividades eram realizadas por escravos, distinguindo Roma dentre as demais sociedades escravistas (Atenas, Brasil, Sul dos Estados Unidos e Caribe).

A abertura e inclusão do sistema escravista romano, que coexistiam com uma política de concessão de cidadania, facilitaram a adoção de regimes de trabalho escravo calcados no uso intensivo de incentivos, produzindo um ambiente propício à difusão da escravidão-mercadoria na economia. Scheidel argumenta ainda que, durante o período republicano, a rápida acumulação de capital nas mãos de uma elite, fácil acesso à compra de escravos e o crescimento de mercados para bens e serviços dentro e fora da Itália possibilitaram uma conjuntura de altos salários e baixos preços de escravos, tornando a escravidão um recurso viável para a reposição de mão-de-obra a menores custos. Sob o Principado, desde Augusto, com o crescimento populacional e a diminuição dos mercados para exportação, a vantagem comparativa da escravidão frente ao trabalho assalariado ou arrendatário declinou, sinalizando a perda de importância econômica do escravismo. É nesse ponto da passagem da cidade-estado para império que vemos retornar o recurso a explicações de ordem ideológica para explicar a longa duração da escravidão, a despeito de seu pretense enfraquecimento no campo da economia. Escreve Scheidel na conclusão de seu artigo:

⁶⁶ “The comparative economics of slavery in the Greco-Roman world”, em Constantina Katsari e Enrico dal Lago (eds.), *Slave systems, ancient and modern*. Cambridge: Cambridge University Press, no prelo. (Versão disponível em <http://www.princeton.edu/~pswpc/index.html>, novembro 2005)

No mundo mais impreciso, porém mais realista, da sociologia e das humanidades, preocupações quanto a status e ao significado da liberdade e escravidão teriam constrangido as forças econômicas e ajudado a perpetuar um regime de trabalho e dominação bem estabelecido com todas suas implicações sociais e culturais mesmo à medida que sua eficiência declinava ao longo do tempo. Eficiência e utilidade não são a mesma coisa. Isso não significa dizer que as forças neoclássicas do mercado foram irrelevantes ou que não se afirmaram gradualmente ao longo do tempo; mas simplesmente quer dizer que somos incapazes de afirmar se as mudanças na estrutura de incentivos econômicos do começo do período monárquico em diante acionaram ajustes imediatos ou retardados aos mercados de trabalho, se isso de fato ocorreu. Na ausência de estatísticas confiáveis, nossa resposta sempre estará eivada de noções pré-concebidas – talvez não a respeito do que teve importância, mas sim do que teve mais importância: o mercado ou a mentalidade, a economia ou a cultura.⁶⁷

Em outras palavras, quando se trata de explicar a manutenção do sistema escravista no Principado os fatores culturais entram em cena, como se, na ausência do modelo da cidade-Estado, não houvesse um modelo capaz de dar conta dos fatores econômicos responsáveis pela persistência de uma sociedade escravista num contexto imperial.

De qualquer forma, Scheidel ao incluir a questão da manumissão em seu modelo, chama a atenção para uma ausência no modelo finleyriano. Ao se centrar quase exclusivamente na escravidão-mercadoria, Finley minimiza o papel da manumissão na reprodução política e econômica de uma sociedade escravista como a romana, onde a manumissão de escravos contribuía tanto para a reprodução de formas de exploração do trabalho, como ainda propiciava possibilidades de mobilidade social para o ex-escravo. Como aponta Brent D. Shaw, sobre *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, “embora sempre atento à significância da manumissão, é notável que Finley a discuta somente no que

⁶⁷ *Op. cit.*, p. 16.

concerne ao tema da ‘escravidão e humanidade’⁶⁸. De fato, no capítulo dedicado ao tema, Finley limita-se a observar que “a manumissão greco-romana [...] revela-nos, da forma mais clara possível, a ambigüidade inerente à escravidão, à redução de seres humanos à categoria de propriedade”⁶⁹.

Essa pouca atenção dispensada à categoria dos libertos no desenvolvimento da sociedade escravista romana não significa necessariamente que Finley e outros pesquisadores desconsiderem a particularidade romana de conceder cidadania aos ex-escravos. Contudo, ao pretenderem analisar tal desenvolvimento por comparação a outras sociedades escravistas em que predominavam baixos índices de manumissão e/ou inexistia uma vinculação imediata com a cidadania, indiretamente deixou-se de considerar o peso da manumissão em Roma. Como sabemos, tanto na Atenas clássica como no Sul dos Estados Unidos (e mais ainda no Caribe inglês e francês), o escravo libertado não adquiria cidadania, como, pelo contrário, ocorria no Brasil no século XIX. Mas é justamente com Atenas e Sul dos Estados Unidos que a Roma antiga é comparada na elaboração de modelos explicativos do surgimento, manutenção e declínio das sociedades escravistas.

Não há como negar os efeitos positivos desse tratamento comparativo. O caso grego, com sua inter-relação entre abolição da escravidão por dívidas-difusão restrita da cidadania-recorso à escravidão-mercadoria, como analisado por Finley e outros, contribuiu para a discussão de processo semelhante na cidade-estado romana. Por sua vez, a partir da década de 1950, a historiografia norte-americana sobre escravidão começou a criticar a imagem de atraso e deficiência tecnológica que, sob influência do abolicionismo, aderiu-se aos estudos sobre o trabalho escravo nas *plantations*. Dentre outras, as obras de Kenneth Stampp, Alfred Conrad e John Meyer, e, sobretudo, Stanley Engerman e Robert Fogel, criticaram pesadamente as velhas interpretações, fazendo emergir uma eficiente relação entre capitalismo e escravidão, que, nas palavras de Aldo Schiavone, levou-nos a perguntar “em que medida a descoberta da

⁶⁸ Brent D. Shaw, “A Wolf by the Ears’: M. I. Finley’s *Ancient slavery and modern ideology in historical context*”, em M. I. Finley *Ancient slavery and modern ideology*. Expanded edition edited by Brent D. Shaw. Princeton: Markus Wiener Publishers, 1998, p. 38.

⁶⁹ *Escravidão antiga e ideologia moderna*, p. 101.

existência de um caso de flagrante compatibilidade entre escravidão e desenvolvimento capitalista moderno – pois essa é a questão de fundo – obriga-nos a rever a idéia segundo a qual o caráter escravista da produção só pode levar a avaliações pessimistas sobre a possibilidade quantitativa de todos os sistemas econômicos antigos, e em particular do romano”⁷⁰.

Essa questão encontrou ressonância em parte da historiografia sobre a economia romana, principalmente dentre os marxistas italianos, que interpretaram as *villae* descritas por Catão, Varrão e Columella como reproduções textuais de unidades de produção existentes em suas respectivas épocas. Teria então predominado, de início, uma “*villa catoniana*”, depois seguida por uma de tipo “*varroniana*” e “*columelliana*”. Tal seqüência desses tipos de unidades de produção representaria uma progressiva racionalização e especialização da produção agrícola, voltada para o abastecimento de mercados fora da Itália. Alguns historiadores, como Andrea Carandini, chegaram a alçar a *villa* como uma precursora das *plantations* escravistas do Sul dos Estados Unidos⁷¹.

Contudo, o calcanhar de Aquiles nos modelos disponíveis sobre o escravismo romano – como testemunham as reflexões de Finley e Scheidel – é a dificuldade em entender a manumissão como um mecanismo de reprodução do sistema, dificuldade que remete a uma determinada compreensão da passagem da República ao Principado, caracterizada pela perda de importância da cidadania.

Escravidão e cidadania

Por sua visão combinada do fenômeno servil como comportando várias fases, da escravização à manumissão, a sociologia da escravidão elaborada

⁷⁰ *Op. cit.*, p. 173. Uma síntese do debate sobre a rentabilidade econômica da escravidão no Sul dos Estados Unidos pode ser encontrada em Mark M. Smith, *Debating slavery: economy and society in the antebellum American South*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 71 e ss.

⁷¹ “La villa romana e la piantagione schiavistica”, em Aldo Schiavone (org.), *Storia di Roma*. v. 4: Caratteri e morfologie. Torino: Einaudi, 1989, p. 101.

por Orlando Patterson fornece um ponto de partida para a discussão da libertação do escravo na Roma antiga.

Em *Escravidão e Morte Social*, honra é a palavra-chave, até mais do que a violência e o desenraizamento, na definição do escravo. É a honra que, em última instância, define quem é ou não membro da comunidade, quem vive ou morre socialmente. Nas palavras de Patterson, “aqueles que não competem por honra, ou que não estão inclinados para tanto, estão, de fato, fora da ordem social. Pertencer a uma comunidade é sentir que se tem uma posição entre seus pares, sentir a necessidade de afirmar e defender sua posição, e ter um sentimento de satisfação se aquela posição requerida é aceita pelos outros e um sentimento de vergonha se é rejeitada”⁷². Daí que a escravidão não é uma relação meramente privada – entre senhor e escravo – mas depende também da aprovação da comunidade:

A adaptação do escravo à sua condição envolvia dois tipos básicos de relação: entre senhor e escravo e entre o escravo e a comunidade. Mediando essas duas relações havia uma terceira, entre o senhor e a comunidade. O tratamento do escravo pelo senhor e a respectiva reação do escravo dependiam, em primeiro lugar, de fatores intrínsecos à relação senhor-escravo, que podem ser tomados como os determinantes privados da relação. Mas o senhor, por mais independente que desejasse ser em suas relações com seu escravo, precisava da comunidade para confirmar e apoiar seu poder. A comunidade, por meio de seus agentes, esperava algo em troca desse apoio, nem que fosse para salvaguardar os interesses de seus membros, que constituíam assim os determinantes públicos da relação senhor-escravo. Alguns derivavam totalmente da natureza da comunidade, independentemente da posição do senhor. Porém, a relação entre o senhor e sua comunidade nunca era estática. O senhor buscava influenciar atitudes públicas e desviar tentativas que interferissem em seus direitos de propriedade sobre os escravos. Sua habilidade para tanto dependia de seu poder e influência; isso era em parte determinado pela importância que ele então derivava da posse de escravos.⁷³

⁷² *Slavery and social death*, p. 79.

⁷³ *Idem*, p. 172-173.

Logo, o objetivo de Patterson é estabelecer uma conceituação de escravidão por meio da identificação de tendências recorrentes entendidas como traços essenciais da instituição⁷⁴. Essa característica da abordagem proposta por Patterson, salientando a universalidade da associação entre honra e escravidão, decorre de ele partir do pressuposto de que, em todas sociedades com escravos, a liberdade era definida por oposição à escravidão. Ao postular essa tese, o sociólogo distingue-se de outra linha de estudos sobre as conexões ideológicas entre escravidão e liberdade, aquela que focaliza a importância das idéias iluministas de progresso e direitos humanos na elaboração do ideal de liberdade pessoal que contribuiu para uma crítica à escravidão e extensão da idéia de liberdade a um conjunto maior de indivíduos⁷⁵. Em *Liberdade: A Liberdade na Formação da Cultura Ocidental*, o sociólogo apresenta seu pressuposto da seguinte maneira:

O argumento básico [...] é que a liberdade nasceu da experiência da escravidão. Os indivíduos vieram a valorizar a liberdade, a formulá-la como uma poderosa visão compartilhada da vida, como um resultado de suas experiências, ou reações, à escravidão ou à sua forma recombinação, a servidão, em seus papéis de senhores, escravos e não-escravos.⁷⁶

⁷⁴ O que, sem dúvida, pode resultar em uma abordagem ahistórica, como pondera Joseph Miller: "Patterson reduz a escravidão a uma essência hegeliana totalmente descontextualizada, a saber, a díade nuclear da dominação pessoal total do senhor sobre seu subordinado reduzido à escravidão, para definir a instituição" (Miller, *op. cit.*, p. 109, nota 9). Contudo, o próprio Miller, que postula uma abordagem histórica da escravidão, resvala em definições "essencialistas" do fenômeno, como quando afirma: "A onipresença do escravismo ao longo da história humana tem sua origem na profundidade de processos psicológicos de uma satisfação ávida dos desejos em detrimento dos outros no interior e no exterior da comunidade e na eficácia de um processo consistente, malgrado essa exploração, em definir identidades coletivas desviando as tendências anti-sociais de indivíduos ambiciosos em direção aos inimigos bárbaros suscetíveis de serem reduzidos à escravidão, no exterior, e em direção aos bárbaros já sujeitados, no interior" (*op. cit.*, p. 155; grifos meus).

⁷⁵ 97 Cf. Stanley Engerman, "Introduction", em Stanley Engerman (ed.), *Terms of labor: Slavery, serfdom, and free labor*. California: Stanford University Press, 1999, p. 6. Engerman cita David Brion Davis como representante dessa linha.

⁷⁶ *Freedom: freedom in the making of Western culture*. v. 1. New York: Harper Collins, 1991, p. xiii.

Patterson argumenta que a idéia de liberdade foi socialmente elaborada primeiro na Grécia, mais especificamente em Atenas, no final do período arcaico, por volta do século VII a.C. Isso teria sido possível devido à conjunção de três fatores. Em primeiro lugar, a emergência de novos grupos tornada possível pela revolução hoplita nas táticas de guerra, abrindo uma porta de confronto com a aristocracia. O segundo fator foi a introdução e difusão da escrita, que também contribuiu para limitar o poder aristocrático, sobretudo com a codificação de leis. O terceiro fator foi a prática de se reduzir à escravidão os devedores, em geral camponeses livres. Em face dessa crise, teve origem uma concepção tripartite da liberdade: pessoal, soberana e cívica⁷⁷. A liberdade pessoal é aquela definida em termos de um equilíbrio entre liberdade positiva (realização de desejos) e liberdade negativa (ausência de coerção). A liberdade soberana, por seu turno, é unicamente positiva: a vontade de agir como se quer, a despeito das vontades alheias. Por fim, a liberdade cívica é a capacidade dos membros de uma comunidade de participar de seu governo.

Tal concepção, em suas três variantes, foi posteriormente reforçada na evolução da sociedade ateniense para uma sociedade escravista, que atingiu seu auge no século V a.C. Nesse momento ocorreu um impulso vital para a difusão da idéia de liberdade. O aumento da população escrava, empregada em setores urbanos e rurais, gerou um problema de controle social que foi contornado pelos senhores com o recurso da manumissão. A promessa da liberdade ao escravo garantia um trabalho diligente ao fazê-lo vislumbrar a saída de seu estado de “morte social”. Mas, no caso grego, o liberto não adquiria a cidadania, ou seja, a liberdade pessoal não era acompanhada da liberdade cívica. Esse dado faz com que Patterson introduza uma observação de relevo: as três formas da liberdade eram valoradas diferentemente de acordo com o *status* social. Um liberto poderia realçar sua liberdade pessoal, mas um cidadão ateniense destacaria sua liberdade cívica. Mas, principalmente, a relação senhor-escravo acabou por se tornar a linguagem dominante para a caracterização dos três tipos de liberdade, sendo utilizada

⁷⁷ *Idem*, p. 3-4.

para descrever as relações entre cidadãos livres, uma vez que esse corpo não era homogêneo, mas permeado por distinções de classe, gênero e idade. O conceito de liberdade negativa, como ausência de coerção, tornou-se então o mais significativo e de ampla aplicação metafórica⁷⁸. Sua análise do conceito de liberdade na Roma antiga também segue essa tese, o que fragiliza sua interpretação do fenômeno da manumissão e da própria questão da cidadania no Principado.

De acordo com Patterson, havia em Roma um comprometimento com um ideal de liberdade cívica sem democracia, ou seja, a *libertas* circunscrevia-se a uma elite cujos membros disputavam entre si posições políticas, apoiados por um sistema de patronato que garantia nas assembléias os votos de seus clientes⁷⁹. Por outro lado, na sociedade romana a manumissão tinha outra dimensão do que em Atenas. O escravo de um cidadão romano, quando libertado, podia tornar-se um cidadão. E, embora os libertos continuassem a manter vínculos de dependência com o ex-senhor, agora patrono, sendo, portanto, cidadãos de segunda classe, seus filhos eram cidadãos plenos. O resultado dessa peculiaridade revela, nas palavras de Patterson,

uma situação sociologicamente bizarra em que uma população nativa viu-se reduzida a uma pequena minoria demográfica por uma população de origem escrava; em que a grande maioria dos indivíduos que se podiam dizer cidadãos nascidos livres eram descendentes de escravos. Essa extraordinária realidade demográfica assume um papel crítico na história da liberdade. Significa que, pela primeira vez na história, encontramos uma sociedade em que a grande maioria das pessoas livres valorizavam o valor da liberdade pessoal no sentido mais literal de liberação da escravização.⁸⁰

Com o advento do Império, conclui Patterson, o “imperador, que concentrava o poder supremo, reforçou esse valor [da liberdade pessoal] até mesmo quando aboliu a liberdade cívica”: Augusto apresentava-se como

⁷⁸ *Idem*, p. 134-137.

⁷⁹ *Idem*, p. 222.

⁸⁰ *Idem*, p. 236.

patrono do povo de Roma, como se o tivesse liberado da escravidão⁸¹. Interessa notar aqui a centralidade que assume o conceito de liberdade pessoal, como ausência de coerção, no modelo explicativo avançado por Patterson, que, no caso de Roma, chega a sobrepor-se ao conceito de liberdade cívica, que seria restrito sob a República e tampouco existente no Império.

A ênfase na questão da liberdade pessoal, na obra de Patterson, é, sobretudo, uma decorrência da principal tese que apóia sua reflexão, a de que a idéia de liberdade nasceu da experiência da escravidão e, portanto, foram os homens e mulheres escravizados que primeiro sentiram o que significava perder a liberdade sobre suas pessoas. Contudo, ao designar a liberdade pessoal como essencialmente uma ausência de coerção, o sociólogo adota uma postura comum na filosofia política, segundo a qual deve haver um conceito abrangente de liberdade que abarque todos os demais, e este é precisamente aquele definido por uma ausência de coerções externas como fundamento da autonomia individual. É tal pressuposto que deve ser avaliado, o que nos leva a indagar sobre sua origem para melhor apreender seus limites.

A distinção entre liberdade positiva e liberdade negativa encontrou sua formulação mais conhecida na obra do filósofo Isaiah Berlin, para quem a primeira consiste na realização dos próprios desejos e a segunda, inversamente, na ausência de constrangimentos externos para sua realização. Embora Patterson negue a pertinência dessa distinção traçada por Berlin, sua exposição do que entende por liberdade pessoal não é muito diferente⁸². Se há uma crítica cabível a Berlin é aquela que lhe endereça Quentin Skinner,

⁸¹ *Idem*, p. 256. Ver também p. 259 e ss.

⁸² “A liberdade pessoal, em sua forma mais elementar, confere a uma pessoa o sentimento de que, por um lado, ela não está sendo coagida ou restringida por outra pessoa ao fazer algo desejado e, por outro, a convicção de que alguém pode fazer o que lhe apraz dentro dos limites dos desejos daquela outra pessoa em fazer o mesmo. Ambos os aspectos, negativo e positivo, estão e sempre estarão no cerne da concepção corriqueira e do senso comum, a despeito do que os filósofos pensem. A elogiosa tentativa de Isaiah Berlin em distinguir entre os aspectos positivos e negativos do valor não suporta um escrutínio filosófico, e sempre foi um ponto de partida falso do ponto de vista sociológico”. Cf. Patterson, *op. cit.*, p. 3.

argumentando que se deve voltar as atenções para a historicidade de tal conceito de liberdade negativa, antes de pregar sua validade universal:

Quando Berlin primeiro introduz sua visão de liberdade negativa, ele com razão observa que “isto é o que os filósofos políticos ingleses clássicos entendiam” por liberdade, e refere-se especificamente à definição de Hobbes no *Leviathan*. O que Berlin deixa escapar, contudo, é o caráter ferrenhamente polêmico da análise de Hobbes. Quando Hobbes anuncia, em palavras que Berlin segue de perto, que nossa liberdade consiste em nada mais do que a “ausência de impedimentos externos” para o exercício de nossas capacidades, ele está ao mesmo tempo visando desacreditar e suplantar um entendimento rival e assaz contrastante da liberdade negativa. Essa teoria rival ganhou destaque no debate público inglês nas primeiras décadas do século XVII, e parecia a Hobbes ser extremamente perigoso e desesperadamente confuso.⁸³

Nos conflitos entre Parlamento e Coroa, na Inglaterra setecentista, a primeira instância cerrou fileiras em torno de uma teoria que sustentava que a liberdade era restringida, não apenas por interferências efetivas ou potenciais, mas pelo mero fato de se viver sob um estado de servidão. Ou seja, a liberdade podia ser tolhida devido à necessidade de autocontrole e autovigilância que os súditos de um monarca deveriam constantemente observar. Os fundamentos dessa teoria foram buscados na tradição jurídica romana (com sua divisão dos homens entre livres e escravos, como expressa no *Digesto*) e principalmente nos historiadores latinos, Salústio, Tito Lívio e Tácito⁸⁴, donde sua denominação: “teoria neo-romana dos cidadãos livres e Estados livres”. A suposição de que a restrição da liberdade pode-se dar na ausência de qualquer elemento de interferência ou mesmo de qualquer ameaça de seu uso ficou, em grande parte, olvidada pelos estudos de filosofia política a partir do século XVIII, porque não se coadunava com a ideologia liberal sobre o Estado e suas relações com os cidadãos. Mas, como Skinner afirma, a história da filosofia moral, social e política deve “nos ajudar a apreciar

⁸³ Quentin Skinner, “A third concept of liberty”. *Proceedings of the British Academy*, 117, 2002, p.246.

⁸⁴ *Idem*, p. 248 e ss.

até onde os valores incorporados em nosso atual modo de vida, e nossas atuais maneiras de pensar sobre esses valores, refletem uma série de escolhas feitas em épocas diferentes entre diferentes mundos possíveis. Essa consciência pode ajudar-nos a libertar-nos de qualquer uma das explicações hegemônicas desses valores e de como eles devem ser interpretados e compreendidos”⁸⁵. Ao colocar em primeiro plano a idéia de liberdade pessoal, vinculando-a a experiência da escravidão, Patterson manteve-se nos limites da concepção liberal de liberdade⁸⁶, que sempre foi uma baliza para as interpretações da liberdade antiga, sobretudo no período entre a Revolução Francesa e a primeira metade do século XIX⁸⁷.

Ademais, como adverte Fergus Millar, Patterson tem como guia uma historiografia de viés elitista que advogava a idéia de uma República gerida por uma elite, sem qualquer participação ativa dos cidadãos, negando-se qualquer caráter “democrático” à República romana e, portanto, a importância da extensão da liberdade cívica, como expressa no direito de voto. Daí porque o sociólogo minimize o papel da liberdade cívica do liberto e sobrevalorize aquele da liberdade pessoal.

Millar lembra que havia três formas de manumissão: pelo censo, isto é, inscrevendo-se o escravo entre os cidadãos no momento do recenseamento; por *vindicta*, quando a manumissão era intermediada por um magistrado, geralmente o pretor; e por testamento, quando o testador explicitava o desejo de ver livres seus escravos após sua morte. Todas essas formas implicavam um reconhecimento público da nova condição do escravo, que agora passava a ser inscrito em uma das 35 tribos da cidade de Roma e tinha direito a voto nas assembléias, isto é, o ex-escravo passava a deter não apenas uma liberdade pessoal, mas também uma liberdade cívica⁸⁸. Mas, se, por um lado, o liberto tinha o direito de voto (*ius suffragii*), por outro, não gozava de elegibilidade para

⁸⁵ Quentin Skinner, *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999, p. 93.

⁸⁶ De acordo com Joseph Miller (*op. cit.*, p. 115, nota 19), Patterson tem uma “fé implícita nos ideais liberais de autonomia pessoal”.

⁸⁷ Cf. Jochen Bleicken, *Staatliche Ordnung und Freiheit in der römischen Republik*. Frankfurt: Verlag Michael Lassleben, 1972, p. 8-9.

⁸⁸ Fergus Millar, “The Roman *libertus* and civic freedom”. *Arethusa*, 28, 1995, p. 99-105.

as magistraturas, embora o caminho para estas estivesse aberto aos seus filhos.

Com o advento do Principado, algumas transformações se operaram no campo da manumissão. A legislação de Augusto a respeito introduziu fatores novos que passaram a determinar a condição de liberto. A *lex Aelia Sentia*, de 4 d.C., estipulou que o escravo que recebesse a liberdade antes dos trinta anos de idade não teria direito, mesmo se seu senhor fosse cidadão, à plena cidadania, ganhando o *status* de *Latinus Junianus* (categoria criada pela *lex Junia Norbana*). Dessa forma, podia dispor do *ius commercii*, que lhe permitia adquirir e transmitir propriedade, firmar contratos, mas não lhe era facultado transmitir seus bens a seus herdeiros naturais. Ou seja, não podia redigir testamento, de modo que, assim como o pecúlio de um escravo, suas posses voltavam ao patrono quando de sua morte. Daí as palavras do jurista Salvieno de que tais libertos “viviam quase como homens livres, mas morriam como escravos” (*vivunt quae ingenui, moriuntur ut servi, Ad Ecclesiam, 3, 7*)⁸⁹. A cláusula “quase” remete bem à ambigüidade da condição do *Latinus Junianus*, mais próxima à escravidão. Iguamente ao escravo que detinha um pecúlio, esse liberto gozava apenas do usufruto de suas posses, uma vez que essas não constituíam um verdadeiro *patrimonium* passível de ser transmitido aos seus filhos. A principal consequência dessa situação é clara: em termos de propriedade, o liberto continuava sob a dependência do patrono, para quem revertia o fruto de seu trabalho, ao mesmo tempo em que comprometia economicamente as suas gerações seguintes. A mesma *lex Aelia Sentia* estabelecia que o escravo que não fosse libertado pelos procedimentos formais – *vindicta* ou *testamento* (a *manumissio censu* desapareceu sob o Império) –, mas apenas pela vontade (*voluntas*) do senhor, *inter amicos*, também seria considerado *Latinus Junianus*. O estatuto pleno de cidadão, contudo, poderia ser obtido por algumas alternativas: pelo casamento com uma mulher romana ou latina, ocasião em que o liberto, sua esposa e um(a) filho(a) adquiriam plena cidadania; pela vontade do senhor; por decisão imperial e por certas

⁸⁹ Henriette Pavis d'Escurac, “Affranchis et citéoyenneté: les effets juridiques de l'affranchissement sous le Haut-Empire”. *Ktema*, 6, 1981, p. 182-183.

disposições legislativas (exercício de funções de interesse público: *militia*, *aedificio*, *nave*, *pistrino*, serviços nas coortes de vigília, construção de navios para transporte de trigo, produção de pão para o Estado)⁹⁰.

De acordo com A. N. Sherwin-White, fora de Roma deviam prevalecer os *Latini Juniani*, pois a manumissão formal (*vindicta*) requeria a presença de um magistrado romano com *imperium*. Isso concentrava as manumissões formais sobretudo em Roma, mas também nas grandes cidades nas províncias do império quando recebiam visitas de governantes romanos⁹¹. Essa distribuição geográfica dos padrões de manumissão revela o caráter urbano da escravidão e a circunscrição de uma política de renovação do corpo de cidadãos à cidade de Roma⁹².

A escravidão e a cidade de Roma

Cabe lembrar que na realização de tarefas não-produtivas nas casas e na atuação como agentes dos senhores no comércio ou em transações financeiras, ou como gestores de negócios, como lojas e manufaturas, apenas escravos (ou libertos) participavam. Já na produção agrícola a escravidão coexistia com outras formas de trabalho dependente. Do ponto de vista da agricultura, pesquisas recentes parecem confirmar a hipótese de que a exploração de terras cultiváveis em províncias do império – no Norte da África, Espanha, Gálias e Bretanha – não foi realizada por meio de latifúndios escravistas, mas sim com o recurso de trabalho camponês dependente local. Como o exemplo da Ásia Menor sugere, o que ocorreu sob o domínio romano foi muito mais a difusão de um sistema fundiário gerido por capatazes escravos

⁹⁰ A. M. Duff, *Freedmen in the Early Roman Empire*. Cambridge: W. Heffer & Sons, 1958, p. 81 e ss.; Pavis d'Escurac, *op. cit.*, p. 183-184.

⁹¹ *The Roman citizenship*. Oxford: Clarendon Press, 1980, p. 330.

⁹² Willem Jongman, "Slavery and the growth of Rome", em Catharine Edwards e Greg Woolf (eds.), *Rome the Cosmopolis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 118. Cf. também Walter Scheidel, "Germs for Rome", em Catharine Edwards e Greg Woolf (eds.), *Rome the Cosmopolis*, p. 158, nota 2: "Deve-se ressaltar que a sobrevivência das quatro tribos urbanas dependia do contínuo fluxo de escravos manumitidos: sem eles, toda a população metropolitana cidadã provavelmente consistiria de membros das 31 tribos rurais".

(*vilicus/oikonomoj*), do que propriamente o uso maciço de cativos nas lides agrícolas, uma vez que para tal existiam populações locais disponíveis⁹³. No caso da Itália, a ênfase dos agrônomos latinos – Catão, Varrão e Columella – nos aspectos das práticas contemporâneas de gerenciamento das fazendas – entre eles, a escravidão – que eles julgavam necessitarem de reformas, descartou considerações sobre a propriedade camponesa e colaborou para se fixar uma imagem da *villa* como essencialmente baseada na mão-de-obra escrava, imagem esta que se firmou na historiografia sobre economia romana, mas que tem sido objeto de revisão⁹⁴. Mas a leitura dos próprios tratados de agronomia latinos indica que, na conceituação da mão-de-obra na *villa*, é mencionado não tanto o *status* do trabalhador, mas sua função⁹⁵.

Já nas cidades o serviço doméstico era todo realizado por escravos e, nas grandes casas aristocratas, existia um alto grau de hierarquização e especialização de funções, atestado por fontes literárias e epigráficas. Mesmo quando os escritores latinos preocupavam-se em justificar a necessidade de escravos, ou mesmo usar a escravidão como metáfora para representar outras relações de poder, tinham em mente a escravidão urbana. Era a interação entre o escravo doméstico e seu senhor que mais interessava aos escritores romanos⁹⁶. Como veremos, é significativo que Columella – e antes dele Varrão – busquem teorizar sobre a figura do *vilicus*, o escravo-capataz, insistindo numa diferença entre os escravos da cidade e aqueles do campo, diferença

⁹³ Silvia Bussi, *Economia e demografia della schiavitù in Asia Minore ellenistico-romana*. Milano: LED, 2001.

⁹⁴ Partindo do pressuposto da decadência do campesinato-cidadão após a República, as pesquisas tenderam a privilegiar, em primeiro lugar, a escravidão, e, em seguida, o colonato, concebido como modelo de exploração do trabalho que suplantou o escravismo. Mais recentemente, têm surgido estudos dedicados aos camponeses em geral, muitas vezes inspirados em abordagens sobre o campesinato de outros períodos históricos (ver, por exemplo, os artigos de Peter Garnsey em *Cities, peasants and food in classical Antiquity: Essays in social and economic history*. Edited with addenda by Walter Scheidel. Cambridge: Cambridge University Press, 1998). Os pontos mais referidos por essa literatura – que não descarta os dados de pesquisas arqueológicas – é o de que a presença maciça de escravos na Península Itálica, a partir do século III a.C., não significou o completo desaparecimento da propriedade camponesa autônoma.

⁹⁵ Jean-Christian-Dumont, “La villa esclavagiste?”. *Topoi*, 9, 1999, p. 113-127.

⁹⁶ William Fitzgerald, *Slavery and the Roman literary imagination*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 4.

que a aristocracia da época parecia não levar em conta ao enviar escravos urbanos, sem conhecimentos de agricultura, para suas propriedades rurais.

Mas a escravidão como um fenômeno urbano está ausente dos modelos explicativos da sociedade escravista romana. Assim como a manumissão, a escravidão doméstica urbana é apenas discutida em termos gerais sob a rubrica do tema da “escravidão e humanidade”. Esse problema pode ser vislumbrado na obra de Joseph Vogt e sua escola, baseada na Academia de Ciências e Literatura de Mainz⁹⁷, alvo de Finley em *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Em conferência intitulada “Relações humanas na escravidão antiga”, de 1958, Vogt contrapõe-se ao marxismo e expõe a linha de pesquisa desenvolvida em Mainz:

A abordagem marxista da história confere particular atenção à escravidão, mas como só consegue abordar a questão em termos de produção material e a criação de uma estrutura de classes, o vívido interesse em história social mostrado nos países comunistas sempre cai vítima de uma tendência fatal a uma superesquematização. Sob essas circunstâncias, penso que nossa tarefa imediata deveria ser olhar a escravidão na sociedade antiga no contexto das várias estruturas legais da relação senhor/escravo; descrever o mais precisamente possível a parte que teve no sistema de produção e no desenvolvimento da cultura levando em consideração os mais diversos pontos; e investigar em maior profundidade a atitude da classe de cidadãos e dos escravos frente a essa instituição.⁹⁸

A proposta de Vogt envolvia tanto um redirecionamento temático quanto uma mudança de foco nas relações escravistas. Deixando em segundo plano o escravo como objeto, o historiador alemão salientou a possibilidade do estabelecimento de relações pessoais entre senhores e escravos. Mas tal análise teve que priorizar outras categorias de escravos que não aqueles

⁹⁷ Alguns artigos de Vogt encontram-se coligidos em *Sklaverei und Humanität. Studien zur antiken Sklaverei und ihrer Erforschung*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1965. Cito a partir da tradução inglesa: *Ancient slavery and the ideal of man*. Translated by Thomas Wiedemann. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1975.

⁹⁸ Vogt, “Human relationships in ancient slavery”, em *Ancient slavery and the ideal of man*, p. 103-104.

envolvidos diretamente na produção de bens agrícolas e manufaturados. Vogt voltou-se para a escravidão doméstica, como praticada nas casas das elites gregas e romanas, e personificada em amas, tutores e médicos da aristocracia.

Nada deixa mais claro a debilidade dessa estrutura social do que o importante papel desempenhado por escravos nos cuidados e criação de crianças e jovens e na atenção à saúde das pessoas. Mas era precisamente aqui que os oprimidos, pelo fato de outros seres humanos lhes serem confiados, elevavam-se acima da escravidão. As amas, professores e médicos alçavam-se à altura de suas tarefas; estabeleciam relações íntimas com seus senhores, superando as barreiras de classe nos seus pontos mais cruciais. Alguns obtinham a liberdade em todos os aspectos formais, mas sem subseqüentemente se oporem, como homens livres, ao inabalável sistema escravista. Outros, embora legalmente permanecessem escravos, na prática tornavam-se companheiros de homens livres na vida social. [...] A partir de sentimentos humanos enraizados e indestrutíveis, uma espécie de autopurificação desse sistema contaminado teve lugar em alguns aspectos pequenos, mas decisivos, como um lembrete da verdade eterna de que o homem é sagrado para o homem: *homo sacra res homini*.⁹⁹

Por conseguinte, Vogt reconhece a possibilidade de os escravos interferirem no plano cultural e político da sociedade romana, seja na difusão da cultura grega, criando uma “única comunidade cultural e intelectual”, seja propagando idéias humanas nos domínios da ética médica e da legislação imperial sobre escravidão¹⁰⁰. Vogt transferiu, portanto, a problemática da escravidão do domínio da economia rural – priorizado pelo marxismo e pelo próprio Finley – para aquele da cultura, localizado nas cidades. Esse deslocamento de foco se, por um lado, colocou o problema dos sustentáculos ideológicos mais amplos da escravidão, por outro, não o resolveu, como, aliás, demonstra o desenvolvimento das pesquisas de estudiosos ligados ao grupo

⁹⁹ *Idem*, p. 120-121.

¹⁰⁰ Vogt, *op. cit.*, p. 114 e 119.

de Mainz¹⁰¹. A multiplicidade das formas de emprego do trabalho escravo na Antigüidade greco-romana é tratada de acordo com os ditames do método filológico-histórico da escola alemã¹⁰², partindo-se do princípio que é preciso esgotar o trabalho empírico antes de se partir para a delineação de um quadro geral da escravidão na Antigüidade.

Em síntese, Finley e Vogt podem ser tomados como representantes de duas tendências que se prolongam na historiografia contemporânea sobre escravidão antiga: a construção de modelos explicativos de sociedades escravistas, com foco na escravidão rural, e a descrição e análise de aspectos pontuais da instituição servil, abrangendo desde os processos de escravização até a manumissão, respectivamente. O diálogo entre ambas as linhas ainda é escasso, lembrando-nos do questionamento avançado por Jean Andreau: “A sociedade romana era escravista? A resposta já não passa despercebida, mas não colocamos mais a questão. Ela não é mais respondida, mas simplesmente colocada de lado”¹⁰³.

Pode ser a alternativa mais fácil, porém certamente não é a mais aceitável, caso se queira avançar na compreensão de um importante aspecto da história social, política e econômica de Roma. Tampouco se trata de descartar o conceito, mas de reformulá-lo: a cidade de Roma constituía uma sociedade escravista devido ao predomínio urbano da escravidão, que, por sua

¹⁰¹ Uma coletânea com artigos de colaboradores do grupo de Mainz foi publicada em 2001: Heinz Bellen e Heinz Heinen (eds.), *Fünfzig Jahre Forschungen zur antiken Sklaverei an der Mainzer Akademie, 1950-2000, Miscellanea zum Jubiläum*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2001.

¹⁰² Heinz Bellen, *op. cit.*, p. 317-316. Aliás, é com referência a essa tradição que Bellen, ele próprio um expoente do grupo de Mainz (publicou *Studien zur Sklavenflucht im römischen Kaiserreich*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1971), critica o rótulo de “antiquarianismo” que Finley atribui à abordagem de Vogt.

¹⁰³ “De l’esclavagisme aux esclaves gestionnaires”. *Topoi*, 9, 1999, p. 105. Essa situação também pode ser ilustrada citando os sucessivos simpósios do Centre de Recherches d’Histoire Ancienne, da Universidade de Besançon desde a década de 1970, em que a abrangência temática foi progressivamente deslocando-se da “escravidão” para a questão da “dependência”, tanto que doravante o projeto encampado passou a se denominar “Formes de dépendance et rapports sociaux”, com atenção no estudo do vocabulário das relações de dependência na Antigüidade (Ver Marguerite Garrido-Hory e Christine Pérez, *Esclavage et dépendance dans l’Antiquité: index des colloques du G.I.R.E.A., 1970-1990*. Napoli: E. Jovene, 1993).

vez, reproduzia sua população cidadã. É o que discutiremos doravante, centrando-nos no Principado de Nero.

Aula Neronis: a escravidão no centro do poder

Nosso conhecimento do Principado neroniano repousa basicamente na leitura de três autores – Tácito (*Anais*, livros 13-16), Suetônio (*Vida de Nero*) e Dião Cássio (livros 61-63) – cujas obras foram compostas entre a primeira metade do século II e a primeira metade do século III. Com a exceção do texto de Suetônio, as partes referentes a Nero nos escritos de Tácito e Dião Cássio preservaram-se de forma lacunar. No principal manuscrito dos *Anais* a narrativa interrompe-se no ano 66, ou seja, perdeu-se a versão taciteana dos dois últimos anos do governo de Nero, até 68, embora nas *Histórias*, anteriores aos *Anais*, o historiador se detenha nos eventos em Roma e nas províncias após o fim desse imperador. Já os livros da *História Romana* de Dião Cássio acerca de Nero sobreviveram apenas na forma de resumos elaborados em época bizantina¹.

A crítica moderna ainda questiona se Tácito, Suetônio e Dião Cássio seguiram ou não uma única fonte na redação de suas narrativas, mas de certo sabemos que três autores contemporâneos de Nero, cujas obras perderam-se, podem ter fornecido o substrato para os autores posteriores². Plínio, o Velho, escreveu uma *Historia a fine Aufidi Bassi*, abarcando provavelmente os eventos de 41 (ou 47) a 69 d.C. Fábio Rústico, citado por Tácito (*Anais*, 13, 20, 2) como simpático a Sêneca, publicou sua obra nas duas últimas décadas do século I. Por fim, Clúvio Rufo, apontado como amigo próximo de Nero³, escreveu uma história cobrindo do início do Principado à morte de Nero.

Embora certamente existissem correntes filneronianas nos círculos literários à época de Nero, elas foram suplantadas pela tradição negativa que

¹ Cf. Fergus Millar, *A study of Cassius Dio*. Oxford: Clarendon Press, 1964, p. 1-4.

² Giovanni Fusar Imperatore, *Saggio di analisi critica della bibliografia neroniana dal 1934 al 1975*. Milano: Cisalpino-Goliardica, 1978, p. 1-5.

³ Suet., *Nero*, 21; Dião Cássio, 63, 14, 3.

se formou no período da guerra civil de 68-69⁴. Já nesse momento, por exemplo, moedas com as legendas *Libertas Restituta* e *Adsertor Libertatis Publica* foram cunhadas por Júlio Civil, Galba, Vitélio e Vespasiano, sugerindo que certos grupos antes se viam como “escravos” de Nero⁵. Essa imagem de Nero como *dominus* cristalizou-se na literatura posterior, na pena de Plínio, o Velho, Tácito, Suetônio, Marcial, Estácio e Dião Cássio, e encontrou sua mais clara formulação no *Epitome de Caesaribus*, uma compilação de eventos dos reinados de Augusto a Teodósio composta no século IV, que apresenta o comportamento da plebe de Roma, quando da morte de Nero, como um ritual de libertação de escravos (*Ceterum adeo cunctae provinciae omniaque Roma interitu eius exultavit, ut plebs induta pilleis manumissionum tamquam saevo exempta domino triumpharet, Epit.*, 8-9). Esse uso da metáfora da escravidão na qualificação de Nero sempre foi, portanto, notada pelos estudiosos do período Júlio-Cláudio, assim como a ligação de Nero à plebe de Roma⁶, mas pouco se indaga sobre a especificidade da relação de Nero com seus escravos ou libertos, ou seja, acerca da posição propriamente dita de Nero como *dominus* ou *patronus*.

Este capítulo busca estudar Nero nesse último contexto. De início examinaremos os pressupostos mais correntes nas interpretações modernas de Nero e seu governo, para depois passarmos à análise da escravidão na corte imperial. Veremos que o jovem imperador aparece à frente de uma corte em que sempre se faziam presentes libertos ou descendentes de libertos. Ademais, cabe lembrar que a plebe de Roma também era composta por escravos e libertos, um fenômeno particularmente ressaltado para o período neroniano, e daí talvez a promoção, pelo imperador, de festividades vinculadas à escravidão, como a Saturnália.

⁴ Edward Champlin, *Nero*. Massachusetts: Belknap Press/Harvard University Press, 2003, p. 9.

⁵ Matthew Roller, *Constructing autocracy: aristocrats and emperors in Julio-Claudian Rome*. Princeton: Princeton University Press, 2001, p. 261.

⁶ Por exemplo, Zvi Yavetz, *Plebs and Princeps*. New Jersey: Transaction Books, 1988, p. 128.

O Principado de Nero na historiografia antiga e moderna

É perceptível, nos últimos anos, um crescente interesse pelas representações de Nero nos autores antigos, com pesquisas mais interessadas em detectar os elementos retóricos empregados na caracterização do imperador e demais personagens de seu reinado do que em simplesmente tomá-los como fatos históricos⁷. Em contrapartida, as obras gerais sobre esse imperador tendem a seguir o plano narrativo das fontes disponíveis, em especial Tácito – além de Suetônio e Dião Cássio –, agregando quando possível documentação arqueológica, epigráfica e numismática⁸. Ambas as tendências diferenciam-se, portanto, no sentido de que, enquanto a primeira prioriza abordagens temáticas ou de passagens específicas das fontes, a segunda opta por desenvolver uma análise diacrônica do principado neroniano.

Essa polarização explica-se pela difícil adequação dos cânones da historiografia antiga aos padrões da historiografia contemporânea. As diferenças começam quanto ao próprio *status* de historiador. Como lembra François Hartog, na *Antigüidade*, “em momento algum, a historiografia foi substituída ou assumida por uma instituição que codificasse suas regras, a credenciasse e controlasse seus modos de legitimação”⁹. A primeira tendência que assinalamos acima prioriza o aspecto literário das obras historiográficas antigas, ressaltando seu componente de “invenção” (*inventio*), como definido por Cícero, isto é, a composição de um fato verdadeiro ou verossímil com o fim de convencer uma audiência, não havendo, portanto, distinção entre o

⁷ Ver, por exemplo, a coletânea organizada por Jas Elsner e Jamie Masters, *Reflections of Nero: culture, history and representation* (London: Duckworth, 1994), A. J. Woodman, “Nero’s alien capital: Tacitus as paradoxographer (*Annals* 15. 36-7)”, em A. J. Woodman e Jonathan Powell (eds.), *Author and audience in Latin literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 173-188, e, do mesmo autor, “Amateur dramatics at the court of Nero: *Annals* 15. 48-74”, em T. J. Luce e A. J. Woodman (eds.), *Tacitus and the Tacitean tradition*. New Jersey: Princeton University Press, 1993, p. 104-29.

⁸ Podemos citar B. H. Warmington. *Nero: reality and legend*. London: Chatto & Windus, 1969; E. Cizek. *L’époque de Néron et ses controverses idéologiques*. Leiden: Brill, 1972; *idem*, *Néron*. Paris: Fayard, 1982; M. Griffin. *Nero: the end of a dynasty*. London: B. T. Batsford, 1984.

⁹ François Hartog (org.), *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, p. 19.

verdadeiro e o provável¹⁰. Nesse sentido, de acordo com A. J. Woodman, a historiografia clássica – como exemplificada por Tucídides, Salústio, Tito Lívio e Tácito – seria essencialmente um gênero retórico, devendo ser classificada mais como literatura do que como história¹¹. Em suma, as regras da historiografia antiga, ao empregarem figuras de linguagem e uma técnica argumentativa próprias da retórica, seriam diametralmente opostas àquelas da moderna historiografia, comprometida com a “verdade”.

Trata-se uma posição questionável, mas tem o mérito de apontar um problema que permeia o campo dos estudos históricos sobre a Antiguidade greco-romana e cujo enfrentamento é necessário para se escrever a história do Principado neroniano. Se todas as obras históricas antigas são fortemente influenciadas pela retórica, como julgar qual narrativa é mais digna de crédito? Refiro-me, portanto, à preeminência atribuída a certas fontes historiográficas como mais “confiáveis” em relação a outras, uma preeminência que se funda, em última instância, no quesito da “autoridade”. Por essa ótica, Tácito seria um guia mais digno de crédito para a história do Principado Júlio-Cláudio do que Veleio Patérculo, Suetônio ou Dião Cássio.

Os historiadores por muito tempo tenderam a ver sob um prisma reticente a obra de Suetônio, às vezes negando à sua *De Vita Caesarum* qualquer valor histórico, qualificando-a como um trabalho erudito de mera reunião de fatos desconexos¹². Por trás de tal julgamento está sobretudo uma comparação com um seu contemporâneo, Tácito, considerado exemplar representante da tradição historiográfica senatorial. À linearidade narrativa e julgamentos morais da obra taciteana contrapõe-se a ausência de uma descrição cronológica e de convicções políticas claras nas biografias de Suetônio. Andrew Wallace-Hadrill ilustra bem essa visão ao afirmar que “Suetônio não tem um lugar na história do ideal político da liberdade. Ele evita tratar da política. Sem o elemento dinâmico da narrativa, ele não pode, como

¹⁰ Cf. A. J. Woodman, *Rhetoric in classical historiography*. Portland: Areopagitica Press, 1988, p. 87.

¹¹ *Idem*, p. 197.

¹² Para uma reavaliação de Suetônio e revisão dos estudos sobre o autor, ver Jacques Gascou, *Suétone historien*. Rome: École Française de Rome, 1984.

Tácito, descrever as tensões entre imperador e senado, o conflito entre Principado e liberdade”¹³. Mas, como alerta Woodman, com base em análise do prefácio das *Histórias* e de excertos dos livros I e IV dos *Anais*, “se a *inuentio* é deveras corrente em Tácito, isso significa que, ao usarmos sua narrativa como evidência histórica, não devemos considerá-la como um documento privilegiado de um historiador superior, mas sim tratá-lo com o mais arraigado ceticismo como um típico exemplo da historiografia clássica”¹⁴. Esse autor, com razão, atribui a Ronald Syme a elevação de Tácito a historiador *par excellence* do Principado¹⁵, mas sublinha que essa escolha deveu-se também a critérios políticos – a preferência de relatos críticos a regimes autoritários em um momento de ascensão do nazismo na Europa – e não unicamente historiográficos¹⁶.

A hegemonia da obra taciteana na conformação das narrativas historiográficas modernas sobre o Principado de Nero transparece na busca por uma data precisa em que ocorreu um *tournant* no rumo do governo desse imperador, ou seja, o ano em que teria se dado uma pretensa afirmação do absolutismo, prenunciando e justificando sua queda futura. O comentário abaixo, de Mark Morford, sintetiza a linha de pensamento que Tácito ofereceria à historiografia moderna:

[O]s livros neronianos foram planejados para mostrar como a tirania de Nero foi sendo progressivamente revelada nos contextos moral, político e militar. [...] Portanto, o *telos* dos livros neronianos, no plano de Tácito, era a destruição da liberdade romana e o colapso do poder centralizado que fora estabelecido por Augusto e especialmente renovado por Nero.¹⁷

Para a datação da virada, as interpretações oferecidas oscilam entre os anos de 59 (assassinato de Agripina) até 62 (retirada de Sêneca e influência de

¹³ Suetonius: *The scholar and his Caesars*. London: Duckworth, 1983, p. 110.

¹⁴ *Op. cit.*, p. 203.

¹⁵ Ver, de Syme, *Tacitus*. 2 v. Oxford: Oxford University Press, 1967.

¹⁶ *Idem*, p. 205. Ver também a esse respeito um artigo de Géza Alföldy, “Two *Principes*: Augustus and Sir Ronald Syme”. *Athenaeum*, v. 81, 1993, p. 101-122.

¹⁷ “Tacitus’ Historical methods in the Neronian books of the *Annals*”. *ANRW*, 11.33.2, 1991, p. 1600-1601.

Ofrônio Tigelino, que sucedeu a Burro na prefeitura do pretório), com alguns autores ainda incluindo o ano de 58, quando Nero tentou abolir a percepção de impostos indiretos, encontrando resistência no Senado¹⁸. Mas, a despeito das várias datas mencionadas, permanece como ponto comum a adoção de uma visão de processo histórico linear que se mostra consolidada nos livros neronianos dos *Anais* e que posteriormente foi retomada pelas demais fontes sobre Nero, como Dião Cássio¹⁹.

Nesse sentido, voltar-nos à biografia de Nero, composta por Suetônio, apresenta-se como uma oportunidade de matizar esse paradigma predominante, pois o biógrafo adota uma estrutura não cronológica para expor o governo de Nero, mas temática. Para fins de análise, pode-se adotar, com poucas modificações, o esquema proposto por Eugen Cizek²⁰ para a *Vita Neronis*:

- a) Origens familiares de Nero (1-5);
- b) Nascimento e primeiros anos de juventude (6-7);
- c) Ascensão ao poder (8-9);
- d) Gestão da cidade (10-17);
- e) Política externa (18-19);
- f) Atividades artísticas de Nero (20-25);
- g) Defeitos do caráter de Nero (*petulantia, libido, luxuria, avaritia, crudelitas*) (26-38);
- h) Desastres naturais e críticas literárias a Nero (39);
- i) Sublevação das províncias e queda de Nero (40-50);
- j) Características físicas e inclinações culturais de Nero (51-56);
- k) Eventos subsequentes à morte de Nero (57).

Os itens (b) a (e) situam-se na parte em que Suetônio descreve o lado positivo do reinado de Nero, enquanto os itens (f) a (i) estão incluídos na parte

¹⁸ Cf. *Imperatore, op. cit.*, p. 39-44; Griffin, *op. cit.*, p. 83 e ss.

¹⁹ A. M. Gowing, "Cassius Dio on the reign of Nero". *ANRW*, 11.34.3, 1997, p. 2565.

²⁰ *Structures et idéologie dans "Les vies des douze Césars", de Suétone*. Paris: Les Belles Lettres, 1977, p. 215-225.

que reúne os aspectos negativos do mesmo. Esta divisão preliminar já é significativa se atentarmos para o conteúdo de ambas as partes. Na primeira predomina a figura do imperador como regente da cidade de Roma enquanto a segunda detém-se no imperador satisfazendo suas inclinações pessoais, sobretudo no campo artístico. Vejamos então, em linhas gerais, como ambas as representações despontam na biografia. A primeira menção positiva que Suetônio faz a Nero é quando narra sua introdução na vida pública, por volta de 53 d.C.²¹:

Conduzido ao Fórum para aí tomar a toga, prometeu uma distribuição ao povo e uma gratificação aos soldados. Numa revista aos pretorianos, colocou-se à frente destes com um escudo na mão. Depois, solicitou, no Senado, ações de graça para o seu pai adotivo [Cláudio]. Defendeu, diante dele, então cônsul, em latim, os habitantes de Bolonha e, em grego, os de Rodes e de Ílion. Estreou nas funções públicas como prefeito da cidade durante as festas latinas. (7, 2)²²

Nero aparece aqui sob uma luz favorável por estar perfazendo suas obrigações com os grupos que constituem a *res publica*: o povo, os soldados e o Senado. Ademais, atuou como prefeito da cidade de Roma cuidando de casos que Suetônio faz questão de qualificar como importantes. As suas primeiras medidas ao ascender ao poder em 54 também são descritas favoravelmente:

Após haver declarado que “reinará de acordo com os princípios de Augusto”, não perdeu nenhuma ocasião de demonstrar a sua liberalidade [*liberalitas*], sua clemência [*clementia*] e até mesmo sua amabilidade [*comitas*]. Aboliu ou diminuiu os impostos mais pesados. [...] Depois de ter distribuído ao povo quatrocentos sestércios por cabeça, estabeleceu para os senadores mais nobres, porém sem fortuna, um ordenado anual que montava, para alguns, até

²¹ Para as datações dos eventos na *Vita Neronis* sigo Paul A. Gallivan, “Suetonius and chronology in the *De Vita Neronis*”. *Historia*, v. 23, 1974, p. 297-318.

²² Com exceção do *De Ira* e *De Beneficiis*, de Sêneca, das *Histórias*, de Tácito, da *História Romana*, de Dião Cássio, e das obras de Catão, Varrão e Columella, as citações das demais fontes neste trabalho adotam, com poucas alterações, traduções brasileiras e portuguesas listadas na bibliografia.

cem mil sestércios. E, da mesma forma, às coortes pretorianas, uma ração de trigo anual gratuita. (10)

Destaque-se aqui a ênfase do biógrafo na enumeração das virtudes imperiais que Nero pretende adotar: *liberalitas*, *clementia* e *comitas*. Como se vê pelo trecho acima, virtudes positivas são aquelas demonstradas no trato do imperador com os grupos sociais em Roma. Passagens dos *Anais* de Tácito fazem referência a algumas dessas medidas de Nero apenas citadas brevemente por Suetônio. O imperador tentou abolir todos os impostos indiretos em 58, embora tenha sido demovido de tal intento pelo Senado (*Anais*, 13, 50-51) e, nesse mesmo ano, foi decretada uma lei abolindo taxas para o transporte de trigo das províncias além-mar (*ibidem*). O primeiro *congiarium* (distribuição de dinheiro à plebe) promovido por Nero data de 57 (*Anais*, 13, 31) e doações anuais de dinheiro foram feitas a senadores em 58 (*Anais*, 13, 34). Distribuições mensais de trigo às coortes são atestadas para 65 (*Anais*, 15, 72).

Ao detalhar o modo como Nero conduzia seu governo, Suetônio aprova os seus procedimentos judiciais, o fato de não ter admitido no Senado filhos de libertos, seu respeito pela instituição do consulado e o costume de fazer ler por um cônsul suas mensagens na cúria (15). Se a deferência de Nero pela ordem senatorial é sublinhada por Suetônio, o mesmo se dá quando se refere às suas medidas legais impostas em Roma: restrições ao luxo, perseguição aos cristãos (após 64, cf. Tácito, *Anais*, 15, 44), repressão aos condutores de quadrigas e expulsão dos pantomimos de Roma (em 56, cf. Tácito, *Anais*, 13, 25) por causarem distúrbios públicos (16). Nero penalizou ainda os falsificadores de testamentos (talvez em 55, cf. Dião Cássio, 61, 7, 6) e limitou o pagamento a advogados (17). Do ponto de vista edilício, planejou que casas e prédios fossem construídos de modo a facilitar o combate a incêndios (após 64, cf. Tácito, *Anais*, 15, 43), além de pensar em estender os muros de Roma até o porto de Óstia (16).

Na descrição suetoniana dos espetáculos fornecidos por Nero em Roma continua a predominar a ênfase na interação do imperador com a aristocracia e a plebe da cidade:

Ofereceu muitos espetáculos de todos os gêneros. *Juvenales*, jogos do circo, jogos cênicos, combates de gladiadores. Nas *Juvenales*, tolerou, mesmo, a participação dos velhos consulares e das velhas matronas. Nos jogos do circo concedeu aos cavaleiros lugares separados dos demais e fez aparecer aí até quadrigas atreladas a camelos. Nos jogos organizados pela eternidade do Império e aos quais desejou se chamassem “Jogos Máximos”, os papéis foram desempenhados pela maior parte das personagens das duas ordens e dos dois sexos. Um cavaleiro romano, conhecidíssimo, montado num elefante, desceu, correndo, numa corda esticada. (11)

As *Juvenales* foram instituídas em 59 (Tácito, *Anais*, 14, 15; Dião Cássio, 61, 19-21) e pelo menos até antes de 64 esses jogos foram realizados anualmente. Além das *Juvenales*, a participação de aristocratas no palco ou na arena é atestada para os anos 57 (Tácito, *Anais*, 13, 31), 59 (Tácito, *Anais*, 14, 14; Dião Cássio, 61, 17, 3-5), 60 (Tácito, *Anais*, 14, 20; Dião Cássio, 61, 21, 1) e 63 (Tácito, *Anais*, 15, 32). Os *ludi maximi* talvez tenham se realizado em 59. Se há uma crítica de Suetônio à participação de aristocratas em jogos é quando, mais adiante, afirma que Nero forçou quatrocentos senadores e seiscentos cavaleiros a lutarem na arena (12, 1). Se as altas cifras mencionadas indicam que se deve ter cautela em aceitar essa informação, há que se observar que parte da aristocracia coadunava com a política artística de Nero. Por exemplo, sobre os jogos quinquenais em 60 d.C., Tácito nota que “muitos, porém, aprovaram essa licença e procuravam coonestá-la, alegando que os nossos antepassados não eram infensos aos divertimentos cênicos, segundo os recursos da época, e fizeram vir da Etrúria os histriões e de Túria as corridas de cavalos, e após a ocupação da Acaia e da Ásia, maior cuidado se deu ainda aos espetáculos, e nenhum cidadão romano de boa família se degradou nas artes teatrais, depois mesmo de duzentos anos decorridos desde

o triunfo de L. Mêmio, que foi o primeiro a trazer para Roma espetáculos desse gênero” (*Anais*, 14, 21).

Ademais, Suetônio faz questão de sublinhar que Nero não tomava parte pessoalmente em tais espetáculos e, quando aparecia, estava em companhia de membros do Senado:

Estabeleceu também pela primeira vez em Roma, jogos quinquenais, a exemplo dos gregos. Concurso tríplice: musical, ginástico e eqüestre, a que deu o nome de *Neronia*. Na dedicação de suas termas e do seu ginásio, deu lugares de honra aos senadores e aos cavaleiros. Determinou que consulares fossem sorteados como juízes dos concursos. (12, 3)

Logo, também no campo artístico, as atitudes de Nero são consideradas positivamente por Suetônio quando o imperador aparece levando em conta os outros grupos sociopolíticos em Roma. Se até aqui o biógrafo separara em sua descrição os campos da política e da arte, embora os relacionando por um mesmo pressuposto valorativo – os vínculos entre imperador, Senado e plebe – ao final da parte dedicada aos fatos positivos, esses campos aparecem explicitamente unidos. Em 66 o rei parta Tiridates foi a Roma declarar sua lealdade a Nero, evento que Suetônio afirma que devia ser incluído entre os “espetáculos” do imperador (*Non immerito inter spectacula ab eo edita et Tiridatis in urbem introitum rettulerim*, 13, 1). Depois de recebê-lo no Fórum, onde se postaram fileiras de soldados, Nero conduziu-o ao teatro de Pompeu onde novamente o rei parta prestou-lhe homenagem. No relato de Suetônio a cerimônia aparece descrita como uma paródia de um triunfo militar, com Nero trajando vestimentas militares e sendo saudado como *imperator*, uma designação aplicada aos generais vitoriosos. Nero de fato nunca saiu de Roma com fins militares, apenas artísticos, como em sua viagem à Grécia em 66. Mas se o tom paródico pode ser interpretado como uma crítica velada a Nero por parte de Suetônio, por outro, as indicações do biógrafo permitem-nos supor que Nero utilizava-se da linguagem artística para representar a supremacia do poder de Roma a seus súditos.

Em suma, quando se toma em conjunto os eventos do principado de Nero compreendidos na seção da biografia dedicada a seus aspectos positivos, chega-se à conclusão que o pressuposto que norteia a narrativa de Suetônio é o de que o imperador é digno de louvor quando legisla em Roma e para a cidade de Roma, fazendo parte de um sistema político constituído pelos senadores, cavaleiros, soldados (das coortes pretorianas) e a plebe. Inversamente, quando passa a descrever o que chama de “atos vergonhosos e criminosos” (19, 2) de Nero, Suetônio apresenta o imperador agindo a fim de satisfazer seus interesses pessoais, sobretudo artísticos, transmitindo uma imagem desvinculada da ideologia do *senatus populusque romanus*. O biógrafo critica agora as aparições isoladas – ou com outros atores profissionais – do imperador nos espetáculos, como se fosse o único agente do poder, e, sobretudo, o fato de se apresentar publicamente em Roma e fora da cidade, como em Nápoles e em cidades da Grécia²³.

“De nada vale música às escondidas”, teria dito Nero de acordo com Suetônio. Este provérbio grego sintetiza uma das linhas de força da narrativa da parte negativa do reinado de Nero. Sentindo-se encorajado por seus progressos no canto, Nero teria expressado seu desejo de aparecer em público, o que fez inicialmente em Nápoles (20). Depois desta experiência apresentou-se em Roma (21). Nas demais menções ao imperador o biógrafo centra-se exclusivamente na personalidade de Nero, como se ele agisse de forma autônoma, desconsiderando os grupos em Roma que lhe davam sustentação política. Por exemplo, quando Nero viajou à Grécia para participar de um concurso de música em Corinto, Suetônio critica-o por negligenciar os assuntos da cidade (*urbicas res*) (23, 1). E, para realçar o caráter não-militar da figura de Nero, quando descreve o seu retorno, narra-o como a paródia de um triunfo militar, como dantes fizera ao descrever a recepção de Tiridates em Roma:

²³ É bem documentado o interesse de Nero pelo Oriente. Antes de ir à Grécia, o imperador pretendeu viajar a Alexandria, então considerada como capital da arte e da música. Cf. G. Schumann. *Hellenistische und griechische Elemente in der Regierung Neros*. Leipzig: Schwarzenberg & Schumann, 1930, p. 8. Tácito, por sua vez, refere-se a Nápoles como uma “cidade grega” (*Graeca urbs*) (*Anais*, 15, 33).

De volta da Grécia, entrou em Nápoles, onde estreara como artista, num carro tirado por cavalos brancos, passando por uma brecha aberta na muralha, segundo o uso dos vencedores nos jogos sagrados. A mesmíssima coisa fez em Âncio, mais tarde em Alba, finalmente em Roma; aqui, porém, entrou no carro que servira outrora aos triunfos de Augusto, vestido dum manto de púrpura, com uma clâmide respingada de estrelas de ouro, à testa a coroa olímpica e a pítica na mão direita, enquanto as outras coroas eram carregadas pomposamente diante dele, com inscrições que indicavam o lugar, o nome dos seus concorrentes, o assunto dos cânticos e das peças em que saíra vencedor. Claquistas seguiam o carro, como nas ovações, aos gritos de que eram eles os augustanos e os soldados do seu triunfo. (25, 1)

Após ter caracterizado Nero como o inverso da imagem ideal do imperador, Suetônio passa então a exemplificar o que toma como suas deficiências de caráter, a saber, *petulantia*, *libido*, *luxuria*, *avaritia* e *crudelitas*, que se contrapõem às virtudes imperiais já mencionadas, isto é, *liberalitas*, *clementia* e *comitas*, componentes do repertório ideológico do Principado desde Augusto²⁴. Convém notar que algumas dessas deficiências, no início da biografia, já foram derivadas da própria linhagem familiar de Nero. Por exemplo, a ostentação e profusão (*profusio*), marcas da *luxuria*, estavam presentes na conduta de seu avô Domício, o que lhe valeu inclusive a censura de Augusto (4). Igualmente Suetônio critica Nero por fazer gastos suntuosos comprometendo as finanças de Roma (30-31). A construção da chamada *Domus Aurea*, um imponente palácio no centro da cidade, é o principal alvo de suas críticas (31), pois teria contribuído para o déficit no tesouro público, levando-o a praticar confiscos arbitrariamente (32).

Suetônio ilustra a *crudelitas* de Nero com a morte de membros da família imperial ou de seus conselheiros: sua cumplicidade em 54 na morte do imperador Cláudio (33), seu pai adotivo; o assassinato de sua mãe em 59 (34) e de suas esposas Otávia (em 62) e Popéia (em 65); a morte, em 65 ou 66, de Antonia, filha de Cláudio; de Sêneca (em 65); de Burro (em 62) e de alguns

²⁴ Cf. A. Wallace-Hadrill. "The emperor and his virtues". *Historia*, v. 30, 1991, p. 298-323.

libertos imperiais em 62 (35). O biógrafo diz ainda que Nero não poupou nem mesmo o povo de Roma. Em 64 abertamente ateou fogo à cidade (38). As mortes de senadores como Traséia Peto e Cássio Longino também são mencionadas (37) e, logo em seguida, Suetônio acrescenta que Nero ousou monopolizar todo o poder:

Deu muitas vezes a entender – e ninguém o duvidava – que não pouparia o resto dos senadores e que estava resolvido a livrar a República daquela ordem, para entregar as províncias e os exércitos aos libertos e aos cavaleiros romanos. (37, 3)

Sobreveio então o fim de Nero, que Suetônio introduz com a seguinte frase: “O universo, depois de ter suportado tal príncipe por pouco menos de catorze anos, acabou por abandoná-lo (*Talem principem paulo minus quattuordecim annos perpessus terrarum orbis tandem destituit*) (40). A revolta do governador da Gália, Júlio Vindex, deu início ao processo que levou à queda de Nero. De acordo com Suetônio, num ato de desespero final, o imperador tentou novamente contra a *res publica*:

Queria substituir e assassinar os comandantes dos exércitos e das províncias, como conspiradores animados dum único e mesmo espírito. Degolar, ao mesmo tempo, todos os exilados e todos os gauleses que se encontrassem em Roma. Aos primeiros, para que não fossem engrossar as fileiras dos sediciosos. Aos outros, como cúmplices e autores dos seus compatriotas. Projetava entregar as Gálias ao saque dos exércitos. Envenenar o Senado inteiro no decorrer dum festim. Incendiar a cidade e soltar as feras contra o povo. (43, 1)

Reverteu-se, portanto, o quadro inicial da biografia quando o imperador era retratado como a favor de todos. Agora aparece contra Senado, povo, exército e províncias, logo sendo justificada a sua queda. Ao adotar uma estruturação temática para apresentar os atos positivos de Nero, Suetônio não se prende a qualquer baliza cronológica. Não divide o reinado em dois momentos distintos, respectivamente marcados por qualidades e deficiências

de Nero, mas mescla eventos situados no período de 54 até 66, cobrindo portanto quase toda a extensão de seu governo.

É neste aspecto estrutural que Suetônio distancia-se da tradição historiográfica senatorial que vai de Tácito e Dião Cássio até compêndios de história romana do século IV onde se encontra a célebre expressão *Quinquenium Neronis* para designar uma seqüência temporal de cinco anos em que o reinado de Nero teria sido louvável. Tal expressão é atribuída a Trajano e conservada no *Liber de Caesaribus*, de Sexto Aurélio Vitor, um senador do século IV, e também na *Epitome de Caesaribus*. Em ambos escritos, atribui-se a Trajano o elogio de um qüinqüênio de Nero (*quinquenium Neronis*), período positivo que teria permanecido inatingido pelos imperadores subseqüentes²⁵.

Desde pelo menos a década de 1910 estudiosos discutem o significado da expressão, tentando estabelecer a quais cinco anos Aurélio Vitor e o autor da *Epitome* estariam se referindo, situando-os ora no começo do reinado de Nero, ora em sua parte final. Enquanto alguns argumentam que o qüinqüênio remeteria à atividade edilícia de Nero e à anexação de províncias²⁶, outros afirmam que a expressão foi cunhada por partidários de Traséia Peto ou Sêneca para justificar a colaboração desses indivíduos no governo neroniano em seus primeiros cinco anos, de 54 a 59²⁷. A conjunção das fontes historiográficas – em especial, Tácito e Dião Cássio – com a noção de um *Quinquenium Neronis* ofereceu à crítica moderna um modelo interpretativo do

²⁵ *Eo modo L. Domitius (nam id certe nomen Neroni, palre Domitio, erat) imperator factus est. Qui cum longe adolescens dominatum parem annis vitrico gessisset, quinquennium tamen tantus fuit, agenda urbe maxime, uti merito Traianus saepius testaretur procul differre cunctos principes Neronis quinquennio* (Aurélio Vitor, *Liber de Caesaribus*, 5, 1-2); *Domitius Nero, patre Domitio Ahenobarbo genitus, matre Agrippina, imperavit annos tredecim. Iste quinquennio tolerabilis visus. Unde quidam prodidere Traianum solitum dicere procul distare cunctos principes Neronis quinquennio* (*Epitome de Caesaribus*, 5, 1-2).

²⁶ J. G. C. Anderson, "Trajan on the *Quinquenium Neronis*". *Journal of Roman Studies*, 1, 1911, p. 173-179; M. E. K. Thornton, "The enigma of Nero's *Quinquenium*". *Historia*, 22, 1973, p. 570-582.

²⁷ O. Murray, "The *Quinquenium Neronis* and the Stoics". *Historia*, 14, 1965, p. 41-61; B. M. Levick, "Nero's *Quinquenium*". *Collection Latomus*, v. 180, 1983, p. 211-225. A noção de um grupo estoico articulado para salvaguardar a memória de Sêneca também é avançada por Norberto L. Guarinello, "Nero, o estoicismo e a historiografia romana". *Boletim do CPA, IFCH-Unicamp*, 1996, p. 53-61.

governo de Nero que se tornou senso comum, e como resultado, ocorreu que, de acordo com Giovanni F. Imperatore, “nas diversas interpretações do quinquênio reside um pouco a ‘radiografia’ do estado das pesquisas sobre Nero”²⁸.

Dentre essas interpretações, é particularmente interessante aquela que se centra na hipótese da construção de uma imagem denegrada de Nero pelos círculos estoicos a fim de louvar *post mortem* a figura de Sêneca e/ou Traséia Peto. Mas os problemas surgem quando se quer alegar que o próprio Trajano relacionasse a memória de Nero ao filósofo, como pretende Barbara Levick, que levanta a possibilidade de a idéia de um *quinquenium* ter sido transmitida a Trajano por Fábio Rústico, simpatizante de Sêneca²⁹.

Mas esquece-se de mencionar uma carta de Plínio, o Jovem, contemporâneo de Trajano, em que há um testemunho direto do modo como esse imperador servia-se da imagem de Nero. Trata-se de um julgamento, em 107 d.C., de um cavaleiro romano, Semprônio Senécio, e de um liberto de Trajano, de nome Euritmo, acusados de terem falsificado um testamento. Alguns herdeiros da vítima, sabendo da presença do liberto no tribunal, pensaram em não aparecer e até em encerrar o caso. Percebendo isto, Trajano teria exclamado: “Ele não é Políclito, nem eu sou Nero” (*Nec ille Polyclitus est nec ego Nero*) (*Ep.*, 6, 31, 9)³⁰, buscando dissociar o que os acusadores viam como inseparável, o liberto e seu patrono.

Se nos voltarmos para as *Histórias*, de Tácito, compostas no mesmo período em que Plínio escreve, a memória de Nero é igualmente elaborada por meio da referência a seus libertos, dentre eles Políclito. A primeira passagem é parte de um discurso que Tácito atribui a Oto contra Galba, enquanto a segunda é do próprio historiador ao comentar sobre a conduta de Vitélio:

²⁸ *Op. cit.*, p. 24.

²⁹ *Op. cit.*, p. 223.

³⁰ A questão provavelmente remete a um contexto provincial, onde era comum um par cavaleiro-liberto imperial estar a cargo de propriedades imperiais. Ver A. N. Sherwin White, *The letters of Pliny: a historical and social commentary*. Oxford: Clarendon Press, 1985, p. 391. No início do Principado de Nero, tal par é igualmente mencionado, mostrando ser um padrão comum (*P. Celer eques Romanus et Helius libertus, rei familiari principis in Asia impositi, Anais*, 13, 1).

Passaram-se sete meses desde a morte de Nero, e já Icelo fez mais pilhagens do que as perdas causadas pelos Políclitos, Vatínios e Aegilaos. (*Hist.*, 1, 37)

Quatro meses se passaram desde a sua vitória e Asiático, liberto de Vitélio, já se igualava aos Políclitos, Patróbios e outros nomes odiosos do passado. (*Hist.*, 2, 95)

Os libertos de Galba e Vitélio, Icelo e Asiático, respectivamente, são comparados a libertos atuantes à época de Nero. Além das passagens acima de Tácito (ver ainda *Hist.*, 1,49; *Anais*, 14, 39), Políclito e Patróbio são também citados por outras fontes como libertos de Nero³¹. Sobre Aegilaos há um selo de uma *fistula* que o identifica como liberto de Cláudio e responsável pela distribuição de água em Óstia sob esse imperador³², o que, de acordo com P. R. C. Weaver, situa-o ao lado do liberto Narciso, também de Cláudio, como os primeiros funcionários imperiais em *fistulae* de Roma e adjacências³³. Já Vatínio não é um liberto, sendo identificado por Tácito nos *Anais* (15, 54; cf. também *Dial.*, 11, 2) como um membro da corte (*aula*) de Nero. Esse termo, pouco comum nos *Anais*, aparece duas vezes nas *Histórias*, sobretudo com relação a Nero: *aula Neronis* (*Hist.*, 1, 13; 22), *Neroniana aula* (*Hist.*, 2, 71). Oto é igualmente apresentado por Tácito como um partícipe desse séqüito, a ponto de ser um retrato (*simile*) de Nero (*Hist.*, 1, 13, 6). Em outras passagens, ressalta ainda que tanto Oto como Vitélio buscaram reavivar a memória de Nero para granjear apoio popular, e o primeiro chegou mesmo a ser aclamado “Oto Nero” (*Hist.*, 1, 78; 2, 95). Na ótica de Tácito, portanto, se há um denominador comum a Galba, Oto e Vitélio é o fato de reproduzirem os padrões da *aula Neronis* por meio da atuação de seus libertos³⁴.

³¹ Plutarco, *Galba*, 17, 2; Dião Cássio, 63, 12, 3; 63, 3, 1; 64, 3, 4; Suetônio, *Galba*, 20, 2; Plínio, *Hist. Nat.*, 35, 128.

³² [CLAU]DI [C]AE[SARIS] AUG TI CLAUDIUS AEGIALUS FE[CIT], *AE* 1998, 276.

³³ Há também uma *fistula*, encontrada em Roma, com o nome de Narciso gravado: NARCISSUS AUG L AB EPISTULIS (*CIL* VI, 7500c).

³⁴ Galba: *venalia cuncta, praepotentes liberti, servorum manus subitis avidae et tamquam apud senem festinantes, eademque novae aulae mala, aequae gravia, non aequae excusata* (*Hist.*, 1, 7); Oto: *Non erat Othonis mollis et corpori similis animus. Et intimi libertorum*

A memória de Nero era vinculada a uma dada formação social, a *aula*, a qual Tácito atribui certas características específicas, promovidas sobretudo por libertos. A *aula* é palco de “luxo, adultérios, casamentos e outros prazeres do poder” (*luxus, adulteria, matrimonia ceterasque regnorum libidines, Hist., 1, 22*) e, como tal, um meio de acesso para se obter influência (*unum ad potentiam iter, cf. Hist., 2, 95, 5*). É para essa formação social que agora dirigimos nossa atenção para estudar a escravidão no centro do poder em Roma.

Escravos e libertos na corte neroniana

Referências à corte são freqüentes na historiografia sobre o Principado de Nero, embora prevaleça como uma categoria sem qualquer valor analítico – além de carregada de conotações negativas, como palco de intrigas, de luxo e extravagâncias, e de trocas de favores. É o caso de Eugen Cizek que defende uma análise do período de Nero por meio da reconstituição dos círculos políticos e culturais que se formavam na corte (*aula*)³⁵. No entanto, esse conceito é aplicado sem uma preocupação em defini-lo historicamente, como se fosse válido para todo governo centralizado. Ao iniciar o capítulo intitulado “A corte e as microunidades sociais”, o autor afirma que “durante a Antigüidade, quanto mais um regime político era totalitário, mais o séqüito do senhor era poderoso. O séqüito de Nero eram as mulheres, seus favoritos, seus conselheiros, seus serviçais domésticos, o pessoal ligado à sua pessoa, os senadores e os cavaleiros que freqüentavam o palácio, os intelectuais que conviviam com o César. Eles formavam a corte imperial”³⁶. Essa definição

servorumque, corruptius quam in privata domo habiti, aulam Neronis et luxus, adulteria, matrimonia ceterasque regnorum libidines avido talium, si auderet, ut sua ostentantes, quiescenti ut aliena exprobrabant (Hist., 1, 22); Vitélio: cf. supra Hist., 2, 95. Plutarco (Galba, 20, 3) comete um anacronismo ao citar Icelo e Asiático como libertos de Galba, mas ressalta a corte como seu âmbito de influência (peri thn aulhn).

³⁵ *L'époque de Néron et ses controverses idéologiques; idem, Néron.*

³⁶ Cizek, *Néron*, p. 173.

também transparece na obra de outros estudiosos que citam o termo no contexto de discussões sobre a literatura de época neroniana³⁷.

Tal visão simplista deixa escapar que a corte é sobretudo a casa expandida de um monarca e, nesse sentido, uma unidade espacial, material, social, econômica e senhorial³⁸. A casa dos imperadores romanos desde o início do Principado passou por uma transformação, tornando-se uma nova formação social essencialmente distinta das casas aristocráticas, seja de um ponto de vista quantitativo, de concentração de recursos materiais, seja no plano qualitativo, por meio da elaboração de um estilo de vida próprio³⁹. Decretos senatoriais da época de Tibério – a *Tabula Siarensis*, de 19 d.C., a *Tabula Hebana*, de 20 d.C., e o *senatus consultum de Cn. Pisone patre*, de 23 d.C.⁴⁰ – revelam que Augusto não estabeleceu o poder de um só homem, mas de uma casa dinástica, uma casa que tinha uma identidade coletiva e na qual as mulheres tinham papéis públicos e uma série de jovens eram promovidos como potenciais sucessores imperiais⁴¹. Mas não apenas mulheres e homens jovens, mas também escravos e libertos, por sua integração à *domus* imperial, passaram a ter posições públicas⁴².

³⁷ J. P. Sullivan, *Literature and politics in the age of Nero*. Ithaca: Cornell University Press, 1985, p. 161. Igualmente Miriam Griffin, *op. cit.*, p. 152, e Shadi Bartsch, *Actors in the audience: theatricality and doublespeak from Nero to Hadrian*. Massachusetts: Harvard University Press, 1994, p. 197-199.

³⁸ Aloys Winterling, *Aula Caesaris: Studien zur Institutionalisierung des römischen Kaiserhofes in der Zeit von Augustus bis Commodus (31 v. Chr.-192 n. Chr.)*. München: R. Oldenbourg Verlag, 1999, p. 9. Para a definição de casa, Winterling remete a Otto Brunner, “Das ‘Ganze Haus’ und die alteuropäische ‘Ökonomik’”, em *Neue Wege der Verfassungs- und Sozialgeschichte*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1968, p. 103-127.

³⁹ Winterling, *op. cit.*, p. 3-4. Também Rolf Rilinger, “*Domus* und *res publica*: Die politisch-soziale Bedeutung des aristokratischen “Haus” in der späten römischen Republik”, em Aloys Winterling (ed.), *Zwischen “Haus” und “Staat”: antike Höfe im Vergleich*. München: R. Oldenbourg Verlag, 1997, p. 73-90.

⁴⁰ As duas primeiras testemunham honras conferidas pelo Senado a Germânico, enquanto o *senatus consultum* trata da condenação de Cneu Piso, acusado de assassinar Germânico.

⁴¹ Cf. Greg Rowe, *Princes and political cultures: The new Tiberian senatorial decrees*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2002, p. 1.

⁴² Ver a esse respeito P. R. C. Weaver, *Familia Caesaris: a social study of the emperor’s freedmen and slaves*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972, e Gérard Boulvert, *Domestique et fonctionnaire sous le Haut-Empire romain: la condition de l’affranchi et de l’esclave du prince*. Paris: Les Belles Lettres, 1974.

Em Roma, já no período republicano, era normal que os indivíduos que exerciam cargos públicos utilizassem seus escravos e libertos como auxiliares, como aliás revela a correspondência de Cícero⁴³. Não havia qualquer crítica a tal emprego, e mesmo quando alguém se referia negativamente aos libertos ou escravos de algum magistrado ou governador provincial, o alvo dos ataques era de fato o respectivo senhor ou patrono, segundo a lógica de que aquele que não era capaz de governar seus dependentes privados, muito menos estava apto a gerir a coisa pública⁴⁴. Mesmo no caso do Principado, é preciso ter clareza sobre o papel da *familia Caesaris* no aparelho governamental, para não concebê-la como em oposição às ordens senatorial e eqüestre, como as fontes literárias dos séculos I e II d.C. fazem supor à primeira vista.

Augusto, quando ascendeu ao poder, não confiou de imediato os serviços administrativos públicos à sua *familia* particular. É o que indicam seus procedimentos diante da organização do serviço de distribuição de água para a cidade de Roma. Tal serviço foi confiado a Agripa, homem de sua confiança, que substituiu os edis republicanos e passou a utilizar nos serviços de manutenção seus próprios escravos. Com sua morte em 12 a.C., esses escravos foram transferidos para a propriedade de Augusto, mas ele não os manteve em sua posse. Doou-os à *res publica*, tornando-os escravos públicos, isto é, evitou sobrepor-se ao Senado, uma vez que o serviço das águas era, em última instância, da responsabilidade de membros da ordem senatorial. Augusto apenas utilizava indivíduos de sua *familia* como secretários particulares ou como auxiliares subalternos nos serviços financeiros das províncias⁴⁵. Todavia, após o seu reinado, a *familia Caesaris* progressivamente aumentou em número e importância.

Com o imperador Cláudio (que governou de 41 a 54 d.C.), a *familia Caesaris* assumiu um maior papel político. Por um lado, criaram-se novos

⁴³ Susan Treggiari, "The freedmen of Cicero". *Greece & Rome*, 16, 2, 1969, p. 195-204.

⁴⁴ Georges Fabre, *Libertus: patrons et affranchis à Rome*. Rome: École Française de Rome, 1981, p. 240, 253.

⁴⁵ Henriette Pavis d'Escurac. "La *Familia Caesaris* et les affaires publiques: *discretam domum et rem publicam* (Tacite, *Annales*, XIII, 4)", em E. Lévy (ed.). *Le système palatial en Orient, en Grèce et à Rome*. Actes du Colloque de Strasbourg, 19-22 juin 1985. Université des Sciences Humaines de Strasbourg, 1987, p. 393-410.

serviços administrativos – como, por exemplo, o de procurador *portus Ostiensis*, responsável pela gerência do porto de Óstia, por onde Roma recebia seus carregamentos de trigo – que foram atribuídos a libertos imperiais. Por outro lado, instituiu-se para a administração de assuntos financeiros e provinciais uma associação entre procuradores eqüestres e procuradores libertos. Ademais, foi também no reinado de Cláudio que os libertos *a rationibus*, *ab epistulis* e *a libellis* ganharam maior relevo ao gerir o patrimônio imperial e mesmo ao atuar em disputas dinásticas. Os nomes de Pallas, Narciso e Calisto, que desfilam pelas páginas de Tácito, Suetônio e Dião Cássio, nem sempre vêm acompanhados de menções honrosas, sendo criticadas sua arrogância, soberba e riqueza. No entanto, essas críticas devem ser situadas no contexto da ideologia aristocrática dos autores antigos. Não é tanto a distribuição de cargos administrativos entre a *familia Caesaris* que é criticada – mesmo porque as carreiras de cavaleiros e libertos sempre se mantiveram rigidamente separadas⁴⁶ –, mas sim a atribuição aos libertos imperiais de honrarias que costumeiramente cabiam a cavaleiros e senadores. O texto abaixo de Suetônio sobre os libertos de Cláudio mostra isso de forma bem clara:

De seus libertos elevou sobretudo o eunuco Posides, a quem no seu triunfo da Bretanha, gratificara, dentre os guerreiros, com uma lança. Não fez menos por Félix, a quem colocou à frente das coortes e das alas, e da província da Judéia, e que foi marido de três rainhas. Honrou também Harpócrates, a quem conferira o direito de se fazer conduzir em liteira pela cidade e dar espetáculos públicos, e ainda Políbio, seu professor, que muitas vezes caminhava entre dois cônsules. Mais, porém, que todos os outros, privilegiou Narciso, seu secretário, e Pallas, encarregado das finanças imperiais, a quem por um decreto do Senado, permitiu se cumular não somente de altas homenagens, mas ainda das honrarias da questura e da pretura. (*Cláudio*, 28)

⁴⁶ P. R. C. Weaver, “Movilidad social en el Alto Imperio Romano: la evidencia de los libertos imperiales y los esclavos”, em M. I. Finley (org.). *Estudios sobre Historia Antigua*. Madrid: Akal Editor, 1981, p. 137-156.

Esse aspecto também mais transparece nas fontes historiográficas sobre Nero, além do fato de os libertos geralmente aparecerem lado a lado com as mulheres da corte na caracterização do imperador, que contava com catorze anos de idade ao assumir o poder. É para essa análise que agora nos voltamos.

Em 50 Nero foi adotado por Cláudio, estabelecendo-se uma união das famílias Júlia e Cláudia. Os autores dessa manobra dinástica são dois: Agripina, mãe de Nero, e Pallas, liberto *a rationibus* de Cláudio. O mesmo Pallas um ano antes, em 49, também fora responsável pelo casamento entre Cláudio e Agripina, contrapondo-se a outros libertos, favoráveis a pretendentes diversas. Essa associação entre mulheres e libertos na estruturação de estratégias matrimoniais e adotivas no interior da casa imperial é, como veremos, constantemente referida pelas fontes, embora nem sempre sublinhada pela extensa literatura sobre as relações de parentesco na aristocracia romana. Os desenhos de estemas e a análise do vocabulário específico da parentela não revelam os atores que atuam como intermediários em tais estratégias. Como integrantes da *domus*, escravos e libertos eram diretamente afetados pelo rumo das relações familiares, uma vez que dessas dependiam os direitos de propriedade e patronato.

A trajetória de Pallas fornece um ponto de partida para essa discussão no contexto do Principado neroniano⁴⁷. Pallas provavelmente nasceu no começo da era cristã, pois ainda era escravo em 31 d.C., de Antonia Menor, e mencionado como o “mais fiel de seus escravos” por Josefo (*Ant. Jud.*, 18, 182). Filha de Marco Antônio e Otávia, Antonia foi mãe do imperador Cláudio e avó, por seu filho Germânico, de Calígula. Josefo (*Ant. Jud.*, 18, 182) menciona Pallas como aquele que entregou uma carta de Antonia a seu cunhado, o imperador Tibério, então em Capri, alertando-o contra o complô de Sejano. Antonia morreu em 37, já tendo provavelmente manumitido Pallas, que então tomou o prenome de “M. Antonius”, ficando sob o patronato de Cláudio. O liberto possuiu uma grande propriedade fundiária em Hermopolites, no Egito,

⁴⁷ Para o que se segue, ver Stewart I. Oost, “The career of M. Antonius Pallas”. *American Journal of Philology*, 79, 2, 1958, p.113-139.

depois transmitida a um descendente também chamado M. Antonius Pallas⁴⁸. Apenas Suetônio (*Cláudio*, 28) e Dião Cássio (61, 30, 6b [Zonaras]) mencionam o cargo de *a rationibus* exercido por Pallas sob Cláudio. Tácito, quando se refere aos libertos imperiais, não cita suas funções administrativas, embora reconhecesse a circunscrição dos cargos de *a rationibus*, *a libellis* e *ab epistulis à domus* reinante (cf. *Anais*, 15, 35,2-4).

Tanto em Tácito (*Anais*, 11, 29, 1 e ss.) como em Dião Cássio (61, 31 ss.), a primeira menção de Pallas junto a Cláudio situa-se no ano de 48, no contexto de uma conspiração contra o imperador, quando sua esposa, Messalina, pretendeu desposar um jovem aristocrata, de nome Gaio Sílio. Os relatos de Tácito e Dião Cássio divergem quanto à coesão atribuída ao grupo de libertos envolvido na supressão do complô: Pallas, Narciso e Calisto. Tácito não os vê como um grupo homogêneo com uma linha comum de ação, mas cada qual adotando uma estratégia visando a autopreservação:

Primeiramente Calisto, de quem já falei, ao tratar a morte de Caio César, Narciso, instrumento da morte de Ápio, e Pallas, que estava em graça naquele tempo, deliberaram se porventura convinha por secretas ameaças afastar Messalina do amor de Sílio, dissimulando tudo mais. Depois, receando cavar com isso sua própria ruína, desistiram de tal propósito, Pallas, por covardia, Calito porque sabia, pela experiência do reino precedente, que o poder se mantém mais pela prudência que pela ousadia. Persistiu Narciso, modificando apenas neste ponto o plano, que não fosse ela sabedora da acusação nem do acusador; e procurando ocasião adequada, pois era longa a demora de César em Óstia, encarregou da denúncia duas meretrizes da intimidade dele, fazendo-lhes larguezas e promessa de que maior se tornaria a influência delas depois que ele tivesse repudiado a mulher. (*Anais*, 11, 29, 1-2)

No restante do relato taciteano toda iniciativa é monopolizada por Narciso, que, pessoalmente ou por intermediários, dita os procedimentos a

⁴⁸ O papiro que atesta isso é de 121 d.C. Cf. Michael Rostovzeff, *The social and economic history of the Roman Empire*. Oxford: Clarendon Press, 1966, v. 2, p. 674, nota 48. Juvenal cita Pallas por sua riqueza (*Sat.*, 1, 109) e Frontino, por seus jardins (*De Aqu.*, 19, 20, 69).

serem seguidos para preservar a posição de Cláudio e punir os envolvidos. Nas palavras de Tácito, *omnia liberto oboediebant* (11, 35). Como resultado final, Narciso ganhou honrarias, destacando-o frente aos outros libertos: *decreta Narcisso quaestoria insignia, levissimum fastidii eius, cum super Pallantem et Callistum ageret* (11, 38, 6). Logo, o episódio é descrito como uma disputa por supremacia entre libertos. Igualmente, consumada a eliminação de Messalina, Tácito descreve cada um desses libertos advogando o casamento de Cláudio com diferentes mulheres:

Com a morte de Messalina agitou-se a casa do príncipe, porfiando entre si os libertos sobre quem havia de escolher uma mulher para Cláudio, impaciente como era da vida celibatária e por índole sofredor do jugo feminil. Nem menos ardente era a ambição das mulheres; cada qual queria fazer valer sua nobreza, formosura, fortuna, todos os predicados que pudessem habilitar para tão elevadas núpcias. Sobre duas principalmente versou por fim a discussão – Lólia Paulina, filha do consular M. Lólio, e Júlia Agripina, filha de Germânico. A esta favorecia Pallas, àquela Calisto; porém Narciso tomava sob sua proteção Élia Petina, da família dos Tuberões. (*Anais*, 12, 1, 1-3)

Élia Petina já havia sido esposa de Cláudio (Suet., *Cláudio*, 26). Lólia Paulina fora casada com Calígula, o único Júlio-Cláudio que pereceu em uma conspiração bem-sucedida em 41, encabeçada por Cássio Queréa, na qual além de Tácito, como sugerido na passagem anteriormente citada (*Anais*, 11, 29, 1), também Flávio Josefo (*Ant. Jud.*, 19, 66) e Dião Cássio (59, 29) incluem a participação de Calisto, liberto de Calígula. Essa conspiração foi particularmente relevante porque consolidou o princípio da legitimidade dinástica do poder imperial, como indicam as medidas tomadas por Cláudio após sua ascensão (juramento em nome de Augusto, divinização de Lúvia, funerais públicos em honra aos pais de Cláudio e a Germânico, seu irmão)⁴⁹. A própria aclamação de Cláudio pelos pretorianos – doravante determinante na “fabricação” do monarca – enfatizou o vínculo de parentesco entre Cláudio e

⁴⁹ Isabelle Cogitore, *La légitimité dynastique d’Auguste à Néron à l’épreuve des conspirations*. Rome: École Française de Rome, 2002, p. 76-77.

Calígula e sua descendência ilustre (Josefo, *Ant. Jud.*, 19, 162)⁵⁰. Nos argumentos que Tácito atribui aos libertos em defesa de suas pretendentes o princípio dinástico mantém-se operante, visto que prevaleceu a opinião de Pallas: Agripina trazia um neto de Germânico (o futuro Nero) e, além de ser de reconhecida fecundidade e jovem, reuniria os descendentes das famílias Júlia e Cláudia (*Pallas id maxime in Agrippina laudare quod Germanici nepotem secum traheret, dignum prorsus imperatoria fortuna: stirpem nobilem et familiae Iuliae Claudiaeque posteros coniungeret, ne efemina expertae fecunditatis, integra iuventa, claritudinem Caesarum aliam in domum ferret, Anais*, 12, 2, 3).

No relato de Dião Cássio, como preservado por Zonaras e Xifilino, Pallas, Calisto e Narciso aparecem atuando em conjunto, inicialmente em acordo com Messalina e depois contrários a ela, em virtude da morte do liberto Políbio, causada por uma falsa acusação da parte de Messalina, sua amante (61, 31, 2). Não obstante retrate Narciso alertando Cláudio do adultério entre sua esposa e Gaio Sílio⁵¹, os eventos subseqüentes (casamento com Agripina e morte de Lúcio Silano, a quem Otávia, filha de Cláudio, estava prometida) são imputados à ação coordenada dos três libertos, ao contrário do que lemos nos *Anais*, de Tácito (12, 3-4), em que aparecem como responsabilidade de Agripina em conjunção com o censor Lúcio Vitélio, que defendera no Senado a permissão de uma união entre tio e sobrinha (*Anais*, 12, 5-6)⁵². Também a adoção de Domício, filho de Agripina, por Cláudio em 50, tornando-se então Tibério Cláudio Nero César (ou, como às vezes é chamado, Nero Cláudio César Drusus Germânico)⁵³, é narrada por Dião Cássio como um feito de Agripina com os libertos (61, 32, 2), enquanto Tácito atribui a adoção à intervenção de Pallas (*Anais*, 12, 25). Tácito apresenta ainda Agripina e Pallas como amantes (*Anais*, 12, 65, 4) e ilustra a associação de ambos com as seguintes palavras: “Agripina [...], sequiosa de um poder malfazejo, tinha a seu

⁵⁰ Rowe, *op. cit.*, p. 169.

⁵¹ 61, 31, 4. Ao que parece seguindo uma mesma fonte que Tácito, pela concordância lexical entre os textos, pois tanto Tácito como Dião Cássio servem-se do mesmo termo para designar as mulheres da corte que Narciso interpelou para ter acesso a Cláudio: *paelex*, **pal I akij**.

⁵² Nesse ponto Dião Cássio (61, 31,8) concorda com Tácito.

⁵³ Cf. Griffin, *op. cit.*, p. 29.

lado Pallas, o fator do casamento incestuoso dela e da adoção de Nero” (*quae cunctis malae dominationis cupidinibus flagrans habebat in partibus Pallantem, que auctore Claudius nuptiis incestis et adoptione exitiosa semet perverterat*, *Anais*, 13, 2, 3; cf. também Dião Cássio, 61, 3, 2).

Essas diferenças presentes nas narrativas de Tácito e Dião Cássio indicam que resta explicar não tanto o funcionamento da trama dinástica entre os eventos que transcorreram desde a morte de Messalina até adoção de Nero, mas sim a ligação que as fontes estabelecem entre as mulheres partícipes e os libertos, uma vez que nem um nem outro grupo aparece de forma desvinculada. Mesmo na biografia de Cláudio por Suetônio, esse dado transparece. Em sua divisão temática, os libertos (*Cláudio*, 28) são citados após a descrição das esposas do imperador (26-27). E todos os três autores são enfáticos em apresentar Cláudio à mercê do comando de suas mulheres e libertos (*Anais*, 13, 6: *[Claudius] servilibus iussis obtemperaturus*; Suet., *Cláudio*, 29: *[libertos] uxoribusque addictus, non principem, sed ministrum egit*; Dião Cássio, 61, 31, 8: **taij gunaicin o Kl audioj ededoul wto**). O que está em pauta, portanto, é a construção de categorias e hierarquias de *status* e gênero⁵⁴, revelando os papéis sociais que eram alocados a mulheres e escravos na ótica patriarcal e senhorial das fontes. A menção de Agripina por Tácito após a aprovação senatorial do casamento com Cláudio é paradigmática:

Grandes mudanças se operaram desde então na vida pública: tudo obedecia a uma mulher, que se imiscuía na administração, embora não, como Messalina, por meros caprichos; a sujeição passou a ser mais forte, mais viril [*Versa ex eo civitas et cuncta feminae oboediebant, non per lasciviam, ut Messalina, rebus Romanis inludenti. Adductum et quasi virile servitium*]. (*Anais*, 12, 7, 5-6)

⁵⁴ Cf. Richard Saller, “Symbols of gender and status hierarchies in the Roman household”, em Sheila Murnaghan e Sandra Joshel (eds.), *Women and slaves in Greco-Roman culture*. London: Routledge, 1998, p. 85.

O início da caracterização de Agripina repete termos aplicados anteriormente a Narciso (*omnia liberto oboediebant, Anais, 11, 35*), denotando a inversão hierárquica que, para Tácito, representa uma mulher em uma posição pública de poder, dado reforçado com a masculinização de sua figura.

Tal construção de categorias e hierarquias de *status* e gênero permanece visível nos livros neronianos dos *Anais*, com o acréscimo de que agora entra em cena a juventude do imperador (Nero, em 54, tinha dezessete anos), ou seja, as hierarquias etárias. Na abertura do livro XIII lemos:

Logo no começo do novo principado, Agripina, por suas intrigas, às ocultas de Nero, tramou a morte de Júnio Silano, procônsul da Ásia; não que ele provocasse por violência da índole, pois, ao contrário, era homem pacato e tão indiferente às ambições do poder que Caio César lhe chamava “carneiro de ouro”; mas Agripina, que já fizera morrer o irmão dele, L. Silano, temia uma vingança, tanto mais que a opinião pública reclamava que a Nero, apenas saído da infância e criminosamente elevado ao poder, devia ser preferido um homem de idade já madura, inofensivo, nobre, em título então mui valioso, descendente dos Césares, pois Silano era tetraneto de Augusto. (13, 1, 1-2)

Aqui, embora se veja a recorrente associação entre Agripina e um liberto, o tema de fundo é o contraste entre um Nero recém-saído da *pueritia* e a *composita aetas* de M. Júnio Silano, nascido em 13 d.C. e cônsul em 46. Igualmente, quando Tácito descreve o impacto em Roma da invasão parta da Armênia, a idade de Nero volta a ser mencionada. Contrapondo opiniões contrárias e favoráveis ao imperador, relata que alguns diziam que nada se podia esperar de um *princeps* com dezessete anos de idade, governado por uma mulher (Agripina) e cujos professores, Sêneca e Burro, sequer estariam aptos a comandos militares (*igitur in urbe sermonum avida, quem ad modum princeps vix septem decem annos egressus suscipere eam molem aut propulsare posset, quod subsidium in eo, qui a femina regeretur, num proelia quoque et obpugnationes urbium et cetera belli per magistratos administrari possent, anquirebant, Anais, 13, 6, 2*). Outros, pelo contrário, argumentavam que isso pouco contava, caso se escolhesse um “general ilustre” (*dux egregius*)

(*Anais*, 13, 6, 6). A caracterização do comandante escolhido, Domicio Corbulão, é a antítese do jovem Nero, sem capacidade oratória e experiência nas lides bélicas: *corpore ingens, verbis magnificis et super experientiam sapientiamque etiam specie inanium validus* (*Anais*, 13, 8, 4).

Além de estar à sombra da mãe, Nero é apresentado como um jovem sob responsabilidade de tutores. Como um contrapeso à influência de Agripina e Pallas, Sêneca e Burro são qualificados como *rectores imperatoriae iuventae*, responsáveis por controlar os impulsos juvenis do príncipe (*quo facilius lubricam principis aetatem, si virtutem aspernaretur, voluptatibus concessis retinerent*, 13, 2, 2). De acordo com Tácito, o elogio fúnebre de Cláudio, proferido por Nero, partiu da pena de Sêneca, de modo que alguns *seniores* comentaram que Nero era o primeiro imperador a necessitar da eloqüência de outrem (*Neronem alienae facundiae eguisse*, *Anais* 13, 3, 2; cf. também Dião Cássio, 61, 3, 1). Anthony Barrett observou que “a natureza da influência de Sêneca e Burro sobre Nero e suas contribuições no declínio do papel de Agripina representam o mais difícil problema histórico dos primeiros anos do reinado de Nero”, uma decorrência da técnica narrativa de Tácito que se centra em um pequeno número de personalidades, deixando os eventos sem explicação e não fornecendo uma apresentação coerente de uma “política”⁵⁵.

No entanto, talvez estejamos colocando as questões erradas a Tácito. O que é um problema para os historiadores modernos talvez não o fosse para os autores antigos. O foco de tensão na narrativa taciteana não está tanto na esfera de formulação de políticas públicas, na interação entre imperador e Senado, sobre a qual falaremos em outro capítulo, ao analisar os debates senatoriais sobre escravidão de 56 e 61 d.C. Interessa-lhe a corte, as relações de poder que se desenvolvem entre os que compõem o séqüito de Nero. O imperador é, em geral, apresentado como dependente da orientação de outrem. Embora muito se enfatize a figura de Sêneca como seu preceptor, buscando entrever a influência do filósofo em todo e qualquer evento político do Principado de Nero, essa perspectiva é muito mais derivada de uma

⁵⁵ *Agrippina: sex, power, and politics in the Early Empire*. London: Routledge, 1999, p. 159. Barrett, em sua crítica a Tácito, cita Syme, *Tacitus, op. cit.*

projeção da imagem de Sêneca como tutor dos mais jovens, que emerge de suas *Cartas a Lucílio*⁵⁶, e da importância conferida a seu *De Clementia* como plataforma de governo para o novo imperador.

Mas Nero também aparece sob a influência de outros membros da corte: por exemplo, Petrônio, provável autor do *Satyricon*, é apontado por Tácito como seu *arbiter elegantiae* (*dum nihil amoenum et molle adfluentia putat, nisi quod ei Petronius adprobavisset*, *Anais*, 16. 18. 2) e Cálvia Crispinila é, nas *Histórias* (1, 73), classificada como sua *magistra libidinum*. O liberto Aniceto, envolvido na morte de Agripina, é *pueritiae Neronis educator* (*Anais*, 14. 3. 3) e a liberta Acte aparece aconselhando Nero sobre como agir com sua mãe para evitar suspeitas de incesto (*Anais*, 14, 2).

A liberta Acte merece uma atenção especial. Encontramo-la logo em 55, como amante do imperador (*Anais*, 13, 12), e foi Acte quem acompanhou, juntamente com duas escravas, os restos de Nero ao mausoléu dos Domícios em 68 (*Suet.*, Nero, 50). Tácito e Dião Cássio relacionam Acte ao começo do declínio de Agripina. Sigamos de início o autor latino:

Entretanto, ia decaindo o poder de Agripina. Nero se apaixonava por uma liberta chamada Acte e tomava como confidentes dois belos adolescentes, M. Oto e Cláudio Senécio, aquele de família consular, este filho de um liberto de Cláudio, os quais haviam penetrado na intimidade dele pela comunhão de prazeres e duvidosas relações. Sua mãe a princípio o ignorava, e depois em vão resistiu; mas nem mesmo os velhos amigos do príncipe se opunham a que lhe satisfizesse os desejos uma mulher de baixa condição, uma vez que daí a ninguém resultava dano; porquanto embora fosse sua esposa Otávia uma nobre moça, de reconhecida honestidade, tinha-lhe ele tomado aversão, ou por um singular destino, ou pela natural atração das coisas ilícitas. Temiam que, se lhe fossem proibidos esses prazeres, ele desonrasse mulheres ilustres. (*Anais*, 13, 12)

⁵⁶ Para uma discussão sobre seu possível uso por Tácito na escrita dos livros neronianos dos *Anais*, ver Karl Hans Abel, "Senecas *Epistulae Morales* Primärquelle von Tacitus' *Annalen*?" *Rheinisches Museum für Philologie*, 128, 1, 1995, p. 76-90.

Tácito busca inserir Acte na narrativa de modo a confirmar a imagem de Nero como um jovem cujos prazeres tinham que ser controlados por adultos, ou melhor, por Sêneca (*vi amoris subactus exueret obsequium in matrem seque Senecae permetteret, ex cuius familiaribus Annaeus Serenus simulatione amoris adversus eandem libertam primas adolescentis cupidines velaverat, Anais, 13, 13, 1*). Em outra passagem, agora no livro XIV, Tácito menciona explicitamente o envolvimento de Acte com Sêneca:

Narra Clúvio que, na sua ardente ambição de conservar o poder, Agripina chegou ao cúmulo de, ao meio-dia, quando Nero se achava sob os efeitos de gulosas intemperanças, ir procurá-lo, bem adornada e disposta ao incesto. Já todos se escandalizavam dos lascivos beijos e caricias precursoras do crime, quando Sêneca tratou de procurar contra essas feminis insídias uma feminil defesa, e mandou que a liberta Acte, por sua vez sobressaltada de seu próprio perigo e da infâmia de Nero, fosse revelar a este que já corria como certa a perpetração do incesto, de que aliás sua mãe se gloriava, e que os soldados não tolerariam o domínio de um príncipe sacrílego. Fábio Rústico atribui, não a Agripina, mas a Nero o criminoso intento, dizendo que fora frustrado pela habilidade da dita liberta. (*Anais, 14, 2, 1-2*)

A discordância das fontes utilizadas por Tácito não permite tomar como certa a ligação de Acte a Sêneca, ainda mais porque Tácito reconhece Fábio Rústico como favorável a Sêneca (cf. *Anais, 13, 20, 2: sane Fabius inclinatus ad laudes Senecae*) e seria de se esperar que esse autor então o citasse. Dião Cássio e Suetônio não mencionam o envolvimento de Sêneca e de Aneus Sereno, *praefectum vigiliam* entre 54 e 62 e a quem o filósofo dedicou seus tratados *De Constantia Sapientis, De Tranquillitate animi e De Otio*. De acordo com Suetônio, Nero pretendeu casar-se formalmente com Acte e para tanto convenceu alguns ex-cônsules a jurarem que a liberta tinha uma origem real (*Acten libertam paulum a fuit quin justo sibi matrimonio coniungeret, summissis consularibus viris qui regia genere ortam peierarent, Suet., Nero, 28*). Dião Cássio refere-se a essa ascendência de Acte remontando-a a Átalo III, rei de Pérgamo, e afirma que o imperador amava-a mais que a Otávia, sua esposa

(61, 71, 1). Tácito, pelo contrário, não salienta os esforços de Nero em impor um caráter formal (*iustus matrimonium*) à sua união com a liberta, mas torna Acte o centro de ataques de Agripina e Sabina Popéia para explicar a perda de influência da primeira sobre Nero e a ascensão da segunda. Enquanto Agripina exclamava que tinha por “rival uma liberta, por nora uma escrava” (*Agrippina libertam aemulam, nurum ancillam aliaque eundem in modum muliebriter fremere, Anais, 13, 13, 1*), Popéia, disposta a deixar seu marido, Marco Sálvio Oto, por Nero advertia que o imperador “amante de uma escrava e habitualmente submetido a Acte, de tal casamento servil não tirava nada que não fosse abjeto e sórdido” (*at Neronem, paelice ancilla et adsuetudine Actes devinctum, nihil e contubernio servili nisi abiectum et sordidum traxisse, Anais, 13, 46, 3*)⁵⁷.

Desse conjunto de informações depreende-se, em primeiro lugar, que é apressado relacionar de imediato Acte a Sêneca. A liberta aparece como parte da corte de Nero, onde também estavam presentes Oto, por meio do qual Nero travou contato com Popéia, e Cláudio Senécio, filho de um liberto imperial. Este último, liberto de Cláudio, chegou a ser cavaleiro romano sob Nero, sendo apontado por Tácito como um dos indivíduos mais próximos do imperador (*praecipua familiaritate Neronis, Anais, 15, 50, 1*). Envolvido na conspiração de Pisão, acabou morto em 65 (*Anais, 15, 70, 3*)⁵⁸. Igualmente presente nesse episódio, mas do lado do imperador, há outro filho de libertos imperiais: Ninfídio Sabino, prefeito do pretório junto com Tigelino, é apresentado por Tácito como de origem servil: filho de uma liberta com um liberto imperial ou com o imperador Calígula, de quem guardaria semelhanças físicas (*igitur matre libertine ortus, quae corpus decorum inter servos libertosque principum vulgaverat, ex C. Caesare se genitum ferebat, quoniam forte quadam habitu procerus et torvo vultu erat, sive C. Caesar, scortorum quoque cupiens, etiam matri eius inlusit, Anais, 15, 72, 3-4*).

⁵⁷ Ao comentar sobre a morte de Otávia, Tácito (*Anais, 14, 63,3*) volta a se referir a Acte como escrava (*ancilla*).

⁵⁸ Weaver, *Repertorium Familiae Caesaris*, p. 124. Doravante citado RFC.

Em segundo lugar, uma leitura comparativa de Tácito, Suetônio e Dião Cássio revela que a oposição dominante nas fontes é aquela entre *matrimonium* e *contubernium*, o primeiro termo referente ao casamento legal entre livres e o segundo remetendo à união entre escravos ou entre escravos e livres. O emprego dos termos *ancilla* e *famula*⁵⁹ para designar Acte em oposição a Otávia e Popéia, mulheres de nascimento livre, e a qualificação de seu relacionamento com Nero como *contubernium* correspondem a seu rebaixamento à condição de escrava. Tácito realça esse ponto ao afirmar que Nero preferia uma relação “ilícita” (*inlicita*) com “uma mulherzinha que nada significa” (*mulliercula nulla*), mesmo tendo como esposa Otávia, uma mulher nobre e proba (*nobili quidem et probitatis spectatae*). Mas antes disso do que o imperador violentar mulheres ilustres (*ne in stupra feminarum inlustrium prorumperet*) para satisfazer seus desejos juvenis (*Anais*, 13, 12, 2). Logo, sobretudo na ótica de Tácito, prevalece a idéia do corpo da escrava como passível de violação impune, em contraste com o corpo da mulher nascida livre que deve ser preservado. Acte aparece como uma mulher sem honra, mesmo já não sendo escrava.

Todavia, estando identificada essa ótica masculina e senhorial sobre a posição feminina e a escravidão, podemos agora fazer uma leitura inversa, igualmente respaldada pelas fontes. A tentativa de Nero em inserir Acte na genealogia do rei de Pérgamo não significa tanto um subterfúgio para casar com a liberta, uma vez que casamentos entre libertas e patronos eram legalmente sancionados⁶⁰. O ato significa sobretudo conferir-lhe uma honraria, se situarmos o gesto no contexto de uma sociedade escravista. O escravo era essencialmente tido por um estrangeiro, um desenraizado que perdera suas ligações familiares e comunitárias. Mesmo com a manumissão persistia o estigma da escravidão, reforçado ainda pelos vínculos mantidos com o patrono⁶¹. Nesse caso, a “invenção” de uma ascendência nobre e, portanto,

⁵⁹ Cf. *Octavia*, 104-105; 193-195.

⁶⁰ Pelas *lex Julia de maritandis ordinibus* e *lex Papia Poppaea*, cf. A. M. Duff, *Freedmen in the Early Roman Empire*. Cambridge: W. Heffer & Sons, 1958, p. 47.

⁶¹ Ver Orlando Patterson, *Slavery and social death: a comparative study*. Massachusetts: Harvard University Press, 1982, p. 249.

livre para Acte corresponde, no plano ideológico, a uma elevação de *status*. O episódio lembra a homenagem de um senador a Pallas por ocasião do decreto do *senatus consultum Claudianum*, em 52, afirmando que o liberto era descendente dos reis da Arcádia e que sacrificou uma antiga nobreza para atuar como servidor do imperador (*additum a Scipione Cornelio grates publice agendas, quod regibus Arcadiae ortus veterrimam nobilitatem usui publico postponeret seque inter ministros principis haberi sineret, Anais, 12, 53, 3*). Essa conexão é sugerida pelo nome “Pallas”, que pertenceu a um mítico rei da Arcádia, ancestral do igualmente mítico Evandro⁶².

A documentação epigráfica sobre Acte corrobora essa última possibilidade de leitura histórica. Escrava libertada por Cláudio ou Nero⁶³, seu nome comparece em inscrições na forma *Claudia Augusti liberta Acte, Claudia Acte, Acte Augusti liberta, Acte nostra* e *Acte*⁶⁴. Acte recebeu de Nero vastas propriedades fundiárias no Lácio (em Velletri), na Campânia (em Pozzuoli), talvez no Egito e principalmente na Sardenha (em Óbia)⁶⁵. Há ainda testemunhos epigráficos – todos enumerados por Attilio Mastino e Paola Ruggeri – da existência, em torno de Acte, de um grande número de escravos e de libertos de origem oriental, empregados em Roma em vários ofícios na propriedade da liberta no monte Célio e em outras propriedades suas na cidade, de acordo com o modelo da casa imperial desenvolvido sob Cláudio. Além daqueles que atuavam em propriedades em Óbia, na Sardenha, para funcionamento dos latifúndios e fabricação de tijolos, pode-se citar ainda o número de *conservi* e *conliberti* que faziam parte da família de Acte: nove escravos, seis escravos incertos, vinte libertos, vinte libertos incertos, três libertos de Acte transferidos ao patrimônio imperial, compreendendo 58 nomes, dos quais 26 incertos⁶⁶. Os escravos e libertos de Acte foram depois da morte de Nero transferidos ao *patrimonium* imperial, nos primeiros anos do reinado de Vespasiano: três libertos imperiais, outrora de Acte, portam os *agnomina*

⁶² Cf. Oost, *op. cit.*, p. 115.

⁶³ Não é possível atestar pelo mero gentílico *Claudia*. Cf. Weaver, *RFC*, p. 57.

⁶⁴ Mastino e Ruggeri, *op. cit.*, p. 515.

⁶⁵ *Idem*, p. 519.

⁶⁶ *Idem*, p. 520-521.

*Actianus, Actenianus e Acteanus*⁶⁷. Talvez Acte tenha sido beneficiada com propriedades após a morte de Britânico em 56 quando então Nero dividiu entre seus “mais poderosos amigos” casas e vilas (*Exim largitione potissimos amicorum auxit [...] quod domos villas id temporis quasi praedam divisissent, Anais, 13, 18, 1*)⁶⁸.

A maior proximidade entre Nero e libertos também é revelada pelo episódio da pretensa conspiração dinástica promovida por Agripina após a morte de Britânico em 55. Nesse ano Agripina foi acusada por Junia Silana de pretender casar com Rubélio Plauto, descendente de Augusto. A informação foi passada a Nero por uma série de intermediários, a começar por Itúrio e Calvíso, clientes de Silana:

Itúrio e Calvíso revelaram toda essa trama a Atímeto, liberto de Domícia, tia de Nero, e porque havia acirrada inimizade entre Domícia e Agripina, este Atímeto, contente do achado, induziu o histrião Páris, também liberto de Domícia a ir com urgência revelar o tenebroso plano. Era já alta noite e Nero prolongava a vigília nos excessos da embriaguez, quando entra Páris, como era de costume para excitar os apetites luxuriosos do príncipe, mas então de anuviado semblante, e lhe expõe todas as minúcias do conluio. Nero assusta-se e resolve não só decretar a morte de sua mãe e de Plauto, mas também demitir do comando dos pretorianos Burro, que supunha partidário de Agripina, a quem devia sua elevação. (*Anais, 13, 19, 5 - 20, 1*)

Ainda de acordo com Tácito, após convencer-se da inocência de Burro, Nero enviou este juntamente com Sêneca para inquirir sobre os propósitos de Agripina, mas acompanhados de libertos para “julgar a conversação” (*aderant et ex libertis arbitri sermonis, Anais, 13, 21, 1*). Note-se a apresentação dos libertos como árbitros, ressaltando-se a imagem já mencionada de Nero como dependente da capacidade de julgamento de outrem. Esse ponto reaparece no discurso de defesa de Agripina, em que Tácito volta a desqualificar a

⁶⁷ *Idem*, p. 532.

⁶⁸ *Idem*, p. 522. No relato de Dião Cássio a homenagem a Acte é situada no mesmo ano da morte de Germânico, embora antes desta (61, 7, 1).

associação entre mulheres e libertos. Enquanto Agripina nega ter incitado escravos e libertos a crimes (*denique servos vel libertos ad scelus corruptos arguat, Anais, 13, 21, 8*), Domícia servia-se de seu amante, Atímeto, e de Páris, um histrião, para inventar uma fábula (*nunc par concubinum Atimetum et histrionem Paridem quasi scaenae fabulas componit, Anais, 13, 21, 6*). No desfecho, Rubélio Plauto nada sofreu, os delatores foram punidos: Silana foi exilada; Itúrio e Calvício relegados, e Atímeto recebeu sentença de morte. Apenas Páris foi poupado por seu papel nos “prazeres do príncipe” (*de Atimeto supplicium sumptum, validiore apud libidines principis Paride, quam ut poena adficeretur, Anais, 13, 22, 3*). Porém, no ano seguinte, Nero ordenou que Páris fosse reconhecido como ingênuo: *ereptus amitae libertus Paris quasi jure civili, non sine infamia principis, cuius iussu perpetratum ingenuitatis iudicium erat (Anais, 13, 27, 8)*.

Assim como no caso de Acte, Nero mostra-se cioso em elevar o *status* de Páris, conferindo-lhe *ingenuitas*, talvez por recompensa por sua delação do complô de Agripina. Páris já antes desse episódio era parte do círculo de Nero, que provavelmente conheceu-o em estadas na casa de sua tia Domícia. Em 40 Agripina foi exilada por Calígula devido à acusação de adultério com Marco Emílio Lépidio, bisneto de Augusto⁶⁹. O então Domício, com três anos de idade, foi enviado para ficar com sua tia em cuja casa foi criado, segundo Suetônio, por dois *paedagogi*, um dançarino (*saltator*) e um barbeiro (*tonsor*) (Suet., *Nero*, 6), ambas atividades a cargo de escravos e/ou libertos. Suetônio (*Nero*, 54) e Dião Cássio (62, 18, 1) relatam que Nero ordenou a morte de Páris em 67. Enquanto o primeiro autor afirma que isso se deu porque Nero via no liberto um adversário como ator e dançarino, o segundo é da opinião que Páris fora morto porque Nero não conseguiu, por falta de capacidade, aprender (*maqein*) a dançar com ele. Em última instância, portanto, Páris aparece como um professor, mais um na lista de preceptores de Nero.

A crítica de Tácito à atitude de Nero com relação ao benefício a Páris – a *restitutio natalium* – explica-se porque o imperador, ao ordenar que Páris fosse

⁶⁹ Griffin, *op. cit.*, p. 27.

considerado ingênuo, anulou os direitos patronais de Domícia sobre o liberto, o que contrariava o princípio legal de que apenas o patrono podia consentir em abrir mão de tais direitos⁷⁰. Significativamente essa passagem é inserida por Tácito como remate de sua descrição do debate no conselho do imperador sobre uma proposta senatorial de conferir aos patronos o direito de revogar a liberdade dos libertos (*revocandae libertatis ius patronis daretur, Anais, 13, 26-27*). Nesse debate o imperador posiciona-se como contrário à promulgação de uma lei geral, pedindo que se examine cada caso em particular. Isto é, deixa uma margem de ação para os patronos, o que não aconteceu no tocante a Páris.

O liberto Aniceto é outro liberto próximo a Nero que atua em dois momentos-chaves do seu reinado: a morte de Agripina e o exílio e posterior morte de Otávia. Apenas Tácito o nomeia como o responsável pela sugestão de simular um naufrágio para matar a mãe de Nero (*Anais, 14, 3*). Suetônio atribui a Nero a idéia do barco, acrescentando que antes disso pensara em outro meio semelhante para eliminar sua mãe: um dispositivo que soltasse as placas do teto de seu quarto sobre ela, enquanto dormia (*Nero, 34, 2*). Dião Cássio também isenta Aniceto de qualquer participação, responsabilizando Nero pela idéia, acrescentando que este se inspirou em um espetáculo de teatro no qual um navio automaticamente partia-se ao meio (61, 13, 2). O. Devillers argumenta que a importância de Aniceto na narrativa de Tácito deve-se ao fato de o autor estabelecer um paralelo entre a morte de Agripina e a de Otávia, esposa de Nero, da qual Aniceto também participou (*Anais, 14, 62*)⁷¹. Aniceto, um liberto de Cláudio, é apresentado por Tácito e Suetônio como *pueritiae Neronis educator e paedagogum*, respectivamente, enquanto Dião Cássio (61, 13, 2) refere-se a ele apenas como liberto (**apel euqeroj**). Tácito acrescenta que era prefeito da frota estacionada em Miseno (*Anais, 14, 3, 6; 62, 4*). Nos *Anais*, ele é citado aconselhando as ações corretas a serem tomadas por Nero com relação a Agripina:

⁷⁰ Duff, *op. cit.*, p. 88.

⁷¹ "Tacite, les sources et les impératifs de la narration: le récit de la mort d'Agrippine (*Annales XIV, 1-13*)". *Latomus*, 54, 2, 1995, p. 330-331.

O liberto Aniceto, comandante da esquadra do Miseno, educador que fora de Nero e inimigo de Agripina, ofereceu-se para isso, e propôs a construção de uma nau, que artificialmente se pudesse dismantelar, deixando em pleno mar uma parte, em que ela desprevenida se perdesse. (*Anais*, 14, 3, 6)

De acordo com Tácito, tendo falhado essa primeira tentativa de assassinato, e diante da negação de Burro em ordenar aos pretorianos que matassem Agripina, como sugerira Sêneca, novamente o liberto entra em cena:

Que a Aniceto cabia cumprir o prometido. Este, sem hesitar reclamou a consumação do crime. Ao ouvir tais palavras, Nero exclamou que só naquele dia tomava posse do poder e que este lhe era dado pelo liberto; que fosse, pois, e consigo levasse os que lhe parecessem mais resolutos. (*Anais*, 14, 7, 5)

No primeiro trecho a relação entre Nero e Aniceto é descrita em termos de educando e educador, mas no segundo entra-se na gramática das relações de reciprocidade na sociedade romana imperial – Nero diz que recebia o poder (*imperium*) de um liberto, a quem devia tamanho presente (*munus*) –, sobretudo no que diz respeito à dissonância de *status* dos indivíduos envolvidos. Esse ponto volta a aparecer no episódio do exílio de Otávia, motivado por uma falsa acusação de adultério com Aniceto. O contato entre imperador e liberto é descrito da seguinte forma:

César manda chamá-lo e recorda os serviços anteriores [*operae prioris admonet*], alega que só ele o havia salvado das ciladas de sua mãe e acrescenta que era agora a ocasião de lhe merecer não menor gratidão, se o libertasse de uma esposa inimiga; que não havia mister emprego de violência ou arma, bastando apenas que se confessasse cúmplice de adultério com Otávia. E promete-lhe recompensas, que a princípio seriam secretas, quintas amenas para tranqüilos ócios; mas ao mesmo tempo ameaça-o de morte, se recusar. (*Anais*, 14, 62, 5-7)

Nero qualifica como uma *opera* a eliminação de Agripina, aludindo portanto às obrigações formais que os libertos deviam aos patronos por ocasião da manumissão. A ameaça de morte, que enfatiza a posição de Nero como *dominus*, acaba por reduzir o liberto à condição de escravo, caso não aceite realizar o combinado. Em ambas as passagens, Tácito trabalha com a idéia de um ex-escravo conferir um benefício ao imperador, supostamente aquele que mais detém a capacidade de distribuir benefícios. Encontramos essa mesma temática no *De Beneficiis* de Sêneca e também no discurso de despedida de Sêneca a Nero, ainda no livro XIV dos *Anais* (14, 53-56)⁷².

O filósofo dirige-se ao imperador salientando que este lhe dera muito mais que um *princeps* podia dar a um *amicus* e que ele, Sêneca, aceitou o quanto podia como amigo. Mas os serviços que poderia oferecer eram desiguais perante a *munificentia* do imperador, a qual ele não podia recusar. Nero então responde lembrando que Sêneca, como seu *praeceptor* durante a infância e juventude, já tinha retribuído mais do que pensava, pois os presentes (*munera*) do filósofo eram eternos, enquanto os benefícios do imperador transitórios e quaisquer libertos tinham uma fortuna maior (*pudet referre libertinos qui ditiores spectantur*).

No relato taciteano da conspiração de Pisão, em que libertos aparecem como personagens, a temática do dom e contra-dom volta a comparecer. A liberta Epicáris é introduzida por Tácito na narrativa como o elemento que acelera o movimento do complô, convencendo um *navarchus* da frota do Miseno, que participara na morte de Agripina, a aderir (*Anais*, 15, 51, 2-5). Este *navarchus*, de nome Volúcio Próculo, “dizia-se mal recompensado por um crime de tão grande importância”, ou seja, a participação na morte de Agripina. Epicáris disse-lhe que “se empenhasse em trazer para a causa dos conjurados os mais bravos soldados e que esperasse por isto generosa recompensa [*digna pretia expectare*]”. Polieno escreve em seus *Estratagemas* que Epicáris

⁷² Cf. Miriam Griffin, “Seneca as a sociologist: *De Beneficiis*”, em Arturo de Vivo e Elio Lo Cascio (eds.), *Seneca uomo politico e l’età di Claudio e di Nerone* (Atti dei Convegno Internazionale - Capri, 25-27 marzo 1999). Bari: EdiPuglia, 2003, p. 89-122.

era amante do irmão de Sêneca, Aneus Mela⁷³, e Tácito diz que os conjurados cogitaram em elevar Sêneca ao poder, mas seria arriscado, pela natureza da documentação, filiar a liberta ao filósofo. Entretanto, é preciso notar que assim como há um liberto na explicação taciteana do princípio da conjuração, o mesmo se dá com seu desfecho. A delação que resultou na descoberta da conspiração e sua supressão também partiu de um liberto em busca de recompensa.

De acordo com Tácito, Milico, liberto do senador Antonio Natal, chegou a Nero por meio do liberto imperial Epafrodito (*Anais*, 15, 55, 1), de forma que novamente deparamo-nos com o padrão narrativo pelo qual todo contato com Nero, nas conspirações, era mediado por libertos. Tácito caracteriza Milico como uma “alma servil [que] pensou nas recompensas da sua perfídia e, ao mesmo tempo, numa fortuna e poder imenso que se apresentavam e esqueceu o dever, a salvação do patrono e a memória da liberdade recebida” (*servilis animus praemia perfidiae reputavit simulque immensa pecunia et potentia obversabantur, cessit fas et salus patroni et acceptae libertatis memoria, Anais*, 15, 54, 4). Tácito apresenta a esposa do liberto aconselhando-o com as seguintes palavras: “muitos escravos e libertos teriam visto a mesma coisa: nada valeria o silêncio de um só, se as recompensas seriam para o primeiro que denunciasse” (*multosque astitisse libertos ac servos, qui eadem viderint: nihil profuturum unius silentium, at praemia penes unum fore, qui indicio praevenisset, Anais*, 15, 54, 5). A essa imagem do liberto traidor, contrapõe-se a conduta de Epicáris que, mesmo sob tortura, não entregou ninguém, preferindo suicidar-se, ao contrário do que faziam os demais partícipes: “Foi um memorável exemplo o desta mulher liberta que, em tamanha necessidade, protegera estranhos e desconhecidos, enquanto homens livres, cavaleiros e senadores, ficaram incólumes entregando aos tormentos pessoas que lhes eram caras” (*clariore exemplo libertina mulier in tanta necessitate alienos ac prope ignotos protegendo, cum ingenui et viri et equites Romani senatoresque*

⁷³ Cf. Griffin, *Nero*, p. 174.

intacti tormentis carissima suorum quisque pignorum proderent, *Anais*, 15, 57, 4).

O contraponto entre Milico e Epicáris insere-se na linha de uma literatura *de fide servorum* que surgiu simultaneamente às histórias das guerras civis, sob os Gracos⁷⁴, e que, no Principado, foi retomada a propósito das conspirações. Em Tácito, aparece intimamente relacionado ao tema das mortes edificantes do lado dos conspiradores⁷⁵. Algumas fontes utilizadas por Tácito nos últimos livros dos *Anais* eram escritos que versavam sobre os *exitus illustrium virorum*, isto é, sobre a morte de homens ilustres. Segundo alguns estudiosos, a decrição taciteana das mortes de Sêneca e Traséa Peto, nos desdobramentos da repressão à conspiração pisoniana, seria um elo de ligação com esse gênero literário do qual se tem testemunhos após a morte de Nero. Por exemplo, Plínio, o Jovem menciona um Caio Fânio que escreveu sobre os *exitus occisorum aut relegatorum a Nerone* (*Ep.*, 5, 5)⁷⁶. O próprio Tácito revela que travou contato com indivíduos banidos que retomaram a Roma após o fim de Nero e que forneceram informações sobre o desenvolvimento e desfecho da *coniuratio* (*Anais*, 15, 53, 3) e, nas *Histórias*, refere-se aos clientes e libertos daqueles que foram proscritos ou exilados por Nero (*clientes libertique damnatorum et exulum in spem erecti*, *Hist.*, 1, 4, 2).

O relato taciteano da conspiração apresenta-se como a construção de uma memória alternativa àquela oficial que se constituiu após o fim do complô quando foram agraciados com honrarias públicas indivíduos próximos a Nero. O liberto Milico foi recompensado com uma designação honrosa: o título de *conservator* (*Swthr*) (cf. *Anais*, 15, 71, 3: *Milichus praemiis ditatus conservatoris sibi nomen Graeco eius rei vocabulo adsumpsit*) e os demais com honras militares:

⁷⁴ Cf. Joseph Vogt, "The faithful slave", em *Ancient slavery and the ideal of man*. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1975, p. 136.

⁷⁵ Cogitore, *op. cit.*, p. 44.

⁷⁶ Giovanni D'Anna, "Seneca uomo politico nel giudizio di Tacito", em Arturo de Vivo e Elio Lo Cascio (eds.), *op. cit.*, p. 203.

Como se tivesse de relatar vitórias e conquistas, convoca o Senado e concede as honras do triunfo a Petrônio Turpiliano, consular, a Cocceio Nerva, designado pretor, a Tigelino, prefeito do pretório. Distinguiu ainda mais os dois últimos, Nerva e Tigelino, pois, além de terem suas imagens triunfais no Senado, mandou que as suas estátuas fossem erigidas no palácio imperial. (*Anais*, 15, 72, 2-4)

Tácito anteriormente já qualificara o complô de *militaris conspiratio* (*Anais*, 15, 66, 1) pelo envolvimento de pretorianos e, no trecho acima, a comemoração de sua supressão é apresentada como o término de uma guerra⁷⁷. É comum o autor servir-se da estratégia retórica de descrever a situação em Roma no Principado por meio de analogias militares e, principalmente, pela comparação do regime com um estado de guerra civil sob os Júlio-Cláudios⁷⁸. Mas disso não decorre necessariamente que se tratasse de uma paródia da parte de Nero. No período republicano o triunfo havia sido a maior expressão da cultura política da *nobilitas*. Foi no final do século IV a.C. e início do III que o triunfo começou a tornar-se um ritual mais elaborado e refinado de exibição de conquistas militares. A partir de então, nota-se a propagação de uma arte estatuária específica voltada para a comemoração de vitórias militares perpetradas por cônsules e comandantes⁷⁹. A partir de Augusto, a auto-representação senatorial sofreu transformações, perdendo o domínio sobre o triunfo, os edifícios e festividades a ele ligados. Sob os auspícios do imperador, as vitórias militares de senadores eram comemoradas com *ornamenta triumphalia* como forma de reconhecimento de prestígio. Aos *ornamenta* estava ligado um elemento de exibição pública, a *statua triumphalis*. Posteriormente, o caráter estritamente militar dessas condecorações se esvaiu,

⁷⁷ Tácito não é o único a usar de linguagem militar para (des)qualificar a postura de Nero. Suetônio igualmente serve-se dessa linguagem quando narra o retorno de Nero da Grécia – onde fora participar de um concurso de música em Corinto – como um triunfo militar (*Nero*, 25, 1).

⁷⁸ Ver Elizabeth Keitel, “Principate and civil war in the *Annals* of Tacitus”. *American Journal of Philology*, 105, 1984, p. 306-325, e A. J. Woodman, *Rhetoric in classical historiography*, p. 186.

⁷⁹ Karl-Joachim Hölkeskamp, “Conquest, competition and consensus: Roman expansion in Italy and the rise of the *nobilitas*”. *Historia*, 42, 1993, p. 28-29.

permanecendo como uma marca especial de honra sancionada pelo imperador. É nesse contexto que se situam as honrarias a Petrônio Turpiliano, Marco Coceio Nerva e Ofrônio Tigelino após a conspiração de Pisão em 65⁸⁰. O liberto Epafrodito, brevemente citado por Tácito nos *Anais* como receptor da delação de Milico, e por Suetônio (*Nero*, 49, 3) e Dião Cássio (63, 27, 3) como um dos libertos que estava ao lado de Nero quando de sua morte, também foi homenageado com honras militares pelo imperador por seu papel na descoberta da conjura. Esta é a opinião de Werner Eck, para quem o Epafrodito mencionado em uma inscrição encontrada no Esquilino, em Roma, é o mesmo que aparece nas fontes literárias⁸¹.

A ausência de Epafrodito neste episódio, caso tenha sido intencional da parte de Tácito, acoberta uma crítica que aparece desvelada quando o autor centra-se sobre o liberto Políclito, expondo sua visão da incompatibilidade entre escravidão e valor militar. Trata-se do episódio em que Nero, em 61 d.C. enviou esse liberto à Bretanha para apaziguar os ânimos entre o procurador e o legado da província:

Nero então mandou o liberto Políclito fazer uma inspeção no estado geral da Bretanha, esperando que, por sua autoridade, não só se estabelecesse a concórdia entre o legado e o procurador como também se amainassem os ódios daqueles bárbaros rebeldes. Na sua passagem pela Itália e pela Gália, Políclito, com sua grande comitiva, não deixou de molestar aqueles povos, e também,

⁸⁰ Werner Eck, "Senatorial self-representation: developments in the Augustan period", em Fergus Millar e Erich Segal (eds.). *Caesar Augustus: seven aspects*. Oxford: Clarendon Press, 1984, p. 142-143. Cf. também Suet., *Nero*, 15,2: *Triumphalia ornamenta etiam quaestoriae dignitatis et nonnullis ex equestri ordine tribuit nec utique de causa militari*.

⁸¹ "Nero's Freigelassener Epaphroditus und die Aufdeckung der pisonischen Verschwörung". *Historia*, 25, 1976, p. 381-384. Na inscrição (*Notizie degli Scavi*, 1913, 466) lê-se: *Aug(usti) l(iberto) Epaphrodit[o]/apparitori Caesarum, viatori tribunicio/hastis pluris, coronis aureis donato*. Este Epafrodito sobreviveu até Domiciano (Suet., *Dom.*, 14,4; Dião Cássio, 67, 14,4). Mas, de acordo com P. R. C. Weaver, "é pouco provável que ele também seja o secretário *a libellis* sob Domiciano ou que fosse o Epafrodito a quem Flávio Josefo dedicou suas *Antiguidades* (1, 8 s.), a *Vita* (430) e o *Contra Apionem* (1, 1; 2, 1). A visão aceita de que ele fora senhor do filósofo estoíco Epiteto é baseada em um testemunho explícito de uma única, tardia e pouco confiável fonte, o *Suda*". Cf. Weaver, *RFC*, p. 75. *Contra* Fergus Millar, *The Emperor in the Roman world*. London: Duckworth. 1992 [1ª ed. 1977], p. 78, e "Epictetus and the imperial court". *Journal of Roman Studies*, 55, 1965, p. 141-148.

depois de passado o oceano, portou-se com crueldade para com nossos soldados. Foi isso objeto de irrisão para os inimigos, que, ainda há pouco no gozo de sua liberdade, não conheciam o poder dos libertos e se admiravam de que um general e um exército vencedores de tamanha guerra obedecessem a um escravo. (*Anais*, 14, 39, 1-3)

A inversão de *status* – tema recorrente na descrição dos libertos imperiais – é enfatizada aqui pelo uso do termo *agmine* para denotar o séquito de Políclito, uma vez que tem um sentido técnico militar, significando a marcha de um exército. Na prática, todos os comandos militares eram negados a libertos, sendo atribuídos a senadores ou cavaleiros, de acordo com o posto⁸².

Um segundo ponto que caracteriza uma inversão é o termo *auctoritas* aplicado ao liberto. Ronald Syme observou que Tácito emprega tal termo raramente nos *Anais*, e muito menos para a autoridade do imperador, mas “aplica-o fora da esfera constitucional e oficial, com ironia e malícia deliberadas, para enfatizar uma influência pessoal ou ilícita exercida por um liberto ou cavaleiro”⁸³. Como vimos, Tácito também se serve em outros casos do verbo *oboedire* para qualificar negativamente a preeminência de mulheres da corte e libertos imperiais, dando a entender, portanto, que esses agentes devem obedecer e não ser obedecidos, ponto realçado acima com a redução do liberto a um escravo (*quod dux et exercitus tanti belli confector servitiis oboedirent*). A observação de Dião Cássio acerca do liberto Hélio que permaneceu em Roma quando Nero estava na Grécia também realça a inversão hierárquica entre senhor e escravo:

O Império Romano era então simultaneamente escravo de dois imperadores, Nero e Hélio; e não sei dizer qual era o pior. Em muitos aspectos comportavam-se de igual maneira, com a diferença de que enquanto o descendente de Augusto emulava tocadores de lira e trágicos, o liberto de Cláudio emulava Césares. (63, 12, 2)

⁸² Cf. Duff, *op. cit.*, p. 168.

⁸³ *Tacitus*, p. 413.

Mas o ponto máximo da inversão de papéis entre imperador e libertos é localizado pelos autores antigos na transfiguração de alguns libertos imperiais em esposas de Nero e vice-versa. Parte da historiografia moderna interpreta tais uniões como cerimônias de iniciação a religiões de mistério. Por exemplo, Eugen Cizek explica a transformação do liberto Esporo em esposa de Nero como parte de um culto mitráico e a união do imperador, agora como esposa, ao liberto Pitágoras como um ritual de iniciação ao culto da deusa oriental Ma Belona⁸⁴. Em geral, semelhantes explicações visam argumentar que Nero assumiu uma ideologia do poder imperial que tinha por base uma teologia solar, associada ao culto de Apolo e Mitra. Um episódio recorrentemente citado para ilustrar esse ponto é o encontro entre Nero e o rei parta Tirídates em Roma em 66, quando este último recebeu um diadema das mãos do imperador, o que, para estudiosos como Franz Cumont, significaria a aceitação de Nero como o messias, encarnação de Mitra⁸⁵. Contudo, em vez de aproximar essas uniões às religiões de mistério orientais, optaremos – seguindo Edward Champlin⁸⁶ – por situá-las no contexto da tradicional festividade romana da Saturnália, cuja principal característica era a inversão de papéis entre senhores e escravos.

Nero *Saturnalicus princeps*

Em 65 d.C. Popéia Sabina morreu em Roma e nesse mesmo ano foi divinizada. Em meados de 66, Nero casou-se com Státília Messalina e ao final desse ano, ou em 67, casou-se com seu jovem liberto Esporo, que permaneceu ao lado do imperador até o derradeiro momento em 68. Ao contrário de Dião Cássio, Suetônio não estabelece uma relação entre a morte de Popéia e o casamento com Esporo, mas apresenta-o como uma aberração

⁸⁴ *Néron*, p. 41-42.

⁸⁵ Fr. Cumont, “L’iniziazione di Nerone da parte di Tiridate d’Armenia”. *Rivista di Filologia*, 11, 1933, p. 145-154, *apud* Eva M. Sanford, “Nero and the East”. *Harvard Studies in Classical Philology*, 48, 1937, p. 79.

⁸⁶ *Op. cit.*, cap. 6.

a mais de Nero, ao lado do estupro de uma virgem vestal e o incesto com sua mãe:

Esforçou-se mesmo, por transformar em mulher, arrancando-lhe os testículos, o jovem Esporo. Casou-se com ele obedecendo a todas cerimônias matrimoniais, com dote e manto, levou-o à sua casa acompanhado por um grande cortejo e tratou-o como sua esposa. Não foi sem espírito que alguém a propósito asseverou “que o gênero humano estaria bem contente se o pai de Nero, Domício, tivesse tido uma semelhante esposa”. Paramentou Esporo com os adornos das imperatrizes, conduziu-o em liteira e o acompanhou às assembléias e aos mercados da Grécia e, mais tarde, em Roma, às sigilárias, cobrindo-o a cada passo de beijos. (*Nero*, 28, 1-2)

Dião Cássio fornece-nos mais detalhes. Para esse autor, Nero ficou a tal ponto desconsolado com a morte de Popéia que castrou um de seus libertos e apelou-o Esporo, usando dele como se fosse uma esposa. Embora já casado com outro liberto, Pitágoras, Nero casou-se com Esporo, com direito a contrato e dote, união que foi celebrada publicamente pelos romanos (62, 28, 2-3). Dião Cássio inclui essa informação junto ao relato da morte de Popéia, mas elabora-a no contexto da viagem à Grécia em 67 (63, 12-13). Durante essa viagem Dião relata que o liberto Políclito e Cálvia Crispinila – aquela que Tácito denominara *magistra libidinum* de Nero (*Hist.*, 1, 73) – juntamente com o imperador pilharam a Grécia. Políclito era associado ao liberto Hélio em Roma, enquanto Cálvia era responsável por cuidar de Esporo, também denominado Sabina (Dião Cássio, 62, 13, 1). Dião de Prusa (21, 6-7), contemporâneo de Nero, endossa essa versão, afirmando que o imperador castrou Esporo e deu-lhe o nome de sua ex-esposa (Sabina).

Após a morte de Nero, Esporo passou aos cuidados de Ninfídio Sabino, prefeito do pretório, e igualmente de origem servil. Ninfídio tratava Esporo como se fossem casados e chamava-o de Popéia. Com a morte do prefeito em 69, Esporo provavelmente “casou-se” com Oto, ex-marido de Popéia e que também se casaria com Statilia Messalina, a terceira mulher de Nero (Plut,

Galba, 9, 3; Dião Cássio, 64, 8, 3). Esporo morreu no final de 69, sob Vitélio. Mesmo com as forças de Vespasiano adentrando a Itália, foram planejados combates gladiatórios e sugeriu-se que Esporo aparecesse em cena no papel central do estupro de Perséfone. Não suportando a vergonha, suicidou-se (Dião Cássio, 65, 10, 1). Esporo, em certo sentido, lembra Acte: ambos libertos são apresentados sem qualquer vontade própria e cujos corpos podem ser violados impunemente por serem, como ex-escravos, desonrados. Se no relato taciteano esse ponto não transparece tanto à primeira vista, no texto de Dião Cássio coloca-se ao leitor de forma explícita com a imagem da castração.

Na interpretação postulada por Edward Champlin, as menções a Esporo e a outros libertos com quem Nero se “casou” devem ser inseridas no contexto do festival da Saturnália, que ocorria nos solstícios de inverno.

Suetônio relata que quando Nero vestiu Esporo como imperatriz ele fez com que fosse transportado de liteira e o acompanhasse pelas feiras da Grécia, *circa conventus mercatusque*, e na Sigillaria em Roma, *circa Sigillaria*, beijando-o freqüentemente. As feiras gregas são difíceis de explicar, mas a Sigillaria romana pode ajudar a compreendê-las. Dentre todos os lugares públicos de Roma em que poderia ter exibido sua nova noiva, Nero é lembrado como escolhendo a feira onde bens eram vendidos como presentes para a Saturnália. Essa feira tomava seu nome de *sigilla*, pequenos presentes, originalmente imagens em cerâmica, ofertados a amigos e à família durante o grande festival da Saturnália, um momento em que as regras normais de conduta social eram suspensas ou mesmo invertidas como divertimento e comemoração. Esporo – o homem tornado mulher, o libertado tornado imperatriz – era uma brincadeira para a Saturnália, desfilada pela Sigillaria. Nero era o *Saturnalicus princeps*: o homem que fazia gracejos, o senhor da folia.⁸⁷

Estamos tão acostumados a ver aplicado metaforicamente pela historiografia moderna o termo *Saturnalia* para qualificar os principados de

⁸⁷ *Op. cit.*, p. 150 e ss.

Cláudio e Nero no tocante ao poder dos libertos imperiais⁸⁸, que esquecemos que as bases sociais da metáfora remetem a uma festa popular e peculiar da sociedade escravista romana. Uma das características dessa festividade era a inversão de papéis entre senhores e escravos. Tal inversão está igualmente presente na passagem em que Tácito descreve Nero travestido de escravo percorrendo as ruas de Roma:

No consulado de Q. Volúcio e P. Cipião, reinou externamente a paz e internamente o mais vil desregramento. Nero, disfarçado em trajes servis, percorria as ruas da cidade, os lupanares, os albergues, acompanhado de gente que roubasse as mercadorias expostas à venda e acometesse os transeuntes. Estes, não sabendo quem os atacava, resistiam, e foi assim que o próprio príncipe chegou a ser ferido, e trouxe sinais no rosto. Quando depois ficou sabido que era César quem dirigia o bando, começaram as injúrias contra homens e mulheres ilustres; e alguns, vendo que eram permitidas tais desordens, saíam em nome dele em grupos a praticar impunemente iguais depredações, como num saque de cidade vencida. (*Anais*, 13, 25, 1-2)

Suetônio qualifica esse comportamento de Nero como “erro juvenil” (*iuvenile error*) e diz que o imperador vestia uma peruca ou um *pilleus*, boina que o escravo punha à cabeça após a manumissão para simbolizar seu novo *status* (*Post crepusculum statim adrepto pilleo vel galero popinas inibat circumque vicos vagabatur ludibundus nec sine pemicie tamen, Nero*, 26, 1). Dião Cássio não menciona nem uma vestimenta servil nem o *pilleus*: Nero saía às ruas como um homem comum (*idiwthj*) e usava roupas e perucas variadas (61, 8, 2; 9, 2)⁸⁹. Tácito, Suetônio e Dião Cássio mencionam ainda que Nero

⁸⁸ Ludwig Friedländer é enfático: “Die Regierung des Claudius war die Saturnalienzeit der Freigelassenen” (*Sittengeschichte Roms*. Köln: Phaidon Verlag, 1957, p. 42). Um dos subitens do capítulo que A. M. Duff, *op. cit.*, dedica aos libertos imperiais tem por título “Their *saturnalia* under Gaius, Claudius and Nero”. Essa postura é decorrência de uma leitura da *Apocolocyntosis*, de Sêneca, em que Cláudio é chamado de *Saturnalicium princeps* (*Apoc.*, 8).

⁸⁹ Na verdade, apenas o *pilleus* é indicativo de antigo *status* servil, pois não existia uma vestimenta própria de escravo. Cf. Michele George, “Slave disguise in ancient Rome”.

teria sido, certa vez, atingido por golpes de um senador, Júlio Montano, em defesa de sua mulher, deixando Nero com os olhos roxos por vários dias; Montano cometeu depois a imprudência de se desculpar, revelando então que sabia em quem estava batendo e daí seu suicídio⁹⁰. Após tal incidente Nero teria saído apenas acompanhado de soldados e gladiadores que interferiam nas contendidas quando se mostrava necessário.

A caracterização retórica dos efeitos da conduta de Nero como um estado de guerra civil – ataques de escravos (simbolizados por Nero *in veste servile*) a mulheres e homens nobres, a venda, no palácio, de bens roubados como se fossem *praeda*, butim (cf. Suet, *Nero*, 26, 2: *Quintana domi constituta ubi partae et ad licitationem dividendae praedae pretium absumeretur*)⁹¹, enfim, Roma transformada em *urbs capta* – encobre o caráter saturnálico da conduta do imperador ao subverter as hierarquias dominantes. Tal conduta de violência juvenil não era estranha à sociedade romana⁹² e Tácito retrata Nero como convivendo no palácio com outros jovens membros da família imperial, inclusive em festas em honra a Saturno⁹³. Foi numa dessas ocasiões que Nero primeiro apareceu como *Saturnalicus princeps*, quando pediu a Britânico, filho de Cláudio e Messalina, que recitasse alguns versos:

Nas festas saturnais, em folguedos entre jovens de mesma idade, sorteava-se a realeza, e esta recaía em Nero. Este aos outros dava ordens que não faziam vexame; a Britânico mandou que se levantasse e no meio da sala cantasse alguma coisa, esperando que daí lhe resultasse irrisão, não afeito à sociedade de gente sóbria e muito menos a reuniões como aquela onde reinava a intemperança. Britânico, porém, com firmeza cantou uns versos em que se dizia despojado do fastígio das honras e da herança paterna. (*Anais*, 13, 15, 2-3)

Slavery & Abolition, 23, 2, 2002, p. 43. O termo *veste servile* em Tácito visa, portanto, a desqualificação moral do imperador ao realçar sua comparação a um escravo.

⁹⁰ Sobre esse evento parece que a fonte comum a todos os autores é Plínio, o Velho, *Nat. Hist.*, 13, 126, que menciona que Nero tinha que aplicar um unguento especial para cicatrizar as feridas resultantes de suas aventuras noturnas.

⁹¹ O termo *quintana* significa precisamente o mercado de um acampamento militar.

⁹² Ver dados coligidos por Emiel Eyben, *Restless youth in ancient Rome*. London: Routledge, 1993, p. 107 e ss., inclusive com menção a Nero.

⁹³ Champlin, *op. cit.*, p. 151.

A questão da legitimidade dinástica transparece no contraste entre Nero, um rei “fictício”, e Britânico, como o legítimo sucessor de Cláudio. Como se sabe, pouco depois Britânico seria envenenado durante uma refeição que os jovens da casa imperial habitualmente tomavam juntos, a seguir o testemunho de Tácito (*Mos habebatur principum liberos cum ceteris idem aetatis nobilibus sedentes vesci in adspectu propinquorum propria et parcioire mensa, Anais, 13, 16, 1*).

Nas palavras de Edward Champlin, “ao liberar o comportamento saturnálico de seus limites estritamente sazonais, ao redefini-lo, ao introduzi-lo deliberadamente em outras partes da vida romana, Nero não estava apenas se divertindo, ele aproximava imperador e povo, governante e governados. Um comportamento saturnálico tornou-o popular”⁹⁴. O auge dessa auto-representação de Nero ocorreu em 64 quando o imperador organizou em Roma um grande evento festivo após cancelar sua ida à Grécia alegando que o povo de Roma pedia sua permanência na cidade. Tigelino, prefeito do pretório, foi o responsável pela montagem do evento no Stagnum Agripae, um grande lago ou piscina artificial construído por Agripa no Campo de Marte:

Para fazer crer que nada lhe era mais agradável que sua permanência em Roma, Nero pôs-se a celebrar seus festins nos logradouros públicos, usando toda cidade como se fora seu próprio palácio. Tais banquetes eram célebres pelo brilho e pelo luxo e, como exemplo, citarei apenas os que foram preparados por Tigelino, para não ter que voltar sobre uma tal prodigalidade. Mandou-se construir no lago de Agripa uma balsa, movida pela tração de outras embarcações, e sobre ela foi servido o festim. [...] O próprio Nero, manchado por todas as voluptuosidades lícitas e ilícitas, não deixara coisa alguma em que pudesse parecer mais corrupto, se alguns dias após não tivesse ele desposado com toda a pompa dos casamentos solenes um homem chamado Pitágoras, tirado dentre aquela multidão de depravados. Coberto o imperador com o véu de noiva, viram-se os padrinhos, o dote, o leito conjugal, as tochas nupciais, enfim

⁹⁴ *Idem, ibidem.*

todas as coisas foram dadas em espetáculo, até mesmo aquelas que para a mulher a noite oculta. (*Anais*, 15, 37)

Tácito justapõe duas inversões hierárquicas: a utilização privada do espaço público e a inversão de gênero novamente na transformação de um liberto em esposa. Que a realização de semelhante banquete não foi única deduz-se da afirmação de Tácito de que não irá narrar sempre os mesmos exemplos de *prodigentia*. Ainda seguindo a interpretação avançada por Champlin⁹⁵, temos o fato de que Nero estava a recriar em Roma banquetes que usualmente tinham lugar nas casas aristocráticas, em especial naquelas situadas em Baiae, ponto de encontro e lazer da elite romana. O imperador pretendia inclusive a construção de um canal ligando o lago Avernus na baía de Nápoles em direção norte até a foz do Tibre, e passando por Baiae (Suet., *Nero*, 31, 3; Tac., *Anais*, 15, 42; Plin., *Nat. Hist.*, 14, 68). Ao realizar a transposição de um evento privado para um espaço público, Nero como que tornava a cidade sua casa. O banquete marca uma série de inversões culminando com o casamento do imperador com outro liberto, Pitágoras.

Situar as referências aos libertos de Nero nos quadros da Saturnália possibilita enfim dar novo significado à passagem anteriormente citada do *Epitome de Caesaribus* (8-9). Pode-se argumentar que a plebe não estava comemorando a morte de Nero como um *dominus* cruel e sim lhe prestando uma homenagem como *Saturnalicus princeps*.

Dessa maneira, vê-se que as representações dos libertos imperiais nas obras de Tácito, Suetônio e Dião Cássio permitem uma dupla leitura. Por um lado, ressaltam a ótica senhorial das fontes. Os libertos são, em última instância, iguais a escravos, e como tais desonrados, sobretudo pelo uso que se pode fazer de seus corpos, passíveis de violação e cujo contato acarreta uma degradação moral. Mas a par dessa representação que retoma estereótipos comumente aplicados aos escravos pelos autores antigos, emerge uma outra: o liberto como conselheiro e, por conseguinte, como alguém capaz de conferir um benefício ao *princeps*, a despeito da diferença marcante de

⁹⁵ *Op. cit.*, p. 153 e ss.

status, sendo por isso agraciado com honras públicas normalmente devidas a magistrados, mas que, no caso dos libertos, podiam incluir até a *restitutio natalis*. Os libertos participavam do jogo de relações de reciprocidade entre imperador e aristocracia, criando a percepção de que as distinções entre aristocratas e escravos/libertos confundiam-se, e que o último grupo assimilava-se ao primeiro em alguns aspectos cruciais, a despeito da dissonância de *status*⁹⁶.

Todavia, o principal ponto colocado pela análise acima remete a um aspecto específico da sociedade romana: a *domus* (casa) como elemento de integração política⁹⁷. Mulheres, como Agripina e Acte, e libertos, como Epafrodito e Políclito, assumiram funções públicas ou uma visibilidade pública por estarem integrados a *Augusta domus*, que se situava acima das demais casas aristocráticas. No campo da escravidão esse processo causou uma diferenciação na escravaria urbana, em Roma, no sentido de que uma determinada organização da *domus*, com titulações específicas aos seus dependentes, começava a ser uma marca de distinção da casa imperial⁹⁸.

Porém, a constituição da *familia Caesaris* e sua progressiva institucionalização não implicavam apenas numa clivagem nos *status* dos escravos e libertos da cidade de Roma. Seus efeitos faziam-se sentir no próprio campo da cidadania, pois, em última instância, formava-se um corpo administrativo composto por cidadãos romanos, libertos e descendentes de

⁹⁶ Roller, *op. cit.*, p. 272.

⁹⁷ Friedrich Vittinghoff, "Soziale Struktur und politisches System der hohen römischen Kaiserzeit". *Historische Zeitschrift*, 230, 1980, p. 33; Rolf Rilinger, "Moderne und zeitgenössische Vorstellungen von der Gesellschaftsordnung der römischen Kaiserzeit". *Saeculum*, 36, 4, 1985, p. 311.

⁹⁸ Aloys Winterling, *Aula Caesaris*, p. 95-96. Nos *Anais*, temos um testemunho na passagem em que Tácito menciona as razões da eliminação de Torquato Silano por Nero em 64: "Foi nessa mesma época que Torquato Silano foi impelido a se matar porque, além de participar do brilho da família dos Júlios, dizia-se trineto de Augusto. Os acusadores foram mandados censurar seus esbanjamentos, que não lhe deixariam outra esperança fora de uma revolução; pois tinha entre seus libertos, aqueles a que chamava de *ab epistulis*, *a libellis* e *a rationibus*, denominações e cargos reservados à suprema administração. Então cada um de seus libertos mais próximos foi preso e posto a ferros e, como a sua própria condenação estivesse iminente, Torquato cortou as veias do braço e morreu" (*Anais*, 15, 35, 2-4). Igual acusação Nero imputou a Junio Torquato Silano, sobrinho de Torquato (*disponeret iam imperii curas praeficeretque rationibus et libellis et epistulis libertos*, *Anais*, 16, 8, 1).

escravos imperiais⁹⁹. A visão senhorial das fontes tende a desviar nosso olhar desse aspecto da sociedade escravista romana. No capítulo seguinte deteremo-nos nas fontes coevas ao Principado neroniano a fim de verificar as visões de escravidão nelas presentes, as quais, como veremos, não distam muito daquela que acima observamos.

⁹⁹ Brent D. Shaw, "A Wolf by the Ears': M. I. Finley's *Ancient slavery and modern ideology* in historical context", em M. I. Finley *Ancient slavery and modern ideology*. Expanded edition edited by Brent D. Shaw. Princeton: Markus Wiener Publishers, 1998, p. 37.

Visões da escravidão à época de Nero

Inicia-se agora o tratamento do corpo documental de época neroniana com o intuito de analisar as visões da escravidão presentes nas obras de Sêneca, Petrônio e Columella. Este capítulo centra-se nas referências a escravos, deixando para o capítulo seguinte a abordagem relativa aos libertos. Cabe lembrar que essa distinção deve ser entendida como um mero recurso analítico. Não significa, portanto, que os autores acima considerassem escravos e libertos de forma estanque; pelo contrário, procurar-se-á mostrar que ambas as categorias sociais eram representadas de acordo com os mesmos parâmetros, como se na ideologia senhorial não houvesse distinção entre o escravo e o ex-escravo, minimizando-se os efeitos sociais, econômicos e políticos da manumissão. Uma ideologia elaborada com o instrumental teórico do estoicismo, que se apresenta como uma reação à redefinição dos laços de dependência engendrados pela libertação do escravo.

Excetuando-se Sêneca, Petrônio e Columella não freqüentam os estudos modernos dedicados às idéias greco-romanas sobre escravidão, que, em geral, partem de Aristóteles e Platão, seguindo pelos estóicos e se estendendo até os testemunhos do Novo Testamento e dos Pais da Igreja¹. A posição intermediária do estoicismo entre Aristóteles e os autores cristãos não é fortuita, pois se entende que os adeptos da filosofia estóica representaram uma contraposição à teoria aristotélica da escravidão natural e postularam um tratamento humano dos escravos que depois seria retomado pelo cristianismo. Trata-se de um método comum à história das idéias, qual seja, o de se estabelecer um encadeamento dialógico entre diferentes visões de um fenômeno, mas sem situá-las em seus respectivos contextos históricos.

¹ Por exemplo, Peter Garnsey *Ideas of slavery from Aristotle to Augustine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. Mas ver também Piero Milani, *La schiavitù nel pensiero politico dai greci al Basso Medio Evo*. Milano: Giuffrè Editore, 1972, e David Brion Davis, *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Mesmo entre os estóicos, de Zenão no século IV a.C. até Sêneca no século I d.C., não se pode dizer que há uma uniformidade no pensamento sobre a escravidão, a despeito da permanência de certos corolários, dentre os quais destacam-se dois: 1) nenhum homem é escravo por natureza e 2) apenas os sábios são livres, enquanto os ignorantes são escravos. O primeiro corolário opõe-se a Aristóteles, para quem a escravidão situa-se em uma morfologia das formas de poder em que o fato de uns comandarem e outros serem comandados reside em uma mecânica ontológica imodificável: alma e corpo, mente e instrumento, senhor e escravo (*Ética a Eudemo*, 1241b18-24; *Política*, 1253b38-1254a11; 1254b16-21)². O filósofo grego afirmava que “a mesma coisa é vantajosa para a parte e o todo, ou para o corpo e a alma, e o escravo é parte do senhor – ele é, como teria de ser, uma parte do corpo, viva, mas ainda assim separada dele” (*Política*, 1255b10-12). Ou seja, opera-se uma simbiose entre o senhor por natureza e o escravo por natureza.

Já o segundo corolário desloca a escravidão do campo jurídico para a esfera moral. Como Peter Garnsey sintetiza, os estóicos “não mais se perguntavam, como Aristóteles era obrigado a fazer, como a forma mais pura de exploração legal de algumas pessoas por outras poderia ser justificada, mas como os homens poderiam libertar suas almas da opressão pelas paixões e emoções, e pautar seus comportamentos e atitudes morais de acordo com uma lei superior àquela humana, a lei da natureza”³.

Os fragmentos sobreviventes dos escritos de Zenão e de seus sucessores imediatos, Cleantes e Crisipo, e dos chamados estóicos médios – Panécio (final do século II a.C.) e Posidônio (primeira metade do século I a.C.) – indicam que era o tema da escravidão moral que mais chamava a atenção desses autores e não a teoria aristotélica em si⁴. Mesmo em Filo de Alexandria

² Cf. Aldo Schiavone, “Legge di natura o convenzione sociale? Aristotele, Cicerone, Ulpiano sulla schiavitù-merce”, em Mauro Moggi e Giuseppe Cordiano (orgs.), *Schiavi e dipendenti nell’ambito dell’oikos e della familia*. Pisa: Edizioni ETS, 1997, p. 174.

³ Peter Garnsey, *op. cit.*, p. 150.

⁴ Sobre Zenão, Cleantes, Crisipo e Posidônio, ver G. Rocca-Serra, “Le stoicisme pré-imperial et l’esclavage”. *Atti Ce. R. D. A. C.*, v. 8, 1976-77, p. 205-222, Peter Garnsey, “The Middle Stoics and slavery”, em Paul Cartledge, Peter Garnsey e Erich Ruen (eds.). *Hellenistic constructs: Essays in culture, history, and historiography*. Berkeley, University of

essa perspectiva mantém-se: Deus criou duas naturezas, uma servil, outra abençoada. Os escravos morais devem estar sujeitos à escravidão legal, pois precisam ser controlados para seu próprio interesse e dos demais. Esaú e Canaã, figuras do Antigo Testamento, são apresentados como arquétipos de escravos morais⁵.

Todavia, essa diferenciação estoica entre escravidão moral e escravidão legal não significa que ambos os pólos estejam completamente dissociados, pois a escravidão moral é descrita a partir de uma determinada visão da escravidão como praticada nas casas de elite da cidade de Roma. Este é o argumento central da presente exposição que versa sobre Sêneca, Petrônio e Columella, que corroboram o paradigma aristotélico do escravo como instrumento do senhor, como uma parte de seu próprio corpo, embora dele desligada. Diferem apenas nos tópicos enfatizados, dada a diversidade das abordagens das relações escravistas, consequência dos gêneros literários adotados. Em Sêneca a escravidão apresenta-se essencialmente como uma ética; em Petrônio como espetáculo, e em Columella como ciência.

Sêneca e a escravidão como ética

Discípulo confesso do estoicismo, Sêneca foi uma das principais personalidades do período neroniano. Nascido provavelmente entre 4 e 1 a.C., em Córdoba, na província da Baetica, era o segundo filho de Sêneca, o Velho – de quem nos restaram alguns livros de suas *controversiae* e *suasoriae* – e de Hélvia. Em 5 d.C. já se encontrava em Roma, onde estudou retórica e filosofia. Sua entrada na política aconteceu relativamente tarde, pois apenas em 32 obteve a questura, o primeiro passo de um *cursus honorum*. Essa delonga deveu-se talvez à própria conjuntura do final do reinado de Tibério que, ao se manter afastado de Roma, dificultou o acesso de *equites* à sua pessoa e,

California Press, 1997, p. 159-174, e Susanne Bobzien, “Stoic conceptions of freedom and their relation to ethics”, em Richard Sorabji (ed.). *Aristotle and after*. London: Institute of Classical Studies, 1997, p. 71-89.

⁵ Peter Garnsey, “Philo Judaeus and slave theory”. *Scripta Classica Israelica*, 13, 1994, p. 42.

portanto, a concessão do *latus clavus*⁶. Sua carreira sofreu um revés quando em 41, no governo de Cláudio, foi exilado para a Córsega, sob a alegação de adultério com Júlia Livilla, uma das irmãs de Gaio César. O desterro durou até 49 quando Agripina, então casada com o imperador, conseguiu seu retorno e destacou-o, juntamente com Afrânio Burro, nomeado prefeito do pretório em 51, como *rector* de Nero. Em 50 obteve a pretura e, com a ascensão de Nero ao poder em 54, sua posição política foi reforçada, chegando a ser *consul suffectus* em 55 ou 56. Até 62 permaneceu como conselheiro do imperador. Em 65, acusado de participar da conspiração de Pisão, suicidou-se.

De sua produção – que engloba gêneros diversos – temos disponíveis três consolações (*Ad Marciam*, *Ad Polybium* e *Ad Helviam*) e os tratados *De Providentia*, *De Vita Beata*, *De Constantia Sapientis*, *De Ira*, *De Otio*, *De Tranquillitate Animi*, *De Brevitate Vitae*, *De Beneficiis*, *Naturales Quaestiones* e *De Clementia*. Ademais, há 124 cartas (*Epistulae Morales*) dirigidas ao amigo Lucílio. Escreveu ainda uma sátira do reinado de Cláudio, *Apocolocyntosis*, e nove tragédias⁷. A produção literária de Sêneca situa-se entre os anos de 39 e 65, ou seja, entre os principados de Gaio César e Nero, mas a datação de cada obra em particular ainda é objeto de contenda entre os estudiosos. Os destinatários de sua obra compõem-se de familiares ou de indivíduos provenientes das províncias ocidentais do império, além do próprio imperador, a quem endereçou o tratado sobre a clemência⁸.

⁶ Cf. Miriam T. Griffin, *Seneca, a philosopher in politics*. Oxford: Oxford University Press, 1976, p. 50.

⁷ *Hercules Furens*, *Troades*, *Phoenissae*, *Medea*, *Phaedra*, *Oedipus*, *Agamemnon*, *Thyestes* e *Hercules Oetaeus*.

⁸ A consolação a Políbio data aproximadamente de 44 e volta-se a esse liberto de Cláudio ao qual pede que interceda a seu favor para que seja chamado de volta do exílio na Córsega. O *De Ira*, de 52, é dirigido ao irmão, L. Annaeus Novatus, que chegou a ser governador da Acaia (Cf. Griffin, *op. cit.*, p. 48 nota 2; 398). Sêneca dedicou-lhe também o *De Vita Beata*. O *De Clementia* foi composto para Nero entre 55 e 56. O *De Brevitate Vitae*, de 55, é endereçado a Pompeius Paulinus, encarregado do abastecimento de trigo em Roma (*praefectus annonae*), e sogro de Sêneca. O *De Constantia Sapientis* (depois de 47), *De Tranquillitate Animi* e provavelmente o *De otio* (ambos publicados após o primeiro) são dedicados a Annaeus Serenus, *praefectum vigiliam* entre 54 e 62. O longo tratado *De Beneficiis* (após 56) é dedicado a Aebutius Liberalis, originário de Lyon. A Gaius Junior Lucilius, Sêneca escreveu as *Naturales Quaestiones* (62-64), as *Epistulae Morales* (64-65) e o *De Providentia*, este último de datação incerta, mas não depois do exílio. Lucílio

Sêneca, seguindo a tradição estoíca, toma a escravidão como uma categoria moral para avaliar determinados tipos de comportamento social, de modo que sua visão sobre o tema insere-se na característica de sua filosofia, mais ética do que especulativa e baseada em exortações tornadas significativas para sua audiência por meio do recurso a imagens e analogias (incluídas aqui todas as formas de linguagem figurativa: metáforas, símiles e analogias) tiradas da vida cotidiana⁹. Suas discussões mais extensas sobre as relações escravistas encontram-se no *De Beneficiis* (3, 18-28) e na carta 47 a Lucílio, mas em todas as suas obras o tema recorre pontualmente.

No entendimento de Sêneca as relações escravistas eram objeto de tratamento filosófico, de modo que se inserem no conjunto de seu pensamento¹⁰. Dentro desse âmbito, suas reflexões sobre a escravidão são desdobramentos da discussão de uma idéia central ao pensamento estoíco, a idéia de natureza. O conceito de natureza tem um papel importante na filosofia de Sêneca, uma vez que todos os seus preceitos voltam-se a um objetivo único: viver de acordo com a natureza (*Ep.* 5, 4). Esse objetivo contrapõe-se a outro criticado pelo filósofo: o viver de acordo com a opinião do vulgo. Em suas palavras:

Aqui tens, pois, outra sentença de Epicuro: “Se viveres conforme a natureza, nunca serás pobre; se viveres conforme a opinião do vulgo, nunca serás rico”. As exigências da natureza são exíguas; imensas, as da opinião do vulgo. Pode acumular-se nas tuas mãos a riqueza de muitos milionários; pode a fortuna dar-te riquezas além do que é comum, cobrir-te de ouro, vestir-te de

nasceu em Pompéia, supostamente na última década do reinado de Augusto, e chegou a ser procurador imperial na Sicília entre 63 e 64.

⁹ Victoria Tietze Larson, “Seneca and the schools of philosophy in early imperial Rome”. *Illinois Classical Studies*, 17.1, 1992, p. 51. Sobre o uso de metáforas em geral por Sêneca ver o estudo de D. Steyns, *Étude sur les métaphores et les comparaisons dans les oeuvres en prose de Sénèque le philosophe*. Gand: Librairie J. Vuylsteke, 1906.

¹⁰ Em suas próprias palavras: “Aquela parte da filosofia que proporciona os conselhos adequados a cada indivíduo e não ao homem em geral, mas que aconselha o marido a como agir com a esposa, os pais como educar os filhos, os senhores como gerir seus escravos, foi aceita como única, relegando-se outras por supostamente passarem ao largo de nossa utilidade, como se fosse possível aconselhar sobre alguns aspectos sem ter-se em conta a complexidade da vida” (*Ep.*, 94, 1).

púrpura, elevar-te a um tal grau de luxo e requinte que caminhes sobre mármore, sem nunca veres um grão de terra; pode vir a ser-te possível calcar aos pés a riqueza, e não só possuí-la; podes ainda acrescentar estátuas e pinturas e tudo quanto as artes do luxo sabem produzir: tudo isto só te ensinará a desejar ainda mais. Os desejos naturais são limitados; aqueles que são gerados por falsas opiniões não conhecem limite algum, porquanto a falsidade não tem termo. (*Ep.*, 16, 7-9)

Vulgo não é uma categoria sociológica; não denota qualquer grupo social específico. É tão-somente um qualificativo moral, assim como seu oposto, o sábio, que incorpora o ideal de vida senequiano: viver de acordo com a natureza, isto é, possuindo apenas o estritamente necessário para a manutenção da existência. Daí a vida natural ligar-se à pobreza, entendida não como carência, mas como um estado de satisfação com o que se possui. “Não considero pobre aquele a quem basta o pouco que tem” (*Ep.*, 1, 5), afirma Sêneca e, em outra carta a Lucílio, citando Epicuro, escreve:

Diz ele: “É um bem desejável conservar a alegria em plena pobreza”. E com razão, pois se há alegria não pode haver pobreza: não é pobre quem tem pouco, mas sim quem deseja mais. [...] Queres saber qual a justa medida das riquezas? Primeiro: aquilo que é necessário; segundo: aquilo que é suficiente. (*Ep.*, 2, 6)

Atendo-se ao que é necessário ou suficiente, estará se agindo de acordo com a natureza: “Uma verdadeira riqueza é a pobreza conforme a lei natural. [...] Aquele que sabe viver bem com a pobreza, esse, é verdadeiramente rico” (*Ep.*, 4, 10-11)¹¹. Como observou Marta Giaccheri, Sêneca reconhece que a riqueza e a posse de um patrimônio sólido são atributos da elite imperial, mas esses “não devem ultrapassar um *modus divitiarum* equilibrado e racional, porque a riqueza material não é um valor absoluto expresso pela quantidade de bens possuídos, mas sim o resultado variável da relação entre bens

¹¹ Cf. também *Ep.*, 27,9; 119, 7.

disponíveis e necessidades ou desejos a serem satisfeitos”¹². Neste caso, a pobreza é considerada de forma positiva para Sêneca uma vez que representa um desprendimento das coisas terrenas:

A pobreza limita-se a satisfazer as necessidades mais prementes: por que deverás tu recusá-la como companheira, se até os ricos de bom senso lhe adotam os hábitos? Se quiseres estar livre para cuidares da alma deverás ser pobre, ou fazer vida de pobre. O estudo da filosofia não dará fruto se não adotares uma vida frugal; ora, a frugalidade não passa de pobreza voluntária. (*Ep.*, 17, 4-5)¹³

É, nesse sentido, um pré-requisito para a liberdade, pois permite libertar a alma dos desejos do corpo. “Queres saber em que consiste a liberdade? Em não temermos nem os homens nem os deuses; em não desejarmos nada que seja imoral ou excessivo; em termos o maior domínio sobre nós próprios: sermos senhores de nós mesmos é um bem inestimável!” (*Ep.*, 75, 16-18).

O estado de natureza é, portanto, definido por Sêneca como aquele onde prepondera a justa medida, e a pobreza iguala todos os homens. Esse tipo ideal de sociedade o filósofo localiza num tempo ahistórico, quando a situação do gênero humano era marcada pela felicidade e pelo usufruto comum dos dons naturais. Em uma carta, após citar Virgílio, que narra um período quando a terra era propriedade comum (*Georg.*, I, 125-8), Sêneca descreve a idade perdida nos seguintes termos:

Sem cultura, a própria terra era mais fértil, e bastava para as necessidades de gente que não a saqueava. Quando se descobria qualquer produto natural, o prazer de o comunicar aos outros não era menor do que o prazer da descoberta. Não havia excessos, não havia carências; tudo era dividido fraternalmente. O mais forte ainda não sujeitava o mais fraco; o

¹² “Economia e società nell’opera di Seneca. Intuizioni e giudizi nel contesto storico dell’età giulio-claudia”, em *Philias Charin. Miscellanea di studi classici in onore di Eugenio Manni*, v. 3. Roma: Giorgio Bretschneider, 1980, p. 1092, com as referências de Sêneca sobre o tema.

¹³ Cf. também *Ep.*, 18, 555; 20, 12 e ss.

avarento, escondendo o que a si próprio é inútil, ainda não privava os outros do indispensável. Cada um cuidava tanto de si como do próximo. As armas jaziam ociosas; as mãos, isentas de sangue humano, guardavam toda a violência para a luta contra as feras. (*Ep.* 90, 40-41)

Esse tempo chegou ao fim quando passou a prevalecer a *avaritia*, o desejo de se ter cada vez mais em detrimento dos outros, gerando a pobreza, a guerra, o luxo e a escravidão (*Ep.*, 90, 38 ss.; cf. também *Ad Helviam*, 11, 3). O consumo conspícuo é apontado como a principal causa da decadência daquela idade idílica: “Sob um teto de colmo habitavam homens livres, entre paredes de mármore e ouro vive hoje a escravidão” (*Ep.*, 90, 10). Sêneca critica as técnicas envolvidas na confecção de habitações, vestuário e alimentos, que os tornam cada vez mais sofisticados e caros, deixando em segundo plano seu valor de uso: “O luxo é um desvio em relação à natureza: dia a dia cria novas necessidades, que aumentam de época para época; o engenho está a serviço dos vícios! Começou por ambicionar coisas supérfluas, em seguida contrárias à natureza, e acabou por colocar a alma na dependência do corpo, forçando-a à subordinação aos prazeres físicos” (*Ep.*, 90, 19) e “ninguém que é escravo do corpo é livre” (*Nemo liber est qui corpori servit, Ep.*, 92, 33)¹⁴.

Essa “escravização” dos indivíduos aos desejos e prazeres também implicou na escravização do homem pelo homem. Entre escravidão moral e escravidão legal há um vínculo direto, de modo que é precipitado afirmar que o estoicismo descarta a importância da segunda, enfatizando apenas a primeira. Trata-se antes de uma questão de precedência. A escravidão funda-se num ato de violência que pode se abater sobre qualquer um. Em uma de suas primeiras obras, o filósofo diz que a escravidão é produto da Fortuna que “repartiu mal os bens comuns e deu a um o domínio sobre o outro, embora nascidos com igual direito” (*Ad Marc.*, 20, 2; cf. também *De Ben.*, III, 28). Na carta 47 pondera:

¹⁴ Cf. também *Ep.*, 14,1-2; 65, 21-22; *Ad Helviam*, 12, 5.

Pensa bem como esse homem que chamas teu escravo nasceu da mesma semente que tu, goza do mesmo céu, respira, vive e morre tal como tu. Tanto direito tens tu a olhá-lo como homem livre como ele a olhar-te como escravo. Quando do desastre de Varo, muitos homens de ilustre ascendência, que aspiravam a entrar no senado mediante a carreira das armas, foram vítimas da fortuna: um veio a ser pastor, outro guardador de choupanas. Vê se deves então desprezar uma condição social em que tu mesmo podes tombar no próprio momento em que a cobres de desprezo (*Ep.*, 47, 10)

Em outra carta a Lucílio escreve que a “alma tanto pode estar num cavaleiro romano, como num liberto, como num escravo. O que é afinal um cavaleiro romano ou um liberto ou um escravo? Nomes nascidos da ambição e da injustiça” (*Hic animus iam in equitem Romanum quam in libertinum, quam in servum potest cadere. Quid est enim eques Romanus aut libertinus aut servus? nomina ex ambitione aut iniuria nata, Ep.*, 31, 11). No *De Beneficiis*, reafirma essa idéia ao ressaltar que é possível um escravo conferir um benefício a seu senhor, uma vez que “a ninguém a virtude está excluída; está aberta a todos, a todos admite, a todos convida, sejam livres e libertos, escravos, reis ou exilados; não escolhe casa ou riqueza, contenta-se com o homem nu” (*nulli praeclusa virtus est; omnibus patet, omnes admittit, omnes invitat, et ingenuos et libertinos et servus et reges et exules; non eligit domum nec censum, nudo homine contenta est, De Beneficiis*, III, 18)¹⁵.

Os argumentos de Sêneca sugerem que, finda aquela idade de ouro, onde não existiam ricos ou pobres, senhores ou escravos, o único denominador comum a todos os homens, que se situa acima e além de todas as diferenças sociais, é a posse da alma, que permite uma vida virtuosa. Apenas no campo moral é possível recuperar a igualdade perdida. Por mais crítico que Sêneca possa ser da sociedade em que vive, não postula qualquer transformação social pela supressão das desigualdades econômicas e sociais, incluindo-se aqui a escravidão. As referências de Sêneca às relações escravistas revelam que a preocupação de Sêneca não é com a eliminação da

¹⁵ Ver também *Ep.*, 44, 2.

desigualdade, mas com sua administração para evitar a eclosão de revoltas violentas. A filosofia de Sêneca é, em última instância, uma filosofia do autocontrole. É o controle das próprias paixões que permite controlar os outros de um modo que se garanta a autopreservação.

Esta é a mensagem, por exemplo, de seu tratado sobre a ira. No *De Ira*, Sêneca rebate a definição aristotélica da ira como uma virtude (II, 12; III, 3), apresentando-a como a paixão mais perigosa porque gera vingança (I, 1; 12; II, 4; III, 27). A ira não pondera um equilíbrio entre a falta e a punição ao estimular um castigo imediato que não visa a correção futura, mas simplesmente a satisfação de uma ofensa passada (I, 17-19). Sêneca menciona para ilustrar esse ponto os castigos a escravos, como abaixo onde o personagem é Platão:

Platão, irritado com seu escravo, sequer esperou, e ordenou que o escravo levantasse a túnica e apresentasse as costas aos golpes, a fim de castigá-lo com as próprias mãos; compreendendo que estava irritado pára com a mão levantada na posição de desferir o golpe. Um amigo que então aparecera pergunta-lhe o que estava fazendo: “Estou punindo”, respondeu, “um homem encolerizado”. [...] “Estou irritado”, disse, “irei mais longe do que devo e voluntariamente; que este escravo não fique nas mãos de um senhor que não é senhor de si próprio”. (*De Ira*, III, 12, 5-7)

Em outras passagens (III, 32, 1; 29) Sêneca argumenta que o senhor que pune seu escravo num estado de ira não tem certeza de que há motivos suficientes ou exagera no grau de punição, como no exemplo de Védio Polião. A certa altura do banquete em que estava presente o imperador Augusto, um escravo de Polião quebrou um copo de cristal. Irritado, este ordenou que o serviçal fosse jogado em um viveiro cheio de moréias para ser devorado. O escravo imediatamente se lançou aos pés de Augusto pedindo-lhe outra forma de morte. O imperador ordenou então que se quebrassem todos os cristais e se jogasse tudo no viveiro, dizendo a seguir: “Ordenas que homens sejam tirados de um banquete para serem despedaçados por um castigo pouco usual? Se teu cálice é quebrado, destrinchas vísceras humanas? Pensas que

podes executar qualquer um onde César está?” (III, 40, 4; cf. também *De Clem.*, I, 18, 2).

Em todos esses episódios a preocupação de Sêneca não é com os escravos, mas com os senhores. O filósofo apresenta-se como um médico da alma, uma das metáforas mais recorrentes em sua obra¹⁶, que busca sanar os vícios que desestabilizam o indivíduo e, por extensão, a comunidade humana. No *De Ira* diz que se deve corrigir, pelo sofrimento físico e moral, os caracteres depravados, tal qual o médico que amputa um membro para evitar que a doença se espalhe por todo o corpo (I, 6). A própria comunidade humana é concebida por Sêneca como um corpo constituído pelos vários indivíduos, todos eles interligados e interdependentes:

É uma impiedade prejudicar a pátria, e também um cidadão (as partes são sagradas, se o todo é venerável) e um homem, pois este é cidadão de uma cidade maior. As mãos podem prejudicar os pés, os olhos as mãos? Se todos os membros se entendem entre si, visto que a conservação de cada um interessa ao conjunto, igualmente os homens pouparão os indivíduos, pois eles são feitos para se reunir; uma sociedade não pode subsistir sem a proteção e afeição mútuas de seus elementos. (*De Ira*, II, 31,7)

No *De Clementia* afirma que a alma desse corpo, a *res publica*, é o imperador Nero e, portanto de sua clemência para com as diversas partes depende a estabilidade do todo (*tu animus rei publicae tuae es, illa corpus tuum, vides, ut puto, quam necessaria sit clementia*, I, 5, 1). Sêneca escreve:

Da mesma forma como o corpo inteiro está a serviço da alma e, embora ele seja tão grande e vistoso e ela permanece sutilmente oculta e dúbia quanto ao lugar em que se esconde, todavia as mãos, os pés, os olhos trabalham para ela, e a pele a protege. Sob o comando da alma repousamos ou corremos inquietos. Quando ordena, se ela é um senhor ganancioso, exploramos o mar por causa de lucro; se ela é ambiciosa, sem perda de tempo apresentamos nossa mão direita às chamas ou nos precipitamos, voluntariamente, para dentro

¹⁶ Steyns, *op. cit.*, p. 56 ss.

da terra. Do mesmo modo, esta imensa multidão, reunida em torno de um só ser vivente, governada pelo seu espírito, dobrada pela sua razão, será oprimida e despedaçada pelas suas próprias forças se não for sustentada pela sabedoria. (I, 3, 5)

A relação entre alma e corpo é a analogia principal a que se atém Sêneca na descrição da sociedade e de suas partes constituintes. E no caso da relação senhor-escravo não é diferente. As paixões e vícios do senhor apresentam desdobramentos no corpo dos escravos. Na carta 47 lemos:

Quando jantamos estendidos no leito há um escravo para limpar os escarros, outro para, de quatro, andar apanhando o vômito dos convivas ébrios. Outro se destina a trinchar aves de alto preço; e com a sua mão hábil, por cortes exatos desde o peito até a mitra, vai fazendo a ave em pedaços. Desgraçado, cuja vida não tem outro fim que não seja trinchar aves! Só que talvez ainda seja mais miserável o senhor que nisso o adestrou para servir o seu prazer, do que o escravo forçado a adestrar-se. Outro caso é o daquele que serve vinho: vestido e pintado como uma mulher luta contra a própria idade. Não o deixam crescer, forçam-no a manter-se criança, e, apesar do seu físico de soldado, todo depilado a unguento ou à pinça, passa a noite em claro ao serviço da embriaguez e da lubricidade do senhor: serve-lhe de homem no quarto, de garoto na sala de jantar! Outro, o do encarregado de inspecionar os convivas, um infeliz que passa o tempo a notar quais os que, pela capacidade de adulação ou pela intemperança de apetite, ou de linguagem, voltarão a ser convidados no dia seguinte. Outro ainda o dos chefes da cozinha, a quem incumbem conhecer em pormenor o paladar do senhor, quais os alimentos que lhe excitam a voracidade, quais os pratos de cujo aspecto ele gosta, quais aqueles que, pela novidade, poderão despertar a sua gula entorpecida, quais os de que já está farto, quais os que lhe apetece comer em cada dia. (*Ep.*, 47, 5-8)

A elevada diferenciação da escravaria, com suas respectivas hierarquização e especialização de funções, revela a concepção de escravo implícita no pensamento de Sêneca. Tanto o escravo como o senhor deixam de ter existência autônoma, estabelecendo-se uma relação simbiótica entre

ambos: os escravos são representados como extensões do corpo senhorial. Por meio deles o senhor se alimenta, satisfaz seus desejos sexuais, controla seus convidados. Os escravos assumem funções que caberiam aos sentidos do proprietário, como a visão e o paladar. Ou seja, a despeito do pressuposto estoíco da humanidade comum a livres e escravos, nos escritos de Sêneca permanece um tópico já antes desenvolvido por Aristóteles: a visão do escravo como um instrumento de uso do senhor, correspondente às oposições alma/corpo e mente/instrumento. Veja-se, por exemplo, a argumentação abaixo, onde Sêneca apresenta algumas de suas categorias filosóficas:

Devemos circunscrever o sumo bem à alma: degradá-lo-emos se em vez da melhor parte de nós o associarmos antes à pior, se o pusermos na dependência dos sentidos que nos animais sem fala são bem mais apurados do que no homem. Não devemos atribuir ao corpo o ponto mais alto de nossa felicidade; os bens verdadeiros são aqueles que devemos à razão – bens firmes e duradouros, insusceptíveis de decadência, incapazes de padecerem qualquer decréscimo ou limitação. Os restantes bens são-no somente na opinião do vulgo; na realidade apenas têm de comum o nome com os bens verdadeiros, mas carecem das propriedades que distinguem um bem verdadeiro. Chamemo-los antes “utilidades” [*commoda*] ou, em nossa terminologia, “recursos desejáveis” [*producta*], mas sem perder de vista que se trata de “utensílios” [*mancipia*], não partes de nós mesmos. (*Ep.*, 74, 16-18)

Mancipium – literalmente aquilo que se tem à mão – é um dos termos para designar escravo, mas ressaltando sua qualidade de objeto. A função de instrumento do escravo, que não é uma parte do senhor, mas está ligado a ele, também transparece quando Sêneca fala de seus próprios escravos. Por exemplo, o filósofo afirma que gosta de viajar porque “como a minha paixão pela escrita me toma sedentário e descuidado com o corpo, sempre vou fazendo um pouco de exercício à conta dos outros”, ou seja, de seus escravos que o carregam de liteira (*Ep.*, 84, 1). Em outra carta acrescenta:

Acabei de chegar de um passeio em liteira, tão cansado como viria se tivesse feito a pé todo o trajeto. Afinal também cansa andar às costas dos outros, e talvez ainda canse mesmo mais por ser antinatural: a natureza não nos deu os pés para andarmos, assim como nos deu os olhos para vermos por nós próprios? A vida de luxo roubou-nos as forças, e o que antes não fazíamos por falta de vontade, hoje não o fazemos por carência de energia! (*Ep.*, 55, 1)¹⁷

Os escravos são considerados os pés do senhor, a ponto de Sêneca não dissociar o seu exercício físico daquele praticado pelos serviçais. Uma passagem da *História Natural*, de Plínio, ilustra exemplarmente essa visão da interação senhor-escravo: “Caminhamos com os pés alheios, enxergamos com olhos de outros, saudamos com a ajuda da memória de outrem, até mesmo nos mantemos vivos com a ajuda alheia; o valor das coisas naturais foi destruído, e portanto as verdadeiras razões da existência. Nada consideramos que seja nosso, exceto os prazeres” (29, 1, 19)¹⁸. Na carta 27 Sêneca volta a mencionar essa interação ao dissertar sobre a posse de escravos letrados por um certo Calvício Sabino, um liberto. Como tinha péssima memória para citar autores gregos, Calvício partiu do princípio de que “ter em casa alguém erudito era o mesmo que ser erudito ele próprio”:

Comprou a peso de ouro uma série de escravos, um que sabia Homero de cor, outro, Hesíodo, e mais nove a quem encarregou de decorar os poemas líricos. Que tais escravos lhe tivessem custado uma fortuna não é de admirar:

¹⁷ Na carta 15 diz ainda que andar de liteira obriga a movimentar o corpo e não prejudica a atividade intelectual, pois permite ler, ditar, conversar e ouvir (15, 6). Esta afirmação insere-se no contexto de uma discussão sobre a validade de se dedicar aos exercícios físicos. Para Sêneca, o seu excesso é condenável e tal prática é geralmente ensinada apenas por “escravos da pior extração” (*accedunt pessimae notae mancipia in magisterium recepta*, 15,3).

¹⁸ Não há como deixar de lembrar a conhecida expressão de Antonil, em sua *Cultura e Opulência do Brasil*, de 1711, para quem “os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente” (André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1982, p. 89). A correspondência com a visão antiga não é totalmente fortuita visto a influência da tradição greco-romana nos escritos sobre administração do trabalho escravo produzidos no Brasil entre os séculos XVI e XVIII. Conferir a respeito Rafael de Bivar Marquese, *Administração & escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1999, cap. 1.

não os encontrou assim tal qual, teve de os mandar treinar expressamente. Mal conseguiu aprontar esta tropa toda, desatou a massacrar os seus convidados. Os escravos sentavam-se-lhe aos pés; quando queria citar alguns versos, ele pedia que lhos soprassem. (27, 6)

E Sêneca reforça essa concepção acrescentando ironicamente a observação de um dos convivas: “Satélio tentou também convencer Sabino a praticar luta livre, embora ele fosse um homem doente, pálido, enfezado. ‘Mas como isso é possível, se eu mal me agüento nas pernas?’ – dizia Sabino. ‘Não me venhas com essa, por favor!’ – replicou o outro. ‘Então para que servem todos estes robustos escravos que tu tens?’” (27, 8).

Nas poucas cartas em que Sêneca cita nominalmente seus escravos a relação escravista continua a denotar uma indissociabilidade entre senhor e escravo, mas agora no sentido de que a percepção da existência do escravo confunde-se com a percepção da existência do senhor. Quando escreve a Lucílio sobre suas atividades diárias, Sêneca refere-se a Fário, escravo que lhe serve de acompanhante para corridas, nos seguintes termos:

Os exercícios físicos ocupam uma parcela mínima. A propósito, devo render graças à velhice que não faz que perca muito tempo com tais exercícios! Um pouco de movimento, e fico cansado; ora, o cansaço obriga mesmo os melhores atletas a darem por terminado o treino. Se queres saber quem são meus “treinadores” dir-te-ei que me contento apenas com Fário, que é um escravozinho muito simpático, como tu sabes [*unus mihi sufficit Pharius, puer, ut scis, amabilis*]. Mas vou necessitar de trocá-lo por outro ainda um pouco mais jovem. Fário diz que ambos sofremos do mesmo mal porque a ambos já nos estão caindo os dentes. No entanto, quando ele se põe a correr, eu já quase não consigo acompanhá-lo, e dentro de alguns dias não conseguirei mesmo. (*Ep.*, 83, 3-4)

Na carta 12 também a velhice é a questão suscitada pelo encontro com outro escravo:

Para onde quer que me vire, vejo indícios da minha velhice. Tinha ido à minha vila nos arredores e queixava-me das despesas a fazer com uma casa em ruínas. O feitor diz-me que o mal não está em falta de cuidados seus, simplesmente a casa é velha. Ora, esta casa cresceu entre minhas mãos: como não estarei eu, se tão podres estão estas pedras da minha idade? [...] Virei-me para a porta. “Quem é este?”, perguntei. “Este velho decrépito que, com toda a razão, puseram junto da porta? Onde foste desencantar este indivíduo? Que idéia foi essa de ir buscar um morto que não é nosso?” Diz-me o velho: “Então não me conheces? Eu sou Felicião, a quem tu costumavas oferecer bonecos, sou o filho do teu feitor Filosito, o teu companheiro preferido [*delicium tuum*]”. “Belo” – digo eu – “este está doido; moleque, e ainda por passando por meu companheiro preferido [*pupulus, etiam delictum meum factus est*]! Até está correto: já lhe estão caindo todos os dentes!”. Fico em dívida com minha vila: para onde quer que me virava fazia-me dar conta da minha velhice. (*Ep.*, 12, 1; 3-4)

As duas cartas acima são reveladoras de uma forma de apreensão da passagem do tempo: tanto o jovem escravo (com os dentes de leite a cair) como Felicião (já sem dentes por conta da velhice) servem como medida para Sêneca avaliar a ação do tempo sobre sua pessoa. Em ambas as cartas, o filósofo acentua um pressuposto de imutabilidade das coisas, como se suas posses fossem imunes ao fluxo temporal e, portanto, não implicando em sua perda pelo proprietário. Todavia, se há uma concepção de tempo que permeia suas obras, e que Sêneca faz questão de ressaltar, é justamente uma que apregoa a idéia contrária, inclusive com menção aos escravos: “Tudo quanto cai sob o domínio do acaso – dinheiro, corpo, honras – merece tratamento de escravo, pois são bens efêmeros, transitórios, perecíveis, e a sua posse é incerta” (*Omnia enim ista in quae dominium casus exercet serva sunt, pecunia et corpus et honores, imbecilla, fluida, mortalia, possessionis incertae*) (*Ep.*, 66, 22-23)¹⁹. Os exemplos poderiam ser multiplicados para demonstrar esse ponto do pensamento de Sêneca, um dos argumentos principais utilizados para defender a necessidade de desprendimento dos bens materiais e até mesmo

¹⁹ Cf. também *Ep.*, 66, 32-34.

das ligações familiares. Não se trata aqui de ressaltar a distância entre teoria e prática na vida de Sêneca – contraste aliás que a crítica moderna deleita-se em ressaltar²⁰ –, pois ambas perspectivas, aqui ilustradas por concepções de tempo antagônicas, remetem a um único e mesmo dado: a posição de Sêneca como grande proprietário e cioso da manutenção de sua riqueza. Essa ideologia aparece expressa de forma invertida em seus preceitos filosóficos, mas aflora de forma direta e nítida quando se refere a seus escravos²¹. Uma última amostra da associação entre escravos e corpos: ao citar uma escrava adquirida por testamento – e que estava perdendo a visão – o filósofo toma sua figura como mote para uma divagação sobre a alma do senhor:

Sabes que Harpaste, a bufona que pertencia à minha primeira mulher, continua em minha casa, pois o testamento obrigava-me a assumir esse encargo. Pessoalmente não sinto o menor interesse por estas pobres criaturas [*Ipse enim aversissimus ab istis prodigiis sum*]; se precisar de um bobo para me divertir não preciso ir buscá-lo muito longe: troço de mim mesmo! Ora, a bufona perdeu subitamente a vista. Podes não acreditar, mas a verdade é que a infeliz

²⁰ Essa matriz de leitura remonta à tradição historiográfica sobre o papel de Sêneca no Principado de Nero, como exemplificada nos *Anais* de Tácito e na *História Romana* de Dião Cássio. No primeiro caso o historiador atribui a Públio Suílio as seguintes palavras: “Que sabedoria, que preceitos filosóficos tornaram possível que Sêneca, em quatro anos de amizade real, conseguisse trezentos milhões de sestércios?” (*Qua sapientia, quibus philosophorum praeceptis intra quadriennium regiae amicitiae ter milies sestertium paravisset?*, *Anais*, 13, 42, 8). Em Dião Cássio, lemos: “Mas também em outras coisas fazia o contrário do que filosofava. Enquanto acusava a tirania, servia como instrutor de um tirano; enquanto atacava aqueles associados aos poderosos, não se afastava do palácio; e enquanto lançava-se contra os adutores, sempre se aproximou de Messalina e dos libertos de Cláudio, a ponto de enviar-lhes, da ilha onde estava exilado, um livro em que os louvava, o qual depois por vergonha suprimiu. Embora reprovasse os ricos, adquiriu uma fortuna de trezentos milhões de sestércios e ainda que censurando a extravagância dos outros, possuía quinhentas mesas de madeira de limoeiro com pés de mármore, todas completamente idênticas, e sobre elas servia banquetes” (61, 10, 2 e ss.). Jean Brun chega a duvidar de que realmente caiba o nome de filósofo a Sêneca, “uma vez que sua obra e sua vida permitem responder negativamente” (*Le Stoïcisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1985, p. 20).

²¹ E isso vale até para os escravos de outrem: “É, no entanto, verdade que a vista de um lugar familiar desperta, por vezes, saudades bem enraizadas na nossa alma; não é uma recordação apagada que ressuscita, é uma lembrança tênue que se aviva. O caso assemelha-se ao das pessoas que perderam alguém querido: a dor vai-se mitigando com o tempo, mas a presença do escravo favorito do falecido, a vista da sua roupa ou da sua casa reavivam-na” (*Ep.*, 49, 1).

não percebe que está cega. De vez em quando pede ao escravo que a trata que a leve para outra sala, porque a casa está toda às escuras! Nesta mulher faz-nos rir uma coisa que, espero que o entendas, sucede com a generalidade das pessoas: ninguém se dá conta da própria avareza, da própria ambição. Os cegos, ao menos, ainda pedem a alguém que os guie; nós andamos aos tropeções, não queremos quem nos guie, e vamos repetindo: “Não sou eu que sou ambicioso, o que sucede é que é impossível ter outro estilo de vida em Roma; eu não sou amante do luxo, a cidade é que me obriga a toda esta despesa...” (*Ep.*, 50, 2-3)

E prossegue tecendo considerações sobre quão imperioso é conformar a alma humana para o correto exercício da virtude: “Para dizer a verdade, nem sequer é necessário grande esforço se, como disse, começarmos a formar e a corrigir a nossa alma antes que as más tendências cristalizem” (50, 5). O escravo é um mero corpo, e portanto apenas com características físicas, como a cegueira. Características essas que são transpostas, por meio de metáforas, para um plano moral circunscrito ao senhor, ou seja, a passagem acima se estrutura de acordo com as oposições alma/corpo e senhor/escravo.

Devido a esse prisma pelo qual Sêneca vê a relação escravista, não é de se estranhar que considere o suicídio como a única via de livre-arbítrio aberta ao escravo, como se somente destruindo seu corpo ficasse totalmente livre do senhor. Essa idéia é expressa novamente mediante uma oposição entre escravidão do corpo e escravidão da alma. O suicídio do escravo é uma prova de que sua alma é livre e, nesse caso, a classe servil pode ser um manancial de *exempla*²². A menção ao jovem espartano que se dá a morte sintetiza bem os argumentos de Sêneca a esse respeito:

Ficou na história o gesto de um jovem da Lacônia, imberbe ainda, que, ao ser feito prisioneiro, começou a gritar no seu dialeto dórico: "Não serei escravo!". E comprovou as palavras pelos atos: a primeira vez que o mandaram desempenhar um trabalho servil e indigno (tratava-se de ir buscar um vaso para

²² Anton J. L. Van Hoof, *From autothanasia to suicide: self-killing in classical Antiquity*. London: Routledge, 1990, p. 17, 20.

excrementos) ele despedaçou a cabeça contra uma parede. Como pode alguém se sujeitar a ser escravo tendo a liberdade assim à mão? Não preferirias tu ver morrer assim um filho teu a vê-lo chegar à velhice por covardia? Como te deixas perturbar pela idéia da morte se até crianças sabem enfrentá-la com coragem? Se não obedeces por bem ao destino, obedecerás por mal! Faz por vontade própria o que não tens poder para alterar. Não serás capaz de adotar a atitude desta criança e gritar: “Não serei escravo!”. Desgraçado de ti, que serás escravo dos homens, das coisas, da vida – pois a vida não passa de escravidão se nos faltar a força para morrer. (*Ep.*, 77, 14-15)

Em outra passagem, ao tratar do tema da inevitabilidade da morte, Sêneca escreve: “É um escravo que se atira do telhado abaixo para deixar de aturar os gritos do senhor, é um escravo fugitivo que, para não ser recapturado, se transpassa com um punhal” (*Ep.*, 4, 4). E poderíamos citar ainda seu retrato da morte de um escravo gladiador.

Não há muito, um dos germanos destinados aos combates com feras, enquanto se faziam no circo os preparativos para o espetáculo da manhã, retirou-se para satisfazer uma certa necessidade corporal – a única oportunidade que teve para estar sozinho, longe do olhar dos guardas; então agarrou num daqueles paus com uma esponja atada na ponta que se usam para limpar as imundícies e enfiou-o garganta abaixo, morrendo por asfixia. É o que se chama de cúmulo do desprezo pela morte. [...] Que atitude heróica a deste homem, bem digno de lhe ser facultada a escolha do destino! (*Ep.*, 70, 20)

Quando o escravo não está sendo representado como um instrumento do senhor, ele aparece como um indivíduo que busca afirmar sua liberdade e humanidade destruindo-se. É precisamente essa última conclusão que emerge da longa passagem do *De Beneficiis* (III, 18-28) sobre a faculdade de um escravo conferir um benefício a seu senhor. Nesta que é a mais elaborada teorização da escravidão presente em sua obra, Sêneca inicia criticando a distinção entre *beneficium*, *officium* e *ministerium*, que tradicionalmente circunscreve a ação dos escravos à última relação (cf. III, 18, 1). Segundo essa

ótica o escravo não pode conferir um benefício porque tal ato pressupõe a liberdade de escolha; o escravo não tem o poder de recusar e portanto apenas obedece (*servus autem non habet negandi potestatem; ita non praestat, sed paret*, III, 19, 1). E, após afirmar que essa distinção leva em conta apenas a condição social (*status*) do indivíduo e não o espírito que anima a ação (*animus*), arremata dizendo que “o escravo pode ser justo, pode ser forte, pode ter uma grande alma. Portanto, pode conferir um benefício, o que é sinal de virtude” (*De Beneficiis*, III, 18, 3). Para avançar a tese de que um escravo pode ser benfeitor de seu senhor, Sêneca argumenta que nem o poder do *dominus* é absoluto e nem a obediência do escravo é irrestrita, pois ambos estão sujeitos a constrangimentos legais; na ausência destes, há livre curso para a concessão de benefícios por ambas as partes (cf. III, 20, 2-21).

E quais são os benefícios que os escravos podem dar a seus senhores? Os exemplos que Sêneca enumera com detalhes têm um ponto comum: trata-se sobretudo da preservação da vida do senhor, mesmo que isso acarrete a morte do escravo. Os contextos históricos são dois: durante a República, os períodos de guerra civil; durante o Principado, as delações ao imperador (que Sêneca compara a um estado de guerra civil). Nessa argumentação exposta no *De Beneficiis* sobressai a proposição de que a relação escravista deve idealmente situar-se fora da esfera da lei, o que situa a discussão sobre a escravidão na própria economia do tratado, em que a minimização da ordem jurídico-legal é a linha de força.

Quando expõe o processo de troca de dons Sêneca toma como um contraponto a esfera das transações econômicas. O filósofo separa nitidamente o ato de conferir um benefício e sua consequência, a espera de uma retribuição (*gratia*), das relações de tipo contratual, como aquelas entre credor e devedor, caracterizadas pela obrigatoriedade da reciprocidade, registros das pendências, prazos para pagamento da dívida e presença de testemunhas. Logo antes de introduzir o tema da escravidão (III, 6-17), Sêneca discute a possibilidade de a ingratidão ser punida por lei e rejeita tal hipótese, alegando

que, se assim fosse, a troca de benefícios seria desencorajada²³. Em resumo, o problema que preocupa o filósofo é de natureza hierárquica, ou seja, o da possibilidade de um inferior, nas relações sociais não regidas contratualmente pelo mercado ou pelo Estado, ter capacidade de retribuir o benefício a seu superior.

A participação do escravo na sociedade humana, para Sêneca, ocorreria por meio de sua inserção em relações de reciprocidade com seu senhor, pautadas pela *amicitia*. O filósofo enfatiza que os escravos devem ser tratados como amigos, pois, desta maneira, atuam no sentido de preservar a vida do senhor. Senhor e escravo são indissociáveis, pois cada qual está na dependência do outro. A violência rompe esse corpo unitário e daí as prescrições senequianas de tratamento dos escravos. Na carta 47 escreve:

Por isso me parece ridículo achar desonroso jantar na companhia de um escravo. Entretanto, os infelizes escravos nem sequer podem mover os lábios para falar: o mínimo murmúrio é punido à chibatada, e nem ruídos casuais – tosse, espirro ou soluço – estão ao abrigo do chicote; qualquer barulho que interrompa o silêncio do senhor é duramente punido; passam toda a noite em pé, sem comer, sem falar. O resultado é que esses escravos a quem se proíbe falar em frente do senhor, falam depois mal dele pelas costas. Antigamente, quando os escravos conversavam, não só na presença, mas com o senhor, quando não se lhes cosia a boca, eles estavam prontos a arriscar a vida pelo senhor, a desviar sobre si próprios qualquer perigo que o ameaçasse; conversavam às refeições, mas calavam-se quando torturados. Surgiu depois aquele ditado, sinal da mesma arrogância: tantos os inimigos quantos os escravos. Não, eles não o são, nós é que fazemos deles nossos inimigos. (47, 2-5)

Os senhores prudentes, pelo contrário, adotam estratégias de cooptação para manterem o domínio sobre os escravos:

²³ Miriam Griffin, “Seneca as a sociologist: *De Beneficiis*”, em Arturo de Vivo e Elio Lo Cascio (eds.), *Seneca uomo politico e l’età di Claudio e di Nerone* (Atti dei Convegno Internazionale - Capri, 25-27 marzo 1999). Bari: EdiPuglia, 2003, p. 97 e 101.

Vive com teu escravo de forma clemente, e mesmo afável, admite-o nas tuas conversas, nas tuas deliberações, nas tuas refeições. [...] Não vedes o que faziam os nossos maiores para colocar os senhores ao abrigo do ódio e os escravos ao abrigo da injúria? Ao senhor chamavam “pai de família” e aos escravos, uso que aliás perdura nos mimos, “pessoas de família”. Além disso, instituíram um dia feriado no qual era, não só lícito, como obrigatório que escravos e senhores tomassem as refeições em conjunto; atribuíram-lhes cargos honoríficos na administração da casa ou na distribuição da justiça, fazendo assim da casa uma república em ponto pequeno [*Dominum patrem familiae appellaverunt, servos – quod etiam in mimis adhuc durat – familiares; instituerunt diem festum, non quo solo cum servis domini vescerentur, sed quo utique; honores illis in domo gerere, jus dicere permiserunt et domum pusillam rem publicam esse iudicaverunt*]. (47, 13-14)

Mediante a teatralização da Saturnália, momento festivo de inversão das hierarquias sociais, Sêneca advoga uma alternativa de controle social na qual as relações entre o *dominus* e seus escravos são administradas por meios não-coercitivos (daí sua ênfase no uso da palavra e no convívio), buscando minimizar os conflitos e tensões verticais (isto é, entre escravos e senhores) minando o fortalecimento de relações horizontais entre os escravos. O uso da violência gera unidade entre os dependentes, tornando-os todos “inimigos” do senhor (cf. também *De Ira*, III, 16, 2). Uma lógica que Sêneca, ao final da mesma carta, também transpõe para o campo político:

Quem é respeitado é também amado, ao passo que o amor nunca pode ir de par com o medo. Entendo, portanto, que fazes muito bem em não querer inspirar medo aos teus escravos, em apenas os castigares verbalmente: só os irracionais é que são ensinados a chicote. Nem tudo quanto nos atinge nos fere; é a nossa vida de luxo que nos torna propensos à ira, a ponto de a mínima contrariedade gerar uma explosão de cólera. Criamos em nós próprios uma soberba de reis. E os reis, por seu lado, esquecendo-se do próprio poder e da fraqueza dos outros, enfurecem-se e lançam-se como feras, como se tivessem recebido alguma ofensa, quando a grandeza da própria fortuna os mantém ao abrigo total das ofensas. (*Ep.*, 47, 19-20)

No *De Clementia* encontramos a mesma linha de argumentação:

É digno de louvor comandar os escravos com moderação. Mesmo tratando-se de uma mercadoria, não se deve ponderar sobre o quanto ela pode ser castigada impunemente, mas sobre o quanto é permitido a ti conforme o que é bom e honesto, e que nos ordena poupar até os cativos ou aqueles comprados. Quão mais justo é, tratando-se de homens livres, nascidos de pais livres, honrados, não abusar deles como se fossem mercadoria, mas tratá-los como se estivessem um grau abaixo, e que lhe foram entregues não em escravidão, mas em tutela. É permitido aos escravos refugiarem-se em estátuas; ainda que tudo seja permitido contra o escravo, contra o homem livre o direito comum a todos seres portadores de alma veta algumas ações. [...] Assim como toda a cidade aponta para os senhores cruéis e por isso são detestáveis e odiados, do mesmo modo a injustiça dos reis está à vista de todos e a infâmia e o ódio são transmitidos por séculos. É melhor nem mesmo nascer do que ser contado entre aqueles que nasceram para o mal de todos! (*De Clementia*, I, 18)

O filósofo advoga uma autoridade, seja do *princeps* seja do *dominus*, baseada não na crueldade gratuita, mas na idéia de clemência, ou seja, governar mediante o recurso à suspensão de penalidades diante dos delitos cometidos, pois apenas assim os subalternos tornam-se gratos e não se voltam contra o governante. O recorrente uso da violência, pelo contrário, apenas faz crescer a revolta contra a autoridade constituída. Tanto maior será a autoridade quanto menor for o recurso às suas prerrogativas, sobretudo àquela do direito de vida e morte sobre os governados. Mas a quais governados Sêneca se refere?

Embora o tratado sobre a clemência inicie com um claro viés universalista no tocante ao alcance do poder imperial²⁴, posteriormente, a

²⁴ Sou eu quem decide sobre a vida ou morte dos povos; o destino e a condição de qualquer um estão em minhas mãos; o que a Fortuna decide para qualquer mortal, é por minha boca pronunciado; de nossa resposta derivam as causas de alegria de cidades e povos; nada prospera se não é pelo meu favor e desejo; esses milhões de espadas que minha paz mantém, a um sinal de minha cabeça são desembainhados; depende de meu

ênfase recai naqueles que mais diretamente poderiam ameaçar o poder de Nero em Roma, e o império e o povo romano são evocados apenas com propósitos retóricos: Sêneca dirige-se na verdade aos aristocratas das grandes casas de Roma. Tanto que, na caracterização da clemência, o ponto mais ressaltado é o de que ela não é uma virtude a ser usada indiscriminadamente, mas apenas no trato com indivíduos de posição superior (*fastigium*) semelhante à do monarca, caso contrário é como sujar as mãos inutilmente para matar insetos (I, 21, 2-4). A clemência visa, portanto, a preservar a vida de uma elite e isso para evitar que ela questione a posição suprema do imperador e almeje seu lugar. É o que Sêneca exemplifica citando os conselhos de Lúvia para Augusto diante de uma conspiração encabeçada por L. Cinna. Contra o desejo manifestado pelo imperador de reprimir violentamente os envolvidos (I, 9, 5), sua esposa exorta-o a poupar a vida de Cinna, evitando uma seqüência de represálias por parentes e amigos (*parentes enim liberique eorum, qui interfecti sunt, et propinqui et amici in locum singulorum succedunt*, I, 6, 7). Como assinalou Miriam Griffin, a discussão filosófica de Sêneca no *De Clementia* estava baseada no procedimento legal romano da *cognitio*, empregado em julgamentos diante do *princeps* e do senado, governadores provinciais e prefeitos da cidade de Roma²⁵.

Em suma, os paralelos entre a *domus* e a *res publica* indicam que o estoicismo de Sêneca não visa apenas a propor uma alternativa de controle para ganhar a aquiescência dos escravos²⁶, mas também é um instrumento para postular à aristocracia imperial o que ele entendia como as alternativas mais vantajosas na relação com o imperador em Roma²⁷. Paralelos estes que

juízo quais nações devem ser destruídas, quais deslocadas, a quais dar ou retirar a liberdade, quais reis devem ser escravizados ou coroados, quais cidades devem ser criadas ou derrubadas (I, 2-3).

²⁵ "Political thought in the age of Nero", em Jean-Michel Croisille e Yves Perrin (eds.). *Neronia VI: Rome à l'époque néronienne*. Bruxelles: Éditions Latomus, 2002, p. 329-330.

²⁶ Como sustenta K. R. Bradley, "Seneca and slavery". *Classica et Mediaevalia*, 37, 1986, p. 161-172.

²⁷ Matthew Roller, *Constructing autocracy: aristocrats and emperors in Julio-Claudian Rome*. Princeton: Princeton University Press, 2001, cap. 2, "Ethics for the Principate: Seneca, stoicism, and traditional Roman morality". Na interpretação de Roller, Sêneca contrapõe duas éticas, uma estóica e outra tradicional, em grande parte antitéticas. A ética

são formulados tendo em vista uma determinada percepção da escravidão doméstica urbana, cujas tensões moldam conseqüentemente o emprego da metáfora da escravidão nos domínios da política e da moral.

Petrônio e a escravidão como espetáculo

Se no caso de Sêneca dispomos de dados biográficos precisos e sua obra, embora heterogênea, adote gêneros literários de fácil determinação, no caso do *Satyricon* estamos em terreno mais incerto. Lendo-se a extensa bibliografia sobre essa obra o único consenso claramente visível é que se trata de uma produção artística original e que não se deixa enquadrar nos gêneros tradicionais. Quanto à sua autoria, tende-se a aceitar que seja produto da pena do Petrônio (Titus Pretonius Niger), cônsul em 60 d.C. e procônsul da Bitínia, mencionado por Tácito (*Anais*, 16, 17) como o *elegantiae arbiter* de Nero, que morreu em 66 d.C. nos desdobramentos da repressão à conjuração de Pisão. Há, no entanto, vozes dissonantes que situam o *Satyricon* à época dos Flávios ou posteriormente, mas a maioria dos estudiosos inclina-se para a datação neroniana²⁸.

O texto do *Satyricon* chegou até nós de forma fragmentária. Restaram cinco partes desconexas entre si, tendo em comum a presença de determinados personagens: Encólpio (narrador), Ascilto, Giton e Eumolpo. A obra abre-se com as aventuras de Encólpio, Ascilto e Giton numa cidade da

tradicional, de origem republicana, vincula-se à idéia de que a posição social de um indivíduo está arraigada no reconhecimento público e na posse de sinais distintivos de riqueza e poder. A ética estoica, pelo contrário, nega justamente esses aspectos, o que, de acordo com Roller, significaria uma tentativa de Sêneca de oferecer uma filosofia mais adequada ao contexto do Principado quando a distribuição do poder político pendeu para o imperador.

²⁸ A datação flaviana é sustentada por René Martin, *Le Satyricon de Pétrone*. Paris, 1999. E. Marmorale situa a redação do *Satyricon* após 180 (*La questione petroniana*. Bari, 1948). A datação neroniana é defendida por Hubert Petersmann, "Petrons *Satyricon*", em Joachim Adamietz (ed.), *Die römische Satira*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1986, p. 383 e s.; H. C. Schnur, "The economic background of the *Satyricon*". *Latomus*, 18, 1959, p. 791 e ss.; Paul Veyne, "Trimalchio Maecenatianus", em Marcel Renard (ed.), *Hommages a Albert Grenier*. Bruxelles, Latomus, 1962, p. 1619; A. Daviault, "Est-il encore possible de remettre en question la datation néronienne du *Satyricon* de Pétrone". *Phoenix*, 55, 2001, p. 327-342.

Campânia, onde testemunham um debate sobre o declínio da eloquência e são vítimas de uma orgia liderada por Quartilla, sacerdotisa de Príapo. Também perambulam por prostíbulos, albergues e mercados (1-25). A segunda parte (25-78) é constituída pela denominada *Cena Trimalchionis*, um banquete oferecido por um rico liberto em sua casa e no qual comparecem, além dos personagens acima, outros libertos. Na terceira parte (89-115), Ascilto sai de cena e entra Eumolpo, um poeta. Num primeiro momento tem lugar uma discussão sobre arte numa pinacoteca; depois, envolvem-se num conflito dentro de uma hospedaria. A quarta parte (116-124) passa-se em um navio que ruma para Crotona. Eumolpo, Encópio e Giton escondem-se no navio, de propriedade do rico Licas, que está a bordo com a esposa, mas são descobertos. Nessa parte há um longo poema sobre a Guerra Civil, declamado por Eumolpo. Na quinta e última parte (125-141) esses três personagens já estão em Crotona e montam uma farsa para ludibriar os habitantes do local.

Nos estudos literários a classificação do *Satyricon* oscila entre sátira menipéia, mimo, romance ou sátira. Geralmente a escolha de um gênero está ligada ao modo como os estudiosos definem os objetivos da obra. Os que a entendem como possuindo um fim moralista, classificam-na como uma sátira menipéia. Já para aqueles que defendem que não era a crítica social o objetivo de Petrônio, mas a representação de personagens com fins de entretenimento, era o mimo ou os romances gregos que Petrônio retomava. Pode-se citar ainda a literatura simposiástica – na qual se inclui, por exemplo, o *Banquete*, de Platão – como um gênero que contempla pelo menos a parte da *Cena Trimalchionis*. Aliás, um dos problemas reside justamente na dificuldade de se estabelecer um gênero que dê conta das variações temáticas e estilísticas numa obra em estado fragmentário.

Mas o principal ponto comum de tais tentativas de classificação é o fato de partirem do pressuposto de que havia, na Antigüidade, um sistema coerente e ordenado de terminologias literárias²⁹. A multiplicidade de termos empregados pelos teóricos e gramáticos antigos para definir o romance, por

²⁹ Cf. Nicholas Horsfall, "Generic composition and Petronius' *Satyricon*". *Scripta Classica Israelica*, 11, 1991/2, p.123-138.

exemplo, sugere precisamente o contrário, de modo que insistir na busca de um único critério definidor não nos conduz muito longe na análise de uma obra como o *Satyricon*. Como Froma Zeitlin argumentou, “a teoria dos gêneros pressupõe não apenas o princípio da ordem na definição da forma e conteúdo de um dado gênero; mas seu procedimento de classificação e diferenciação de gêneros distintos também é um princípio de ordenação da experiência estética. Portanto, Petronio, tanto por sua rejeição de uma única forma como pela sua mistura de formas estabelecidas, introduz uma desordem fundamental em seu trabalho [...] que ele pensava ser uma representação mais apropriada da realidade de sua época”³⁰.

Para a análise da *Cena Trimalchionis*, à qual nos limitaremos por ser a única parte da obra em que aparecem escravos e libertos, é particularmente esclarecedora sua classificação como mimo, não só por permitir uma comparação com a carta 47 de Sêneca sobre escravidão, mas também para investigar a economia da *Cena* como um todo³¹. Sob o comando de Trimalcião, o rico liberto que oferece o banquete, os escravos cantam e dançam enquanto servem os convivas e até a apresentação dos pratos principais, trazidos por escravos, é pautada por uma teatralidade e artifícios de ilusão³². Esse recurso narrativo na *Cena* é utilizado para acentuar a organização do tempo e a divisão do trabalho da escravaria na *domus* de Trimalcião, onde comparecem cerca de setenta escravos, um conjunto hierarquizado em que cada escravo perfaz uma

³⁰ Froma I. Zeitlin, “Petronius as paradox: anarchy and artistic integrity”. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, 102, 1971, p. 635, 638.

³¹ No século V o cristão Marius Mercator, num escrito em que condenava o imperador Juliano (*Lib. subnot. in verba Juliani*, 4,1 = *PL*, 48,126-7,133-4, *apud* Catherine Connors, *Petronius the poet: verse and literary tradition in the Satyricon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 8 nota 13, 12-13), já comparara o *Satyricon* aos mimos, correspondência que é particularmente sublinhada por alguns estudiosos modernos: Gregory Sandy, “Scaenica Petroniana”. *Transactions of the American Philological Association*, 104, 1974, p. 329-346; Gianpiero Rosati, “Trimalchione in scena”. *Maia*, 35.3, 1983, p. 213-227; Costa Panayotakis, *Theatrum Arbitri: theatrical elements in the Satyricon of Petronius*. Leiden: Brill, 1995.

³² Cf. Sandy, *op. cit.*, p. 336. Ver também Christopher P. Jones, “Dinner theater”, em William J. Slater (ed.). *Dining in a classical context*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1991, p.185-198.

função específica³³. Esse ponto é magistralmente simbolizado por Petrônio na passagem em que atribui o nome de Carpus a um dos escravos de Trimalcíão:

Trimalcíão, não menos contente com a brincadeira, disse: “Corte!” [Carpe]. Imediatamente apresentou-se o escravo responsável por trincar a carne e, gesticulando no compasso da música, despedaçou a carne de tal maneira que se poderia pensar que era um condutor de carro combatendo ao som do órgão hidráulico. E ninguém menos do que Trimalcíão ficava repetindo com a voz mais vagarosa possível: “Corte! Corte!” Eu, suspeitando de que a repetição daquela palavra se referia a algum tipo de brincadeira, não me envergonhei de perguntar isto à pessoa que estava à mesa depois de mim. E ele, que já tinha assistido a brincadeiras semelhantes, disse: “Veja aquele escravo que está cortando a carne: o apelido dele é Corte. Assim, todas as vezes em que ele diz ‘Corte’, com a mesma palavra não só o chama, mas também dá a ordem”. (36, 5-8)

Esse divertimento (*ludus*) do banquete deixa transparecer aquela concepção de escravo que já mencionamos na análise da obra senequiana: um mero instrumento, cuja existência encerra-se na função que cumpre. Ademais, os escravos são classificados primordialmente como objetos cuja posse indica o nível de riqueza do senhor. Com as seguintes palavras um dos convivas descreve os bens de Trimalcíão:

Ele próprio desconhece o que possui, de tão rico que é; [...] Trimalcíão possui propriedades da extensão do vôo dos falcões, a riqueza das riquezas. Tem mais dinheiro guardado no cofre de seu porteiro do que qualquer pessoa possui na soma de seus bens. Quanto à criadagem, é de cair o queixo, palavra de honra, acho que só a décima parte conheceu seu senhor. Em resumo, ele pode colocar no bolso qualquer um desses queixos caídos. (37, 6-9)

³³ Fábio Faversoni, *A pobreza no Satyricon de Petrônio*. Ouro Preto: Editora da Ufop, 1999, p. 138-139. Sobre o grande número de escravos nos banquetes das casas aristocráticas, ver John H. D’Arms, “Slaves at Roman convivia”, em William J. Slater (ed.), *op. cit.*, p. 177 e ss.

Igualmente, quando o contador de Trimalcião apresenta um balanço em determinado momento do banquete, lemos:

No dia 26 de julho, nas terras de Cumas que pertencem a Trimalcião, nasceram trinta meninos, quarenta meninas; foram deslocados da eira para o celeiro quinhentos mil módios de trigo; foram domesticados quinhentos bois. Nesse mesmo dia: o escravo Mitridates foi arrastado para a cruz, porque falou mal do gênio de nosso Gaio. Nesse mesmo dia: foram recolocados no cofre cem mil sestércios, que não puderam ser investidos. [...] (53, 1-5)

Os escravos são considerados produtos das propriedades, como o trigo e o gado. Por sua vez, o castigo infligido a um escravo ressalta a violência que rege as relações escravistas. Já no início da *Cena*, esse tema é claramente introduzido ao leitor. Acima da porta de entrada da casa de Trimalcião há uma placa onde se lê: “Qualquer que seja o escravo que sair sem autorização do senhor receberá cem chicotadas” (*Quisquis servus sine dominico iussu foras exierit, accipiet plagas centum*) (28, 7). A violência é, portanto, um recurso de controle, e presente ao longo do banquete. Por exemplo, quando, ao sinal da orquestra, o coro que cantava começou a retirar os pratos dos convivas, criou-se um tumulto e um escravo pôs-se a pegar um prato que caíra no chão. Trimalcião repreendeu-o e ordenou que fosse castigado com bofetadas e que derrubasse o prato novamente (34, 1-3).

No entanto, no trato de Trimalcião com seus escravos predomina a lógica da suspensão da violência, em geral devido à intercessão dos convidados do banquete, o que Norman Brynson denominou de transformação de relações de pura violência (entre senhor e escravo) em espetáculo³⁴. Isto se observa no episódio protagonizado por Trimalcião e um de seus cozinheiros:

Ele ainda não tinha soltado tudo, quando uma bandeja com um porco enorme ocupou a mesa. Nós ficamos admirados com aquela agilidade e juramos que nem mesmo um franguinho poderia ser bem cozido tão depressa, tanto mais

³⁴ *Looking at the overlooked. Four essays on still life painting*. London: Reaktion Books, 1990, p. 54.

porque aquele porco parecia a nós ser muito maior do que o javali que pouco antes tinha sido apresentado. Em seguida, Trimalcião, examinando-o atentamente mais e mais, disse: “O quê? O quê? Este porco não foi destripado? Por Hércules, não foi. Chame o cozinheiro aqui agora!” Quando o desolado cozinheiro colocou-se junto à mesa e disse que tinha esquecido-se de retirar as tripas, Trimalcião exclamou: “O quê? Você se esqueceu? Vocês podem pensar que ele nunca manuseou pimenta e cominho. Tire as roupas dele!” Sem qualquer demora, o cozinheiro é despojado de suas vestes e, triste, se coloca entre dois carrascos. No entanto, todos intercederam por ele e disseram: “Isso costuma acontecer, nós pedimos, deixe-o ir; se ele fizer isso depois, nenhum de nós pedirá em seu favor”. Eu, de um rigor extremamente insensível, não pude conter-me, mas inclinando-me até o ouvido de Agamenon, disse: “Com certeza este escravo deve ser um inútil por completo: alguém se esqueceria de retirar as tripas de um porco? Por Hércules, eu não o perdoaria, mesmo se fosse um peixe”. Mas não Trimalcião, que, com feições relaxadas, demonstrando alegria, disse: “Então, porque você tem uma memória tão ruim, retire as tripas dele na frente de todos nós!” O cozinheiro, depois de recuperada sua túnica, agarrou uma faca e abriu o ventre do porco de um lado e de outro com mão cautelosa. Sem demora, das fendas abertas, por causa da força de seu peso, espalharam-se salsichas com intermináveis chouriços. (49)

O caráter de espetáculo reaparece em outro momento quando um escravo acrobata vem a cair sobre Trimalcião (54, 1-5). Encólpio, o narrador, logo se põe de alerta, pensando ser outro artifício teatral (*catastrophā*), ao ver o escravo implorando por perdão. E, de fato, Trimalcião, em vez de punir o escravo, confere-lhe a liberdade “para que não possam dizer que um grande homem tenha sido machucado por um escravo” (54, 5).

Esse tipo de comportamento Petrônio transfere também para os escravos de Trimalcião que ocupam posições mais elevadas na hierarquia doméstica. Pouco antes do início do banquete, o tesoureiro (*dispensator*) de Trimalcião ameaça punir um escravo que teria deixado que fossem roubadas suas valiosas roupas; o escravo então se jogou aos pés de Encólpio e seus amigos implorando ajuda. O tesoureiro, demonstrando soberba (*superbia*),

justificou sua ira afirmando que não era tanto a perda (*iactura*) que lhe aborrecia, e sim a negligência (*negligentia*) do escravo, mas acabou por suspender o castigo diante dos pedidos dos convivas. Ao descrever em seguida a reação do escravo frente a seus intercessores, Petrônio serve-se da linguagem da reciprocidade, com termos como *beneficium* e *gratia*:

Quando nós, os responsáveis por tão grande benefício [*beneficium*], entramos na sala-de-jantar, veio a nosso encontro aquele mesmo escravo, pelo qual nós tínhamos intercedido e, agradecendo-nos por nossa benevolência [*humanitas*], deu numerosíssimos beijos em nós, que o olhamos com espanto. “Indo direto ao que interessa”, ele disse, “vocês saberão imediatamente a quem concederam o benefício. O reconhecimento [*gratia*] deste seu escravo virá em forma de vinho especial, tal qual o servido a nosso senhor”. (31, 1-2)

Há, nesse episódio, um contraste entre *superbia* e *humanitas*, denotando duas formas de relacionamento com os escravos. Outro exemplo: quando Habinas chega atrasado ao banquete, explica a Trimalcião o motivo de sua delonga por ter comparecido ao funeral de um escravo de Scissa, que ela havia manumitido no leito de morte:

Scissa fez um lauto banquete fúnebre para seu pobre escravo, que ela libertou depois de morto. E, eu acho, ela ainda deve uma boa quantia de dinheiro com os cobradores de impostos [*cum vicensimariis magnam mantissam habet*], pois eles avaliaram o morto em cinqüenta mil. Mas, contudo, esteve bom, mesmo que tenhamos sido obrigados a gastar metade de nossas bebidas sobre os ossinhos dele. (65, 10)

Em sua interpretação dessa passagem, Marc Kleijwegt chama a atenção para a palavra *mant[is]sa*, que significa um pequeno acréscimo a algo já ruim, tomando-o pior ainda. No contexto da *Cena* em geral e do episódio acima em particular, a expressão de Habinas – *cum vicensimariis magnam mantissam habet* – significaria que Scissa estava tendo uma despesa financeira desnecessária, pois caberia ao escravo pagar a taxa de 5% (cf. 58, 2; 71, 2), o

que não pode mais fazer estando morto. A ironia de Habinas desnuda a sua visão do escravo como mercadoria, a ser avaliada apenas em termos monetários. A atitude de Scissa, pelo contrário, ressalta sua *humanitas*: além de se encarregar do ônus da manumissão, ainda ofereceu ao escravo um ritual fúnebre – *novendial* – comumente reservado a parentes próximos³⁵. Por fim, perto do encerramento da *Cena* uma ótica semelhante é atribuída a Trimalcião, que assim se expressa:

Amigos, os escravos também são gente e igualmente beberam do mesmo leite, embora um destino infeliz os tenha subjugado [*et servi homines sunt et aequae unum lactem biberunt, etiam si illos malus fatus oppresserit*]. Contudo, estando ainda vivo, eles logo irão saborear o gosto da liberdade. Afinal, eu liberto a todos eles em meu testamento. A Filágiro eu deixo de herança uma fazenda e sua esposa, a Cário deixo não só um grupo de casas para arrendar, mas também os cinco por cento da vintena e uma cama completa. Eu coloco Fortunata como minha herdeira universal e a recomendo a todos meus amigos. Estou tomando públicas todas essas decisões, para que minha criadagem goste de mim desde já, assim como quando eu estiver morto. (71, 1-4)

A semelhança com o argumento da carta 47 de Sêneca a Lucílio não passa despercebida³⁶: tanto Petrônio como Sêneca adotam a idéia estóica de que a escravidão é obra do acaso e que, portanto, não afeta a humanidade dos escravos. Porém, é possível estabelecer uma conexão mais estreita entre ambos os autores se atentarmos para a menção que fazem aos mimos como forma de representação das relações escravistas. Diz Sêneca que, como nos mimos, os escravos devem ser considerados como “pessoas da família”, sob a tutela de um “pai de família”. Petrônio, por sua vez, trabalha com a mesma

³⁵ Marc Kleijwegt, “*Cum vicensimariis magnam mantissam habet (Petronius Satyricon 65.10)*”. *American Journal of Philology*, 123, 2002, p. 275-286.

³⁶ J. P. Sullivan, *The Satyricon of Petronius: a literary study*. London: Faber & Faber, 1968, p. 132, e *Literature and politics in the age of Nero*. Ithaca: Cornell University Press, 1985, p. 174; Edward Courtney, *A companion to Petronius*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 113. Também Will Richter, “Seneca und die Sklaven”. *Gymnasium*, 65, 1958, p. 214.

metáfora logo no início da *Cena*, quando relata a reação do narrador diante da organização da escravaria de Trimalcião:

Então, finalmente nos pusemos à mesa, enquanto escravos alexandrinos vertiam água gelada em nossas mãos e uns outros, que os seguiram, tomaram nossos pés e tiraram nossas cutículas com extrema delicadeza. E nem sequer nesse trabalho tão desagradável eles permaneciam calados, mas, ao contrário, eles até cantavam. Eu quis submeter à prova se toda a criadagem sabia cantar e, assim, pedi uma bebida. Um garoto muito gentil acolheu meu pedido não menos que com uma canção de som agudo, assim como todos a quem se pedia alguma coisa. Poder-se-ia acreditar que se tratava de um coro de pantomimos, não a sala-de-jantar de um pai de família [*Pantomimi chorum, non patris familiae triclinium crederes*]. (31,3-7)

Petrônio retoma a comparação senequiana, elaborando a economia da *Cena* no tocante às relações escravistas como um teatro³⁷. Os escravos reproduzem características do senhor (como o *dispensator* de Trimalcião) e a relação deste com a escravaria é pautada pelo acobertamento da violência – que irrompe em alguns momentos de forma crua –, mas que sempre está subjacente na manipulação dos escravos por parte de Trimalcião para provocar reações emocionais nos convidados. Nesse sentido, não se trata de uma paródia das idéias de Sêneca visto que no fundo Petrônio subscreve uma mesma alternativa de controle social, pautada pela distribuição desigual de benefícios, como bem demonstra a passagem acima sobre o testamento de Trimalcião, em que apenas alguns escravos, além da liberdade, ganham bens materiais. Como Fábio Faversoni argumenta, Trimalcião “se mostra um homem rico na medida em que, abaixo dele, constrói-se toda uma rede de relações de poder onde os agentes podem lutar para se promover, procurando se aproximar do centro de poder dessa rede [...] Esse mecanismo de dominação é apreensível se tomarmos o plantel como uma rede de relações de poder, no

³⁷ Além da acima citada, outras referências nominais a mimo na obra podem ser apontadas (ver 19, 80, 94, 106, 117). Cf. Bret Boyce, *The language of the freedmen in Petronius' Cena Trimalchionis*. Leiden: Brill, 1991, p. 14. Sobre a terminologia do teatro no *Satyricon* ver Courtney, *op. cit.*, p. 124.

qual os escravos se hierarquizam através da relação que estabelecem com o *dominus*, que funciona como centro”³⁸. As passagens da *Cena* onde são apresentados os escravos que são os “favoritos” (*deliciae*) dos senhores revelam claramente esse fenômeno.

Mas há uma diferença importante entre Petrônio e Sêneca no tocante aos incentivos à escravaria na criação de relações verticais entre senhor e escravo e na conseqüente minimização das relações horizontais no interior da escravaria: o filósofo não menciona a manumissão como uma forma de recompensa, enquanto na *Cena* ela é um tema freqüente, sobretudo nos discursos dos libertos presentes. Como veremos na parte deste estudo dedicada à representação dos libertos, essa diferença à parte, permanece um ponto de contato entre ambos os autores: a minimização da importância social e política da obtenção da liberdade pelos escravos, representando os libertos como inexoravelmente presos ao mundo da escravidão.

Columella e a escravidão como ciência

Lúcio Moderato Columella viveu à época do principado neroniano, sendo originário da província da Baetica, mais precisamente de Gades. Essa datação provém das menções que faz ao filósofo Sêneca e às propriedades deste na região de Nomento (III, 3, 2), bem como a outros personagens do círculo de amizades de Sêneca, como Júnio Gálio e M. Trebélío Máximo (V, 1, 2; IX, 16, 2)³⁹. Este último pode ter sido o legado sob o qual, em 36, Columella serviu como tribuno militar na legião VI Ferrata, estacionada na Síria. Uma inscrição descoberta em 1685 em Tarento, e hoje perdida, atesta esse cargo⁴⁰. Na Itália, Columella possuía terras em pelo menos quatro regiões: perto de Caeres na Toscana, nas proximidades de Carsioli no Lácio, na região de Alba e uma última nos arredores de Ardea⁴¹.

³⁸ *Op. cit.*, p. 139.

³⁹ Griffin, *Seneca, a philosopher in politics*, p. 89, 290-291.

⁴⁰ L. IVNIO L. F. GAI / MODERATO / COLUMELLAE / TRIB. MIL. LEG. VI FERRATAE (CIL IX 235 = ILS 2923).

⁴¹ René Martin, “État présent des études sur Columelle”. *ANRW*, 11.32.3, 1985, p. 1962.

Quanto à sua produção intelectual, perdeu-se um escrito sobre astrologia (cf. XI, 1, 31: *iis libris quos contra astrologos composueram*), mas restou-nos seu *De Re Rustica*, em doze livros. O livro 1 traz uma introdução geral e disserta sobre o problema da gestão da propriedade. O livro 2 versa sobre o plantio de cereais e leguminosas. Os livros 3, 4 e o início do quinto tratam da viticultura, e, ao final do 5, Columella volta-se para a arboricultura. Os livros 6 a 9 tecem considerações sobre a criação de animais. O livro 10 é escrito em versos, um poema sobre jardins. No livro 11 Columella detém-se nas funções do capataz da *villa*, o *vilicus*, e no tema da horticultura. Por fim, o livro 12 considera as atribuições da *vilica*, esposa do capataz, e traz algumas receitas diversas.

Como no caso de Catão e Varrão, o objeto de Columella é a *villa*. *Villa* é a palavra mais comumente empregada pelos autores latinos para designar um edifício rural. Mas o termo não se limitava a qualificar um determinado padrão arquitetônico. A *villa* significava, antes de tudo, uma organização específica do espaço rural baseada na propriedade privada da terra, em detrimento de formas coletivas de apropriação e uso do solo, com o objetivo de desenvolver a produção de produtos específicos – vinho e azeite –, voltados para o mercado⁴². A *villa rustica*, nos escritos de Catão, Varrão e Columella, reveste-se de, pelo menos, três ideais: um político ou moral, no sentido de que a posse e cultivo da terra é parte de uma tradição que remonta aos antepassados – daí as menções ao *mos maiorum*; um ideal econômico, de acordo com o qual é dever do homem ter uma vida adequada e obter um ganho que seja virtuoso e socialmente útil; e um terceiro, que prega que a vida no campo deve ser atrativa, mas não a ponto de levar o proprietário a descuidar de seus afazeres na cidade e de seus cargos públicos⁴³. Ou seja, partem do princípio de que o proprietário não reside na *villa* e a visita regularmente para checar se as coisas

⁴² Norberto Luiz Guarinello, *Ruínas de uma paisagem: arqueologia das casas de fazenda da Itália antiga (VIII a.C.-II d.C.)*. São Paulo: 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: v. 1, p. 31.

⁴³ Cf. Norbert Brockmeier, “Die *villa rustica* als Wirtschaftsform und die Ideologisierung der Landwirtschaft”. *Ancient Society*, 6, 1975, p. 213-228.

estão correndo a contento. Justamente por não habitar o local, necessita de alguém que zele pela ordem e andamento das atividades em sua ausência. Daí a figura do *vilicus*, um capataz (também denominado *actor* ou *praefectus*), escravo de confiança do senhor, que deve supervisionar os demais trabalhadores e conservar os equipamentos agrícolas⁴⁴.

No caso específico de Columella há uma hierarquia de modos de gestão no *De Re Rustica*. O modo ideal seria aquele *em* que o proprietário administrasse pessoalmente o seu domínio, residindo no local. Em segundo lugar está o modo de gestão por meio de um *vilicus*, mas sob supervisão do proprietário; tal é o modelo advogado por Columella, visto que reconhece a impossibilidade de uma residência permanente do proprietário (I, 2, 1). Em terceiro lugar, um sistema de arrendamento, quando se tratar de propriedades muito distantes. Por fim, a exploração do domínio mediante um *vilicus*, mas sem qualquer interferência do proprietário⁴⁵.

Quanto à mão-de-obra, na forma como Catão, Varrão e Columella concebiam a gestão da propriedade agrícola, aparecem combinadas diversas relações de trabalho, compulsório ou não⁴⁶, e até mesmo é considerada a presença de um campesinato livre⁴⁷. Na *villa* idealizada por Columella é digno

⁴⁴ Egon Maroti, "The *vilicus* and the villa-system in ancient Italy". *Oikumene*, 1, 1976, p. 109-124; M. E. Sergeenko, "Villicus", em I. B. Malowist (ed.), *Schiavitù e produzione nella Roma repubblicana*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1986, p. 191-207.

⁴⁵ René Martin, *op. cit.*, p. 270-271.

⁴⁶ É conhecida a passagem seguinte de Varrão: "Todos os campos são cultivados com escravos, livres ou ambos: com os livres, seja quando são próprios a trabalhar com sua família, ou assalariado, quando se aluga o trabalho de homens livres nos grandes trabalhos agrícolas, como a vindima ou a colheita do feno, ou mesmo com *obaerarii*, como nós o chamávamos, e que existem ainda em grande quantidade na Ásia, no Egito ou na Albânia. Sobre todos estes, digo o seguinte: nos lugares malsãos é melhor cultivar com assalariados do que com escravos e, mesmo nos lugares salubres, nos períodos de grande trabalho, como na colheita dos frutos da vindima ou do trigo" (I, 17, 2). Os *obaerarii* correspondem aos *laoi* da Ásia Menor, que estavam vinculados à terra de um proprietário, pagando-lhe tributo. Contudo, não eram comercializados como escravos. Cf. Silvia Bussi, *Economia e demografia della schiavitù in Asia Minore ellenistico-romana*. Milano: LED, 2001, p. 12; 120.

⁴⁷ Catão, por exemplo, observa, logo no início de seu tratado, ao prescrever as condições ideais para escolha de uma localidade, que "deve haver abundância de mão-de-obra [*operariorum copia*] e [ser] bem irrigada" (1, 3). O termo *operarius* não se refere a um escravo. É *operarius* aquele que fornece trabalho, as *operae*, seja escravo ou não. A preocupação de Catão recai muito mais na disponibilidade de mão-de-obra camponesa

de nota o alto grau de hierarquização e de especialização do trabalho⁴⁸, com pelo menos 37 funções registradas⁴⁹. Contudo, não se pode afirmar de imediato que toda a mão-de-obra citada seja servil, pois, na maioria dos casos, os trabalhadores agrícolas são designados ou por termos gerais ou pelo nome das funções, sem indicação de status⁵⁰. Mas no caso do *vilicus* (e da *vilica*) é certo que eram escravos⁵¹.

A historiografia moderna tende a relacionar o tema da organização do trabalho escravo, como abordado por Columella, diretamente à questão da produtividade da *villa* e, de fato, o próprio Columella deixa claro que seu tratado tem por objetivo instruir aqueles que desejam obter uma renda de suas propriedades agrícolas (I, Praef., 7) e que o primeiro passo para tal é cuidar da escolha da escravaria. Por exemplo, para René Martin, Columella, representando uma “burguesia italiana” e também provincial, era o porta-voz de um grupo de proprietários de terras que, no período Júlio-Cláudio, buscava afirmar-se economicamente diante de categorias sociais que então ascendiam, como os libertos e comerciantes. Para tanto, advogava uma agricultura intensiva, especializada na viticultura, opondo-se ao modelo propugnado pelo grupo dos proprietários latifundiários – uma aristocracia senatorial romana de velha estirpe – que praticava a criação extensiva e cuja fortuna, mesmo se alocada para as propriedades fundiárias, era de origem não agrícola. Ademais,

nas proximidades da *villa*. Daí o conselho de que o proprietário deve ser um “bom vizinho”, impedindo que seus escravos causem distúrbios. Só assim conseguirá o apoio dos camponeses circunstantes quando necessário (4, 1), garantindo uma força de trabalho extra para colheita e prensagem de olivas (144, 3; 145, 1), ou mesmo como arrendatários de pastos no inverno (149, 2). Assim, a ênfase de Catão no bom relacionamento do proprietário da *villa* com aqueles que estão à sua volta sugere um grau de autonomia camponesa com o qual deve lidar o grande proprietário.

⁴⁸ Norbert Brockmeier, *Arbeitsorganisation und ökonomisches Denken in der Gutswirtschaft des römischen Reiches*. Inaug. Diss. Bochum, 1968, p. 168; René Martin, “*Familia Rustica: les esclaves chez les agronomes latins*”. *Annales Littéraires de l'Université de Besançon*, 163, 1974, p. 278; Marlis Oehme, *Die römische Villenwirtschaft: Untersuchungen zu den Agrarschriften Catos und Columella und ihrer Darstellung bei Niebuhr und Mommsen*. Bonn: Rudolf Habelt, 1988, p. 83.

⁴⁹ Keith Bradley, *Slavery and society at Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 60, tabela 2.

⁵⁰ Jean Christian Dumont, “La villa esclavagiste?”. *Topoi*, 9, 1999, p. 116.

⁵¹ Dentre os agrônomos é Columella quem mais se detém na figura da *vilica*. Cf. Jesper Carlsen, “The *vilica* and Roman estate management”, em *De Agricultura. In memoriam Pieter Willem de Neeve*. Amsterdam, J. C. Gieben, 1993, p. 199 e 201.

quando transposto para um plano filosófico, esse embate aparecia como uma oposição entre o epicurismo e sua tese da esterilidade natural e progressiva do solo, combatida por Columella, e o estoicismo, que enfatiza o trabalho humano como capaz de transformar a natureza⁵². Por seu turno, a esses modelos econômicos distintos correspondiam diferentes formas de se pensar o emprego do trabalho escravo. No caso das grandes propriedades admitia-se, diante do absenteísmo do proprietário, relegar aos escravos toda a gestão do trabalho agrícola, independentemente de suas qualidades técnicas. Para Columella, pelo contrário, ainda que aceite a inevitabilidade do absenteísmo, a preocupação recai fundamentalmente sobre a qualificação da mão-de-obra empregada.

É preciso então melhor especificar como Columella delimita seus objetivos tendo em mente um determinado público leitor. Nesse sentido, torna-se elucidativo o prefácio do seu *De Re Rustica*, onde logo de início define a quem se dirige:

Frequentermente ouço os que são proeminentes em nossa cidade [*civitatis nostrae principes*] ora condenando a infecundidade dos campos, ora a intempérie do céu há tempos prejudicial às colheitas; outros ainda, como que com razão, abrandando essas queixas, crêem que o solo cansou-se e exauriu-se com a pujança dos tempos passados, a ponto de não mais poder oferecer alimentos aos mortais com a bondade de outrora. (I, Praef., 1)

Por este trecho o tratado de Columella apresenta-se como resposta à ideologia predominante no interior de um grupo social que ele qualifica de *civitatis nostrae principes*, ou seja, elementos de categoria social elevada, próximos ao imperador e residentes em Roma⁵³. A consequência dessa postura o autor coloca logo em seguida, quando afirma que, por pensarem assim, tais indivíduos deixam a agricultura a cargo dos “piores dentre os

⁵² René Martin, *Recherches sur les agronomes latins et leurs conceptions économiques et sociales*. Paris: Les Belles Lettres, 1971, p. 311-342.

⁵³ Eralda Noè, *Il progetto di Columella. Profilo sociale, economico, culturale*. Como: Edizioni New Press, 2002, p. 24.

escravos” (*pessimo cuique servorum*, I, Praef., 3). Logo, Columella estabelece uma correlação entre status político e uma determinada forma de emprego do trabalho escravo à época em que escreve: quanto maior o status, maior o desprezo às atividades agrícolas e, por conseguinte, maior o uso indiscriminado de escravos. Para realçar essa prática da aristocracia Columella utiliza como espelho uma idealização do passado republicano, quando teria sido comum os homens públicos alternarem o exercício da política e da guerra com o cultivo de seus próprios campos (I, Praef., 13-14). Esse quadro é utilizado como contraponto para traçar as características da aristocracia de seu tempo, agora predominantemente urbana e mais interessada nos divertimentos do teatro e do circo (*patres familiae falce et aratro relictis intra murum correpsimus, et in circis potius ac theatri, quam in segetibus et vinetis manus movemus*, I, Praef., 15). Ademais, essa aristocracia desprezava as possibilidades de ganho que a agricultura poderia proporcionar, além de ser uma atividade mais condizente com a justiça do que a guerra, o comércio marítimo, o empréstimo a juros (I, Praef., 7-9) e sobretudo do que a montagem de uma rede de relações de amizade e patronato com indivíduos mais poderosos com o intuito de obter vantagens materiais ou cargos. A crítica de Columella recai sobremaneira nesse último ponto:

Devo julgar mais honrada a falsa perseguição daquele que presta saudação por dinheiro, rodeando as casas dos poderosos e auscultando os ruídos do sono de seu rei? Pois nem se perguntados, os escravos dignam-se a responder-lhe o que se passa dentro. Ou devo julgar mais afortunado aquele que toda a noite, repelido por um escravo acorrentado à entrada, atira-se a portas ingratas, e pelo mais miserável servilismo, à custa de sua honra, negocia a honra e o poder dos fasces, também despendendo seu patrimônio? Pois não é com uma escravidão voluntária, mas com bens que a honra é comprada. Se de tais coisas e similares os homens bons devem fugir, resta, como disse, um modo liberal e digno de um homem livre de aumentar as posses familiares, e este reside na agricultura. (I, Praef., 9-10)

A cidade contrapõe-se, portanto, ao espaço rural como lugar de consumo conspícuo, luxo e diversões. Nesse contexto a agricultura configura-se não apenas como uma atividade capaz de gerar uma renda, mas acima de tudo uma vida digna de um homem livre no sentido estóico do termo, ou seja, daquele que não tem sua liberdade coagida pela busca incessante de bens materiais. Columella, ao comparar aquele que busca ascender na carreira política a um escravo, tem em mente a distinção estóica entre liberdade e escravidão jurídicas e liberdade e escravidão morais e sua não necessária coincidência. Uma distinção que é trabalhada mediante a oposição entre *urbanitas* e *rusticitas*⁵⁴.

Todavia, essa oposição não impede Columella de matizar o grau de incompatibilidade entre a cidade e o campo. Sem a agricultura a subsistência humana estaria comprometida (*sine agri cultoribus nec consistere mortales nec ali posse manifestum est*, I, Praef., 6) e, por conseguinte, deve ser elevada à qualidade de ciência (*scientia*) (I, Praef., 22). Além disso, pelo fato de a cidade permanecer o local de ocupação política dos proprietários de terra, não convém que a propriedade rural localize-se muito distante, precisamente para não deixar a propriedade sob controle dos escravos (*Nam qui longinqua ne dicam transmarina rura mercantur, velut haeredibus patrimonio suo, vel quod gravius est, vivi cedunt servis suis; quoniam quidem et illi tam longa dominorum distantia corrumpuntur, et corrupti post flagitia, quae commiserunt, sub expectatione successorum, rapinis magis quam culturis student*, I, 1, 20).

Como se vê, a escravidão é central na reflexão de Columella sobre a montagem de uma propriedade agrícola. Em outra passagem ele relaciona o emprego de capatazes escravos com a presença do proprietário na *villa*; caso contrário deve-se recorrer a cultivadores livres (*In longinquis tamen fundis, in quos non est facilis excursus patris familias, cum omne genus agri tolerabilius sit sub liberis colonis quam sub villicis servis habere*, I, 7, 6). O tema da escravidão volta a aparecer em dois outros tópicos abordados pelo escritos: a organização espacial da *villa* e sua respectiva mão-de-obra. Em ambos

⁵⁴ Noè, *op. cit.*, p. 25.

igualmente percebem-se relações de oposição e complementaridade entre cidade e campo.

Columella divide a *villa* em três partes: urbana (*pars urbana*), rústica (*pars rustica*) e aquela relativa à produção agrícola (*pars fructuaria*) (I, 6, 1). A parte urbana é onde reside o proprietário. Nas palavras de Columella:

A parte urbana, por sua vez, divide-se em aposentos de inverno e de verão, de modo que os quartos de inverno voltem-se ao oriente no solstício de inverno e as salas de refeições ao ocidente no equinócio. Por outro lado, os aposentos de verão voltam-se para o sol de meio-dia no equinócio, mas as salas de refeições desse tempo voltam-se para o oriente no inverno. Os banhos devem orientar-se para o ocidente no verão, a fim de que sejam iluminados após o meio-dia até à tarde. Os passeios devem estar expostos ao sol de meio-dia no equinócio, para no inverno receber o máximo de sol e no verão o mínimo. (I, 6, 1-2)

Como se vê, a orientação da construção segue critérios estritamente climáticos. Nada na descrição sugere princípios hierárquicos entre os aposentos, prevalecendo a idéia de livre circulação entre eles. Apesar de Columella conceber a parte urbana da *villa* em comparação com as residências da aristocracia em Roma, há um claro contraste, por exemplo, com a descrição vitruviana dessas últimas, que ressalta a relação entre as diferentes categorias sociais e os espaços a elas reservados nas *domus*⁵⁵. A razão de Columella não se deter nesse último ponto explica-se por conceber a parte urbana como de uso do proprietário e, quando muito, de sua esposa (I, 4, 8), e não como um lugar para receber visitas e clientes, como ocorreria na residência de Roma.

⁵⁵ “Como tratamos dos planos, tendo em vista a disposição dos aposentos, devemos, agora, considerar como, em edifícios privados, os cômodos dos patrões e das visitas devem ser edificadas. Os aposentos privados não podem ser acessíveis sem um convite, como os quartos de dormir, triclinia, banhos e outros locais com funções semelhantes. Os aposentos comuns são aqueles aos quais o povo pode, de pleno direito, ir, como os vestíbulos, pátios, peristilos e outros desse tipo. Assim, magníficos vestíbulos e aposentos e átrios não são necessários para as pessoas de fortuna comum, pois visitam, mas não são visitados.” (*De Architectura*, VI, 5). Trad. de Pedro Paulo A. Funari, *Antigüidade Clássica: a história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995, p. 116.

Por outro lado, na descrição da *pars rustica*, uma diferenciação hierárquica espacial já se faz notar:

Na parte rústica há que se ter uma grande e alta cozinha, para que as vigas de madeira estejam livres do perigo de incêndio, e para que nela os escravos possam comodamente ficar durante todas as épocas do ano. É melhor que os quartos para os escravos soltos sejam feitos voltados para o sol de meio-dia no equinócio; para os acorrentados deve-se ter um ergástulo o mais saudável possível, com muitas e estreitas janelas para iluminar, mas distantes do solo para não serem alcançadas pela mão. (I, 6, 3)

Existem, portanto, duas categorias de escravos e conseqüentemente dois espaços que lhes cabem. As *cellae* – provavelmente pequenos quartos no interior de uma construção maior⁵⁶ – abrigam os escravos que não ficam acorrentados nas horas vagas, enquanto que os demais permanecem no *ergastulum*. Por sua vez, espaços específicos são destinados ao *procurator* e ao capataz, o *vilicus*, encarregados da supervisão da mão-de-obra e do funcionamento da *villa*:

Para o capataz a habitação deve ser feita próxima da porta para que possa observar quem entra ou sai. Para o procurador deve ser feita acima da porta pelos mesmos motivos e para que observe de perto o capataz. Perto de ambos há o celeiro, onde se guarda todos os instrumentos agrícolas; e dentro dele há um local fechado para reunir as ferramentas. (I, 6, 7)

A distribuição espacial desses aposentos segue, portanto, claros critérios hierárquicos. O *vilicus* deve situar-se de modo a poder observar a movimentação de pessoas na propriedade e daí residir perto da entrada da *villa*. Já a habitação do *procurator* – em posição hierárquica superior a do *vilicus* – situa-se conseqüentemente acima daquela do *vilicus*, para supervisioná-lo e ao restante da propriedade. Do mesmo modo, os escravos

⁵⁶ René Martin, *op. cit.*, p. 368.

responsáveis pelo cuidado dos animais devem residir adjacente aos estábulos e de maneira a também facilitar o controle pelo *villicus*:

Os quartos dos pastores devem estar ao lado de seus rebanhos para que possam cuidar deles quando seja preciso. E todos devem morar o mais próximo possível entre si, para que o empenho do capataz não se desdobre para circular por diversos lugares e para que entre eles a diligência e a negligência de cada um esteja aparente. (I, 6, 8)

Por fim, a *pars rustica* engloba ainda os estábulos (de verão e de inverno) (I, 6, 4) e um armazém para guarda dos instrumentos agrícolas (I, 6, 7). A *pars fructuaria* (I, 6, 9-20) compreende as construções destinadas à produção de vinho e azeite e ao armazenamento de trigo. Inclui-se nela também uma área de banho para os escravos. Essa lógica de organização do espaço remete, portanto, à diferenciação dos trabalhadores na *villa*, ponto que será abordado a seguir.

A primeira observação de Columella recai sobre o *villicus*, sua formação e função. Para tanto inicia alertando sobre uma dissociação que deveria ser feita entre escravos urbanos e rurais:

Antes de tudo, não se deve escolher o capataz dentre aquela classe de escravos que são fisicamente atraentes, e tampouco daquele grupo dedicados às atividades urbanas e delicadas [*ne ex eo quidem ordine, qui urbanas ac delicatas artes exercuerit*]. Esta categoria preguiçosa e sonolenta, acostumada ao ócio, ao Campo [de Marte], ao circo e aos teatros, aos jogos, tabernas e lupanares, nunca esquece esses divertimentos; e quando os levam para a agricultura, o senhor perde não tanto o escravo, mas tudo o mais. Deve ser escolhido um trabalhador agrícola acostumado as lides desde criança, um homem já testado pela experiência. (I, 8, 1-2)

Este trecho é uma indicação de que uma distinção entre *familia rustica* e *familia urbana* não era tão clara como quer a historiografia moderna. Os escravos circulavam entre as propriedades urbanas e rurais de um senhor. Do

ponto de vista gerencial o *vilicus* é descrito por Columella segundo a caracterização do escravo já mencionada nos escritos de Sêneca e Petrônio, ou seja, como um instrumento, extensão do corpo senhorial. Segundo a expressão columeliana o *vilicus* “toma o lugar do senhor” na *villa*, assim como a *vilica* substitui a senhora (*necessaria inrepsit vilicae cura, quae tueretur officia matronae, quoniam et vilici quoque successerunt in locum dominorum*, XII, 1, 10). Logo, as qualidades do *vilicus* devem ser o trabalho e a experiência (*labor et experientia vilici*) (I, 1, 18). Ele não deve jamais abandonar os limites da *villa* (I, 8, 6) nem fazer qualquer negócio por conta própria (I, 8, 13). Sua função é zelar exclusivamente pelos interesses do senhor, cuidando tanto dos equipamentos da *villa* (I, 8, 8) como principalmente da escravaria (XI, 1, 21-22). É certo que é um escravo, mas está acima dos demais escravos, em uma posição de comando seja na atribuição de tarefas (XI, 1, 7) seja ao servir de exemplo de trabalhador:

Convém que o capataz cuide para que os escravos saiam logo ao raiar do dia não de uma forma vagarosa e preguiçosa, mas, como numa batalha, com vigor e disposição de ânimo, seguindo-o diligentemente como a um comandante, e ele deve exortá-los enquanto trabalham e, de quando em quando, para ajudar alguém extenuado, deve ele mesmo pegar o instrumento e realizar o serviço lembrando-lhe que deve ser feito do modo vigoroso como ele está realizando. (XI, 1, 17)

Significativo nessa passagem é a comparação do *vilicus* a um *dux*, a um comandante de exércitos, sugerindo um modelo militar de organização da propriedade. De fato, já se mencionou que a *villa* columeliana assemelha-se a um esquema de caserna⁵⁷. Embora, em um plano estritamente administrativo, a metáfora seja válida – mesmo porque Columella serviu como tribuno em legiões na Síria –, a questão do poder na *villa* descrita por Columella não se resume à transposição de uma hierarquia militar para a diferenciação dos trabalhadores agrícolas. A nosso ver, e será este o ponto abordado doravante,

⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 285.

o tratado de Columella incorpora debates políticos mais amplos que tinham lugar no principado neroniano e cujo tema principal era a autoridade imperial e seu modo de se postar diante da aristocracia. Não por acaso o problema da legitimação do poder é central para a reflexão de Columella sobre os papéis do *vilicus* e do proprietário. Nesse sentido, quando se põe a discorrer sobre o perfil ideal do *vilicus*, Columella expressa as recomendações a respeito de como o *vilicus* deve manifestar sua autoridade de uma forma semelhante às visões de Sêneca sobre o poder imperial e o poder do senhor de escravos. Escreve Columella:

[O capataz] deverá considerar o que é difícil de se observar mesmo no tocante aos maiores poderes, isto é, não agir de forma muito cruel ou indolente com os subordinados; é preciso sempre incentivar os bons e empenhados, poupar os menos aptos, e agir moderadamente para que eles mais respeitem sua severidade do que odeiem sua crueldade. E poderá obter isso se preferir cuidar para que um trabalhador não erre do que, se errar, puni-lo. Pois não há nada mais eficaz para controlar o pior dos homens do que retirar-lhe dia a dia suas tarefas. (XI, 1, 25)⁵⁸

A frase inicial desta passagem indica que Columella pensa o poder do *vilicus* em termos macroscópicos, isto é, tendo em vista formas públicas de poder. E não seria demasiado arriscado afirmar que se trata de uma referência ao poder imperial, comparando-se as idéias do texto acima com aquelas expressas por Sêneca no seu tratado *De Clementia* e na carta 47 a Lucílio. O mesmo princípio também vale para o proprietário:

O capataz deve observar dois pontos fundamentais: não tirar as algemas de ninguém a quem o dono tenha destinado algum castigo, a não ser que tenha sido autorizado, e não libertar ninguém que ele mesmo haja acorrentado antes que o senhor conheça as circunstâncias; e o senhor da casa deve tomar um cuidado particular com estes escravos, para que não sejam tratados

⁵⁸ Cf. também I, 9, 10.

injustamente com relação a suas roupas ou em outros benefícios. Pois os escravos estando submetidos a um grande número de pessoas – o capataz, os supervisores e os carcereiros – podem facilmente sofrer uma punição injusta. E então, prejudicados pela crueldade e ambição, tornam-se mais perigosos. Assim um senhor cuidadoso inquirirá sobre eles e também sobre os escravos não acorrentados, pois estes são mais dignos de crédito, se estão recebendo o que lhes é devido segundo o que ordenará. [...] Ele deve dar também oportunidade de queixar-se daquelas pessoas que os tratam mal ou com crueldade. Com efeito, eu às vezes defendo aqueles que têm uma justa causa de queixa e puno aqueles que incitam os escravos à revolta ou que caluniam seus supervisores; por outro lado recompenso aqueles que se comportam com energia e diligência. [...] Agindo com tal justiça e consideração, o senhor muito contribui para o crescimento de seu patrimônio. (I, 8, 17-20)

Nessa apresentação das relações escravistas na *villa* o *pater familias* surge em sua descrição como um apaziguador dos conflitos que por ventura despontam dentro da escravaria devido à desigual posição dos escravos na *villa*. Tendo delegado poderes administrativos ao *vilicus*, cabe-lhe averiguar se suas prescrições são levadas a cabo. Temos aqui então um modelo descentralizado de gestão, que possibilita que todas as tensões recaiam diretamente sobre o administrador direto, o *vilicus*, poupando a figura do proprietário que parece pairar acima de quaisquer conflitos. Que tal modelo de gestão tenha um equivalente público Columella diz explicitamente em outra passagem:

Após tudo isso ter sido realizado, não julgo que a distribuição tenha resultados a não ser, como disse, se geralmente o capataz, e também de vez em quando o senhor ou a senhora inspecionem e cuidem para que o que foi ordenado seja executado. Isto é sempre observado nas cidades de bons costumes, onde os primeiros e melhores [*primoribus atque optimatibus*] não se satisfazem apenas em ter boas leis, mas escolhem dentre os mais diligentes cidadãos [*cives*] aqueles que os gregos chamam de “guardiões das leis” [*nomofulakej*]. Cabia-lhes atribuir aos que obedeciam as leis louvor e outras

distinções, e, aos que não obedeciam, castigar com penas. Isto agora cabe aos magistrados, guardiões da força da lei por uma constante administração da justiça. (XII, 3, 10-11)

Columella já comparara o proprietário da *villa* a um *imperator*⁵⁹, uma titulação militar. Agora o proprietário aparece com um verniz civil como um guardião das leis (**nomoful az**), numa referência direta ao *Econômico* de Xenofonte⁶⁰. O fato de Columella remeter à tradição grega da **oikonomia**, com suas analogias entre o *oikos* e a *polis*, significa mais do que uma apropriação literária. Revela o caráter prescritivo da obra de Columella, cuja principal mensagem é a necessidade de obediência a leis para o funcionamento de uma comunidade, embora se pregue uma ideologia da clemência como instrumento de controle social⁶¹.

Essa ideologia é um aspecto que Columella partilha com Sêneca e Petrônio, com igual desdobramento em suas concepções de escravidão: agir de forma clemente com o escravo significa, em última instância, não recorrer à manumissão como um incentivo. Sêneca sequer menciona esse aspecto⁶², Petrônio faz Trimalcião citá-la em tom de brincadeira e Columella menciona apenas a concessão da liberdade à escrava que tiver mais de três filhos⁶³. Mas esses dados não devem levar de imediato a concluir sobre a insignificância da manumissão na sociedade romana, como veremos no próximo capítulo que

⁵⁹ Cf. I, 1, 18.

⁶⁰ Trata-se de uma referência direta ao *Econômico* de Xenofonte. Nessa obra, em determinado momento o personagem Iscômaco diz a Sócrates: “Expliquei-lhe [à sua esposa] que, na minha opinião, aos cidadãos não basta que tenham boas leis. Ao contrário, elegem guardiões da lei que, mantendo a vigilância, elogiam os que cumprem as leis, mas punem, se alguém age contra elas. Portanto, aconselhei minha mulher, disse ele, a ser a guardiã das leis de nossa casa e a passar em revista, quando lhe parecesse bem, os objetos de casa como o comandante de uma guarnição passa em revista os guardas e os examina para ver se cada um está bem” (*Econ.*, IX, 15).

⁶¹ Noè, *op. cit.*, p. 33.

⁶² Cf. A. Setaioli, “Seneca, lo schiavo Felicione e un’iscrizione di Velia”. *Prometheus*, 24.2, 1998, p. 149-151.

⁶³ *Feminis quoque fecundioribus, quarum in sobole certus numerus honorari debet, otium nonnumquam et libertatem dedimus, cum plures natos educassent. Nam cui tres erant filii, vacatio, cui plures libertas quoque contingebat*, I, 8, 19. Para detalhes consultar Walter Scheidel, “Columellas privatae ius liberorum: Literatur, Recht, Demographie. Einige Probleme”. *Latomus*, 53, 1994, p. 513-527.

aborda, de maneira mais aprofundada, as visões da manumissão à época neroniana.

Visões da manumissão à época de Nero

Em uma conhecida coletânea organizada sobre o “homem romano”, encontra-se a caracterização abaixo do liberto, composta por Jean Andreau:

[O liberto] não tem a coerência do aristocrata, seguro da sua superioridade e protegido por valores que o fortificam, ainda que não os ponha em prática na vida cotidiana. Não tem a simplicidade rústica do verdadeiro camponês indígena, nem a irreverência bem controlada do escravo doméstico. O liberto encontra-se na encruzilhada de várias forças divergentes ou mesmo opostas. Por um lado, foi escravo, coisa que nem ele nem os outros podem esquecer. Por outro, o seu estatuto de liberto é parcialmente contraditório, porque a libertação confere-lhe a mesma cidadania do seu patrono, mas sujeita-o a uma série de obrigações e de costumes que o separam dos “ingênuos”.¹

Classificar como contraditória e eivada de divergências a existência do liberto é uma posição comum às histórias sociais do Alto Império Romano. O liberto é, sobretudo, definido negativamente: o liberto *não* é escravo, *não* é ingênuo, *não* é aristocrata. Embora se reconheça sua presença ubíqua na sociedade romana, em atividades econômicas, desde a agricultura até o artesanato e o comércio, o liberto é representado como um *outsider*, cuja existência situa-se num limbo social ou, quanto muito, em camadas “intermediárias” da sociedade. Para Andrzej Los, por exemplo, “os ricos libertos romanos, ao contrário dos libertos gregos, não se situavam completamente à margem da sociedade oficial. Mas apenas ingressavam com a ponta dos pés nessa estrutura. Não possuindo o *ius honorum*, não podiam pertencer às camadas superiores; por outro lado, suas fortunas permitiam que agissem como evergetas, ou seja, apoiando os cidadãos pobres, o que os situava fora

¹ Jean Andreau, “O liberto”, em Andrea Giardina (org.), *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 151.

das camadas inferiores cujos membros beneficiavam-se do apoio dos mais ricos. Convém, portanto, considerá-los uma camada média”².

Esta representação permite duas críticas. Em primeiro lugar, a oposição entre o liberto e o escravo desconsidera a estrutura básica da escravidão como exposta por Orlando Patterson e mencionada no primeiro capítulo: “escravização, escravidão e manumissão não são meros eventos relacionados; são um único e mesmo processo em diferentes fases”³. Além disso, em uma sociedade, como a romana, em que relações de patronagem e clientelismo estabeleciam hierarquias informais entre o corpo cidadão, estar sujeito a uma “série de obrigações e de costumes” não era privilégio dos libertos, de modo que se pode traçar mais identidades com os ingênuos do que diferenças. Como ressalta Fábio Favarsani, “cliente e liberto são iguais no fundamental: são estimados – e se estimam – com uma posição social inferior em relação a seu patrono; estabelecem um vínculo duradouro com esse *patronus* ao qual deverão prestar benefícios em troca de algumas vantagens”⁴. Muda a forma de ingresso na relação: enquanto o cliente ingressa voluntariamente, o liberto o faz por necessidade⁵. Nesse aspecto, há igualmente uma identidade com o escravo, pois também a configuração da relação escravista depende apenas da vontade de uma das partes.

² Andrzej Los, “La condition sociale des affranchis privés au Ier siècle après J.-C”. *Annales HSS*, n. 5, 1995, p. 1029.

³ *Slavery and social death: a comparative study*. Massachusetts: Harvard University Press, 1982, p. 296.

⁴ Fábio Favarsani, *A pobreza no Satyricon de Petrónio*. Ouro Preto: Editora da Ufop, 1999, p. 77.

⁵ O que não significa que o liberto esteja necessariamente em desvantagem em comparação com o cliente, como também observa Favarsani (*op. cit.*, p. 77). Igualmente, Werner Eck observa que o conceito de dependência é, em geral, visto de forma muito unilateral, isto é, enfatiza-se sobremaneira a “dependência do liberto ao patrono, com todas as conseqüências negativas que isso acarreta, enquanto as vantagens são vistas apenas da parte do patrono. Mas, sobretudo nos libertos das famílias senatoriais, é possível ver como a este dado de fato, sem dúvida existente, também se ajuntam as circunstâncias pelas quais os libertos sabiam reverter em vantagem própria a sua dependência, no sentido de que esta podia tornar-se um meio de afirmação pessoal ou mesmo de ascensão social”. Cf. Werner Eck, “La dipendenza come concetto ambivalente: a proposito del rapporto tra patrono e liberto”, em Werner Eck, *Tra epigrafia, prosopografia e archeologia. Scritti scelti, rielaborati ed aggiornati*. Roma: Edizioni Quasar, 1996, p. 166.

Uma segunda crítica diz respeito aos modelos interpretativos da sociedade romana subjacentes às representações acima, cujos pressupostos aparecem claramente nos textos de Andraeu e Los, que falam, respectivamente de “coerência dos aristocratas” e de “sociedade oficial”. Poderíamos acrescentar aqui as palavras de Paul Veyne, em sua conhecida análise do Trimalcião petroniano: “A desgraça dos libertos vem do fato de que eles partilham os princípios sociais dos homens livres; eles julgam-se como são julgados. Longe de provocar o ressentimento ou a luta de classes, a sua consciência de inferioridade supõe a aceitação da ordem existente; humilhados, eles não são rebeldes”⁶.

Logo, os libertos formariam um grupo que obstinadamente busca legitimação perante os ingênuos, mas nunca a alcançando na prática, contentando-se então em imitar imperfeitamente o estilo de vida de seus ex-senhores. Ao discutir as questões teóricas envolvidas nos estudos sobre o *Satyricon*, Renata Garraffoni aponta que a interpretação postulada por Paul Veyne sobre a figura de Trimalcião ilustra uma perspectiva normativa de interpretação da sociedade romana, de acordo com a qual “os valores da elite são tidos como únicos e são espalhados para a população como se cada um os internalizasse e tomasse como fundamentais em suas vidas estabelecendo, portanto, uma homogeneização da sociedade, pois o que for diferente de alguma forma será excluído”⁷.

A adoção dessa perspectiva repousa, em última instância, na aceitação dos retratos dos libertos transmitidos pelas fontes literárias, de caráter elitista e senhorial. A mudança de registro propicia outra visão. Se, por um lado, a escravidão é praticamente invisível em termos arqueológicos⁸, as inscrições

⁶ Paul Veyne, “A vida de Trimalquião”, em *A sociedade romana*. Lisboa: Edições 70, 1990, p. 40, *apud* Renata S. Garraffoni, “Os libertos no *Satyricon* de Petronio: uma discussão teórica”. *Pós-história*, v. 8, 2000, p. 74.

⁷ *Op. cit.*, p. 77. Para uma crítica semelhante dos modelos normativos, do ponto de vista da arqueologia, ver Pedro Paulo Funari e Renata S. Garraffoni, “Economia romana do início do Principado”, em Gilvan Ventura da Silva e Norma Musco Mendes (orgs.), *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad/Vitória: Edufes, 2006, p. 53-63.

⁸ Paradoxalmente tal é a conclusão a que se chega após a leitura de um recente livro que se propõe justamente a apontar os vestígios arqueológicos da escravidão greco-romana.

deixadas por libertos revelam-se documentos que tornam os escravos visíveis, embora a partir do momento em que conquistaram a liberdade⁹. A discrepância entre as representações literárias e as auto-representações epigráficas é o principal aspecto ressaltado por aqueles que estudam o material itálico e provincial produzido por libertos. O reconhecimento do passado servil e a valorização do trabalho estão presentes na maioria das inscrições, precisamente aqueles aspectos que aparecem denegridos nas fontes literárias¹⁰. Essas observações são pertinentes para o estudo das visões da manumissão à época de Nero, pois Sêneca, Pérsio e Petrônio retratam os libertos ainda como escravos, deixando em segundo plano sua existência como cidadãos, aliás reconhecida nos embates entre imperador e Senado no período neroniano, como testemunhado pelos *Anais*, de Tácito.

Sêneca, Pérsio e Petrônio: o liberto como escravo

Como observou Miriam Griffin, apesar do interesse que vota à escravidão, Sêneca pouco se detém na figura do liberto, limitando-se a citar alguns exemplos de ex-escravos para imputar-lhes uma conduta vulgar. Essa postura estaria em desacordo com a preocupação demonstrada pela legislação contemporânea que procurava regular a concessão de manumissão e conseqüente atribuição de cidadania aos escravos¹¹. Essa observação, contudo, não explica o porquê de o filósofo não mencionar de forma recorrente os libertos. Trata-se de um caso em que o silêncio é mais elucidativo do que as poucas referências que faz a esse grupo social.

Cf. F. Hugh Thompson, *The archaeology of Greek and Roman slavery*. London: Routledge, 2003 (Reports of the Research Committee of the Society of Antiquaries of London, n. 66). Colares de escravos, com o intuito de coibir a fuga, são os testemunhos mais identificáveis.

⁹ Mary Beard e John Henderson, *Antiguidade Clássica: uma brevíssima introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 69.

¹⁰ Cf. Ekkehard Weber, "Freigelassene – eine diskriminierte Randgruppe?", em Ingomar Weiler (ed.). *Soziale Randgruppen und Aussenseiter im Altertum*. Graz: Leikam, 1988, p. 260 e ss.

¹¹ Miriam T. Griffin, *Seneca, a philosopher in politics*. Oxford: Oxford University Press, 1976, p. 274-275.

Cabe dizer, primeiramente, que a distinção entre liberdade civil e liberdade moral está na base do pensamento filosófico de Sêneca (e também na quinta sátira de Pérsio), proporcionando um viés para a crítica da categoria dos libertos na sociedade romana¹². Para Sêneca, o liberto tão-somente fornece uma ilustração desse princípio estóico. Em uma carta a Lucílio, Sêneca serve-se da figura do liberto para argumentar que a verdadeira liberdade não é aquela que se adquire num procedimento de manumissão:

Aquilo que pode fazer de ti um homem de bem existe dentro de ti. Para seres um homem de bem só precisas de uma coisa: a vontade. Em que poderás exercitar melhor a tua vontade do que no esforço para te libertares da escravidão que oprime o gênero humano, essa escravidão a que até os escravos do mais baixo estrato, nascidos, por assim dizer, no meio do lixo, tentam por todos os meios eximir-se? O escravo gasta todas as economias que fez à custa de passar fome para comprar a sua alforria; e tu, que te julgas de nascimento livre, não estás disposto a gastar um centavo para garantir a verdadeira liberdade?! Escusas de olhar para o cofre, que esta liberdade não se compra. Por isso te digo que a “liberdade” a que se referem os registros públicos é uma palavra vã, pois nem os compradores nem os vendedores da alforria a possuem. O bem que é a liberdade terás tu de dá-lo a ti mesmo, de o reclamar a ti mesmo! Liberta-te, para começar, do medo da morte (já que a idéia da morte nos oprime como um jugo, depois do medo da pobreza). (*Ep.*, 80, 4-5)

Para se medir a importância da figura do liberto na obra senequiana, a despeito das poucas referências explícitas, basta salientar que na passagem acima está o argumento central desenvolvido pelo filósofo: a liberdade civil não corresponde à liberdade moral, pois a via de acesso a essa última encontra-se na filosofia (estóica), capaz de ensinar os homens a desprezarem os bens terrenos e o temor da própria finitude, da morte, alcançando a posição de sábios, ou seja, de homens que vivem de acordo com a natureza¹³.

¹² Cf. Rudolf Shottlaender, “Persius und Seneca über die Problematik der Freilassungen”. *Wissenschaftliche Zeitschrift der Universität Rostock*, 1966, p. 533-539.

¹³ “A primeira coisa que a filosofia nos garante é o senso comum, de humanidade, de comunidade, coisas das quais algo diferente nos separaria. Devemos precaver-nos para

O liberto não se enquadraria jamais nessa categoria, embora Sêneca, por vezes, tome-o como exemplo de que a taxonomia jurídica, que ratifica as desigualdades sociais, não deve ser tomada como parâmetro no julgamento de um indivíduo¹⁴. Em tal instância o liberto aparece sob uma luz positiva, como *exemplum* de promoção social. Numa carta a Lucílio escreve:

Qualquer de nós possui o mesmo número de avós, ninguém há cuja origem se não perca na memória dos tempos. Diz Platão que todo rei descende de escravos, que todo escravo é descendente de reis. As diferentes condições sociais foram confundidas por longa série de perturbações, todas a fortuna elevou ou abateu. [...] Desde a primeira origem do mundo até os nossos dias a humanidade percorreu uma série alternada de grandeza e decadência. Um átrio cheio de bustos enegrecidos pelo fumo não faz de ninguém um nobre. Nenhum homem viveu para nos dar glória, nada do que nos precedeu no tempo nos pertence. A alma é o que nos dá a nobreza, uma nobreza a que qualquer um pode aceder, independentemente da sua condição social. Imagina que não és um cavaleiro romano, mas sim um liberto: está na tua mão conseguir que entre gente de origem livre o único homem livre sejas tu [*Putá itaque te non equitem Romanum esse sed libertinum: potes hoc consequi, ut solus sis liber inter ingenuos*]. (*Ep.*, 44, 4-6)

De acordo com Thomas Habinek, esta passagem senequiana remete a uma reflexão sobre a ascensão de novas elites no Principado. Enquanto nos últimos anos da República o poder político era reproduzido geralmente por herança – com umas poucas famílias detendo os altos cargos –, durante o Principado “a estrutura de dominação por um pequeno grupo de indivíduos e famílias de posses sobre massas de escravos, libertos e cidadãos pobres persistia de geração para geração, mas a composição do setor superior da sociedade era fluida, com as famílias subindo e descendo do poder com

que nossos atos, que desejamos merecedores de admiração, tornem-se antes ridículos e odiosos. O nosso objetivo é, principalmente, viver de acordo com a natureza” (*Ep.*, 5, 4).

¹⁴ Cf. *Ep.*, 31, 11 e *De Beneficiis*, III, 18, citados no capítulo anterior.

facilidade”¹⁵. Nesse sentido, a rejeição por Sêneca das virtudes tradicionais republicanas tornava problemático o uso de figuras históricas como *exempla*, um recurso comum a toda tradição retórica romana. Com exceção de Catão, muitas dessas figuras aparecem sob uma luz negativa, associadas à ambição e crueldade¹⁶. Daí que aparecem valorizadas as figuras do escravo e do liberto, como *exempla* alternativos.

Por outro lado, a afirmação de que um *libertinus* deve esforçar-se para ser livre entre os *ingenui* denota que o ex-escravo e/ou seus descendentes são “menos livres” do que os indivíduos de pais livres. Os libertos são, portanto, considerados cidadãos de segunda categoria: ele não nascia cidadão, mas comprava a cidadania por meio de uma transação financeira. No anteriormente mencionado episódio do liberto Calvício Sabino, o tema da compra de *status* é realçado quando Sêneca escreve que tal indivíduo “tinha os bens de fortuna e a inteligência próprias de um liberto” porque pensava que era possível comprar erudição, adquirindo escravos versados em Hesíodo, Homero e nos poetas líricos (*Ep.*, 27, 5). Seu exemplo serve para ilustrar a máxima de que “um espírito virtuoso não é coisa que se peça emprestada ou se possa comprar” (*bona mens nec commodatur nec emitur*) (27, 8).

Na *Consolação a Políbio*, que Sêneca compôs para o liberto de Cláudio quando estava exilado, fica bem claro como o filósofo, no fundo, rebaixa os libertos ao nível de escravos, desconsiderando a alteração de *status* provocada pela manumissão. Escrita para consolar Políbio pela morte de seu irmão, Sêneca retoma nela temas presentes nas consolações prévias que escrevera a Márcia e à sua mãe Hélvia: a fugacidade da vida, a inevitabilidade da morte e a impossibilidade de uma posse constante, seja de bens materiais, seja dos entes queridos. No entanto, o conselho que Sêneca dirige a essas mulheres e a Políbio divergem profundamente. Enquanto as primeiras devem buscar apoio e consolo na estrutura familiar restante, em especial nos filhos homens, capazes de manter a continuidade da família e a transmissão do patrimônio,

¹⁵ “Seneca’s renown: *gloria, claritudo*, and the replication of the Roman elite”. *Classical Antiquity*, 19, 2000, p. 278.

¹⁶ Matthew Roller, *Constructing autocracy: aristocrats and emperors in Julio-Claudian Rome*. Princeton: Princeton University Press, 2001, p. 88.

Políbio, apesar de ter outros irmãos, deve apegar-se ao imperador, como se um e outro fossem parte e todo. Em suas palavras:

Não te são lícitas muitas coisas que são lícitas às pessoas muito humildes e que vivem na obscuridade: uma grande sorte é uma grande servidão. Não te é lícito fazer coisa alguma ao teu arbítrio: deves dar audiência a tantos milhares de homens; classificar tantas petições; deves despachar grande massa de afazeres, que afluem de toda a parte do mundo, para que possa ser submetida com ordem ao imperador. [...] Quando quiseres esquecer tudo, pensa em César: vê quanta lealdade, quanto trabalho deves à sua bondade em teu favor; entenderás que não te é permitido abater-te mais do que aquele, em cujos ombros o mundo se apóia, se se acredita em fábulas. Mesmo ao próprio César, a quem tudo é lícito, por este motivo muitas coisas não são permitidas: a sua vigília protege o sono de todos, a sua fadiga, o ócio de todos; a sua atividade, os prazeres, o seu trabalho, o repouso. Desde o dia em que César se dedicou ao mundo, se privou de si mesmo e, como os astros, que desenvolvem seu curso sem cessar, nunca lhe é permitido descansar nem fazer qualquer coisa para si mesmo. E assim, de certo modo, essa mesma necessidade se aplica a ti. Não tens o direito de voltar os olhos para teus interesses nem para teus gostos pessoais. Enquanto César possui todo o mundo, não podes dar-te ao prazer nem à dor, nem a alguma outra coisa: deves a César tudo de ti mesmo. Acrescenta, pois, a isto que, desde que declaraste que César te é mais caro do que tua própria vida, não te é lícito queixar-te da sorte enquanto César está vivo. (6, 5; 7, 1-4)

Geralmente tomada como peça de adulação, a *Consolação a Políbio* guarda, entretanto, pontos de contato com o *De Clementia* no tocante à concepção senequiana do poder imperial, bem como com sua visão do escravo, analisada no capítulo anterior. Apesar de estar se dirigindo a um liberto imperial, que ocupava o ápice na hierarquia da escravidão em Roma, Sêneca não o concebe qualitativamente diferente de um mero escravo doméstico se atentarmos às características que ressalta: a realização de um trabalho especializado; a minimização da importância dos laços familiares do

ex-escravo; a representação do liberto como uma extensão do patrono, sem, portanto, uma existência autônoma.

Essa redução do liberto a escravo está igualmente presente na quinta sátira de Pérsio, que, como Sêneca, prende-se à contraposição entre liberdade jurídica e liberdade moral. Aulo Pérsio Flaco (34-62 d.C.) era conhecido de Lucano e Traséia Peto. Estudou sob a tutela de Lúcio Aneu Cornuto, orador, poeta trágico, filósofo e teólogo, do qual nos chegaram fragmentos de um resumo de teologia grega. Era liberto, talvez de Sêneca a julgar por seu nome¹⁷. Não por acaso a quinta sátira tem como tema o paradoxo estóico que reza que apenas o sábio é livre, enquanto os ignorantes são escravos, e imita a sátira 2,7 de Horácio, em que o mesmo tema está subjacente. Embora seja considerada como um elogio a Cornuto, o desenvolvimento da sátira revela uma preocupação em inverter a posição mestre-aluno.

Na primeira parte, Pérsio tece um elogio a seu tutor, Cornuto, e depois expõe o tema estóico por meio da crítica a um liberto. No elogio a Cornuto, Pérsio faz questão de salientar as relações de afeição e lealdade que, como aluno, devia ao mestre:

Acolheste meus tenros anos no teu coração socrático, ó Cornuto. Então, habilidosa em dissimular, a régua adequada estende a moral sinuosa e minha alma é pressionada pela razão, esforçando-se para ser vencida e tomando, sob o teu dedo, uma fisionomia artística. Lembro-me, com efeito, de ter passado contigo longos dias e de ter reservado para a ceia o início da noite. Ambos estabelecemos juntamente um só trabalho e descanso e mitigamo-nos das coisas sérias em uma mesa modesta. Não duvides de que, certamente, nossos dias se ajustam por uma aliança constante e são regidos por um único astro. (5, 36-46)

Porém, logo em seguida inverte a relação de subordinação, que torna aluno e mestre uma unidade, colocando-se também como capaz de transmitir um conhecimento filosófico a Cornuto (5, 1-52), portanto, separando-se desse:

¹⁷ Piero Treves, "Cornutus", em *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1950, p. 237; Eugen Cizek, *Néron*. Paris: Fayard, 1982, p. 236-237.

Há mil tipos de homens e diferentes maneiras de vida; cada um tem o seu querer e não se vive sob um único desejo. Ao nascer do sol, há quem troque pimenta enrugada e grãos de cominho empalecente por produtos da Itália; há quem, empanturrado, prefira inchar-se com um sono restaurador; este entregue-se ao campo; os dados consomem aquele; aquele outro se deteriora com os prazeres de Vênus. Mas, quando a quiragra pedregosa tiver feito de suas articulações ramagens de uma velha faia, já terão vivido os seus dias gordos e passado a vida à luz do pântano e, já tardiamente, haverão de lamentar-se da vida que não viveram. A ti, porém, apraz empalidecer sobre os papiros noturnos: és, pois, cultivador dos jovens e sementes em suas orelhas limpas o trigo de Cleanto. Procurai aqui, jovens e velhos, um objetivo determinado para a alma e provisões para as cãs infelizes. “Amanhã se fará isso!” Amanhã ocorrerá o mesmo. “Quê! Certamente é muito concederes-me um dia?”. Mas, quando vem o outro dia, já consumimos o amanhã de ontem; eis que este outro amanhã terá devorado os anos e sempre estará um pouco além. Perseguirás inutilmente a roda que gira sobre si mesma, mesmo que esteja perto de ti e sob único timão, quando correres como roda posterior e no segundo eixo. Necessita-se de liberdade [*Libertate opus est*]. (5, 52-71)

Do ponto de vista narrativo, como observou D. M. Hooley, “Pérsio estabelece para si e seu interlocutor, uma posição retórica que irá guiar a apresentação, e nossa leitura, do restante da sátira. Ao descrever sua relação com Cornuto o pedagogo, ao organizar, condicionar e qualificar seus termos, Pérsio torna-se ele próprio um pedagogo. O movimento interno do poema declara uma perspectiva magisterial particular. Pérsio, e não Cornuto, irá nos contar (e a Cornuto) sobre o mundo dos homens e suas maneiras, como ele as vê e com respeito a seus objetivos”¹⁸.

Do ponto de vista temático, ambas as passagens acima servem como proêmio para a questão da liberdade. Primeiro, Pérsio retrata a si próprio como subordinado a Cornuto, vivendo em função dele; em seguida, recorrendo a um

¹⁸ *The knotted thong: structures of mimesis in Persius*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1997, p. 87-88.

tema caro ao estoicismo, a rápida passagem do tempo e seu emprego, no fundo inadequado, que fazem os homens, presos que estão à busca de bens materiais e prazeres corporais, o poeta apregoa a necessidade de um “objetivo determinado para a alma” (*finem animo certum*, 5, 65). Após tratar implicitamente do tema da liberdade nos planos individual (autobiográfico) e geral (da sociedade – *mille hominum*), Pérsio o faz de forma explícita, citando a manumissão e desqualificando-a como etapa para a obtenção da liberdade real:

Necessita-se de liberdade. Não desta: “Que um Públio qualquer obteve em Velina, terminando o seu serviço, para tornar-se, com a tésseira, senhor de trigo enrugado”. Ah! Despojados da verdade, aos quais uma só pirueta faz quirite. Este Dama é um cavaliço, que não vale três asses, homem insignificante, mentiroso até na magra ração do cavalo. Que o seu senhor o gire! Do movimento da rotação sai Marco Dama. Oh! Recusas-te a emprestar dinheiro a Marco, que te promete pagar? Empalideces diante do juiz Marco? Marco disse, assim é. Põe, Marco, o teu selo nestas tabuinhas! “Esta é a verdadeira liberdade, os páleos no-la dão. Acaso não é livre somente aquele a quem se permite levar a vida como quer? É lícito viver como quero: não sou mais livre que Bruto?” “Concluis erradamente”, fala o estóico que lavou a orelha com vinagre picante, “aceito o restante; suprime ‘é lícito’ e o ‘como quero’”. (5, 76-88)

Seguindo a cartilha estóica, Pérsio, no restante da sátira, defende que o verdadeiro escravo é aquele homem submetido à avareza, luxúria, amor, ambição e superstição (132-142, 143-153, 161-175, 176-179, e 180-189, respectivamente)¹⁹. Pérsio serve-se das mesmas convenções intelectuais que Sêneca para dissertar sobre a antinomia entre liberdade e escravidão, partilhando um ideário que iguala escravos e libertos.

Na *Cena Trimalchionis* essa ideologia continua prevalecendo. Tanto na representação de Trimalcião como no retrato de seus convivas libertos, Petrônio busca impor a idéia de que a manumissão não implicou uma total ruptura com o passado servil, o que, em última instância, impede qualquer

¹⁹ Hooley, *op. cit.*, p. 107.

assimilação dos libertos ao mundo dos nascidos livres. Como salientou John Bodel, se há uma lógica que rege a narrativa da *Cena* é precisamente aquela da escravidão. Todas as referências visuais ou verbais nesse episódio caracterizam o mundo de Trimalcíão como um mundo de ex-escravos²⁰.

A trajetória de vida de Trimalcíão é particularmente destacada por meio de representações visuais, como na pintura que se encontra à entrada de sua casa. A pintura é assim descrita pelo narrador Encólpio:

Enquanto estou admirando todas essas coisas, caindo para trás, quase quebrei minhas pernas, pois, do lado esquerdo de quem entrava, não longe do compartimento reservado ao porteiro, havia um cão enorme pintado na parede, preso por uma corrente, e, por cima, estava escrito com letras maiúsculas: “CUIDADO COM O CÃO”. Para completar, meus companheiros caíram na gargalhada. Eu, no entanto, prendendo a respiração, não deixei de percorrer toda a parede até o fim. Tinha sido ali pintado um mercado de escravos, com suas tabuletas, e o próprio Trimalcíão, de cabelos compridos, segurava o caduceu e entrava em Roma, conduzido por Minerva. A partir daí, ele teria aprendido a fazer cálculos e, em seguida, teria sido promovido a tesoureiro; tudo isso o minucioso pintor tinha reproduzido diligentemente com letreiros. (29, 1-4)

A descrição da pintura do cão que antecede aquela da trajetória de Trimalcíão sugere o “efeito de real” que ambas visam proporcionar, de modo que a reação de Encólpio diante da primeira – de tomar como verdadeiro algo fictício – serve como alerta para a interpretação da pintura seguinte, dividida em cinco cenas: a venda de Trimalcíão como escravo num mercado; Trimalcíão como um jovem vestido como Mercúrio (com seu atributo, o caduceu) entrando em Roma na companhia de Minerva; Trimalcíão aprendendo a fazer contas; Trimalcíão sendo promovido a uma posição de tesoureiro na casa de seu

²⁰ John Bodel, *Freedmen in the "Satyricon" of Petronius*. Ph.D. Dissertation, University of Michigan, 1984; “The *Cena Trimalchionis*”, em Heinz Hoffman (ed.), *Latin Fiction. The Latin Novel in Context*. London: Routledge, 1999, p. 38-51, e “Trimalchio’s underworld”, em James Tatum (ed.), *The search for the ancient novel*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1994, p. 237-259.

senhor; e, por fim, levado por Mercúrio a um tribunal, onde é recebido com símbolos de prosperidade.

A descrição mescla duas formas de apresentação de Trimalcião: como escravo e como divindade (Mercúrio) ou acompanhado por divindades. No primeiro caso, ele aparece no mercado de escravos. Sabe-se pela etimologia de seu nome (provavelmente semita) e por outras informações do texto (75, 10), que Trimalcião provinha da Ásia²¹. A iconografia, ao acentuar a venda do escravo, mas sem referência explícita ao vendedor e comprador, visa, sobretudo, representar a transação que permitiu a entrada do escravo na casa do senhor. A cena seguinte, com Trimalcião fazendo-se passar por Mercúrio, demonstra ainda que, em tal processo, há uma mudança de identidade, simbolizada na passagem de escravo a deus. Por sua vez, a cena final da pintura já mostra Trimalcião como liberto. O tribunal ao qual ele é conduzido por Mercúrio é o lugar reservado nos teatros ou anfiteatros aos patrocinadores de jogos públicos, posição que Trimalcião detinha por pertencer ao conselho local dos Augustais (30, 1; 71, 12; 71, 9)²². Logo, Trimalcião representa sua vida como uma transição da escravidão à liberdade, mas nuançando o fato de ter sido mera propriedade de outrem.

A escravidão, por conseguinte, surge aqui antes como um processo de transformação de *status*. Mas é interessante observar que, em toda a descrição pictórica desse processo, em momento algum é mencionada a intervenção direta do senhor na elevação do *status* de Trimalcião. Pelo contrário, ele aparece como único agente de toda sua trajetória, e se há intervenções externas, essas provêm do plano divino. A imagem do jovem escravo entrando em Roma, levado por Minerva, remete ao modelo do *adventus* imperial nos triunfos²³ e mesmo quando se refere à obtenção do cargo de *dispensator* na *domus* de seu proprietário, esse último não é expressamente citado, como a realçar a autonomia de Trimalcião na construção de sua trajetória.

²¹ Gilbert Bagnani, "Trimalchio". *Phoenix*, 8, 1954, p. 79-81.

²² John Bodel, "Trimalchio's underworld", p. 248.

²³ Gianpiero Rosati, "Trimalchione in scena". *Maia*, 35.3, 1983, p. 226.

De acordo com John Bodel, a biografia de Trimalcião ressalta esse ponto ao subverter os modelos artísticos romanos tradicionais de duas maneiras. Por um lado, em vez de representar os ciclos épicos e mitológicos usuais na pintura parietal romana, insere a sua própria biografia como um tipo de saga épica. Por outro lado, a sua autobiografia mural está exposta numa área aberta ao público, na frente da casa, lugar reservado pela nobreza romana para expor retratos de seus ancestrais ou pinturas de árvores genealógicas. Trimalcião, como escravo, não tem ancestral ou uma história familiar²⁴. Sua vida resumiu-se à escravidão e, portanto, é ela que confere inteligibilidade à sua biografia. No aspecto formal, predominam esquemas artísticos próprios do universo dos nascidos livres, mas, do ponto de vista temático, é o passado servil que dá o tom. Na descrição verbal de sua vida, que Trimalcião pronuncia quase ao final do banquete, esse mesmo aspecto reaparece:

Eu cheguei da Ásia tão grande quanto este candelabro aqui. Em poucas palavras, todos os dias eu costumava medir-me perto dele, e, para que eu tivesse um rosto barbudo mais depressa, untava meus lábios com o azeite da lâmpada. Contudo, fui, durante quatorze anos, amante de meu dono. E isso não é vergonha alguma, pois é o dono que manda. Eu, no entanto, satisfazia também a esposa dele. O que eu vou dizer vocês já sabem: eu me calo, porque não sou de ficar contando vantagens. De resto, graças aos deuses, tornei-me soberano na casa dele e, num piscar de olhos, apoderei-me do cérebro pequeno de meu dono. (75, 10-76, 1)

Trimalcião faz questão de afirmar que ascendeu na casa graças a seus empenhos – e à ajuda dos deuses (*quemadmodum di volunt*) – defendendo-se, inclusive, contra qualquer valoração negativa da escravidão, ao justificar a sua conduta como escravo em termos morais (*Nec turpe est, quod dominus iubet*)²⁵. Ademais, a presença do candelabro atua como uma recordação

²⁴ Bodel, “Trimalchio’s underworld”, p. 245-246.

²⁵ *Sententia* que se aproxima daquela de Publílio Sírio: *Qui docte servit, partem dominatus tenet* (544). Convém assinalar que uma característica da *sententia* é precisamente a sua

material da sua trajetória de escravo a senhor (*dominus*). Outra representação material nesse contexto pretende ser o sarcófago que Trimalcião almeja erigir e que descreve com detalhes para Habinas, a quem confia a obra:

Eu peço a você encarecidamente que, ao longo dos pés de minha estátua, pinte meu cãozinho, coroas, vidros de perfume e ainda todos os combates de Petrita, para que eu tenha o privilégio de viver depois de minha morte através de seu trabalho; além disso, desejo que tenha cem pés de largura e duzentos de profundidade. Eu quero que haja em abundância todos os tipos de frutos e de videiras em volta de minhas cinzas. É muito mesquinho morar em casas requintadas quando vivo, mas não se preocupar com aquelas, onde nós devemos habitar durante muito mais tempo. E é por isso que eu quero que, antes de tudo, se escreva: “Não deve caber ao herdeiro a posse deste monumento”. De resto, terei a preocupação de me acautelar no testamento, para que, depois de morto, eu não receba nenhuma ofensa. Colocarei diante de minha sepultura um de meus libertos, para protegê-la, para que o povo não corra a cagar em meu monumento. Eu peço a você que faça em meu monumento navios navegando a plenas velas e eu, vestido com a pretexta, sentado na tribuna, com cinco anéis de ouro, e derramando dinheiro de um saco em público, pois você sabe que eu dei um banquete e duas moedas para cada um presente. Que seja feita também, se você achar conveniente, a sala-de-jantar. Você fará também todo o povo se divertindo. A minha direita, você colocará uma estátua de Fortunata, segurando uma pomba, conduzindo sua cadelinha amarrada pela cintura, e meu queridinho, e numerosas ânforas cobertas de gesso, para que não derramem o vinho. E você pode esculpir minha urna cinerária quebrada e, sobre ela, um garoto chorando. Um relógio no centro, para que todos, quando virem as horas, quer queiram, quer não, leiam meu nome. Quanto ao epitáfio, veja se este lhe parece adequado: “Gaio Pompeu Trimalcião Mecenatiano descansa aqui. Estando ele ausente, foi-lhe concedido o direito de ser séviro.

indeterminação, que possibilita que seja aplicada a outros contextos, que não o escravista, como talvez pretenda Trimalcião no trecho acima. Cf. Johannes Christes, “Reflexe erlebter Unfreiheit in den Sentenzen des Publilius Syrus und den Fabeln des Phaedrus: zur Problematik ihrer Verifizierung”. *Hermes*, 107, 2, 1979, p. 205-207. Lembre-se também da *sententia* de Sêneca em sua carta 47 sobre o tratamento adequado aos escravos: *Quotiens in mentem venerit quantum tibi in servum <tuum> liceat, veniat in mentem tantundem in te domino tuo licere* (47, 11).

Embora pudesse estar em todas as decúrias de Roma, no entanto, não o quis. Piedoso, forte, fiel, veio da pobreza, deixou trinta milhões de sestércios, apesar de nunca ter ouvido lições de um filósofo. Passe bem! Você também”. (71, 6-12)

Do ponto de vista formal, a composição do monumento segue os padrões da arte funerária romana²⁶. O cão aos pés de Trimalcião é parte integrante de dois temas funerários comuns, o banquete e a caça, geralmente simbolizando a lealdade. As coroas e vidros de perfume também são temas usuais e, junto com o cachorro, podem significar que a estátua do liberto – e também a de sua esposa, Fortunata – estivesse situada no contexto de um banquete, imitando os que ele promovia, anulando as fronteiras entre a vida e a morte. De fato, ele deixa a cargo de Habinas representar um triclinio – espaço do banquete – no monumento. A representação do combate de gladiadores (*Petraitis omnes pugnas*) lembra a posição de *sevir* de Trimalcião e o correspondente patrocínio de tais jogos. A figuração de navios tem um duplo sentido. Por um lado, remete ao modo como Trimalcião fez fortuna, ou seja, ao transporte marítimo de vinho, perfume e escravos. Por outro lado, no plano simbólico, o navio representa a morte como um retorno a um porto seguro. O menino lamentando sobre a urna quebrada não tem paralelo na arte funerária: talvez se refira à tradição do jardim de Adônis, segundo a qual, ao se plantar na superfície de um vaso quebrado, logo nasce uma planta que vive apenas uma estação; a urna seria o corpo humano ao qual é dado uma nova vida. Ou talvez o menino chorando signifique tão-somente seu medo de ser punido por ter quebrado o objeto – fato semelhante, aliás, ocorre durante o banquete (34, 1-3) –, enfatizando a posição senhorial de Trimalcião. O relógio, ao final da composição, arremata com um tema que perpassa toda a *Cena*: o fluxo do tempo, o rápido esvair-se da vida.

No tocante à posição social de Trimalcião, o monumento busca fixar a sua condição de *sevir Augustalis*. O liberto aparece sentado num trono,

²⁶ Cf. Jane Whitehead, “The *Cena Trimalchionis* and biographical narration in Roman middle-class art”, em Peter J. Holliday (ed.), *Narrative and event in ancient art*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 299-325.

vestindo os símbolos correspondentes: cinco anéis de ouro e a toga pretexta. Já a distribuição de dinheiro não está diretamente ligada ao sevirato – Trimalcião diz apenas que ofereceu um banquete – e talvez signifique uma usurpação da iconografia imperial²⁷. Para o epitáfio que o liberto pretende gravar, há duas interpretações. John D’Arms entende-a como uma apropriação simbólica, por Trimalcião, de um *status* eqüestre, uma vez que a linguagem empregada, que enfatiza a busca de atividades aquisitivas em detrimento daquelas propriamente políticas ou de cunho artístico, denotaria uma característica da ordem dos cavaleiros. Daí que o cognome Maecenatianus, além de marcar a condição de ex-escravo de Trimalcião, remeteria ao Mecenas, colaborador de Augusto, exemplo de cavaleiro poderoso²⁸. Nesse sentido, o epitáfio de Trimalcião seria uma caricatura que parodiaria suas pretensões de ser o que não era, isto é, membro da ordem eqüestre. Para John Bodel, no entanto, não seria esse o caso, se tomarmos como referência o epitáfio de outro liberto, Clesipus Geganius, cuja biografia guarda similaridades com o liberto fictício criado por Petrônio²⁹. Esse epitáfio apresenta, na mesma ordem que aquele de Trimalcião, as etapas do *cursus* do liberto: nome, cargos religiosos, ocupação civil (*CIL* I² 1004: *Clesipus Geganius/mag(ister) Capi[t](olinus), mag(ister) Luperc(or)um), viat(or) tr(ibunicius)*). A posição de *viator tribunicius* garantia o ingresso nas decúrias dos *apparitores*, permitindo aos ex-escravos o contato com indivíduos de prestígio das municipalidades da Itália central e ocidental, o que poderia acarretar benefícios sociais e materiais. Por outro lado, nas associações religiosas formais do final da República, como a dos *Capitolini* e dos *Luperci* – cujas funções foram posteriormente

²⁷ *Idem*, p. 310.

²⁸ John D’Arms, “The ‘typicality’ of Trimalchio”, em John D’Arms. *Commerce and social standing in ancient Rome*. Massachusetts: Harvard University Press, 1981, p. 97-120.

²⁹ Na opinião de Bodel, a chave da comparação encontra-se na menção que Petrônio e Plínio, o Velho, fazem ao candelabro em suas descrições de Trimalcião e Clesipus, respectivamente. Numa passagem semelhante a do *Satyricon* (75, 10), Plínio relata a estória de um escravo, Clesipus, que se tornou propriedade de uma rica senhora, Gegania, como um bônus que acompanhava um caro candelabro que ela havia arrematado num leilão. Posteriormente, o escravo tornou-se amante da senhora e veio a ser manumitido por testamento, ganhando uma boa fortuna (*Nat. Hist.*, 34, 11-12). Cf. John Bodel, “Trimalchio and the candelabrum”. *Classical Philology*, 84, 1989, p. 224-231.

substituídas pelo culto compitalício de Augusto –, também se encontravam libertos ou ingênuos cujas fortunas impediam, de imediato, ambições mais altas. Vista à luz dessa documentação, a combinação de origem servil e pretensões eqüestres de Trimalcião seria antes um retrato verossímil da mentalidade de um grupo social específico.

A despeito das diferenças interpretativas, concorda-se que Petrônio quis sublinhar a sua autonomia como liberto. O único vínculo com o patrono aparece na grafia de seu nome: *C. Pompeius Trimalchio Maecenatianus*, isto é, antes de ser escravo de um indivíduo chamado C. Pompeius, Trimalcião fora escravo de um certo Mecenas, que o vendeu ou o legou por testamento³⁰. Mas o restante da inscrição centra-se nas virtudes de Trimalcião (*pius fortis fidelis*), na sua ascensão desde baixo (*ex parvo creuit*) e no seu desdém por orientações filosóficas (*nec unquam philosophum audiuit*). Ademais, a inscrição atestando que o monumento não passaria para as mãos de seus descendentes reafirma esse ponto ao ressaltar que não tinha filhos ou uma família extensa, à maneira da *nobilitas* romana.

Em suma, o que as representações visuais citadas na *Cena* indicam é que o passado servil não é, em momento algum, estigmatizado, pois é tido como o ponto de partida que abriu possibilidades de ascensão social que definiram a trajetória de escravo a liberto. É exclusivamente essa memória que se pretende conservar e transmitir por meio de uma cultura material que, se adota lugares comuns da tradição iconográfica republicana e imperial, também incorpora valores dos grupos dos ex-escravos, como motivos da vida cotidiana e da biografia.

Vejamos agora como Petrônio apresenta a formação da riqueza de Trimalcião e suas características. Ao final da *Cena*, o liberto expõe da seguinte maneira como fez fortuna:

[Meu senhor] me colocou como herdeiro juntamente com o imperador e eu recebi um patrimônio digno de um senador. No entanto, ninguém fica

³⁰ Paul Veyne, “Trimalchio Maecenatianus”, em Marcel Renard (ed.). *Hommages a Albert Grenier*. Bruxelles: Latomus, 1962, p. 1620.

satisfeito com nada. Tive a ganância de negociar. Sem prender vocês com pormenores, eu construí cinco navios, carreguei-os com vinho – e naquela época era como se fosse ouro –, mandei-os para Roma. Talvez achem que eu preparei isto: todos os navios naufragaram. Isso é um fato, não uma invenção. Em um único dia, Netuno devorou trinta milhões de sestércios. Vocês pensam que eu desisti? Não, por Hércules, este prejuízo serviu de aperitivo para mim, como se nada tivesse acontecido. Fiz outros navios maiores, não só melhores, mas também mais protegidos pelos deuses, de forma que nem uma pessoa sequer deixou de dizer que eu era um homem corajoso. A gente sabe que navio grande possui grande força. Carreguei-os novamente com vinho, toucinho, cereal, perfume, escravos. Nessa ocasião, Fortunata fez uma coisa boa, pois ela vendeu todas as suas jóias de ouro, todas as suas roupas, e colocou em minhas mãos cem moedas de ouro. Isto foi como o fermento de meu pecúlio. Rapidamente se fez a vontade dos deuses. Em uma única viagem eu cheguei a ganhar dez milhões redondos. Imediatamente comprei de volta todas as fazendas que tinham sido de meu antigo dono. Construí uma casa, comprei um mercado de escravos no atacado, animais de carga; qualquer coisa que eu tocava crescia tal como um favo. Depois que passei a ter mais do que minha pátria inteira, dei um basta: tirei meu corpo fora do tráfico de mercadorias e comecei a emprestar dinheiro a juros para os libertos. (76, 2-10)

O debate historiográfico a respeito dessa passagem gira em torno da questão do comportamento econômico de Trimalcião. Para Rostovzeff, o fato de o liberto privilegiar a atividade comercial, em detrimento da agricultura, colocá-lo-ia como digno representante de uma burguesia italiana e provincial, que incluía os “novos ricos” dos primeiros séculos do império. Já para Paul Veyne, a opção tomada por Trimalcião de passar de comerciante a proprietário de terras e agiota seria uma tentativa derradeira de adquirir prestígio social, mitigando sua condição de ex-escravo. Ambas as perspectivas, como criticou John D’Arms, partem do pressuposto de que comércio e agricultura seriam mutuamente excludentes na trajetória de Trimalcião. Numa região portuária e

comercial como aquela habitada pelo liberto – Puteoli³¹ – era comum um mesmo indivíduo ser comerciante e terratenente, e o empréstimo a juros a libertos podia ter como finalidade o financiamento de atividades comerciais e agrícolas³².

Esse debate, no entanto, desvia a análise do texto petroniano propriamente dito. Em primeiro lugar, deve-se notar que a relação de Trimalcião com seu patrimônio também é influenciada pela memória da escravidão. Ao descrever os passos de seu enriquecimento continua a se referir à sua riqueza como um pecúlio (*Hoc fuit peculii mei fermentum*)³³, ou seja, uma quantia de dinheiro que o escravo possuía e podia utilizar para fins diversos, mas que legalmente era propriedade do senhor. Em segundo lugar, a justificativa que Trimalcião fornece para ter parado de negociar não remete explicitamente a pretensões de atingir um ideal aristocrático (cf. Cícero, *De Off.*, 1, 151), mas de se destacar no ambiente social em que vive (*Postquam coepi plus habere quam tota patria mea habet, manum de tabula*)³⁴. Esse ponto é sublinhado pela denominação dos convivas de Trimalcião no banquete como *colliberti* (38, 6), termo que se refere aos libertos presentes: Próculo, Diógenes, Dama, Seleuco, Fileros, Ganimedes, Hermeros e Equion. Por outro lado, os personagens Encólpio, Agamenon, Ascilto e Giton são tratados como elementos externos a essa comunidade, seja pelo vocabulário que usam, seja pela própria trajetória de vida. Esses dados aparecem nos discursos que Petrônio faz pronunciar os outros libertos da *Cena*.

Do ponto de vista da economia da narrativa, os discursos dos libertos constituem um importante elemento, pois demarcam um momento de virada

³¹ Para alguns estudiosos, a *Cena Trimalchionis* se passaria em Cápua. Cf. M. Salanitro, “Ultimo (ma non supreme) su Capua, città di Trimalchione”. *Atene e Roma*, 47, 2002, p. 9-17.

³² D’Arms, *op. cit.*, p. 98-108.

³³ Courtney, *op. cit.*, p. 78. Algumas traduções ao verterem *peculium* por patrimônio ou riqueza não deixam entrever a conotação escravista do termo e, portanto, sua relevância para a interpretação da figura de Trimalcião. Cf. Pedro Paulo Funari, “Três recentes edições e traduções de Petrônio”. *Phaos*, 4, 2004, p. 161.

³⁴ Um dos libertos que toma a palavra na *Cena*, Equion, um fabricante de roupas, também usa o termo *patria* para se referir ao espaço urbano onde se passa o banquete (*Non mehercules patria melior dici potest, si homines haberet*, 45, 3).

após o qual episódios anteriores da *Cena Trimalchionis* são retomados em ordem inversa, como a indicar o âmbito auto-referencial e fechado do banquete³⁵.

Vejamos, por exemplo, o diálogo entre dois convivas de origem humilde, Ganimedes, um ex-escravo empobrecido, e Equion, um fabricante de roupas, também ex-escravo³⁶. Ganimedes, opondo-se ao otimismo reinante entre os convivas, queixa-se da carestia que faz o *populus minutus* sofrer (44, 12). Reclama da elevação no preço do pão, que atribui à corrupção dos magistrados em conluio com os padeiros. Mas, por outro lado, insiste em localizar a causa da corrupção na fraqueza da plebe: “Agora, o povo em casa é leão, na rua, uma raposa”. A debilidade da plebe, a seu ver, deriva de um individualismo acentuado, que atrai a cólera divina: “Acho que todos esses problemas são gerados pelos deuses. A verdade é que ninguém considera os deuses, ninguém guarda jejum, ninguém atribui a Júpiter seu valor, mas todos contam seus bens de olhos abertos” (44, 16-17). Portanto, Ganimedes espera do poder público a garantia do abastecimento de pão a baixo preço, embora responsabilize a própria população pelo estado contrário das coisas, uma vez que não se organiza para pressionar as autoridades.

Em contrapartida, Equion mostra-se satisfeito com sua situação atual: “Peço-te que fale melhor”, diz ele, “o que não for hoje será amanhã e assim vai a vida. Você, se estivesse em outro lugar, diria que aqui os porcos andam cozidos”. Tal otimismo é justificado pelo fato de que um poderoso local iria em breve oferecer um grande espetáculo:

Teremos um excelente espetáculo, uma festa de três dias: não será um grupo de escravos gladiadores, mas muitos libertos. E nosso Tito tem a alma grande e a cabeça quente: seja lá o que for, algo vai acontecer. Pois sou íntimo dele, não é de meias-medidas. Vai oferecer as melhores espadas, sem fuga, uma carnificina em meio ao anfiteatro, para que todos vejam. E tem como:

³⁵ John Bodet, “The *Cena Trimalchionis*”, p. 45.

³⁶ Cf. Norberto L. Guarinello e Fábio D. Joly, “Ética e ambigüidade no Principado de Nero”, em H. Benoit e P. P. A. Funari (orgs.), *Ética e política no mundo antigo*. Campinas: IFCH-Unicamp/Fapesp, 2001, p. 139 e ss.

herdou trinta milhões de sestércios, seu pai infelizmente morreu. Se gastar quatrocentos mil, seu patrimônio não sentirá e eternamente terá seu nome lembrado. E se o fizer tirará todo o favor de Norbano. Afinal, que bem nos fez Norbano? Ofereceu gladiadores decrépitos, que cairiam se alguém assoprasse. (45, 6)

Logo, Equion não se coloca como dependente do poder público para garantir sua sobrevivência, preferindo situar-se na rede clientelística de potentados locais. O diálogo anterior ao de Ganimedes e Equion, entre Seleuco e Fileros (42-43), tachado por Ganimedes como “alheio às coisas terrenas” (*quod nec ad terram pertinet*, 44, 1), pois passa ao largo dos problemas do povo, versa justamente sobre a riqueza de certos indivíduos e como esses a redistribuíam. Respondendo a Seleuco que deplora a morte recente de um liberto, Fileros rebate afirmando que esse fez fortuna em vida e teve um irmão que dedicava atenção aos amigos (*Frater eius fortis fuit, amicus amico, manu plena, uncta mensa*, 43, 4). Quando, por fim, Equion dirige-se a Agamenon, acusando-o de zombar da linguagem dos pobres (*pauperorum verba*, 46,1), busca expressar a sua posição social nos mesmos termos dos libertos mais ricos. Em primeiro lugar, enfatiza que também é capaz de prover uma refeição em sua casa, demonstrando hospitalidade (*Aliqua die te persuadeam, ut ad villam venias et videas casulas nostras. Inveniemus quod manducemus, pullum, ova: belle erit, etiam si omnia hoc anno tempestas dispare pallavit. Inveniemus ergo unde saturi fiamus*, 46, 2). Em segundo lugar, garante a Agamenon que esse será atendido por um escravo (*Et iam tibi discipulus crescit cicaro meus. Iam quattuor partis dicit; si vixerit, habebis ad latus servulum*, 46, 3). O termo *cicaro* também aparece na descrição que Trimalcião faz de seu monumento funerário, onde gostaria que sua estátua ficasse ao lado de uma de sua esposa Fortunata e também de um escravo (*cicaro*, 71, 11)³⁷. Esse termo geralmente denota aquele escravo comprado quando criança e educado pelo senhor. De fato, Equion refere-se a ele como *discipulum* e afirma que busca educá-lo, pagando professores, que vão à sua casa, e que o

³⁷ Courtney, *op. cit.*, p. 92.

ensinam tanto a ler e escrever (46, 5) como rudimentos de direito (46, 6-7)³⁸. Ou seja, assim como Trimalcião é cercado de literatos, como Agamenon, que atuam no sentido de realçar a posição social do rico liberto, Equion tem professores que vão regularmente à sua residência, demonstrando seu apreço pela educação³⁹. Igual a Trimalcião que desdenha os ensinamentos filosóficos, Equion diz que pretende dirigir os estudos do escravo não para a obtenção de uma cultura literária, mas para fins práticos (*Litterae thesaurum est, et artificium nunquam moritur*, 46, 8), ou seja, para que ele “ganhe seu pão” (*Habet haec res panem*), ajudando nos afazeres da casa (*domusio*). E encerra sua fala alçando como modelo de ascensão social o advogado Fileros, liberto que ascendeu graças à posse de um ofício (46, 8). A descrição de Equion também guarda alguns paralelos com aquela fornecida sobre a trajetória de Trimalcião: esse aprendeu as letras na casa de seu senhor (*in domusionem tamen litteras didici*, 48, 4), assim como fazer cálculos, o que lhe valeu a promoção para *dispensator* (tesoureiro) (29, 4). Apesar de sua posição social inferior a dos demais convivas e do anfitrião do banquete, Equion apropria-se dos mesmos critérios valorizados por aqueles, isto é, educação com vistas a um ofício e autonomia financeira.

Petrônio faz questão de distinguir claramente a cultura de Trimalcião e de seus convidados libertos, seja por meio da adoção de uma linguagem caracterizada pelo uso de grecismos, palavras híbridas (combinando elementos gregos e latinos) e vulgarismos morfológicos e sintáticos⁴⁰, seja pela paródia de autores do cânon clássico, como Homero⁴¹. A própria teatralidade do banquete, cuja linguagem e divertimentos são apresentados como parte de

³⁸ Alan D. Booth, “The schooling of slaves in first-century Rome”. *Transactions of the American Philological Association*, 109, 1979, p. 16-18.

³⁹ Aspecto esse confirmado quando, no episódio seguinte à fala de Equion, Trimalcião entabula um diálogo com Agamenon como forma de demonstrar que possuía uma formação literária (48).

⁴⁰ Ver, a esse respeito, o detalhado estudo de Bret Boyce, *The language of the freedmen in Petronius’ Cena Trimalchionis*. Leiden: Brill, 1991, e também Françoise Gaides, “Intuitions linguistiques de Pétrone dans sa mise en scène des affranchis de la *Cena*”. *Latomus*, 54, 4, 1995, p. 856-863.

⁴¹ Hubert Petersmann, “Petrons *Satyrice*”, em Joachim Adamietz (ed.), *Die römische Satire*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1986, p. 412-413.

uma cultura específica à categoria dos libertos, não é de imediata compreensão pelos que são de fora desse círculo, como Encólpio (33, 8; 36, 8), Ascilto (57, 1) e Giton (58, 1). Esse ponto é enfatizado na resposta ríspida de um liberto, Hermeros, companheiro de Trimalcião (*conlibertis Trimalchionis*), a Ascilto, que rira de um dos jogos do banquete (57). O liberto começa chamando a atenção de seu interlocutor para não desprezar a magnificência (*lautitia*) demonstrada por Trimalcião, a quem chama de “meu senhor” (*dominus meus*, 57, 2). Em seguida, descreve as etapas que percorreu na vida:

Ele está rindo! O que é que tem de tão engraçado? Por acaso seu pai comprou um filho com uma faca afiada? Você é cavaleiro romano? E eu sou filho de um rei. “Por que, então, serviu como escravo?”, você se pergunta. Porque eu mesmo me entreguei à escravidão e preferi ser um cidadão romano a ser um usurpador. E agora espero viver de forma tal que eu não seja motivo de piada para ninguém. Eu sou um homem exemplar, ando com a cabeça erguida; não devo nem uma moedinha de bronze a ninguém; nunca tive de fazer acordo no tribunal, ninguém nunca disse a mim no fórum: “Pague o que você me deve”. Comprei um pedacinho de terra, guardei algum dinheirinho; alimento vinte estômagos e um cão; comprei a liberdade de minha esposa, para que ninguém passe as mãos nela; paguei mil denários pela cabeça dela; fui escolhido séviro de graça; espero morrer de um jeito tal, que não tenha com o quê me envergonhar depois de morto. [...] Fui escravo por quarenta anos; contudo, ninguém sabia se eu era escravo, ou livre. E eu cheguei a esta colônia um menino de cabelos compridos; a basílica nem tinha sido construída ainda. No entanto, eu me dediquei a satisfazer plenamente meu senhor, um homem cheio de dignidade e honra, cuja unha valia mais do que você inteiro. E eu tinha pessoas em casa que queriam passar a perna em mim de um jeito, ou de outro; mas – graças à proteção dele! – eu consegui escapar. Estas são verdadeiras lutas pela sobrevivência, pois nascer livre é tão fácil quanto dizer “Venha cá”. (57, 3-6; 9-11)

Ao introduzir a fala do liberto dirigida a Trimalcião como *dominus*, depois retratando sua trajetória da escravidão à liberdade como uma contínua afirmação de autonomia e superação de obstáculos por meio do trabalho e da

dedicação ao senhor, Petrônio afirma a inescapável condição de ex-escravo daqueles que experimentaram a escravidão. Logo, na *Cena*, Petrônio advoga uma ideologia senhorial que valoriza tão-somente a condição de escravo, enquanto a condição dos libertos é ironizada por meio da sua representação como uma continuação da escravidão em um nível qualitativamente diferente: com a figura de Trimalcião, Petrônio centra-se na categoria dos libertos independentes, isto é, sem patronos a quem deviam obrigações, mas apresentando-os como “escravos” do dinheiro, de uma cultura não erudita. Uma ótica positiva recai apenas sobre aqueles libertos que, como Hermeros, parecem saber seu lugar na sociedade, não buscando equiparar-se com os *ingenui*.

Em síntese, a leitura de Sêneca, Pérsio e Petrônio revela que é obscurecida a importância da liberdade cívica adquirida pelo liberto, recorrendo-se à distinção estoíca entre liberdade jurídica e liberdade moral. Em outras palavras, se, do ponto de vista jurídico, o liberto é cidadão, do ponto de vista moral, é um escravo. Enquanto o escravo é considerado um apêndice físico do senhor, o liberto é retratado como inelutavelmente preso ao passado servil, uma vez que sua forma de pensar não consegue desvencilhar-se do período de escravidão. Mais do que uma ideologia senhorial ou expressão de preconceito, trata-se de uma determinada visão da comunidade política, indicando que certos conflitos sociopolíticos se expressam por meio da escravidão. Os embates entre imperador e aristocracia, à época de Nero, quanto à regulamentação das relações escravistas ajudam-nos a melhor compreender essa questão.

Libertos entre a *domus* e a *res publica*

Em 56 d.C., no conselho do imperador Nero, ocorreu uma discussão sobre uma decisão do Senado de conceder aos patronos o direito de revogar a liberdade dos libertos que se mostrassem ingratos (*Anais*, 13, 26-27). Tácito apresenta a argumentação de ambas as partes a partir de uma oposição entre o estímulo à ordem escravista mediante o recurso a medidas coercitivas e o

gerenciamento das possibilidades de promoção social, como a manumissão. No primeiro caso, entende-se que não caberia aos senhores o controle dos escravos por meio da concessão de benefícios, mas a um ordenamento jurídico-legal que estabelecesse o temor à repressão:

Alguns se indignavam de que a liberdade havia dado aos libertos uma insolente irreverência, tratando seus patronos como iguais, não respeitando suas ordens e levantando contra eles suas mãos, rindo mesmo das penas que lhes eram impostas. Que podia o patrono lesado senão relegar o liberto para o litoral da Campânia a cem milhas de Roma? Em todo o resto, seus direitos legais eram os mesmos. Deviam ter os patronos alguma arma que não pudesse ser desprezada, nem seria ofensivo para os libertos manter a liberdade com a mesma reverência com a qual a obtiveram. Quanto aos culpados de crimes, estes voltariam à escravidão merecidamente, para que pelo medo se coibissem aqueles que os benefícios não melhoravam. (*Anais*, 13, 26)

Defende-se uma maior intervenção jurídico-legal na escravidão como forma de preservar a obediência dos libertos. A liberdade é identificada como uma condição que traz instabilidade, devendo ser controlada e, em última instância, revogada. Contudo, esta solução avançada pelo Senado é criticada pelo grupo contrário à proposta:

Outros diziam em contrário: que a culpa de poucos devia ser-lhes pessoalmente danosa, mas sem retirar os direitos do conjunto. Pois este corpo era já muito numeroso. Dele provinha a maior parte das tribos, das decúrias, dos auxiliares de magistrados e sacerdotes e dos soldados alistados nas coortes urbanas. E grande parte dos cavaleiros e muitos senadores não tinham outra origem. Caso se separassem os filhos de libertos, o pequeno número dos homens nascidos livres seria evidente. Não fora em vão que os antigos, quando estabeleceram a divisão das ordens, consideraram a liberdade como bem comum. E tinham estabelecido dois meios de conferi-la, a fim de dar tempo ao arrependimento ou a um novo benefício. Todos aqueles a quem o patrono não tivesse conferido liberdade com as formalidades legais [*vindicta*] eram mantidos

sob um certo vínculo de escravidão. Antes de se conceder a liberdade era necessário examinar os méritos com vagar, mas não revogar o que fora concedido. Esta sentença prevaleceu e César escreveu ao Senado que examinasse queixas específicas de patronos contra libertos, mas nada derogasse do direito geral. (*Anais*, 13, 27)

Segundo essa argumentação, uma política escravista tem de levar em conta a grande quantidade de libertos na população. É a relevância cívica deste grupo que deveria nortear a elaboração da legislação, e não os interesses particulares dos patronos. O texto taciteano revela a heterogeneidade da própria aristocracia imperial, que tinha distintas visões do político e, conseqüentemente, da sua relação com a escravidão⁴². Nesse sentido, a terminologia empregada por ambos os grupos é esclarecedora: enquanto o primeiro serve-se do termo *libertus* – que guarda uma conotação privada, ou seja, refere-se à relação com o patrono –, o segundo menciona *libertinus*, que designa mais especificamente a posição do liberto como cidadão romano⁴³. Antes dessa menção da possibilidade da *revocatio in servitute* sob Nero, há registro de que o imperador Cláudio teria decidido reduzir de novo à escravidão libertos culpados de ingratidão com seus patronos, mas igualmente é pouco provável que uma lei geral tenha sido decretada⁴⁴.

Tal como conservado⁴⁵, o testemunho de Tácito para a época neroniana permite uma análise que se detenha na oposição entre liberdade pessoal e liberdade cívica, uma oposição que remete o debate sob Nero a discussões

⁴² Cf. Fábio Duarte Joly, *Tácito e a Metáfora da Escravidão: Um Estudo de Cultura Política Romana*. São Paulo: Edusp, 2004, cap. 2.

⁴³ Makoto Shimada, “*Libertini*: the designation of freedmen Roman citizens”, em Toru Yuge e Masaoki Doi (eds.) *Forms of control and subordination in Antiquity*. Tokyo: University of Tokyo Press, 1988, p. 420-424.

⁴⁴ Suet., *Claudius*, 25, 1 e Dião Cássio, 60, 13, 2. Cf. Erich Koestermann (ed.). *Cornelius Tacitus Annalen*. Band III, Buch 11-13. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1967, p. 283.

⁴⁵ Este episódio foi conservado de forma lacunar no manuscrito dos *Anais*. Sem interrupções temos apenas o seu início, que apresenta a resolução do Senado (13, 26, 1-2), e o seu final, a argumentação do grupo contrário à proposta senatorial (13, 27). Perderam-se, provavelmente, detalhes da transferência da discussão do Senado para o conselho do imperador e parte da exposição dos membros do conselho favoráveis à revogação da liberdade dos libertos.

semelhantes acerca do lugar dos libertos na *res publica* que se desdobraram no período republicano. Então, o problema que se colocava era o da inclusão dos libertos em todas as 35 tribos de Roma, visto que os ex-escravos eram geralmente alocados nas quatro tribos urbanas. A partir de 169 a.C. os libertos eram regularmente cadastrados nas tribos urbanas, mas, em diversos momentos, afloraram reações a essa política, levando, entre o final do século II a.C. e a primeira metade do século I a.C., à promulgação de legislação para garanti-la: *lex Aemilia de libertinorum suffragiis* (115 a.C.), *lex Sulpicia de novorum civium libertinorumque suffragiis* (88 a.C.), *lex Papiria de novorum civium libertinorumque suffragiis* (84 a.C.), *lex Manilia de libertinorum suffragiis* (67 a.C.), *rogatio Manilia de libertinorum suffragiis* (58 a.C.) e *rogatio Clodia de libertinis* (52 a.C.)⁴⁶. Logo, apesar da cidadania adquirida pelos libertos, o exercício de sua liberdade cívica por meio do voto nas assembléias sempre foi algo recorrentemente contestado e defendido, e cujo desenvolvimento desdobrou-se na história política romana na forma de um embate entre *optimates* e *populares*, cada qual esposando uma visão específica da

⁴⁶ Sobre esse processo em geral ver Susan Treggiari, *Roman freedmen during the Late Republic*. Oxford: Clarendon Press, 1969, p. 47 e ss. A questão da integração política dos libertos também não passou despercebida aos escritores de língua grega que trataram de Roma. Dionísio de Halicarnasso, orador e historiador, atuou em Roma entre 30 e 8 a.C. e escreveu uma história de Roma, da fundação da cidade à primeira guerra púnica (*Antigüidades Romanas*, em vinte livros). Nessa obra apresenta de uma forma positiva os efeitos políticos da manumissão em Roma por meio da transcrição de argumentos que atribui ao rei Sêrvio Túlio, mas que de fato remetem ao tempo das guerras civis do final da República (cf. Thomas Wiedemann, *Greek and Roman slavery*. London: Routledge, 1997, p. 70). No texto de Dionísio, contra os patrícios que se opunham à inclusão dos libertos nas quatro tribos urbanas, Sêrvio Túlio responde que se isso fosse permitido “não só os senhores teriam mais cuidado em não manumitir de forma aleatória seus escravos, com medo de conceder o maior dos bens humanos indiscriminadamente, mas também os escravos seriam mais zelosos de servirem fielmente a seus senhores ao saberem que se forem dignos da liberdade tornar-se-iam cidadãos da maior e mais florescente cidade”. Além disso, havia “a vantagem que resultaria dessa política, [pois] a uma cidade que almejava a supremacia e achava-se capaz de grandes feitos, nada era mais necessário do que uma grande população, para que todas as suas guerras pudessem ser empreendidas com suas próprias forças, não desgastando a si e às suas riquezas com mercenários” (IV, 23, 3-4). Mas o tema que, de fato, o afligia era o declínio demográfico das cidades gregas e as conseqüências políticas que isso acarretava (Dominique Briquel, “Petite histoire d’une grande idée: l’ouverture de la citoyenneté aux anciens esclaves, source de la puissance de Rome”. *Acta Classica*, 36, 2000, p. 31-49).

*libertas*⁴⁷. A crítica dos *optimates* à proposta de Clódio – candidato à pretura em 52 – de permitir aos libertos que votassem nas 35 tribos, provavelmente as mesmas de seus patronos, encontrou expressão na pena de Cícero, em seu *Pro Milone*, em que defende Milo por ter assassinado Clódio antes da eleição. O principal argumento do orador, em sua defesa, é que as leis propostas por Clódio significariam tornar os senhores escravos de seus próprios escravos (*quae nos servis nostris addicerent, Pro Mil., 87*), como se a permissão de os libertos votarem nas mesmas tribos significasse submetê-los politicamente aos libertos. Portanto, opor-se ao projeto de Clódio era, em última instância, um ato de liberdade.

Recorrer a tal conceito, caro à cultura política romana, é uma estratégia dos *optimates* para não serem acusados de promoverem uma *dominatio*, ou seja, o poder de uma facção interessada em fazer valer sua vontade em detrimento da *res publica*. Mas, para tanto, ressaltam outro conteúdo da *libertas* que não o seu caráter cívico: a liberdade como prerrogativa de um grupo de sábios, pois estes são verdadeiramente livres, e, por conseguinte, devem governar sobre aqueles que não têm acesso à razão. Como se vê, trata-se da doutrina estoíca, com sua ênfase na liberdade moral e correspondente minimização da liberdade cívica, tal como obtida pelos libertos. Nesse contexto, os *populares* estariam subvertendo uma ordem natural, equiparando patronos e libertos, e daí o risco que colocavam à *libertas*⁴⁸.

⁴⁷ Para o que se segue ver Valentina Arena, “*Liberti and Libertas: a call for civic freedom*”, em Marc Kleijwegt (ed.), *The faces of freedom: the manumission and emancipation of slaves in Old World and New World*. Leiden, Brill, 2006, p. 71-88.

⁴⁸ A mesma linha de raciocínio encontramos no *Bellum Catilinae*, de Salústio, cujos paralelos com o pensamento ciceroniano foram demarcados por Rudolph P. Hock (“*Servile behavior in Sallust’s Bellum Catilinae*”. *Classical World*, 82, 1988, p. 13-24). Sua narrativa da conspiração de Catilina ampara-se em três antíteses: *homines/animalia* (homens/animais), *animus/corpus* (alma/corpo) e *imperium/servitium* (poder/escravidão). Os conspiradores são descritos por termos que indicam que estão subordinados às necessidades do corpo, como se fossem animais (*Bellum Cat.*, 14, 2). A deficiência de raciocínio é outra característica que aproxima os conspiradores aos animais (5, 1; 5, 4; 5, 6; 12, 2; 23, 2; 43, 3; 52, 34) e que impede que obtenham qualquer resultado positivo. Já os senadores e mesmo o povo romano de outrora são retratados por Salústio como sábios, livres de qualquer subordinação ao corpo (6, 6; 8, 5). São justamente todos esses traços que impedem que a conspiração de Catilina obtenha êxito, ou seja, de que esses conspiradores tomem o poder (*imperium*), uma vez que têm uma tendência à escravidão

A discussão no conselho de Nero em 56 d.C. retoma a dualidade inerente à argumentação acima. Por um lado, os defensores da revogação postulam a noção de que a liberdade é um benefício unicamente privado, de modo que o ex-escravo tem um débito moral com o patrono, e sua posição social deve ser medida exclusivamente com relação àquela do patrono, ou seja, o liberto tem uma posição subordinada na sociedade. Daí a inversão que implicava a falta de reverência (*inreverentia*) dos libertos ao tratarem seus patronos de igual direito (*an aequo cum patronis iure ageretur*) e inclusive ameaçarem violência física, como indica a expressão *ac verberibus manus ultro intenderent*. No livro III dos *Anais*, Tácito mencionara um episódio que pode ser vinculado a esse contexto. Em 21 d.C., segundo o historiador, irrompeu “no Senado uma queixa, que era geral, porém por todos abafada. Pessoas de vil condição, trazendo sempre uma imagem de César, permitiam-se ultrajar e detrazer pessoas honestas; mesmo escravos e libertos ousavam lançar injúrias e até levantar as mãos contra os patronos e senhores, e por isso se tornavam temidos” (*Exim promptum quod multorum intimis questibus tegebatur. incedebat enim deterrimo cuique licentia impune probra et invidiam in bonos excitandi arrepta imagine Caesaris: libertique etiam ac servi, patrono vel domino cum voces, cum manus intentarent, ultro metuebantur, Anais, 3, 36, 1-2*). Para um senador que tomou a palavra, isto significava que “as leis se deviam considerar derogadas e invertidas” (*abolitas leges et funditus versas*). A ameaça do exercício de punição física, ao partir de escravos e libertos e dirigir-se a senhores e patronos, representa, aos olhos da aristocracia senatorial, uma inversão social. A oposição entre dois grupos qualificados por adjetivos de conotação moral – os *boni* (os bons) e os *deterremini* (os piores) – marca os limites hierárquicos ideais ao estabelecer a subordinação dos segundos aos primeiros.

(20, 16-17). Há, portanto, uma concepção de escravidão que está intimamente ligada àquela postulada por Cícero, ou seja, de que a escravidão é o lote daqueles que não têm capacidade para se governar pela ausência da razão e, por conseguinte, é justo que sejam escravizados. Em particular, Salústio ressalta a validade de um dos paradoxos estoicos – apenas os livres são sábios, enquanto os insensatos são escravos (cf. Cícero, *Paradoxa Stoicorum*, 5, 35) – para a descrição dos conspiradores.

Pelo contrário, nos pontos levantados no conselho de Nero em defesa da preservação da liberdade dos libertos o conceito de *libertas* é aplicado em sua natureza essencialmente política, no sentido de que é um bem comum a todos os cidadãos, e não de um único grupo. Ademais, os libertos e seus descendentes são tratados como possuindo uma identidade coletiva – constituem um *corpus* –, que abrangeria desde senadores e cavaleiros àqueles indivíduos que atuariam nas esferas mais inferiores da administração da cidade de Roma. Nesse sentido, e trata-se do argumento principal utilizado na defesa da cidadania dos libertos, haveria um processo constante de servilização da sociedade romana: *si separarentur libertini, manifestam fore penuriam ingenuorum*. Esse tema aparece em outros momentos da obra de Tácito, assim como a associação entre a plebe e os escravos (ver *Anais*, 4, 27, 2: *urbem [...] trepidam ob multitudinem familiarum, quae gliscebat immensum, minore in dies plebe ingenua*). Um comentário de Sêneca no *De Clementia* apresenta ponto de vista semelhante, embora se referindo aos escravos (*Dicta est aliquando a senatu sententia, ut servos a liberis cultus distingueret; deinde apparuit, quantum periculum immineret, si servi nostri numerare nos coepissent, De Clem., I, 24, 1*)⁴⁹.

Esse anonimato de *status* só é rompido quando se postula uma lei de abrangência geral que descarte as diferenças no interior do próprio grupo – libertos, no caso do texto de Tácito, escravos naquele de Sêneca – dando-lhe uma identidade que, na realidade, talvez não possuísse. A gestão privada da manumissão, ao libertar os escravos que tivessem méritos, atuaria como um instrumento indireto de controle social, evitando conflitos abertos de maior porte. Logo, admite-se que, de alguma forma, há uma possibilidade de

⁴⁹ Poderíamos retroceder ainda mais para localizar essa questão nas fontes antigas. Na *Constituição dos Atenienses* (atribuída a Xenofonte) observa-se a impossibilidade de distinguir, em Atenas, por meio da vestimenta ou aparência física, livres de escravos, atenienses de estrangeiros (*Ath. Pol.*, 1, 10). Cf. Edward E. Cohen, *The Athenian nation*. New Jersey: Princeton University Press, 2000, p. 107.

identidade corporativa no interior do grupo de libertos, a despeito de sua heterogeneidade⁵⁰.

Se esse último ponto está implícito no debate de 56, ele emerge com toda força em outro episódio, mas agora centrado especificamente nos escravos urbanos: o assassinato de Pedânio Secundo, prefeito da cidade de Roma, por um de seus escravos, em 61 d.C. (*Anais*, 14, 42-45). Ocorreu então um levante da plebe – uma das únicas sublevações populares à época de Nero, além daquela que teve lugar após a morte de Otávia, esposa do imperador em 62 –, que se opôs à tortura e execução de todos os quatrocentos escravos da casa, como previa o *senatus consultum Silanianum*. Alguns senadores igualmente se mostraram indecisos quanto à execução da lei, mas prevaleceram os argumentos desfilados pelo renomado jurista Gaio Cássio Longino, que não encontrou opositor.

O tratamento desse evento deve, portanto, abordar ao menos três temas, a saber, as peculiaridades do *senatus consultum*, a figura do jurista Cássio e o conteúdo e estrutura de seu discurso, e a reação da plebe romana, embora também considerando as técnicas narrativas empregadas por Tácito.

Tácito não cita nominalmente o *senatus consultum Silanianum*, tradicionalmente datado de 10 d.C.⁵¹. Mas que se trata de tal legislação infere-se de uma passagem do livro XIII dos *Anais*, relativa ao ano de 57: “Por um senatus-consulta se proveu à vingança e tranqüilidade dos senhores, ordenando que, se algum fosse morto por seus escravos, até mesmo os manumitidos por testamento, que permanecessem sob o mesmo teto, padecessem as mesmas penas que os outros” (*Factum et senatus consultum ultioni iuxta et securitati, ut si quis a suis servis interfectus esset, ii quoque, qui*

⁵⁰ Estudando a auto-representação de libertos em inscrições da cidade de Roma e da Itália, Marc Kleijwegt sugere que “a evidência de identidade corporativa mostrou que escravos libertados tinham uma presença muito mais visível na comunidade urbana do que geralmente se supõe”. Cf. “Freed slaves, self-representation and corporate identity in the Roman world”, em Marc Kleijwegt (ed.), *The faces of freedom: the manumission and emancipation of slaves in Old World and New World*. Leiden: Brill, 2006, p. 111. Para a expressão política dos libertos, ver, por exemplo, Michael Saul Ginsburg, “*Princeps Libertinorum*”. *Transactions of the American Philological Association*, 65, 1934, p. 198-206.

⁵¹ Cf. Ulpiano, *Digesto*, 29, 5, 1. Cf. Alan Watson. *Roman slave law*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987, p. 134 e ss.

testamento manu missi sub eodem tecto mansissent, inter servos supplicia penderent, Anais, 13, 32, 1). Ao tratar das medidas legais a serem tomadas no caso dos escravos de Pedânio Secundo, Tácito diz que o Senado seguia um “antigo costume” (*cum vetere ex more familiam omnem, quae sub eodem tecto mansitaverat, ad supplicium agi oporteret, Anais, 14, 42, 2).* Alguns estudiosos viram uma ambigüidade, ou até mesmo um erro, no relato de Tácito: como falar de *vetus mos* para uma lei de 10 d.C. e retomada em 57? Para Kajanto, não existe qualquer ambigüidade caso se situe o *senatus consultum* em 25 ou 17 a.C., anos cujos cônsules tinham o nome Silanus⁵². Não se trata, contudo, de uma mera questão de datação: o *mos maiorum* é, antes de tudo, uma peça fundamental no discurso que Tácito atribui a Cássio⁵³. No início de seu discurso o jurista alega que a punição dos escravos era prescrita por *instituta et leges maiorum* (*Anais, 14, 43, 1*), e, ao final, volta a recorrer ao tema da ancestralidade:

Nossos antepassados não confiavam na lealdade dos escravos, ainda mesmo dos nascidos em suas propriedades e em suas casas, criados no afeto dos senhores. Hoje que temos em nossas famílias servis pessoas de nações diversas, de vários ritos, de religiões diferentes ou de nenhuma, só medo pode ser coerção para esse entulho. Objetar-se-á que muitos morrerão inocentes. Sim, mas quando se dizima um exército e cada décimo soldado é castigado, a sorte cai também sobre os valorosos. Todos os grandes exemplos trazem consigo alguma iniquidade contra indivíduos, porém, esta redundante em utilidade pública. (*Anais, 14, 44, 4-7*)

O fato de que essa defesa da execução dos escravos tenha partido de um senador como Cássio é significativo. Anteriormente ao evento acima, ele aparece três outras vezes nos *Anais*. Como governador da Síria, de 45 a 49, é elogiado por Tácito:

⁵² Jiro Kajanto, “Tacitus on the slaves: an interpretation of the *Annales*, XIV, 42-45”. *Arctos*, 6, 1969, p. 46-47.

⁵³ Cf. Joseph Georg Wolf, *Das Senatusconsultum Silanianum und die Senatsrede des C. Cassius Longinus aus dem Jahre 61 n. Chr.* Heidelberg: Gari Winter Universitätsverlag, 1988, p. 22.

Cássio nesse tempo se distinguia pelo abalizado conhecimento das leis, porquanto a paz costuma trazer consigo o esquecimento das artes militares, mantendo em pé de igualdade os laboriosos e os diligentes. Todavia, quanto era possível em ócios da paz, não deixava ele em olvido os antigos costumes, antes exercitava as legiões, mantendo os mesmos cuidados e providências, como se um inimigo ameaçasse, procedimento digno de seus maiores e da família Cássia [...] (12, 12, 1)

Em 58 ele é citado criticando a atribuição de honras excessivas a Nero após vitórias militares no Oriente (13, 41, 4). Nesse mesmo ano, foi escolhido para resolver um conflito entre o Senado e o povo de Puteoli, mas como os habitantes não suportaram sua *severitas*, a missão foi confiada a outros (13, 48). Tácito representa-o, portanto, como incorporando as antigas virtudes, ligadas ao conceito do *mos maiorum*, transparente no episódio da morte de Pedânio Secundo⁵⁴.

Em 65, logo após a morte de Popéia, Cássio foi proibido pelo imperador de comparecer às exéquias e, numa mensagem ao Senado, Nero afirmou que era preciso afastá-lo da *res publica*. Alegou para tanto que ele tinha, dentre as imagens de seus ancestrais, a efígie de C. Cássio (um dos que mataram Júlio César), com a inscrição “*duci partium*” (ao chefe do partido). Para Nero, isto significava que ele estava a “disseminar a guerra civil e a se afastar da casa dos Césares” (*quippe semina belli civilis et defectionem a domo Caesarum quaesitam*, *Anais*, 16, 7, 4). Gaio Cássio Longino era, de fato, bisneto do irmão do Cássio assassino de César⁵⁵ e casou-se com Junia Lépidia, descendente de Augusto, o que o situava certo modo no quadro das contendas dinásticas da época⁵⁶.

⁵⁴ Judith Ginsburg, “*In: maiores certamina: past and present in the Annals*”, em T. J. Luce e A. J. Woodman (eds.), *Tacitus and the Tacitean tradition*. New Jersey: Princeton University Press, 1993, p. 97.

⁵⁵ Wolf, *op. cit.*, p. 13.

⁵⁶ Dieter Nörr, “Zur Biographie des Juristen C. Cassius Longinus”, em *Sodalitas. Scritti in onore di Antonio Guarino*, v. 6. Napoli: Editore Jovene, 1984, p. 2961.

Embora seja esse o dado mais enfatizado pela historiografia, talvez não seja aquele que permita uma melhor compreensão de seu discurso por ocasião da morte do prefeito de Roma. Não se menciona que o jurista porta o mesmo nome que um seu provável ancestral, Gaio Cássio Longino, cônsul em 73 a.C. e governador da Gália, derrotado por Espártaco em Mutina em 72 a.C. (Plutarco, *Crasso*, 8-11; Tito Lívio, *Per.*, 96; Orósio, *Hist.*, 5, 24, 1-8)⁵⁷. Espártaco é um personagem conhecido de Tácito e citado duas vezes nos *Anais*. No relato da guerra contra Tacfarinas, númida que servira em tropas auxiliares romanas no Norte da África e posteriormente liderou uma sublevação em 17 d.C., Tácito escreve: “Nem a Espártaco que, após derrotar tantos exércitos consulares, devastava a Itália impunemente, quando a república sofria com as guerras contra Mitrídates e Sertório, foi conferido um acordo para ser aceita sua lealdade” (*Anais*, 3, 73). Por seu turno, no livro XV, menciona uma tentativa frustrada de revolta de gladiadores, em Preneste, que teve repercussão popular (*iam Spartacum et vetera mala rumoribus ferente populo, ut est novarum rerum cupiens pavidusque*, *Anais*, 15, 46, 1). O próprio termo *bellum servile* é empregado por Tácito na descrição de uma revolta de escravos em Brundísio e cercanias no ano de 24 d.C. (*Eadem aestate mota per Italiam servilis belli semina fors oppressit*, *Anais*, 4, 27).

As metáforas militares usadas por Cássio em seu discurso defendendo a pena de morte aos escravos de Pedânio ganham novo contexto. Tácito, ao comparar escravos e soldados como sujeitos às mesmas regras de punição, recupera a imagem de Cássio como restaurador da disciplina militar, como se agora derrotasse eficazmente os escravos inimigos que outrora saíram vitoriosos frente a seu ancestral. Sem dúvida que se tem aqui uma estratégia retórica, mas de tal modo que permite adentrar em outro aspecto do episódio, a reação do povo que teve que ser controlado por soldados (*Anais*, 14, 45).

Essa manifestação da plebe é, em geral, interpretada como uma comunidade de interesses entre as camadas inferiores da sociedade romana.

⁵⁷ Essas fontes encontram-se transcritas em Brent D. Shaw, *Spartacus and the slave wars: a brief history with documents*. Boston/New York: Bedford/St. Martin's, 2001.

Finley já salientara esse aspecto, e antes dele Westermann, e mais recentemente Aldo Schiavone:

Mobilização absolutamente insólita em tais circunstâncias, porque geralmente ninguém se solidarizava com os escravos, e tanto menos as camadas sociais mais baixas, que lotavam os circos onde gladiadores eram regularmente massacrados. Mas muitos dos escravos de Pedânio, sobre os quais pairava a ameaça, deviam, em certas ocasiões, durante a realização de seus trabalhos, ter travado e consolidado relações de amizade e de pequenos negócios, tornando-se conhecidos e prezados: vínculos de não pouca monta no tecido social e nos hábitos cotidianos das pessoas do povo que lotavam a metrópole imperial, no corpo inchado de Roma. A sua execução teria conturbado e devastado a vida de todo um quarteirão, de centenas (talvez milhares) de famílias, de uma área inteira: uma ferida insuportável no ritmo e no equilíbrio da cidade.⁵⁸

É certo que Tácito não menciona explicitamente escravos dentre os revoltosos, empregando os termos *plebs*, *populus* e *multitudine*, mas, como vimos, ele tende a apresentar a plebe como majoritariamente composta de escravos ou seus descendentes, de modo que se pode aventar a hipótese de que a violenta reação popular, armada com pedras e tochas (*conglobata multitude et saxa ac faces minante*, *Anais*, 14, 45, 2) reflete o temor de outros escravos pelo precedente criado pela execução dos quatrocentos escravos de Pedânio. Justamente por não haver solidariedade entre os escravos de uma *domus*, cada escravo em particular estava preocupado com sua sorte. Este é o pressuposto do próprio *senatus consultum Silanianum*, como expresso no discurso de Cássio (*multa sceleri indicia praeveniunt: servi si prodant, possumus singuli inter plures, tuti inter anxios, postremo, si pereundum sit, non inulti inter nocentes agere*, *Anais*, 14, 44, 3) e também nas palavras de Ulpiano sobre a lei (*Dig.*, 29, 5, 1: *Curo aliter nulla domus tuta esse possit, nisi periculo*

⁵⁸ Aldo Schiavone, *Uma história rompida: Roma antiga e Ocidente moderno*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 161-162; Finley, *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991, p. 107, com a referência a Westermann.

capitis sui custodiam dominis praestare servi cogantur, ideo senatus consulta introducta sunt de publica quaestione a familia necatorum habenda).

Colocado nesse contexto o episódio do assassinato de Pedânio Secundo sugere uma forma de participação política dos escravos na vida da cidade. Embora o corpo servil possa parecer fragmentado e sem solidariedade interna – verdadeiras nações com rituais e costumes próprios, nas palavras de Cássio – no momento em que se aplica uma legislação que distribua a responsabilidade penal entre a escravaria cria-se simultaneamente uma resistência conjunta. A negativa de Nero em punir os libertos de Pedânio deportando-os para fora da Itália, como propusera um senador, apresentada como um respeito ao *mos maiorum* (*ne mos antiquus, quem misericordia non minuerat, per saevitiam intenderetur, Anais, 14, 45, 5*) visava impedir o alastramento das tensões para o grupo dos libertos em Roma, conduta já observada no debate de 56. Libertos e escravos aparecem como grupos de pressão na Roma imperial sob Nero, e o imperador como árbitro supremo dos limites entre *servitus* e *libertas*, respeitados no tocante às diferenças entre libertos e escravos. O uso da violência não é questionado quando se trata desse segundo grupo, enquanto o rebaixamento de *status* do primeiro é terminantemente rejeitado.

Essa linha divisória que, na representação taciteana dos libertos imperiais, é freqüentemente ultrapassada, aqui está bem definida, o que nos leva a indagar sobre a situação à época de Tácito. Sabe-se que, sob Trajano, quando Tácito compôs seus *Anais*, o *senatus consultum Silanianum* passou a incluir os libertos que foram manumitidos ainda em vida pelo senhor assassinado por um escravo: *Sub divo Traiano constitutum est de his libertis, quos vivus manumiserat, quaestionem haberi* (Paulo, *Dig.*, 29, 5, 10, 1)⁵⁹. *Quaestio*, interrogatório sob tortura, sempre foi considerada exclusivamente com relação a escravos, nem *ingenui* nem *libertini* eram contemplados⁶⁰. Como ressalta Wolf, “a ordenação de Trajano introduziu em Roma pela primeira vez,

⁵⁹ Gustave Boulvert e Marcel Morabito, “Le droit de l’esclavage sous le Haut-Empire”. *ANRW*, 11.14, 1982, p. 108.

⁶⁰ P. A. Brunt. “Evidence given under torture in the Principate”. *Zeitschrift für Rechtsgeschichte*, 97, 1980, p. 260-261.

de forma legal, a tortura de livres”⁶¹. Esse quadro de degradação da cidadania não condiz com aquele que emerge dos debates sobre libertos e escravos no Principado de Nero.

Tanto no debate de 56 sobre a *revocatio in servitatem* dos libertos, como naquele de 61 sobre o destino dos escravos e libertos do prefeito de Roma, as intervenções de Nero fizeram prevalecer o princípio da utilidade pública (*utilitas publica*), segundo o qual o interesse público – a preservação do Estado – deveria preceder os interesses dos particulares (*utilitas singulorum*). Trata-se de fórmula que remete a um dos princípios programáticos do Principado, pelo qual o imperador deve fazer com que o interesse público sobreponha-se aos interesses individuais⁶². A mesma lógica, segundo Heinz Bellen, que presidiu à formulação das leis relativas à manumissão instituídas por Augusto: a *lex Fufia Caninia* (2 a.C.), que limitava o número de escravos que um senhor poderia manumitir por testamento, e a *lex Aelia Sentia* (4 d.C.) que estabelecia uma idade limite de trinta anos para o escravo e de vinte anos para o senhor que desejasse libertar o escravo⁶³.

Essa intervenção imperial no campo da escravidão não significa uma simples regulamentação da vida privada dos senhores em Roma, e tampouco revela uma tendência à restrição da manumissão na sociedade romana. Pelo contrário, são ações que denotam o elevado índice de manumissão e seu caráter político ao transformar escravos em cidadãos, gerando a necessidade de o *princeps* atuar como *curator rei publicae*, sobretudo no que dizia respeito à plebe urbana⁶⁴.

⁶¹ *Op. cit.*, p. 48.

⁶² Cf. Heinz Bellen, “Antike Staatsräson: die Hinrichtung der 400 Sklaven des römischen Stadtpräfekten L. Pedanius Secundo im Jahre 61 n. Chr”. *Gymnasium*, 89, 1982, p. 461 e ss. Ver também Artur Steinwenter, “*Utilitas publica – utilitas singulorum*”, em *Festschrift Paul Koschaker*. Weimar: Verlag Hermann Bohlaus, 1939, p. 90-91.

⁶³ Heinz Bellen, *op. cit.*, p. 462-463. Sobre os detalhes das *leges Aelia Sentia* e *Fufia Caninia*, ver W. W. Buckland, *The Roman law of slavery*. Cambridge: Cambridge University Press, 1908, p. 537 ss. e 546 ss., respectivamente, e Keith Bradley, *Slavery and society at Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 156-157.

⁶⁴ Maria Dettenhofer, *Herrschaft und Widerstand im augusteischen Principat: die Konkurrenz zwischen res publica und domus Augusta*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2000, p. 200.

Conclusão

Quando pesquisamos um determinado período e tema há a tendência em atribuir-lhes uma significação por vezes demasiada, como se encerrassem uma coerência e inteligibilidade próprias. É preciso, contudo, cautela. Existiu um problema da escravidão que fosse específico à época de Nero? Penso que não. E talvez seja esta a principal conclusão deste estudo, pois ressalta mais as continuidades do que as rupturas, no tocante à dinâmica da escravidão romana, entre a República e o Principado. Continuidades assinaladas de forma mais substancial pelo tratamento conferido aos libertos.

Como vimos, tanto as fontes posteriores a Nero como aquelas que lhe são coevas compartilham uma visão depreciativa da categoria dos libertos, rebaixando-os a escravos e desqualificando sua elevação de *status*. A leitura de Tácito, Suetônio e Dião Cássio permite essa constatação para o caso dos libertos do imperador, cuja imagem da *familia Caesaris* como um corpo cidadão é eclipsada por construções retóricas que aproximam o liberto do escravo. Igualmente, a análise das obras de Petrônio, Pérsio, Sêneca e Columella revela, em diferentes graus, que, a despeito da ruptura do estoicismo com a teoria da escravidão natural, permaneceu intocada a imagem do escravo como um instrumento, uma mera extensão do corpo senhorial. No caso dos libertos, nega-se a importância cívica da liberdade adquirida pelo escravo, recorrendo-se à distinção estoíca entre liberdade jurídica e liberdade moral. Ademais, Sêneca, Petrônio e Columella não enfatizam a manumissão como alternativa primeira de controle dos escravos. Em suma, o escravo é considerado apêndice do senhor, enquanto o liberto é retratado como inelutavelmente preso ao passado servil. O estoicismo, uma das principais doutrinas filosóficas esposadas pela elite imperial, surge como uma filosofia de afirmação extrema

do escravismo, uma avaliação bem contrária àquela que a qualifica como responsável por uma progressiva melhora na condição dos escravos¹.

Entretanto, esse quadro não corrobora necessariamente a tese de que a libertação do escravo era, em Roma, um fenômeno limitado ou, nas palavras de Thomas Wiedemann, de que era antes uma ideologia para incentivar o escravo a ser leal e trabalhador do que uma prática corrente², ao contrário do que sustentam outros estudiosos, como Géza Alföldy, para quem a manumissão do escravo romano era praticamente certa, fazendo da escravidão um mero estágio para o ingresso na comunidade cidadã³. Mais recentemente, a tese da “abertura” da sociedade escravista romana voltou a ser criticada. Marc Kleijwegt, em estudo comparativo, também contestou sua validade para o caso da escravidão no Brasil:

Acredito que há razão suficiente para considerar o pressuposto de que Brasil e Roma tinham uma alta taxa de manumissão como demasiado otimista. Para Roma, não existem dados estatísticos e qualquer sugestão está fadada a ser incorreta, mas cálculos da manumissão no Brasil já levaram pesquisadores a questionar a descrição, comum em manuais de história, de seu país como possuindo uma elevada taxa geral de manumissão. Até que o problema receba um novo enfoque, talvez seja mais sábio tomar como ponto de partida o pressuposto de que toda sociedade escravista é indisposta à manumissão.⁴

Embora o questionamento seja pertinente, acredito que não se trata de trazer à tona o “jogo dos números”, já devidamente descartado como critério para classificação de uma sociedade como escravista. Assim como não é a

¹ Ver, por exemplo, C. E. Manning, “Stoicism and slavery in the Roman Empire”. *ANRW*, II.36.3, 1989, p. 1518-1543.

² Cf. Thomas Wiedemann, “The regularity of manumission at Rome”. *Classical Quarterly*, 35.1, 1985, p. 162-175.

³ Géza Alföldy, *A história social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 155. O argumento encontra-se desenvolvido em Géza Alföldy, “Die Freilassung von Sklaven und die Struktur der Sklaverei in der römischen Kaiserzeit”. *Rivista Storica dell’Antichità*, 2, 1972, p. 97-128.

⁴ Marc Kleijwegt, “Freedpeople: a brief cross-cultural history”, em Marc Kleijwegt (ed.). *The faces of freedom: the manumission and emancipation of slaves in Old World and New World*. Leiden: Brill, 2006, p. 24.

quantidade numérica de escravos que qualifica tal sociedade, tampouco é o índice de manumissão que caracteriza uma sociedade escravista como “aberta” e “fechada”, nos termos de James Watson⁵. Por conseguinte, podemos dizer que, do mesmo modo que o fator determinante é a posição econômica dos escravos, no caso dos libertos, o que conta é sua posição política, ou seja, a questão é de ordem qualitativa. Este ponto, pouco enfatizado, é uma contribuição ao debate sobre o desenvolvimento de uma sociedade escravista que as fontes sobre o período neroniano permitem destacar.

Em última instância, o tema da escravidão em Roma, sob o último Júlio-Cláudio, reporta à observação de Fergus Millar de que a história de Roma, no Alto Império, é “a história de um tipo anômalo e estranho de cidade-Estado”, cuja “anomalia mais acentuada era, naturalmente, de que era agora governada por um imperador, e todas suas complexas instituições sofreram transformações por esse fato. Mas fica absolutamente claro a partir de documentos contemporâneos [...] que, em termos formais, o Império Romano era ainda visto como ‘o *imperium* do *populus Romanus*’”⁶. *Res publica* era a cidade de Roma e sua população, cuja reprodução política era consideravelmente mantida pela manumissão. A ligação do debate sobre os libertos à época de Nero com antecedentes republicanos realça a persistência, no período Júlio-Cláudio, desse conceito de coisa pública.

Se há um ponto de inflexão representado pelo Principado de Nero este é marcado pelas guerras civis subseqüentes à sua morte, que redefiniram a centralidade política de Roma e talvez até mesmo decretaram o fim do modelo da cidade-Estado.

⁵ James L. Watson, “Slavery as an institution: open and closed systems”, em James L. Watson (ed.), *Asian and African systems of slavery*. Berkeley: University of California Press, 1980, p. 1-15.

⁶ The Roman city-state under the emperors, 29 BC-AD 69. *Prudentia*, supplementary number, 1998, p. 123.

Bibliografia

Fontes

A. PERSI FLACCI; D. JUNI JUVENALIS. *Saturae*. Oxford: Clarendon Press, 1910. (Scriptorum Classicorum Bibliotheca Oxoniensis)

CASSIUS DIO. *Roman History*. 9 v. Cambridge: Harvard University Press, 1995. (Loeb Classical Library)

CATO; VARRO. *On Agriculture*. Cambridge: Harvard University Press, 1979. (Loeb Classical Library)

COLUMELLA. *On Agriculture*. 3 v. Cambridge: Harvard University Press, 1977. (Loeb Classical Library)

PÉRSIO. *Pérsio: introdução, tradução e notas*. Trad. Haroldo Bruno. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1980.

PÉTRONE. *Le Satiricon*. Paris: Les Belles Lettres, 1967.

PETRÔNIO. *Satyricon*. Edição bilíngüe. Trad. Sandra Maria G. B. Bianchet. Belo Horizonte: Crisálida, 2004.

PLINY. *Letters and Panegyricus*. 2 v. Cambridge: Harvard University Press, 1972-75. (Loeb Classical Library)

SÊNECA. *Cartas a Lucílio*. Trad. J. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

_____. *Tratado sobre a clemência*. Trad. Ingeborg Braren. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. *Cartas Consolatórias*. Trad. Cleonice Furtado Mendonça van Raij. Campinas: Pontes, 1992.

SÉNÈQUE. *De Clementia*. Paris: Les Belles Lettres, 1921.

_____. *De Ira*. Paris: Les Belles Lettres, 1922.

_____. *Dialogues*. 4 v. Paris: Les Belles Lettres, 1922.

_____. *Des Bienfaits*. 3 v. Paris: Les Belles Lettres, 1926.

_____. *Lettres à Lucillius*. 5 v. Paris: Les Belles Lettres, 1965.

SUETÔNIO. *A vida dos doze Césares*. Trad. Sady-Garibaldi. São Paulo: Ediouro, s/d.

SUETONIUS. *De Vita Caesarum Libri*. v. 1. Stuttgart: Teubner, 1958.

TACITE. *Annales*. 3 v. Paris: Les Belles Lettres, 1953.

_____. *Histoires*. 2 v. Paris: Les Belles Lettres, 1951.

TÁCITO. *Anais*. Trad. Leopoldo Pereira. São Paulo: Ediouro, s/d.

XENOFONTE. *Econômico*. Trad. Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Obras de referência

CARY, M. *et alii* (eds.). *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1950.

WEAVER, P. R. C. *Repertorium Familiae Caesarum*. 2005. In: <http://www.uni-koeln.de/phil-fak/ifa/altg/eck/weaver.htm>.

Livros e artigos

AAVV. *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

ABEL, Karl Hans. *Senecas Epistulae Morales Primärquelle von Tacitus' Annalen?*. *Rheinisches Museum für Philologie*, 128, 1, 1995, p. 76-90.

ALFÖLDY, Géza. *Die Freilassung von Sklaven und die Struktur der Sklaverei in der römischen Kaiserzeit*. *Rivista Storica dell'Antichità*, 2, 1972, p. 97-128.

_____. *Two Principes: Augustus and Sir Ronald Syme*. *Athenaeum*, 81, 1993, p. 101-122.

ANDERSON, J. G. C. *Trajan on the Quinquennium Neronis*. *Journal of Roman Studies*, 1, 1911, p. 173-179.

ANDRÉ, J. -M. *L'esclavage sous Néron: statut juridique et condition réelle*. In: *Neronia 1977*. Clermont-Ferrand: Adosa, 1982, p. 13-22.

ANDREAU, Jean. *O liberto*. In: GIARDINA, Andrea (org.). *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 149-165.

_____. De l'esclavagisme aux esclaves gestionnaires. *Topoi*, 9, 1999, p. 103-112.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1982.

ARENA, Valentina. *Liberti and Libertas: a call for civic freedom*. In: KLEIJWEGT, Marc (ed.). *The faces of freedom: the manumission and emancipation of slaves in Old World and New World*. Leiden: Brill, 2006, p. 71-88.

BACKHAUS, Wilhelm. John Elliot Cairnes und die Erforschung der antiken Sklaverei. *Historische Zeitschrift*, 220, 1975, p. 543-567.

BAGNANI, Gilbert. Trimalchio. *Phoenix*, 8, 1954, p. 77-91.

BALES, Kevin. *Disposable people: new slavery in the global economy*. Berkeley: University of California Press, 1999.

_____. *New slavery: a reference handbook*. California: ABC-CLIO, 2000.

BARRETT, Anthony. *Agrippina: sex, power, and politics in the Early Empire*. London: Routledge, 1999.

BARTSCH, Shadi. *Actors in the audience: theatricality and doublespeak from Nero to Hadrian*. Massachusetts: Harvard University Press, 1994.

BEARD, Mary; HENDERSON, John. *Antiguidade Clássica: uma brevíssima introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BECK, Roger. The *Satyricon*: satire, narrator, and antecedents. *Museum Helveticum*, 39, 1982, p. 206-214.

BELLEN, Heinz. Die antike Sklaverei als moderne Herausforderung: zur Situation der internationalen Sklavenforschung. In: BELLEN, Heinz. *Politik – Recht – Gesellschaft. Studien zur Alten Geschichte*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1997, p. 307-318.

_____. Antike Staatsräson: die Hinrichtung der 400 Sklaven des römischen Stadtpräfekten L. Pedanius Secundo im Jahre 61 n. Chr. *Gymnasium*, 89, 1982, p. 449-467.

BELLEN, Heinz; Heinz Heinen (eds.), *Fünfzig Jahre Forschungen zur antiken Sklaverei an der Mainzer Akademie, 1950-2000, Miscellanea zum Jubiläum*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2001.

BLEICKEN, Jochen. *Staatliche Ordnung und Freiheit in der römischen Republik*. Frankfurt: Verlag Michael Lassleben, 1972.

BOBZIEN, Susanne. Stoic conceptions of freedom and their relation to ethics. In: SORABJI, Richard (ed.). *Aristotle and after*. London: Institute of Classical Studies, 1997, p. 71-89.

BODEL, John. *Freedmen in the Satyricon of Petronius*. Ph.D. Dissertation, University of Michigan, 1984.

_____. Trimalchio and the candelabrum. *Classical Philology*, 84, 1989, p. 224-231.

_____. The *Cena Trimalchionis*. In: HOFMANN, Heinz (ed.). *Latin Fiction. The Latin novel in context*. London: Routledge, 1999, p. 38-51.

_____. Trimalchio's underworld. In: TATUM, James (ed.). *The search for the ancient novel*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1994, p. 237-259.

BOOTH, Alan D. The schooling of slaves in first-century Rome. *Transactions of the American Philological Association*, 109, 1979, p. 11-19.

BOULVERT, Gérard. *Domestique et fonctionnaire sous le Haut-Empire romain: la condition de l'affranchi et de l'esclave du prince*. Paris: Les Belles Lettres, 1974.

_____; MORABITO, M. Le droit de l'esclavage sous le Haut-Empire. *ANRW*, II.14, 1982, p. 98-183.

BOYCE, Bret. *The language of the freedmen in Petronius' Cena Trimalchionis*. Leiden: Brill, 1991.

BRADLEY, Keith R. Seneca and slavery. *Classica et Mediaevalia*, 37, 1986, p. 161-172.

_____. *Slavery and society at Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. The problem of slavery in classical culture (review article). *Classical Philology*, 92, 1997, p. 273-282.

_____. Animalizing the slave: the truth of fiction. *Journal of Roman Studies*, 90, 2000, p. 110-125.

BRIQUEL, Dominique. Petite histoire d'une grande idée: l'ouverture de la citoyenneté aux anciens esclaves, source de la puissance de Rome. *Acta Classica*, 36, 2000, p. 31-49.

BROCKMEYER, Norbert. *Arbeitsorganisation und ökonomisches Denken in der Gutswirtschaft des römischen Reiches*. Inaug. Diss. Bochum, 1968.

_____. Die Villa Rustica als Wirtschaftsform und die Ideologisierung der Landwirtschaft. *Ancient Society*, 6, 1975, p. 213-228.

BRUN, Jean. *Le Stoïcisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

BRUNNER, Otto. Das 'Ganze Haus' und die alteeuropäische 'Ökonomik'. In: BRUNNER, Otto. *Neue Wege der Verfassungs- und Sozialgeschichte*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1968, p. 103-127.

BRUNT, P. A. Evidence given under torture in the Principate. *Zeitschrift für Rechtsgeschichte*, 97, 1980, p. 256-265.

BRYSON, Norman. *Looking at the overlooked. Four essays on still life painting*. London: Reaktion Books, 1990.

BUCKLAND, W. W. *The Roman law of slavery*. Cambridge: Cambridge University Press, 1908.

BUSSI, Silvia. *Economia e demografia della schiavitù in Asia Minore ellenistico-romana*. Milano: LED, 2001.

CANFORA, Luciano. *Ideologías de los estudios clásicos*. Madrid: Akal Editor, 1991.

CARANDINI, Andrea. La villa romana e la piantagione schiavistica. In: SCHIAVONE, Aldo (dir.), *Storia di Roma*. v. 4: Caratteri e morfologie. Torino: Einaudi, 1989, p. 101-200.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Economia e sociedade antigas: conceitos e debates. *Classica*, v. 1, 1988, p. 5-19.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; REDE, Marcelo; ARAÚJO, Sônia Rebel de. Escravidão antiga e moderna. *Tempo*, 6, 1998, p. 9-17.

CARLSEN, Jesper. The vilica and Roman estate management. In: *De Agricultura. In memoriam Pieter Willem de Neeve*. Amsterdam: J. C. Gieben, 1993, p. 197-205.

CHAMPLIN, Edward. *Nero*. Massachusetts: Belknap Press/Harvard University Press, 2003.

CIZEK, Eugen. *L'époque de Néron et ses controverses idéologiques*. Leiden: Brill, 1972.

_____. *Structures et idéologie dans 'Les vies des douze Césars'*. Paris: Les Belles Lettres, 1977.

_____. *Néron*. Paris: Fayard, 1982.

COGITORE, Isabelle Cogitore, *La légitimité dynastique d'Auguste à Néron à l'épreuve des conspirations*. Rome: École Française de Rome, 2002.

COHEN, Edward E. *The Athenian nation*. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

CONNORS, Catherine. *Petronius the poet: verse and literary tradition in the Satyricon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

COURTNEY, Edward. *A companion to Petronius*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CHRISTES, Johannes. Reflexe erlebter Unfreiheit in den Sentenzen des Publilius Syrus und den Fabeln des Phaedrus: zur Problematik ihrer Verifizierung. *Hermes*, 107, 2, 1979, p. 205-207.

D'ANNA, Giovanni. Seneca uomo politico nel giudizio di Tacito. In: DE VIVO, Arturo de; LO CASCIO, Elio (eds.). *Seneca uomo politico e l'età di Claudio e di Nerone* (Atti dei Convegno Internazionale - Capri, 25-27 marzo 1999). Bari: EdiPuglia, 2003, p. 193-210.

D'ARMS, John H. The 'typicality' of Trimalchio. In: D'ARMS, John H. *Commerce and social standing in ancient Rome*. Massachusetts: Harvard University Press, 1981, p. 97-120.

_____. Slaves at Roman convivia. In: SLATER, William J. (ed.). *Dining in a classical context*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1991, p. 171-183.

DAVIAULT, A. Est-il encore possible de remettre en question la datation néronienne du *Satyricon* de Pétrone. *Phoenix*, 55, 2001, p. 327-342.

DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Inhuman bondage: the rise and fall of slavery in the New World*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

DETTENHOFER, Maria. *Herrschaft und Widerstand im augusteischen Principat: die Konkurrenz zwischen res publica und domus Augusta*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2000.

DEVILLERS, O. Tacite, les sources et les impératifs de la narration: le récit de la mort d'Agrippine (*Annales* XIV, 1-13). *Latomus*, 54, 2, 1995, p. 324-345.

Du BOIS, Page. *Slaves and other objects*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

DUFF, A. M. *Freedmen in the Early Roman Empire*. Cambridge: W. Heffer & Sons, 1958.

DUMONT, Jean Christian. *Servus: Rome et l'esclavage sous la République*. Rome: École Française de Rome, 1987.

_____. La villa esclavagiste?. *Topoi*, 9, 1999, p. 113-127.

ECK, Werner. Nero's Freigelassener Epaphroditus und die Aufdeckung der Pisonischen Verschwörung. *Historia*, 25, 1976, p. 381-384.

_____. Senatorial self-representation: developments in the Augustan period. In: MILLAR, Fergus; SEGAL, Erich (eds.). *Caesar Augustus: seven aspects*. Oxford: Clarendon Press, 1984, p. 129-167.

_____. La dipendenza come concetto ambivalente: a proposito del rapporto tra patrono e liberto. In: _____. *Tra epigrafia, prosopografia e archeologia. Scritti scelti, rielaborati ed aggiornati*. Roma: Edizioni Quasar, 1996, p. 165-174.

ELSTER, Jon. *Making sense of Marx*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats*. Berlin: Dietz Verlag, 1977.

_____. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ENGERMAN, Stanley (ed.). *Terms of labor: Slavery, serfdom, and free labor*. California: Stanford University Press, 1999.

ESTERCI, Neide. *Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: Cedi-Koinonia, 1994.

EYBEN, Emiel. *Restless youth in ancient Rome*. London: Routledge, 1993.

FABRE, Georges. *Libertus: patrons et affranchis à Rome*. Rome: École Française de Rome, 1981.

FAVERSANI, Fábio. *A pobreza no Satyricon de Petrónio*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1999.

_____. *A sociedade em Sêneca*. São Paulo, Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

_____. As relações interpessoais sob o Império Romano: uma discussão da contribuição teórica da Escola de Cambridge para o estudo da sociedade romana. In: CARVALHO, Alexandre Galvão (org.). *Interação social, reciprocidade e profetismo no mundo antigo*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2003, p. 19-42.

FINLEY, M. I. Slavery. In: *International Encyclopedia of the Social Sciences*, New York, MacMillan, 1972, v. 13, p. 307-313.

_____. *A economia antiga*. Porto: Afrontamento, 1986.

_____. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

_____. *Politics in the ancient world*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. *Ancient slavery and modern ideology*. Expanded edition edited by Brent D. Shaw. Princeton: Markus Wiener Publishers, 1998.

FITZGERALD, William. *Slavery and the Roman literary imagination*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

FRIEDLÄNDER, Ludwig. *Sittengeschichte Roms*. Köln: Phaidon Verlag, 1957.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Antigüidade Clássica: a história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____; GARRAFFONI, Renata S. Economia romana do início do Principado. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (orgs.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro, Mauad/Vitória, Edufes, 2006, p. 53-63.

_____. Três recentes edições e traduções de Petrônio. *Phaos*, 4, 2004, p. 159-162.

GAIDES, Françoise. Intuitions linguistiques de Pétrone dans sa mise en scène des affranchis de la *Cena*. *Latomus*, 54, 4, 1995, p. 856-863.

GALSTERER, H. A man, a book, and a method: Sir Ronald Syme's *Roman Revolution* after fifty years. In: RAAFLAUB, Kurt A.; TOHER, Mark Toher (eds.). *Between Republic and Empire: interpretations of Augustus and his Principate*. Berkeley: University of California Press, 1993, pp 1-20.

GALLIVAN, Paul A. Suetonius and chronology in the 'De Vita Neronis'. *Historia*, 23, 1974, p. 297-318.

GARNSEY, Peter. Philo Judaeus and slave theory. *Scripta Classica Israelica*, 13, 1994, p. 30-45.

_____. The Middle Stoics and slavery. In: CARTLEDGE, Paul, GARNSEY, Peter; GRUEN, Erich (eds.). *Hellenistic constructs: essays in culture, history, and historiography*. Berkeley: University of California Press, 1997, p. 159-174.

_____. *Ideas of slavery from Aristotle to Augustine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. *Cities, peasants and food in classical Antiquity: Essays in social and economic history*. Edited with addenda by Walter Scheidel. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

GARNSEY, Peter; SALLER, Richard. *The Roman Empire: economy, society and culture*. London: Duckworth, 1987.

GARRAFFONI, Renata S. Os libertos no *Satyricon* de Petrónio: uma discussão teórica. *Pós-história*, v. 8, 2000, p. 71-84.

GARRIDO-HORY, Marguerite; PÉREZ, Christine. *Esclavage et dépendance dans l'Antiquité: index des colloques du G.I.R.E.A., 1970-1990*. Napoli: E. Jovene, 1993.

GASCOU, Jacques. *Suétone historien*. Rome: École Française de Rome, 1984.

GEORGE, Michele. Slave disguise in ancient Rome. *Slavery & Abolition*, 23, 2, 2002, p. 41-54.

GENOVESE, Eugene. O resultado lógico da filosofia escravocrata: exposição, interpretação e crítica do pensamento social de George Fitzhugh de Port Royal, Virgínia. In: _____ *O mundo dos senhores de escravos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 129-259.

GIACCHERO, Marta. Economia e società nell'opera di Seneca. Intuizioni e giudizi nel contesto storico dell'età giulio-claudia. In: *Philias Charin. Miscellanea di studi classici in onore di Eugenio Manni*, v. 3. Roma: Giorgio Bretschneider, 1980, p. 1085-1136.

GINSBURG, Judith. In: *maiores certamina: past and present in the Annals*. In: LUCE, T. J.; WOODMAN, A. J. (eds.). *Tacitus and the Tacitean tradition*. New Jersey: Princeton University Press, 1993, p. 86-103.

GINSBURG, Michael Saul. *Princeps Libertinorum*. *Transactions of the American Philological Association*, 65, 1934, p. 198-206.

GODELIER, Maurice. *Horizon, trajets marxistes en anthropologie*. 2 v. Paris: François Maspero, 1977.

GOWING, Alain M. Cassius Dio on the reign of Nero. *ANRW*, II.34.3, 1997, p. 2558-2590.

GRIFFIN, Miriam T. *Seneca, a philosopher in politics*. Oxford: Oxford University Press, 1976.

_____. *Nero: the end of a dynasty*. London: B. T. Batsford, 1984.

_____. "Political thought in the age of Nero". In: CROISILLE, Jean-Michel; PERRIN, Yves (eds.). *Neronia VI: Rome à l'époque néronienne*. Bruxelles: Éditions Latomus, 2002, p. 325-337.

_____. Seneca as a sociologist: *De Beneficiis*. In: DE VIVO, Arturo de; LO CASCIO, Elio (eds.), *Seneca uomo politico e l'età di Claudio e di Nerone* (Atti dei Convegno Internazionale - Capri, 25-27 marzo 1999). Bari: EdiPuglia, 2003, p. 89-122.

GUARINELLO, Norberto L. *Ruínas de uma paisagem: arqueologia das casas de fazenda da Itália antiga (VIII a.C.-II d.C.)*. 2 v. São Paulo, Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1993.

_____. Nero, o estoicismo e a historiografia romana. *Boletim do CPA*. Campinas, IFCH-Unicamp, 1996, p. 53-61.

_____. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia: História e Sociedade*, v. 3, n. 1, p. 41-62.

_____; JOLY, Fábio Duarte. Ética e ambigüidade no Principado de Nero. In: BENOIT, Hector; FUNARI, Pedro Paulo (orgs.). *Ética e Política no Mundo Antigo*. Campinas: IFCH-Unicamp/Fapesp, 2001, p. 133-152.

GUMMERUS, Herman. *Der römische Gutsbetrieb als wirtschaftlicher Organismus nach den Werken des Cato, Varro und Columella*. Aalen: Scientia Verlag, 1979.

GWIN, William B. Cruel Nero: the concept of the tyrant and the image of Nero in Western political theory. *History of Political Thought*, 12, 3, 1991, p. 421-455.

HABINEK, Thomas. Seneca's renown: *gloria, claritudo*, and the replication of the Roman elite. *Classical Antiquity*, 19, 2000, p. 264-303.

HARTOG, François (org.). *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

HEINEN, Heinz. Slavery. In: *Marxism, Communism and Western Society: A Comparative Encyclopedia*. New York: Herder & Herder, 1973, v. 7, p. 336-341.

HOCK, Rudolph Paul. Servile behavior in Sallust's *Bellum Catilinae*. *Classical World*, 82, 1988, p. 13-24.

HOLKESKAMP, Karl-Joachim. Conquest, competition and consensus: Roman expansion in Italy and the rise of the *nobilitas*. *Historia*, 42, 1993, p. 12-39.

HOOLEY, D. M. *The knotted thong: structures of mimesis in Persius*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1997.

HORSFALL, Nicholas. Generic composition and Petronius' *Satyricon*. *Scripta Classica Israelica*, 11, 1991/2, p. 123-138.

IMPERATORE, Giovanni Fusar. *Saggio di analisi critica della bibliografia neroniana dal 1934 al 1975*. Milano: Cisalpino-Goliardica, 1978.

JOLY, Fábio Duarte. Capitalismo e burocracia: economia e política nas *Relações Agrárias na Antiguidade*, de Max Weber. *Revista de História*, v. 140, 1999, p. 9-22.

_____. A escravidão romana em perspectiva sincrônica: escravos e libertos sob o principado de Nero. *Politeia: História e Sociedade*. v. 3, n. 1, 2003, p. 63-83.

_____. Espaço, poder e escravidão no *De Re Rustica* de Columela. *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, 2003, p. 281-299.

_____. *Tácito e a metáfora da escravidão: um estudo de cultura política romana*. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. *A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda Editorial, 2005.

JONES, Christopher P. Dinner theater. In: SLATER, William J. (ed.). *Dining in a classical context*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1991, p. 185-198.

JONGMAN, Willem. Slavery and the growth of Rome. In: EDWARDS, Catharine; WOOLF, Greg (eds.). *Rome the Cosmopolis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 100-122.

KAJANTO, Jiro. Tacitus on the slaves: an interpretation of the *Annales*, XIV, 42-45. *Arctos*, 6, 1969, p. 43-60.

KEITEL, Elizabeth. Principate and civil war in the *Annals* of Tacitus. *American Journal of Philology*, 105, 1984, p. 306-325.

KLEIJWEGT, Marc. *Cum vicensimariis magnam mantissam habet* (Petronius *Satyricon* 65.10). *American Journal of Philology*, 123, 2002, p. 275-286.

_____. Freed slaves, self-representation and corporate identity in the Roman world. In: _____ (ed.). *The faces of freedom: the manumission and emancipation of slaves in Old World and New World*. Leiden: Brill, 2006, p. 89-115.

_____. "Freedpeople: a brief cross-cultural history. In: _____ (ed.). *The faces of freedom: the manumission and emancipation of slaves in Old World and New World*. Leiden: Brill, 2006, p. 3-68.

KOESTERMANN, Erich (ed.). *Cornelius Tacitus Annalen*. Band III, Buch 11-13. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1967.

_____. *Cornelius Tacitus Annalen*. Band IV, Buch 14-16. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1967.

KONSTAN, David. Marxismo y esclavismo romano. In: AAVV, *El marxismo y los estudios clásicos*. Madrid: Akal Editor, 1981, p. 127-148.

KOPYTOFF, Igor. Slavery. *Annual Review of Anthropology*, 11, 1982, p. 207-230.

LARSON, Victoria Tietze. Seneca and the schools of philosophy in early imperial Rome. *Illinois Classical Studies*, 17.1, 1992, p. 49-56.

LEPPER, F. A. Some reflections on the 'Quinquenium Neronis'. *Journal of Roman Studies*, 47, 1957, p. 95-103.

LEVICK, B. M. Nero's *Quinquenium*. *Collection Latomus*, v. 180, 1983, p. 211-225.

LINKE, Bernhard; STEMMLER, Michael. Institutionalität und Geschichtlichkeit in der römischen Republik: Einleitende Bemerkungen zu den Forschungsperspektiven. In: _____ (eds.), *Mos Maiorum: Untersuchungen zu den Formen der Identitätsstiftung und Stabilisierung in der römischen Republik*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2000, p. 1-23.

LOS, Andrzej. La condition sociale des affranchis privés au Ier siècle après J.-C. *Annales HSS*, n. 5, 1995, p. 1011-1043.

LOVE, John. *Antiquity and capitalism: Max Weber and the sociological foundations of Roman civilization*. London: Routledge, 1991.

MANNING, C. E. Stoicism and slavery in the Roman Empire. *ANRW*, II.36.3, 1989, p. 1518-1543.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Introdução de Eric Hobsbawm. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MCCARTHY, Kathleen. *Slaves, masters, and the art of authority in Plautine comedy*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MacMULLEN, Ramsay. Late Roman slavery. *Historia*, 36, 1987, p. 359-382.

MAROTI, Egon. The *vilicus* and the villa-system in ancient Italy. *Oikumene*, 1, 1976, p. 109-124.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração & escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTIN, René. *Recherches sur les agronomes latins et leurs conceptions économiques et sociales*. Paris: Les Belles Lettres, 1971.

_____. *Familia rustica: les esclaves chez les agronomes latins*. *Annales Littéraires de l'Université de Besançon*, 163, 1974, p. 267-297.

_____. État présent des études sur Columelle. *ANRW*, II.32.3, 1985, p. 1959-1979.

MASTINO, A.; RUGGERI, P. *Claudia Augusti liberta Acte, la liberta amata da Nerone ad Olbia*. *Latomus*, 54, 3, 1995, p. 513-545.

MEYER, Eduard. *El historiador y la historia antigua*. México: Fondo de Cultura Economica, 1982.

MILANI, P. A. *La schiavitù nel pensiero politico dai Greci al Basso Medio Evo*. Milano: Giuffrè Editore, 1972.

MILLAR, Fergus. *A study of Cassius Dio*. Oxford: Clarendon Press, 1964.

_____. Epictetus and the imperial court. *Journal of Roman Studies*, 55, 1965, p. 141-148.

_____. *The Roman Empire and its neighbours*. London: Duckworth, 1981.

_____. The Roman *libertus* and civic freedom. *Arethusa*, 28, 1995, p. 99-105.

_____. The Roman city-state under the emperors, 29 BC-AD 69. *Prudentia*, supplementary number, 1998, p. 113-134.

MILLER, Joseph. C. Stratégies de marginalité. Une approche historique de l'utilisation des êtres humains et des ideologies de l'esclavage: progéniture, piété, protection personnelle et prestige – produit et profits des propriétaires. In: HENRIQUES, Isabel C.; SALA-MOLIN, Louis (eds.), *Déraison, esclavage et droit: Les fondements idéologiques et juridiques de la traite négrière et de l'esclavage*. Paris: Éditions Unesco, 2002, p. 105-160.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, Edusc, 2004.

MORFORD, M. Tacitus' historical methods in the Neronian books of the *Annals*. *ANRW*, II.33.2, 1991, pp 1582-1627.

MURNAGHAN, Sheila; JOSHEL, Sandra (eds.), *Women and slaves in Greco-Roman culture*. London: Routledge, 1998.

MURRAY, Oswyn. The 'Quinquenium Neronis' and the Stoics. *Historia*, 14, 1965, p. 41-61.

NOÈ, Eralda. *Il progetto di Columella. Profilo sociale, economico, culturale*. Como: Edizioni New Press, 2002.

NORR, Dieter. Zur Biographie des Juristen C. Cassius Longinus. In: *Sodalitas. Scritti in Onore di Antonio Guarino*, v. 6. Napoli: Editore Jovene, 1984, p. 2957-2978.

OEHME, Marlis. *Die römische Villenwirtschaft: Untersuchungen zu den Agrarschriften Catos und Columella und ihrer Darstellung bei Niebuhr und Mommsen*. Bonn, Rudolf Habelt, 1988.

OOST, S. I. The career of M. Antonius Pallas. *American Journal of Philology*, 79, 1958, p. 113-139.

PALMEIRA, Miguel S. Moses Finley e a economia antiga: interdisciplinaridade na produção de uma inovação historiográfica. Comunicação apresentada no II Encontro Nacional do GT de História Antiga da Anpuh, Porto Alegre, setembro de 2002, mimeo.

PANAYOTAKIS, Costa. *Theatrum Arbitri: theatrical elements in the Satyrca of Petronius*. Leiden, Brill, 1995.

PATTERSON, Orlando. *Slavery and social death: a comparative study*. Massachusetts: Harvard University Press, 1982.

_____. *Freedom: freedom in the making of Western culture*. v. 1. New York: Harper Collins, 1991.

PAVIS D'ESCURAC, Henriette. Affranchis et citoyenneté: les effets juridiques de l'affranchissement sous le Haut-Empire. *Ktema*, 6, 1981, p. 181-192.

_____. La *Familia Caesaris* et les affaires publiques: *discretam domum et rem publicam* (Tacite, *Annales*, XIII, 4). In: LÉVY, E. (ed.). *Le système palatial en Orient, en Grèce et à Rome*. Actes du Colloque de Strasbourg, 19-22 juin 1985. Université des Sciences Humaines de Strasbourg, 1987, p. 393-410.

PEARSON, Harry W. The secular debate on economic primitivism. In: POLANYI, K.; ARENSBERG, C. M.; PEARSON, H. Pearson (orgs.), *Trade and market in the early empires. Economies in history and theory*. Glencoe (Ill.): Free Press, 1957, p. 3-11.

PETERSMANN, Hubert. Petrons *Satyrical*. In: ADAMIETZ, Joachim (ed.). *Die römische Satire*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1986, p.383-426.

PRYOR, Frederic L. *The origins of the economy: a comparative study of distribution in primitive and peasant economies*. New York: Academic Press, 1977.

RICHTER, Will. Seneca und die Sklaven. *Gymnasium*, 65, 1958, p. 196-218.

RILINGER, Rolf. Moderne und zeitgenössische Vorstellungen von der Gesellschaftsordnung der römischen Kaiserzeit. *Saeculum*, 36, 4, 1985, p. 299-325.

_____. *Domus und res publica: Die politisch-soziale Bedeutung des aristokratischen Hauses in der späten römischen Republik*. In: WINTERLING, Aloys (ed.), *Zwischen Haus und Staat: antike Höfe im Vergleich*. München: R. Oldenbourg Verlag, 1997, p. 73-90.

ROCCA-SERRA, G. Le stoicisme pré-imperial et l'esclavage. *Atti Ce. R. D. A. C.*, v. 8, 1976-77, p. 205-222.

ROLLER, Matthew. *Constructing autocracy: aristocrats and emperors in Julio-Claudian Rome*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

ROSATI, Gianpiero. Trimalchione in scena. *Maia*, 35.3, 1983, p. 213-227.

ROSTOVZEFF, Michael. *The social and economic history of the Roman Empire*. 2 v. Oxford: Clarendon Press, 1966.

ROWE, Greg. *Princes and political cultures: The new Tiberian senatorial decrees*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2002.

RUDICH, Vasily. *Political Dissidence under Nero. The Price of Dissimulation*. London: Routledge, 1993.

_____. *Dissidence and Literature under Nero. The Price of Rhetoricization*. London: Routledge, 1997.

SALANITRO, M. Ultime (ma non supreme) su Capua, città di Trimalchione. *Atene e Roma*, 47, 2002, p. 9-17.

SALLER, Richard. *Personal patronage under the Early Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

_____. Symbols of gender and status hierarchies in the Roman household. In: MURNAGHAN, Sheila; JOSHEL, Sandra (eds.), *Women and slaves in Greco-Roman culture*. London: Routledge, 1998, p. 85-91.

SANDY, Gerald N. Scaenica Petroniana. *Transactions of the American Philological Association*, 104, 1974, p. 329-346.

SANFORD, Eva M. Nero and the East. *Harvard Studies in Classical Philology*, 48, 1937, p. 75-103.

SCHTAJERMAN, E. M.; SHAREVSKAIA, B. El régimen esclavista. In: AAVV, *El modo de producción esclavista*. Madrid: Akal Editor, 1978, p. 108-191.

SCHEIDEL, Walter. Columellas privatae *ius liberorum*: Literatur, Recht, Demographie. Einige Probleme. *Latomus*, 53, 1994, p. 513-527.

_____. Germs for Rome. In: EDWARDS, Catharine; WOOLF, Greg (eds.). *Rome the Cosmopolis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 158-176.

_____. The comparative economics of slavery in the Greco-Roman world. In: KATSARI, Constantina; DAL LAGO, Enrico (eds.), *Slave systems, ancient and modern*. Cambridge: Cambridge University Press, no prelo. (Versão disponível em <http://www.princeton.edu/~pswpc/index.html>, novembro 2005)

SCHIAVONE, Aldo. Legge di natura o convenzione sociale? Aristotele, Cicerone, Ulpiano sulla schiavitù-merce. In: MOGGI, Mauro; CORDIANO, Giuseppe (orgs.). *Schiavi e dipendenti nell'ambito dell'oikos e della familia*. Pisa: Edizioni ETS, 1997, p. 173-182.

_____. *A história rompida: Roma antiga e Ocidente moderno*. São Paulo: Edusp, 2005.

SCHNUR, H. C. The economic background of the *Satyricon*. *Latomus*, 18, 1959, p. 790-799.

SCHOTTLAENDER, Rudolf. Persius und Seneca über die Problematik der Freilassungen. *Wissenschaftliche Zeitschrift der Universität Rostock*, 1966, p. 533-539.

SCHUMANN, Gerhard. *Hellenistische und griechische Elemente in der Regierung Neros*. Leipzig: Schwarzenberg & Schumann, 1930.

SERGEENKO, M. E. Villicus. In: MALOWIST, I. B. (ed.), *Schiavitù e produzione nella Roma repubblicana*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1986, p. 191-207.

SETAIOLI, A. Seneca, lo schiavo Felicione e un'iscrizione di Velia. *Prometheus*, 24.2, 1998, p. 149-151.

SHAW, Brent D. 'A Wolf by the Ears': M. I. Finley's *Ancient slavery and modern ideology* in historical context. In: FINLEY, M. I., *Ancient slavery and modern ideology*. Expanded edition edited by Brent D. Shaw. Princeton: Markus Wiener Publishers, 1998, p. 3-74.

_____. *Spartacus and the slave wars: a brief history with documents*. Boston/New York: Bedford/St. Martin's, 2001.

SHERWIN WHITE, A. N. *The Roman citizenship*. Oxford: Clarendon Press, 1980.

_____. *The letters of Pliny: a historical and social commentary*. Oxford: Clarendon Press, 1985.

SHIMADA, Makoto. *Libertini*: the designation of freedmen Roman citizens. In: YUGE, Toru; DOI, Masaoki (eds.) *Forms of control and subordination in Antiquity*. Tokyo: University of Tokyo Press, 1988, p. 420-424.

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

_____. A third concept of liberty. *Proceedings of the British Academy*, 117, 2002, p. 237-268.

SMITH, Mark M. *Debating slavery: economy and society in the antebellum American South*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

STADEN, Heinrich von. Arte y literatura griegas en las ideas estéticas de Marx. In: AAVV, *El marxismo y los estudios clásicos*. Madrid: Akal Editor, 1981, p.105-126.

STEINWENTER, Artur. *Utilitas publica – utilitas singulorum*. In: *Festschrift Paul Koschaker*. Weimar: Verlag Hermann Bohlaus, 1939, p. 84-102.

STEYNS, D. *Étude sur les métaphores et les comparaisons dans les œuvres en prose de Sénèque le philosophe*. Gand: Librairie J. Vuylsteke, 1906.

STRASBURGER, Hermann. Poseidonios on problems of the Roman Empire. *Journal of Roman Studies*, 55, 1965, p. 40-53.

SULLIVAN, J. P. *The Satyricon of Petronius: a literary study*. London: Faber & Faber, 1968.

_____. *Literature and politics in the age of Nero*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

SYME, R. *The Roman revolution*. Oxford: Oxford University Press, 1960.

_____. *Tacitus*. 2 v. Oxford: Oxford University Press, 1967.

THÉBERT, Yvon. O escravo. In: GIARDINA, Andrea (org.). *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 117-145.

THOMPSON, F. Hugh. *The archaeology of Greek and Roman slavery*. London: Routledge, 2003. (Reports of the Research Committee of the Society of Antiquaries of London, n. 66)

THORNTON, M. E. K. The enigma of Nero's *Quinquenium*. *Historia*, 22, 1973, p. 570-582.

TREGGIARI, Susan. The freedmen of Cicero. *Greece & Rome*, 16, 2, 1969, p. 195-204.

_____. *Roman freedmen during the late Republic*. Oxford: Clarendon Press, 1969.

VAN HOOFF, Anton J. L. *From autothanasia to suicide: self-killing in classical Antiquity*. London: Routledge, 1990.

VEYNE, Paul. Trimalchio Maecenatianus. In: RENARD, Marcel (ed.). *Hommages a Albert Grenier*. Bruxelles: Latomus, 1962, p. 1617-1624.

_____. Vie de Trimalcion. *Annales*, 16, 2, 1962, p. 213-247. (= A vida de Trimalquião. In: _____. *A sociedade romana*. Lisboa: Edições 70, 1990, p. 11-48)

VIDAL-NAQUET, Pierre. Reflexões sobre a historiografia grega da escravidão. In: VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Trabalho e escravidão na Grécia antiga*. Campinas: Papyrus, 1989, p. 98-124.

VILLEFRANCHE, J.-M. *Cinéas ou le monde sous Néron*. Paris: P. Lethielleux Libraire-Éditeur, 1845.

VITTINGHOFF, Friedrich. Soziale Struktur und politisches System der hohen römischen Kaiserzeit. *Historische Zeitschrift*, 230, 1980, p. 31-55.

_____. Die Theorie des historischen Materialismus über den antiken 'Sklavenhalterstaat'. Probleme der Alten Geschichte bei den 'Klassikern' des Marxismus und in der modernen sowjetischen Forschung. In: _____. *Civitas Romana: Stadt und politisch-soziale Integration im Imperium Romanum der Kaiserzeit*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1994, p. 474-528.

VOGT, Joseph. *Ancient slavery and the ideal of man*. Translated by Thomas Wiedemann. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1975.

WALLACE-HADRILL, Andrew. *Suetonius: the scholar and his Caesars*. London: Duckworth, 1983.

_____. The emperor and his virtues. *Historia*, v. 30, 1991, p. 298-323.

_____. The imperial court. In: BOWMAN, A. K.; CHAMPLIN, E.; LINTOTT, A. (eds.), *The Cambridge Ancient History*. v. 10: The Augustan Empire, 43 B.C. - A.D. 69. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 283-308.

WALLON, Henri. *Histoire de l'esclavage dans l'Antiquité*. Paris: Éditions Robert Laffont, 1988.

WATSON, Alan. *Roman slave law*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

WARMINGTON, B. H. *Nero: reality and legend*. London: Chatto & Windus, 1969.

WATSON, James L. Slavery as an institution: open and closed systems. In: _____ (ed.) *Asian and African systems of slavery*. Berkeley: University of California Press, 1980, p. 1-15.

WEAVER, P. R. C. *Familia Caesaris: a social study of the emperor's freedmen and slaves*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

_____. Movilidad social en el Alto Imperio Romano: la evidencia de los libertos imperiales y los esclavos. In: FINLEY, M. I. (org.). *Estudios sobre Historia Antigua*. Madrid: Akal Editor, 1981, p. 137-156.

WEBER, Ekkehard. Freigelassene – eine diskriminierte Randgruppe?. In: WEILER, Ingomar (ed.). *Soziale Randgruppen und Aussenseiter im Altertum*. Graz: Leikam, 1988, p. 257-265.

WEBER, Max. La decadencia de la cultura antigua: sus causas sociales. In: AAVV, *La transición del esclavismo al feudalismo*. Madrid: Akal Editor, 1975, p. 35-57.

_____. *Storia economica e sociale dell'Antichità: i rapporti agrari*. Roma: Editori Riuniti, 1992.

WESTERMANN, William L. *The slave systems of Greek and Roman Antiquity*. Philadelphia: American Philosophical Society, 1955.

WHITEHEAD, Jane. The *Cena Trimalchionis* and biographical narration in Roman middle-class art. In: HOLLIDAY, Peter J. (ed.). *Narrative and event in ancient art*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 299-325.

WIEDEMANN, Thomas. The regularity of manumission at Rome. *Classical Quarterly*, 35.1, 1985, p. 162-175.

_____. Slavery. *Greece & Rome New Surveys in the Classics N° 19*. Oxford: Clarendon Press, 1987.

_____. *Greek and Roman slavery*. London: Routledge, 1997.

WINTERLING, Aloys. *Aula Caesaris: Studien zur Institutionalisierung des römischen Kaiserhofes in der Zeit von Augustus bis Commodus (31 v. Chr.-192 n. Chr.)*. München: R. Oldenbourg Verlag, 1999.

_____. Staat, Gesellschaft und politische Integration in der römischen Kaiserzeit. *Klio*, 83, 2001, p. 93-112.

WIRSZUBSKI, Charles. *Libertas as a political idea at Rome during the late Republic and early Principate*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

WOLF, Joseph Georg. *Das Senatusconsultum Silanianum und die Senatsrede des C. Cassius Longinus aus dem Jahre 61 n. Chr.* Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1988.

WOODMAN, A. J. *Rhetoric in classical historiography*. Portland: Areopagitica Press, 1988.

_____. Nero's alien capital: Tacitus as paradoxographer (*Annals* 15. 36-7). In: WOODMAN, A. J.; POWELL, Jonathan Powell (eds.). *Author and audience in Latin literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 173-188.

_____. Amateur dramatics at the court of Nero: *Annals* 15. 48-74. In: LUCE, T. J.; WOODMAN, A. J. (eds.). *Tacitus and the Tacitean tradition*. New Jersey: Princeton University Press, 1993, p. 104-29.

WYKE, Maria. Make like Nero! The appeal of a cinematic emperor. In: ELSNER, J.; MASTERS, J. (eds.). *Reflections of Nero: culture, history & representation*. London: Duckworth, 1994, p. 11-28.

YAVETZ, Zvi. *Plebs and Princeps*. New Jersey: Transaction Books, 1988.

_____. *Slaves and slavery in ancient Rome*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1991.

ZEITLIN, Froma I. Petronius as paradox: anarchy and artistic integrity. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, 102, 1971, p. 631-684.